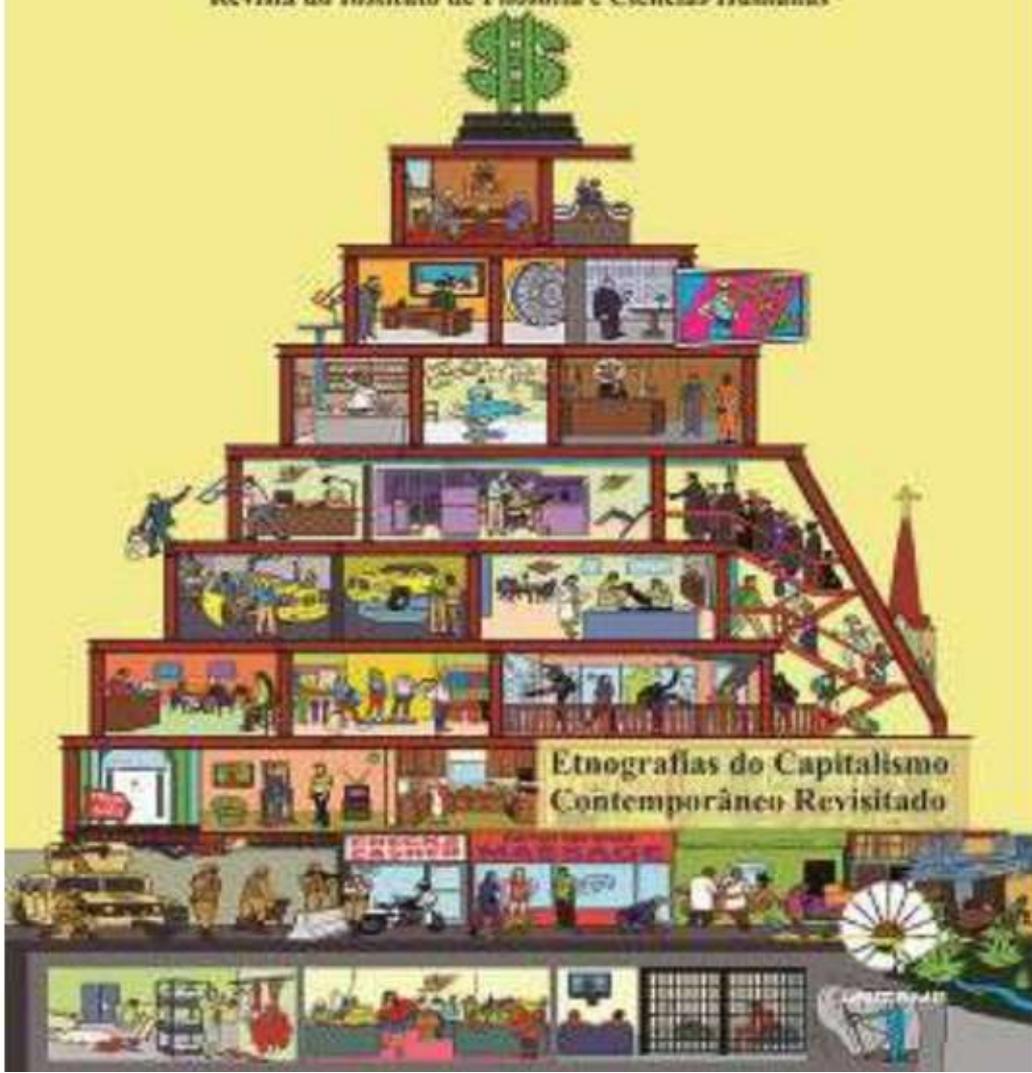


# IDÉIAS

Ano 5(9) – Dossiê

2014

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos aos leitores o Dossiê *Etnografias do Capitalismo Contemporâneo: Revisitado* que expressa em sua coletânea de artigos a trajetória do Grupo ao longo de trinta e quatro anos de existência. Inicialmente intitulado de “Culturas Empresariais” o Grupo foi fundado por Roberto Cardoso de Oliveira e Guilherme Raul Ruben e sua gênese está intrinsecamente ligada à consolidação da Pós-Graduação da Antropologia na Unicamp com a constituição da Linha de Pesquisa Itinerários Intelectuais e Etnografia do saber e do Programa Estilos de Antropologia, coordenado pelos supracitados professores na década de 1980 que, inspirados em Granger, resgatam a noção de estilo. Esta noção transplantada ao universo das organizações seria a ideia matriz para a constituição do Grupo. A partir do deslocamento espacial de alguns pesquisadores do Grupo para a região Nordeste o campo epistêmico do Grupo amplia-se para aglutinar estudos etnográficos sobre as instituições em suas interfaces com as políticas públicas, a exemplo da economia solidária e das microfinanças que se constituem nas contradições do sistema capitalista (Singer, 2007)<sup>1</sup> englobando obviamente o sistema financeiro, simultaneamente na sua interface com o próprio capitalismo. Sediado na Unicamp, o Grupo prossegue formando novos pesquisadores na temática “Etnografias do Capitalismo Contemporâneo” e marca presença ativa nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia desde 1984. Carlos Frederico Lucio, pesquisador do Grupo, Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e docente do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM Social) assumiu em novembro de 2014 a coordenação adjunta do Grupo trazendo perspectivas novas e valiosas.

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Consulta em 12 dez 2014.

O artigo que abre a coletânea de autoria de Luciano D'Ascenzi e Luci Ana Leite Lima intitulado, "Etnografia Customizada: Tempo e espaço sob a ótica empresarial" é um relato de aplicação o desenvolvimento etnográfico denominado etnografia customizada, junto a uma softwarehouse. Adequação a contextos organizacionais contemporâneos dirige esforços de ajuste nas dimensões tempo e espaço etnográficos em acordo ao lugar em Geertz. A seguir o artigo "Fases do pré-sal brasileiro: migração, trabalho e sociabilidade" de autoria de Claudelir Correa Clemente nos traz uma etnografia do pré-sal em águas profundas a partir de observações das experiências de trabalhadores migrantes que atuam na exploração e produção petrolífera em mares brasileiros. São trabalhadores offshore estrangeiros envolvidos nas atividades do pré-sal em área marítima denominada bacia de Santos. Em específico, nas cidades de Macaé/RJ, Rio de Janeiro/RJ e Santos/ SP, observa-se um crescente aumento de trabalhadores estrangeiros offshore contratados por empresas transnacionais que atuam no setor e a questão explorada são os padrões de sociabilidade engendrados nas respectivas experiências. Os dois artigos que seguem tratam da temática do turismo:

O artigo de Lea Carvalho Rodrigues "Elites empresariais e a configuração de espaços turísticos na ilha de Cozumel, México" trata das relações entre turismo, elites empresariais e território no cenário atual de expansão mundial do turismo. Os dados etnográficos colhidos na ilha de Cozumel, México, no ano de 2011, permitem compreender a dimensão político-econômica na configuração dos seus espaços turísticos. O artigo "A produção do turismo no capitalismo contemporâneo: o mercado de resorts do município de conde (PB)" de Rafaella Soares Espínola e Maristela Oliveira de Andrade revela a configuração de empresas hoteleiras – resorts no Litoral Sul da Paraíba e seus efeitos e impasses sobre modos de vida ditos tradicionais. "Economía Social y Solidaria: paradojas de la "moneda social" introduz a temática das experiências em economia solidária que se configuram no seio do capitalismo, nesta direção as autoras, Suzana Presta e Liliana

Landaburu analisam na Argentina limites e potencialidades da economia social e solidária a partir da crise econômica da década de 1990, o recorte empírico são as experiências com a moeda social e o que elas significam? Um sistema de microfinanças alternativa ao sistema financeiro ou um agregado funcional? Seguindo com a mesma temática Maria do Socorro Lima de Oliveira e Ghislaine Duque analisam a gestão social das finanças solidárias, particularmente, dos Fundos Rotativos Solidários por comunidades camponesas no Cariri paraibano e nos revelam que mediante redes de reciprocidade acionadas na referida gestão se fortalece a autonomia política na comunidade de Mandacaru a primeira experiência com Fundos Solidários na Paraíba.

Para além das reflexões expostas nos sete textos que compõem este dossiê, e diferentemente dos outros números da *Idéias*, temos o privilégio de ainda contar com uma seção livre composta por artigos também inspirados na temática lançada por ele. Assim sendo, destacamos o artigo de Cátia Regina Muniz, intitulado *“Gênero e trabalho: as relações entre trabalhadores de uma empresa transnacional, a partir das narrativas de seus empregados”*, seguido pelo artigo de Keila Lúcio de Carvalho: *“Para além da política pública: reflexões em torno de uma experiência de economia solidária”* e o artigo de Daiana Ciancio: *“Capital, trabajo y políticas sociales de desarrollo en programas de Economía Social. Consideraciones acerca del microcrédito.”*

O número ainda conta com a resenha do livro *“Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas”* de Antônio George Lopes Paulino, resenhado por Fernanda Rodrigues e uma tradução de autoria Marta Maria Assumpção Rodrigues do texto *Paisagem criativa: por que permanecemos na província?* de Martin Heidegger (1889-1976), escrito em 1934. E por fim, uma entrevista concedida pelo Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi à Carlos Frederico Lucio sobre o desenvolvimento do eixo temático desse dossiê no âmbito das ciências sociais no Brasil e no exterior.

Convidamos a todos (as) a leitura desse número da *Idéias* que consolida as preocupações dessa publicação em relação aos temas históricos e contemporâneos e também faz parte das comemorações dos 35 anos do grupo “Etnografias do Capitalismo Contemporâneo”.

*Guilherme Raul Ruben, Buenos Aires (AR),  
Alicia Ferreira Gonçalves, Paraíba (BR), e Lidiane  
Maciel, Paris (FR). Dezembro, 2014.*

## ETNOGRAFIA CUSTOMIZADA: TEMPO E ESPAÇO SOB A ÓTICA EMPRESARIAL

Luciano D'Ascenzi<sup>1</sup>  
Luciana Leite Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Relato de aplicação do desenvolvimento etnográfico denominado *etnografia customizada*, junto a uma *softwarehouse*. Adequação a contextos organizacionais contemporâneos dirige esforços de ajuste nas dimensões tempo e espaço etnográficos em acordo ao *lugar* em Geertz. A “teoria nativa” direciona a pesquisa que, por sua vez, é incorporada aos processos decisórios locais, auxiliando mudanças em direção à humanização e democratização das relações de trabalho. A metodologia realiza movimento transdisciplinar, configurando-se numa contribuição simultânea em diversos campos das ciências sociais, básica e aplicada.

**Palavras-chave:** inovação, mudança, cultura, liderança, organização.

**Abstract:** Account of an ethnographic development application, the *customized ethnography*, within a software house. Suited to contemporary organizational contexts, it directs efforts to adjust the ethnographic dimensions time and space, according to Geertz's concept of *place*. “The native theory” directs the research, which is incorporated into the decision-making processes, supporting local changes toward the humanization and democratization of labor relationships. This methodology conducts to a transdisciplinary movement, by setting in a simultaneous contribution in social sciences, basic and applied.

**Keywords:** innovation, change, culture, leadership, organization.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Objetivo e contextualização

Artigo deriva de desenvolvimento teórico-metodológico a partir de pesquisa empírica realizada no escopo do programa de doutorado em Ciências Sociais do IFCH/ Unicamp (D'ASCENZI, 2010)<sup>3</sup> com bolsa CAPES. Desta feita, escolhemos discutir a questão da *tradução* (GEERTZ, 1998), junto à qual destacamos um problema inerente à manipulação de terminologias supostamente conhecidas.

A MATERA System<sup>4</sup> é uma *softwarehouse* criada nos anos 1980, e vem operando pela diversidade de períodos que caracterizam o setor: desde “a era cowboy”, época em que o setor automatizava rotinas artesanalmente, sob medida; passando pela “fábrica de softwares”, seu ideal de produção impessoal e em série; até os dias de hoje, quando a última passa a sofrer contestação. Além de discurso calcado na “racionalidade econômica” (SIMON, 1979), a MATERA apresentava traços dos três períodos.

Na fase “cowboy” o mercado exigia que o programador focasse o cliente e suas rotinas. Na “fábrica de software” as soluções são padronizadas e o programador é um especialista, sem contato com o cliente. Em termos biográficos, poucas pessoas atuavam desde a primeira fase.

Complementando, a empresa é referência junto ao pólo tecnológico de Campinas, um dos maiores do país. Em parte, isso se deve à longevidade – muitos donos de outras companhias ali iniciaram carreira. Por fim, os principais valores praticados eram a meritocracia e a transparência.

## Processo de Customização: Uma empresa de *nerds*

A primeira fase do método objetivou testar aproximação de universos, científico e empresarial. Assim, franquear acesso

---

<sup>3</sup> <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000477109&opt=4...>

<sup>4</sup> <http://www.matera.com.br>.

ao trabalho de campo implicou em convencer a gestão local da possível complementaridade de objetivos, de que a pesquisa acadêmica poderia responder alguma questão gerencial crítica, sem solução anterior. Além disso, o tempo também passa por processo de ajuste, uma vez que o tempo gerencial é bem mais curto que o etnográfico. Assim, a segmentação do objeto teve início com o compartilhamento da autoridade etnográfica para a formulação da pergunta de pesquisa.

Passada a fase do “o quê você quer fazer aqui?” e do “o que eu ganho com isso?”, o diálogo evoluiu a ponto de focar dois programas tidos como problemáticos: “Meu cliente, meu amigo” e o “Programa de participação nos lucros”. A dificuldade estaria relacionada com o comportamento antisocial dos setores denominados, genericamente, de “engenharias”. Tratava-se das pessoas que eram responsáveis pela atividade fim da empresa, soluções em informática. O conjunto comportamental em questão foi ilustrado pelo estereótipo do *nerd* – falta de habilidade e impaciência no trato interpessoal, mas bom relacionamento quando o assunto é de seu interesse, *hardware* de última geração ou linhas de código de programação. Somava-se a isso o desenho de um ambiente interno onde o trabalho do outro seria mais fácil e mais reconhecido, resultando em “visão de injustiça” quanto à distribuição dos frutos do trabalho coletivo.

À guisa de resultado do processo de customização, reportar-nos-ia à gerente de Recursos Humanos (RHU); fomos alocados em mesa junto ao lugar da pesquisa; conexão de intra e internet; acesso à documentação relativa; e, por fim, a oportunidade de entrevistar amostra de colaboradores conjuntamente selecionados. Por outro lado, apresentaríamos laudo com respostas e sugestões em trinta dias.

### **O trabalho de campo**

A MATERA estava instalada em prédio com dois pisos, sendo que, grosso modo, o superior abrigava áreas mais ligadas à gestão

e o inferior, mais ligadas ao lugar de pesquisa, as “engenharias”. Estas em um grande salão bem iluminado, climatizado e sem janelas. Um espaço todo circundado por salas de seus dirigentes imediatos, igualmente sem visão exterior. Já os profissionais, divididos em setores, possuíam amplas mesas do tipo estação de trabalho, perfazendo vários conjuntos contíguos separados por divisórias baixas, que permitiam boa visualização coletiva, mesmo quando sentado.

A empresa ultrapassou os 100 colaboradores em 2000 e, desde 2008, é uma sociedade anônima de capital fechado com mais de 200 “profissionais”, conforme denominação local. Além disso, era certificada CMMI<sup>5</sup> “nível 2” e figurava no *ranking* das 100 “Melhores Empresas para Trabalhar”, sendo 16<sup>a</sup> em TI & Telecom<sup>6</sup>.

Hierarquicamente, estava organizada em cinco níveis: presidência, diretoria, gerência, coordenação e analistas. Sendo que – para possibilitar a acomodação de promoções para esses últimos, mesmo quando “não se identificassem” com “funções de liderança” – havia os “arquitetos” e os “especialistas”, no mesmo nível que a baixa gerência (carreira em Y). De volta ao organograma tradicional, ele se desenrolava em árvore a partir de cinco diretorias, embora algumas áreas, como o RHU, estivessem ligadas à presidência. O mesmo ocorria com os setores ligados à inovação. Naquele particular, o RHU tem um claro papel estratégico e “função de staff” (atividade meio), em contraposição a “responsabilidade de linha” (atividade fim), a cargo das áreas operacionais específicas (CHIAVENATO, 1999). Uma divisão de trabalho ainda não totalmente compreendida em toda a empresa, apesar do ambiente de transparência reafirmado, bem como da facilidade de acesso à informação.

A comunicação conta com jornal interno *on line* e *wiki*. Esta última parecia proporcionar apoio orgânico-estrutural, ao disponibilizar informação ligada à organização e trabalho da

---

<sup>5</sup> Detalhes em <http://www.sei.cmu.edu/cmmi/index.html>.

<sup>6</sup> Detalhes em <http://www.greatplacetowork.com.br/best/list-brit.htm>.

empresa. Tipicamente, trata-se de uma forma colaborativa e, portanto, sempre inacabada de apresentação de documentos, visando à edição coletiva em apresentação e conteúdo. Já o jornal *on line*, de periodicidade mensal, encontrava-se em sua 51ª edição. Seus exemplares estavam estruturados a partir de uma primeira página, e respectivos *links* de acesso, onde se visualizava todas as notícias da edição, além de seções usuais, presentes em todos os números. Configurou-se em excelente banco de informações para pesquisa, sendo visualizado por boa parte das pessoas. Suas matérias eram colhidas internamente, consubstanciando-se num poderoso meio de comunicação e entendimento daquele meio cultural. Contava com editorial, normalmente, escrito por um dos dirigentes da empresa, que parecia manter as pessoas posicionadas quanto às questões mais estratégicas. Sugeria inserir mais segurança e transparência no ambiente geral, ajudando na reprodução de algumas das características corporativas. Quanto a isso, os editoriais contavam com os maiores “índices de audiência”. Nota-se que sua ausência, em raras oportunidades, comprometia a utilização do meio de comunicação como um todo, dada a queda no número de visualizações após tais ocorrências.

As qualidades e quantidades encontradas no interior da empresa consubstanciavam funcionalidade determinada daqueles espaços. Significativamente, tudo estava disponível para diversos tipos de análise complementar, incluindo a nossa. Contudo, além das permissões, a qualidade do acesso dependia do domínio do idioma local, eminentemente funcionalista. Realizada a tradução do discurso e sua comprovação prática, a etnografia customizada rezou em complementar a funcionalidade documentada por meio da inclusão de outros elementos conceituais, desde que relevantes à explicação da pergunta de pesquisa. O adensamento das descrições passou então pela percepção de elementos de intencionalidade, linguisticalidade, estrategicidade, normatividade e consensualidade. Grosso modo, havia uma plataforma funcional dada e, complementarmente, uma descrição densa por realizar.

Iniciando a aproximação etnográfica a partir do ponto de observação, passamos à investigação daquele inesgotável material

real-virtual. Queria entender e qualificar a organização do trabalho e seus processos internos, ao mesmo tempo em que ia percebendo as estruturas sociais informais e seus fluxos, tempos, falas, recorrências etc. Afinal, precisava perceber, *in loco*, a existência e nível de marginalidade/ inserção dos comportamentos relatados como indesejáveis pela gestão e que traduzi, já em campo, como concernente à categoria *integração*. Inicialmente, algumas perguntas me guiaram: o problema relatado era passível de observação? Em que nível? Qual seria o funcionamento das categorias pesquisadas? Como eram ativadas e apoiadas?

No decorrer daquelas semanas, percebi que todas as manhãs, paulatinamente, o grande salão térreo ia se enchendo de pessoas. Alguns chegavam muito cedo, antes das sete horas, enquanto outros apenas ao final da manhã, ficando até tarde da noite. Parecia não haver hora fixa para o trabalho, confirmando o regime de horário e a flexibilidade discreta reinante no ambiente, completamente preenchido ao final da manhã. Tudo sem alarde ou alterações dignas de nota.

À primeira vista, o *modus operandi* era a impossibilidade na identificação de traços comuns na aparência dos frequentadores daquele espaço. Alguns se movimentavam apressadamente enquanto outros nem tanto. Além disso, trajavam-se e tinham costumes heterogêneos, numa mistura de cabelos longos e curtos, camisas sociais e camisetas, salto alto e tênis etc, sem que tais questões qualificassem algum tipo de fronteira. Havia apenas essa espécie de discrição e flexibilidade. Tidos pelas outras áreas da empresa como introspectivos, silenciosos, de linguagem objetiva e comportamento anti-social, isso não era observável no interior de seus respectivos grupos, onde revelavam outras características, não demonstrando qualquer automatismo. Ao invés de silenciosos e introspectivos, cordatos, como que dosando a energia despendida em cada gesto, parecendo centrados em suas atividades e prazos de trabalho, metodicamente quantificados pela gerência de projetos e por eles administrados.

Divididos em breves pequenos grupos, que se recompunham em diferentes momentos, conversavam de maneira discreta, mas

descontraída, majoritariamente sobre TI, cobrindo assuntos de trabalho ou privados. Contudo, não se furtavam em conversar sobre temas universais, como futebol ou política. Isso, no cafezinho, almoço, ao redor de um banco ou em frente à tela de seus PCs. Tudo sem demonstrar grandes alterações de comportamento, sem falas paralelas ou interrupções, ouvindo e esperando por sua vez.

As interações pareciam regidas por certa cerimonialidade ritualmeritocrática, mesmo em rodas informais. Um comportamento controlado pelos próprios integrantes, que pareciam categorizar o que é, e o que não é, “barulho”. No geral, a atmosfera podia ser caracterizada pela flexibilidade e informalidade reinantes, havendo espaço para todo tipo de perfil, desde que respeitados os limites.

Mesmo sendo característica normalmente associada à área de informática, esse caso particular tinha pelo menos uma explicação prática. Ocorre que ao longo de sua história a empresa viu-se obrigada a se adaptar à crescente carência de mão-de-obra especializada. Mesmo havendo iniciado suas contratações, exclusivamente, nos melhores e consagrados centros de ensino e pesquisa do estado, aos poucos foi necessário afrouxar suas exigências. Hoje, contenta-se com uma boa formação de nível médio ou ensino técnico. Os únicos obstáculos institucionais à entrada de novos profissionais dizem respeito, primeiramente, à necessidade ou não da imediata contratação. Somado a isso, vem o conhecimento especializado nas ferramentas de trabalho, baseadas nas apostas tecnológicas, passadas e presentes, de forte presença ou crescente utilização: SQL e JAVA<sup>7</sup>.

Até essas [atendimento inicial: nível 1], a gente tem uma dificuldade de contratação, porque não é uma simples telefonista, ela exige um certo conhecimento de habilidade de registro de chamada... corretamente na fila de atendimento... mas, esquecendo essas duas profissionais [nível 1], todos os demais têm que ser técnico, aliás, hoje, o primeiro requisito que a gente

---

<sup>7</sup> Linguagem de programação baseada em objetos e ligada à *internet*.

cobra numa contratação de um profissional pra central de atendimento é ele tirar dez na prova de técnica nossa: técnica de programação [...] então, quando a gente aplica uma prova por exemplo pra alguém que vai entrar na área de implantação ou de operação... ou de atendimento, é essa prova de SQL; esse é o base porque essa... é aí que está toda a inteligência, em todos os sistemas que a gente desenvolve.

Isso ajudava a criar e reproduzir outra característica local, uma tecnomeritocracia específica, cujo vigor, podendo relativizar a estrutura formal, além de possibilitar, não raro, novas interpretações das categorias locais, visualizáveis por meio de redes sociais de cunho egocêntrico<sup>8</sup> (BARNES, 1969). Quanto a isso, foi curioso perceber certa variedade de Alfas em uma mesma rede<sup>9</sup>. Uma possível explicação estaria ligada ao conteúdo (tecnológico) do sinal ativado, já que parece existir grande especialização, mesclada à hierarquia, além da variedade de interesses particulares. Por isso, qualquer explicação passa, necessariamente, pela característica tecnomeritocrática recorrente. Em seu limite, o plano técnico relaciona-se bem com *hardwares* e pessoal afim, ao mesmo tempo em que revela pouco interesse quanto à real aplicação de seu trabalho, seja pelo cliente, seja por outras áreas da empresa.

Como primeira constatação, percebi que havia uma mesma visão disseminada, tanto em TI quanto externa a ela, com potencial para gerar fronteira identitária (RUBEN, 1986): “nerds” seriam pessoas caladas, de difícil socialização, agressivamente objetivos, que preferiam o relacionamento com máquinas e linhas de código a pessoas. Um estigma que parecia estar bem disseminado, já que muito repetido e, mesmo, não contestado por suas “vítimas”. Por outro lado, recebiam a licenciosidade derivada desses predicados. Consubstanciava-se, por exemplo, na possibilidade de permanecer

---

<sup>8</sup> Os impulsos que ativam a estrutura partem e/ou convergem de um dos elos, chamado de Alfa.

<sup>9</sup> Ou tratar-se-iam de redes sobrepostas por diferentes componentes tecnológicos ou hierárquicos?

indiferente frente às solicitações ou programas de mudança não automatizados, como que cobrando contrapartida pela personalidade imputada. Portanto, acreditavam numa situação estável, desde que cumprissem seus prazos em suas funções de programação, estas sim de real responsabilidade. Quanto às outras questões, abria-se a possibilidade de “administrar a pressão”, dadas as armas do estigma, como que escolhendo aquilo que seria ou não relevante. “Reivindicar uma identidade é construir poder” (Castells, 2008, p. 235).

Tais traços, mesmo traduzidos como limitações do perfil específico, mais que tolerados, eram tidos e tratados como um dado por “especialistas” do setor de TI e RH. Mesmo porque, justificavam-se, tratar-se-ia de profissão muito demandada pelo mercado, não faltando oportunidades de emprego alternativo àqueles jovens. Paradoxalmente, mesmo parecendo aceitar que “programadores são mesmo assim”, havia no ar clara consciência do conteúdo, quase que, esquizofrênico contido naquele tipo de explicação *vis-à-vis* o sentimento de impotência causado por aquele “fato”, tido como inevitável.

O problema relatado era relacionalmente dirigido às mais diversas direções. Assim, no RHU significava que alguns instrumentos da área não eram passíveis de aplicação local; na área comercial, que certos problemas, que poderiam ser resolvidos rapidamente, deveriam seguir rito mais demorado e cerimonioso; etc. Coletiva e estrategicamente, tinha-se: dado o imperativo de ganhos marginais de produtividade, como desarmar situações indesejadas possivelmente construídas pelo comportamento descrito? Como deveria ser um programa que pretendesse atenuar essa característica, dado o formato preferencialmente utilizado, via intencionalidade formal?

Por outro lado, o estereótipo citado também parecia uma impressão de pessoas de outras áreas externas que, por uma razão ou outra, valiam-se apenas do olhar distante, demonstrando pouca ou nenhuma relação pessoal com “as engenharias”, normalmente, referenciados por essa peculiar forma coletiva. Por seu turno, além de não demonstrar qualquer preocupação, os tais *nerds* pareciam

apreciar a identificação. Um informante dali, assim respondeu à provocação de que a atividade de programação fosse muito automática:

Teve, no passado [...] se falava muito como conceito, né, em “crise de software”, por quê? Por que dá pra você fazer um prédio tão grande e você vai fazer um software grande e tem tanta dor de cabeça? [...] então, isso, foi motivo de estudo de muita gente, empírico ou não. Os caras chegaram a algumas conclusões, que hoje a gente tem, na verdade, meio que um guarda-chuva, que tem várias denominações, mas basicamente, o pessoal denomina Ágil, mas tem influência também do modelo Toyota [...] Na verdade, não dá pra automatizar que nem uma linha de produção [...] Isso é uma falácia [...] assim, grande parte dos problemas, na realidade, vem dos aspectos, assim, humanos [...] esse tal de Ágil que eu estava falando, que é uma resposta [...] tem os princípios [...] Mas quando você fala de automatizar, principalmente software, eu acho que tem de entender bem o que é... tem que definir os termos. Você consegue delimitar um processo ali ou algumas práticas [...] existem pessoas fazendo software e elas funcionam melhor em certos ambientes [...] você para de tratar as pessoas como máquina, aí o negócio começa a andar [...] por exemplo, uma das críticas severas à CMMI é que ela simplesmente esquece que tem gente que faz as coisas, parece que são um bando de robôs, entendeu? Você passa pra pessoa uma certificação, [e diz:] ‘Esta certificação está certa, cara! Tem que fazer’; e não funciona assim na prática, nunca funcionou, sabe? As vezes que deram certo é porque teve alguém que deu o sangue em algum ponto.

E ainda noutra situação:

É que, na verdade, não é só a parte técnica, né? Tem a parte de processo também. Quer dizer, como é que se desenvolve; como é que você coloca um bando de pessoas...? A princípio... né? Como é que faz pra eles

andarem pro mesmo lado e, no final, meio que por mágica, sai um produto rodando né? E rodando, quer dizer, que eu nem precise rever; o conceito de pronto, né? [...] Mas, de qualquer forma, a gente sempre tem interação muito grande com as pessoas do projeto, assim... às vezes, não é tão agradável, né? Porque às vezes tem que... as outras pessoas não mudam... Por definição, as pessoas sempre seguem... a inércia, né? Sempre tem a inércia, as pessoas só querem fazer: ah, não, eu estou acostumado a fazer isso. Então, assim, a gente sempre tem que quebrar um pouco ali o pau, vamos falar assim, mas é... mas, assim, eu, pessoalmente, assim, eu interajo com a pessoa que trabalha com a mesma gama de tecnologia, eu interajo muito, assim, tipo, a tal ponto de eu chegar assim, meio do nada, chegar lá: o que que você está fazendo, sabe? É coisa meio incisivo mesmo, se não, não funciona, não é? Que é muito fácil a entropia aumentar. A entropia, uma das leis da termodinâmica, né? Ela aumenta facilmente, então... assim: você combina que vai fazer o negócio de um jeito e você deixa o pessoal lá, tipo um projeto inteiro, fazendo. E, no final, sai tudo diferente; aí quando você vai dar a manutenção, está tudo diferente do que as pessoas achavam, né? 'Nossa, agora está mais caro!' Então, a interação é grande, tá.

No conjunto, portanto, muitos dos estigmas também tratavam de características distintivas unificadoras, mas que não sobreviviam à observação sistemática, esta sim, reveladora da diversidade de redes de significado local<sup>10</sup>, que comportavam interesses díspares.

Do ponto de vista relacional, era possível perceber certa manipulação a partir de algumas daquelas expectativas, segundo o contexto. Mesmo porque, como tal, qualquer comportamento esperado tende a gozar de certa autonomia e complacência, conforme o caso, numa implacável classificação quanto ao que vem

---

<sup>10</sup> Entendida como organização de significados em redes sociais, conforme em Barnes (1969).

a ser normal (FOUCAULT, 2003). Assim, aqueles jovens profissionais eram acusados de gerar receio à aproximação de pessoas de outras áreas da empresa. Estes últimos alegavam que o contato exigia preparo, exatidão, concisão, clareza, enfim, cansava, era “por demais”. Se possível, era mais fácil evitá-los. Por seu turno, o pessoal das engenharias parecia não se incomodar, senão até apreciar o distanciamento relativo. O fato é que a fronteira parecia duplamente aceita.

Independentemente do nível de consciência ou intenção, o fato é que muitas das características encontradas demonstraram mecanismos reforçados, alimentado ou limitados, continuamente, pelos instrumentos de gestão local. Estes formavam conjunto homogêneo centrado/ iniciado no indivíduo, seu estoque de conhecimento específico que, em última instância, vem determinar o *status* junto ao grupo, tanto formal quanto informalmente. E isso, desde a entrada e desenvolvimento de novos e antigos colaboradores até o plano estratégico.

Portanto, o trabalho apontava para a responsabilidade da direção da empresa como a causadora da própria queixa. Formava-se então a seguinte questão: qual o nível de consciência da gestão sobre sua participação na formação dessa fronteira identitária indesejada? Nossa pergunta de pesquisa seria derivada de uma autocrítica ou a gestão não estaria sequer consciente de seu papel?

### **Integração: Mais um limite à racionalidade funcionalista**

O enfoque funcionalista encontrado na teoria das organizações opera a partir de descrições sumárias de comportamentos em meio a estruturas, objetivando estabelecer relações de dependência e/ou de sequencialidade entre variáveis. No limite, uma prática que permite classificar descrições funcionais por meio da emissão de juízo de valor político-hierárquico. Assim, opera recortes relacionais de maneira

incompleta, tendo em vista classificar os elos de rede por meio de dicotomias totalizantes. Num o certo, noutra o errado.

Ao tomar tais conclusões, dadas como ponto de partida, a etnografia customizada passa a problematizá-las, perscrutando relações entre sujeitos com algum poder de agência. Isto é, com livre-arbítrio para decidir se, quando e como irão ou não reproduzir determinada estrutura, com ou sem mudança, em acordo a uma visão de mundo e prerrogativas políticas próprias. Também permite avaliar o vigor da estrutura, em termos de *limiaridade* (TURNER, 1974). Uma relativização necessária ao aprofundamento da análise de contextos de ação específicos, que pode ser empreendida em termos de tempo e espaço.

Dessa maneira, tratamos de situações em que agentes sociais – portadores de razões e lógicas distintas e legítimas, isso não está em questão – relacionam-se em níveis variáveis de liberdade de ação. Algo que implica, senão na necessidade, ao menos, na possibilidade de (re)interpretações diferentes frente ao mesmo *conjunto-de-ação* (BARNES, 1969). Paralelamente, dada a subjetividade realçada, haveria indeterminadas possibilidades e níveis relativos de (in) consciência quanto a fenômenos e significados, especialmente, quando vinculados à prática cotidiana.

Por exemplo, um ator poderia imputar “culpa” ao outro, quanto à geração de determinado contexto de ação, sem que o outro assim perceba. Nesse caso, tratar-se-ia de algum nível de conflito. Configuraria ainda, um caso em que o observador desarmado, após ouvir os dois lados, não conseguiria determinar qual deles, afinal, é a “vítima”, já que ambos reclamam da atitude do outro e apresentam razões para tal. Algo que, descartada a consensualidade, poderia desencadear algum nível de violência, mesmo que por via normativa. Nesse caso, tomaria a feição decorrente dos atributos de poder de cada lado, caracterizada por crescentes níveis de detalhes que só a empiria poderia revelar. Tudo isso em tese. Já no lado real, um informante assim explicou a relação:

A primeira coisa que eu falo quando eu entro no projeto, quando as pessoas não me conhecem, eu falo assim: olha, antes de mais nada, este projeto não é pra fazer amizade, cara. Isso causa choque nas pessoas, não é? [...] a amizade é um efeito colateral [...] você não pode achar que você vai e... vou ser amigo daquela pessoa! Quer dizer, isso é coisa da vida, não é? Quer dizer, não estou falando de computação nem de nada. E tem gente que quer forçar a barra; por quê? Porque às vezes tem uma deficiência, tem alguma coisa... e aí vira uma muleta, não é? Mas aí o quê que acontece? Em todos os projetos, se faz amizade; quer dizer, por conta disso; aí a amizade, ela emerge como uma confiança e tal.

Ora, a gestão nos faz uma queixa quanto a um tipo de comportamento sistematicamente reproduzido por um grupo que, por sua vez, não estaria respondendo aos instrumentos de intervenção utilizados. Ou seja, reconhecida certa recorrência relacional indesejada, recursos foram direcionados para um objetivo apontado. No caso, uma consultoria especializada foi contratada; um programa foi concebido e aprovado como decorrência de trabalho e negociação; houve a execução desse plano: *workshops*, cartazes de *endomarketing*, formação de grupos de trabalho, reuniões de discussão, planos e metas secundários etc. Contudo, os objetivos iniciais não teriam sido atingidos minimamente.

A pesquisa passava, necessariamente, pelo exame dos documentos formais que fizessem referência, direta e indireta, ao problema levantado *vis-à-vis* a coleta resultante do procedimento de observação participante. Um conjunto de dados coletados dialogicamente que balizavam a atuação do estrato social em análise, em suas subdivisões, papéis e prerrogativas, individuais e coletivas – organograma, missão, visão, planos, mapeamento de processos, enfim, todos os registros funcionais que dessem suporte aos elementos de intencionalidade, consensualidade ou

normatividade; mais tarde, confrontados com os discursos em busca dos elementos de estrategicidade.

Por outro lado, sempre que o método aponte para a participação efetiva da direção no conjunto-de-ação estigmatizado, seja como iniciadora, seja mantenedora da ação, o foco se voltava para o outro pólo da relação. Assim encaminhado, surge não só uma possibilidade de resolução de baixíssimo custo social da problemática conflituosa, incluído aí o financeiro, mas também da melhoria significativa das condições de sociabilidade local. Isso, pelo simples fato de que o combate a contextos de ação específicos em situações de assimetria de prerrogativas – como é o caso entre gestão e subordinados –, imputando plena responsabilidade àquele que se limita a responder à estrutura “dominante”, apresenta potencial para configurar, senão uma situação de violência, ao menos, de estresse. Um intervalo relacional que não interessava a ninguém. Ou seja, o diagnóstico tradicional que imputa todo problema que não consegue explicar, normal e repetidamente, a problemas com a comunicação ou com o treinamento, nesse caso, apenas revelaria seus limites, provenientes da matriz funcionalista, por ignorar elementos explicativos não apreensíveis a partir desse instrumental. Destarte, no caso empírico em análise, ação e discurso precisariam ser analisados comparativamente.

Mesmo passado um ano e prestes a ser reeditado, ainda subsistiam diversos cartazes do programa “Meu cliente, meu amigo” nas paredes da empresa. Eram em cores escuras e tons difíceis de definir, com logotipo padronizado (ver *slides* abaixo) e frases do tipo: “A missão de todos os profissionais da empresa é conquistar e reter clientes”. O exame de conteúdo revelou perfeita sintonia com os preceitos da mercadologia tradicional (KOTLER, 1990), tendo em vista o que o estudante encontraria em seus livros-texto. Por outro lado, não parecia haver qualquer processo de adequação, em termos da alteridade, do público alvo: marca, mercado, cadeia de valor, eficácia coletiva etc. Todos referem-se a preocupações derivadas de visão de mundo específica, mas que remete o ouvinte desavisado ao senso comum.

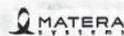
## Objetivo do Programa

**Estimular a aproximação da empresa com os clientes e levantar as ações a serem tomadas em busca da melhoria contínua desse relacionamento.**



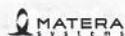
## Agenda

- **A importância da MARCA**
- **O mercado de TI**
- **O profissional de TI (cliente)**
- **O fornecedor de TI ideal**
- **Compromissos Profissionais**
- **Eficácia Organizacional**
- **Atendimento a Clientes**



## A importância da MARCA

- Marca não é um nome ou logotipo. **É a somatória de percepções e sentimentos dos consumidores em relação a um produto, serviço ou empresa**
- Marca pertence aos consumidores
- **É formada de percepções e não de intenções**
- Quanto mais diferenciado, relevante, conhecido e estimado forem os valores de uma Marca, mais forte será seu patrimônio
- Marca forte: atrai mais consumidores, fideliza clientes, protege da concorrência, assegura mais vendas e garante margens



## O fornecedor de TI ideal

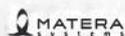
### SEGURANÇA

Eficiência tecnológica  
Solidez da empresa  
Pouca rotatividade  
Capacidade financeira  
Conhecimento no mercado  
Ética  
Confiabilidade

### FOCO NO CLIENTE

(e no seu profissional de TI)

Conhecimento do negócio  
Rapidez de atendimento  
Boa customização  
Bom relacionamento  
Demonstração de interesse  
Treinamento  
Suporte  
Aconselhamento



Os trinta *slides* do *workshop* inicial evidenciam um conteúdo que, mesmo refletindo os objetivos da gestão da MATERA, não vai de encontro às preocupações ou à linguagem do público descrito no item anterior, alvo do programa. Na verdade, atém-se à explanação de princípios gerais, disciplinarmente focados, parecendo contar, *à priori*, com uma espécie de voluntarismo militante do pessoal das engenharias no que se refere à necessária instrumentalização dos conceitos ali contidos. Mais ainda, sugere não lidar com questões concretas, que sensibilizariam sua plateia. Pessoas que gastam parte significativa de seu tempo para estarem *up-to-date* com todas as novidades em TICs, e que se identificam com a MATERA por isso.

Mesmo com essa ordem de limitações, pareciam prontos a *tirar leite de pedra*. Foi assim que chegaram a efetuar traduções singelas como: “todo mundo sabe que tem que tratar bem cliente”, “tem de ser educado”, “a gente sabe quando é frescura”, “a gente tira sarro, mas na hora H sabe o que tem de fazer”. Por outro lado, compensavam esse estado de coisas com humor ácido. Este era dirigido, principalmente, para a logomarca da campanha, que estaria mostrando um cliente sem olhos, com boca e braços desproporcionais e vistos ora como assustadores ora como repulsivos, querendo um abraço pegajoso. Até uma camiseta jocosa fora elaborada à época.

Em suma, a apresentação buscava mudar um comportamento tido como característico de “computeiro”, de não adequação, replicando a ação indesejada, embora sob outra linguagem hermética, agora, estranha ao próprio local. E assim, simplesmente, a empresa não realizou um encontro entre discurso e prática: não demonstrou arriscar-se ao contato.

Alternativamente, e em conformidade com os padrões culturais descritos, a mudança poderia ter sido iniciada com alguma sorte de diálogo ao invés do simples discurso em mercadologia. Afinal, antenados e ligados às novidades em TI, não se furtam em fornecer elementos conceituais formadores de sua visão de mundo, como que, reafirmando sua identidade. Foi assim que surgiu o termo “Agile Manifesto”. Mais tarde, havendo

explorado a pista, pude encontrar mais detalhes. Foi dessa maneira que acabei percebendo que a “moda” era, ou ainda estava por ser, Agile (<http://agilemanifesto.org/>):

### Principles behind the Agile Manifesto

*We follow these principles:*

*Our highest priority is to satisfy the customer through early and continuous delivery of valuable software.*

*Welcome changing requirements, even late in development. Agile processes harness change for the customer's competitive advantage.*

*Deliver working software frequently, from a couple of weeks to a couple of months, with a preference to the shorter timescale.*

*Business people and developers must work together daily throughout the project.*

*Build projects around motivated individuals. Give them the environment and support they need, and trust them to get the job done.*

*The most efficient and effective method of conveying information to and within a development team is face-to-face conversation.*

*Working software is the primary measure of progress.*

*Agile processes promote sustainable development.*

*The sponsors, developers, and users should be able to maintain a constant pace indefinitely.*

*Continuous attention to technical excellence and good design enhances agility.*

*Simplicity--the art of maximizing the amount of work not done--is essential.*

*The best architectures, requirements, and designs emerge from self-organizing teams.*

*At regular intervals, the team reflects on how to become more effective, then tunes and adjusts its behavior accordingly.*

O texto acima demonstra não só um caminho de cooperação com o cliente, mas também quanto ao trabalho coletivo. Além de explícito, apela àqueles corações em especial, que pareciam acolhê-lo:

É, Agile Manifest! [...] É muito interessante... [...] É simples; uma delas é: você tem que privilegiar a interação entre as pessoas [...] privilegiar as pessoas em detrimento das ferramentas. Os caras falam isso! Mas aí você pode falar: bom, mas o que isso quer dizer? Isso quer dizer muitas coisas. Está querendo dizer o seguinte: se você não tiver um relacionamento bom, cara, não adianta ficar fazendo uma ferramenta que aperta um botão lá e... abre e fecha uma porta... e sai em uma caixa, sabe?

Um achado que, dialogicamente, fazia a questão inicial voltar-se para o outro elo da relação, no caso, a gestão. E isso, segundo o método, porque nossa questão apenas será elucidada com o aprofundamento investigativo junto aos dois segmentos mais diretamente implicados no conjunto-de-ação recortado para análise. Afinal, se o discurso da gestão, e sua intencionalidade manifesta em programas, direcionava nossa atenção para o segmento das engenharias, agora, ela se voltava para a direção da empresa. Enfim, parecia haver uma tendência, um padrão emergente a ser explorado e incentivado pela gestão. Ou mesmo, um típico “problema de comunicação”: claro sinal de limite à análise exclusivamente funcionalista.

Antes de prosseguir, porém, vale um esclarecimento metodológico. A presente exposição separa artificialmente os elos da rede social analisada. Trata-se de mero artifício expositivo, visando maior clareza que a alcançada por meio da reprodução cronológica da atividade de pesquisa. Na prática, o desenvolvimento dialógico segue itinerário específico, sem tantas possibilidades alternativas. Assim, cada pergunta gera a necessidade de uma resposta para que a troca possa prosseguir e resulte em entendimento compartilhado.

Um ir e vir esclarecedor, que aproxima elos de rede inicialmente apresentados como díspares, mas que a familiaridade vem ensinar tratar-se de uma mesma e única realidade. Retomemos o diálogo, ouvindo agora a institucionalidade formal.

O *site* apresentava a MATERA como “uma empresa para o futuro”, assim descrita em seu “perfil”:

A MATERA Systems iniciou suas atividades em 1987. Ao longo de mais de 20 anos de história a empresa cresceu, expandiu seus mercados sem, no entanto, deixar de lado características que foram fundamentais para seu sucesso. São marcas registradas da empresa o constante investimento em métodos e processos, bem como a preocupação com a capacitação de seus profissionais.

**A qualidade na prestação de serviços e o reconhecimento por parte dos clientes proporcionam relacionamentos duradouros e são os principais impulsionadores do crescimento da empresa.** Procurando aliar excelência técnica com o conhecimento de negócios, os produtos da MATERA Systems consolidaram-se em importantes mercados. É alinhada com os movimentos de globalização da economia, a empresa também explora oportunidades no exterior e concentra esforços na exportação de seus serviços de desenvolvimento offshore.

**A história da MATERA Systems confirma sua vocação para o crescimento e a solidez, mantendo sempre o foco nos clientes e na satisfação de necessidades cada vez mais desafiadoras.**

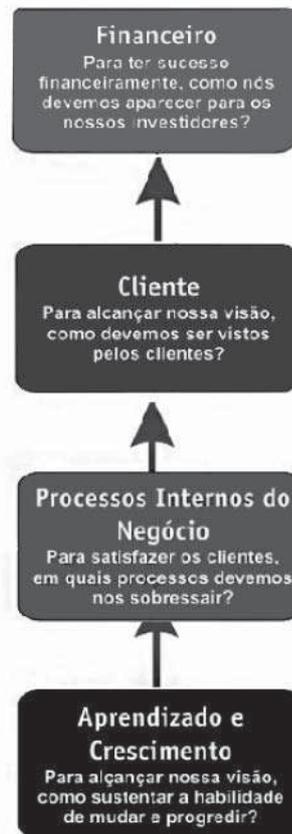
Os dois trechos em negrito (grifo nosso) dizem respeito ao objeto de estudo da pesquisa. Do primeiro, obtemos o funcionamento atual das estruturas sociais internas, resultado de decisões passadas, emendadas duas vezes com a conjunção

coordenada aditiva “e”<sup>11</sup>. Quanto a isto, o trecho “e o reconhecimento por parte dos clientes proporcionam relacionamentos duradouros e” parece ter sido adicionado posteriormente; do segundo, uma preocupação relativamente atual, que vem ocupando a capacidade diretiva da MATERA quanto a um encaminhamento seguro. Conjuntamente, demonstram mudança na visão estratégica e, conseqüentemente, foco: de processos para clientes. O “perfil” acima corrobora a existência de uma construção de significado pretérito mesclada com o presente, mas sem composição: um novo texto não foi produzido, mas seguidamente emendado.

Mais evidente ainda foi o documento de “planejamento estratégico” da empresa, balizador interno oficial de todas as ações significativas. Era dividido em quatro grandes blocos, cada qual guiado por um conjunto de “métricas” (metas ou indicadores). Sua análise sugere haver uma relação causal, nos moldes de um fluxograma invertido, tendo como grupo de variáveis mais independentes “Aprendizado & Crescimento”, no sentido de uma contínua ampliação do leque de competências internas. Logo em seguida viria “Processos Internos”, que por sua vez influenciaria um agregado denominado “Cliente”, que finalmente causaria os resultados do grupo “Financeiro”, tido como o conjunto de variáveis mais dependentes de toda a cadeia:

---

<sup>11</sup> Orações aditivas expressam ideia de acréscimo ou adição à oração anterior.



A pesquisa também averiguou, a partir de fontes internas documentadas, que a origem do instrumento estruturador do desenho acima fora desenvolvido originalmente por dois professores de Harvard (Robert Kaplan e David Norton), o Balanced Scorecard (BSC)<sup>12</sup>. Adaptando os agregados do desenho acima à proposta teórica original, teríamos:

---

<sup>12</sup> Aproximadamente 11,5 milhões de ocorrências para “Balanced Scorecard” no Google.



A maneira com que o modelo foi traduzido, da teoria para a prática, abre a possibilidade investigatória da análise comparativa – entre o inicialmente formulado e o efetivamente incorporado. Quanto a isso, no que mais salta aos olhos, o modelo original não contempla a causalidade entre os agregados, mas a inter-relação. Porém, a manifestação local do modelo estabelece um agenciamento específico, em cadeia. Mais ainda, o detalhamento desses agregados traz uma série de métricas relacionadas pela mesma lógica.

Nesse sentido, averiguada a característica tecnomeritocrática como um dos traços identitários centrais àquele lugar, diacronicamente, posicionar “clientes” como mera consequência causal ocupava temporalidade anterior às inadequações relatadas pela gestão. Ou seja, não apenas a valoração estava hierarquicamente estabelecida, como encontrava plena possibilidade de engajamento daqueles profissionais reverenciadores do conhecimento específico,

coadunando-se à supremacia em “Aprendizado & Crescimento”. Este fora colocado como causa primária de todas as metas, encontrava lugar de destaque na organicidade local, em composição com os objetivos divulgados e premiados pela gestão. Isso torna possível entender o tipo de escolha que qualificou o comportamento daqueles jovens frente à clientela externa às engenharias.

Destarte, do ponto de vista do sujeito, sendo o traço “tecno meritocrático” anterior à tendência “Agile”, ainda em formação, não causa espanto supor pela acomodação à diretriz organizacional estruturante. De resto, já estava ali “instalada” e, especificamente, estampada em diversas ferramentas gerenciais, mas especialmente no “Planejamento Estratégico”, documento balizador que perpassava todo organograma ao integrar as metas individuais e departamentais com a visão oficial da empresa, originando assim toda uma série de documentos e instrumentos auxiliares.

### **O processo de tradução da teoria nativa**

Etnografar o exótico sempre significou o estudo prévio do idioma nativo, sem o que o contato ficaria extremamente prejudicado. Afinal, como descrever categorias locais sem sequer entender a linguisticalidade presente no discurso do informante?

Desde os desenvolvimentos em etnologia até a teoria interpretativista (sem mencionar os pós-modernos), não faltam alertas quanto aos perigos da classificação apressada de categorias antropológicas. Assim, seja ao discutir discurso e referência (PARKIN, 1996), seja ao problematizar o processo de tradução (GEERTZ, 2002), o relativismo metodológico reza estranharmos mesmo aquilo que julgamos conhecer. Contudo, a questão ganha mais vulto ao estudarmos uma cultura próxima à nossa (CARDOSO, 2004). Um contexto inconteste para a necessidade de movimento estranhamento-familiaridade, desenvolvido como corolário, para cobrir todos os aspectos relevantes à descrição e análise das categorias pesquisadas. Um processo no qual, dentre o outras coisas,

o pesquisador deve despojar-se de seus significados e preconceitos. Sem esses cuidados, o diálogo é prejudicado e o entendimento mutuamente dificultado.

A pesquisa revelou que mesmo o conceito de “cultura” é, no contexto do *locus*, uma categoria de entendimento, cuja heteroglossia apresenta a primeira armadilha para o etnógrafo. Mais ainda que, na gênese do problema, enquanto conceito, podemos notar a disputa em meio à diversidade de formações profissionais e suas disciplinas de referência. Este último tópico discutirá o processo de tradução do termo “cultura”, da teoria nativa para a teoria do pesquisador.

Enquanto a cultura vem sendo objeto de estudo da antropologia por mais de um século, pode-se perceber certa apropriação do termo por outras áreas e disciplinas, especialmente, a partir do final do século passado. Assim, toda uma literatura<sup>13</sup>, que inicialmente poderia ter sido considerada mero modismo, terminou por tomar corpo, até o ponto de ensejar nova área na teoria da administração (TGA), a do Desenvolvimento ou Comportamento Organizacional (DO) (CHIAVENATO, 1999; MOTTA e VASCONCELOS, 2006).

A pesquisa averiguou que o “conceito de cultura” desenvolvido junto ao lugar de pesquisa era coerente à reformulação em TGA. A gerente de RH, psicóloga de formação, era a portavoza e autoridade na questão. Portanto, a dificuldade inicial relacionava-se ao entendimento em meio à constante utilização do termo, no diálogo pesquisador-gerente, pelo ator instituído para o contato.

Enquanto o conceito de cultura me remetia à fluidez de entendimentos quanto à realidade vivida e seus elementos em interação, um resultado de pesquisa; demorei a perceber que meus interlocutores o tinham como algo dado e *a priori*, portanto, prévio à pesquisa. Desse modo, à medida que entendia a cultura como fator de condicionamento das estruturas sociais; os nativos

---

<sup>13</sup> Sendo Schein (1985) o de maior repercussão.

tratavam-na como elemento ligado às mudanças trazidas por consultorias contratadas a peso de ouro.

As discrepâncias apontam para uma inversão de significado: enquanto a etnografia parte da relatividade para encontrar condicionantes, padrões dominantes e emergentes; a apropriação utilizada localmente partia de uma série de características predefinidas a serem injetadas através de (re)alocações, que permitiriam alcançar “resultados” tidos como desejáveis pela direção<sup>14</sup>.

Metodologicamente, a análise funcional não tem como perceber as implicações contextuais relatadas pela pesquisa, dado o limite conceitual. Mais ainda, pode ocorrer uma série de implicações políticas, desdobrando-se em problemas operacionais, como foi o caso da MATERA.

A conceituação em cultura advinda da TGA e encontrada na empresa, ao trabalhar exclusivamente com elementos funcionais, não tem como desembaraçar-se da utilidade mítica. Isso porque, mostra-se um instrumento especialmente adaptável a culturas políticas patriarcais e hierárquicas, que clarificam quem manda e quem obedece, vencedores e perdedores. Quanto a essa possibilidade, o termo “cultura organizacional” remete à prática retórica, utilizada tanto como defesa quanto ataque, mas que aponta para um “buraco negro”, onde o uso efetivo vincula-se a prerrogativas políticas para apontar “culpa” ou “sucesso”, individual ou coletivo. Do mesmo modo, “liderança”, outro termo ligado à DO da TGA, ou a falta dela, viria a calhar em situações junto às quais se julgue necessário, ou conveniente, individualizar o resultado, apontando um culpado ou exaltando uma individualidade junto à baixa gerência.

Sempre haveria vilões a serem excluídos e heróis

---

<sup>14</sup> Enfoques decompõem a realidade organizacional em três grandezas ou áreas causais: estrutura, processos e resultado (HALL, 2004), em aparente adaptação ao modelo Estrutura-Conduita-Desempenho (SCHERER e ROSS, 1990).

reverenciados, conforme o subjetivismo político de quem tenha poder para tal. Assim, a utilização dos conceitos funcionais de liderança e de cultura, potencialmente, é indissociável à conotação política. Aliás, o tratamento em separado para os dois conceitos, em DO, evidencia descrições de atributos estáticos ligados à personalidade ou ao grupo, conforme o caso, que os possuiria ou não. E consubstancia cada qual, um “perfil de liderança” e uma cultura disso ou daquilo, em acordo às características em voga.

Especialmente no que diz respeito ao instrumental proposto pela tese, que referencia este artigo, a aplicação do enfoque tradicional, exclusivamente funcionalista, tende a deixar a organização muito aquém do que seria razoável à criação e manutenção dos propalados ambientes culturais criativos e inovadores. Ao contrário, a possível disseminação de posturas totalizantes, que redundam em marginalizar o diverso, teria potencial para inibir o exercício de novas construções de significado a partir das atividades coletivas. Isso, ao tolher a pessoa ou grupo da expressão de suas ideias, principalmente naquilo que seria mais produtivo e gerenciável, a interlocução. Afinal, quais traços culturais seriam alimentados num ambiente em que a “verdade” viesse da posição hierárquica, não permitindo sequer discussão com o *mainstream*? A resposta parece fácil e tem expressão na cultura popular: tomada a decisão quanto a uma nova “norma” até então estranha ao meio, *manda quem pode, obedece quem tem juízo*; afora isso, restam @s louc@s e @s criador@s de caso, sem capacidade de discernimento.

### **Bibliografia**

- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In. Feldman-Bianco, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*, SP, Global. 1969.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. SP: Paz e Terra. 1988.
- CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. SP:

Makron Books. 1999.

D'ASCENZI, L. *Cultura e Inovação em Organizações: Proposta de desenvolvimento etnográfico a partir de estudo em elos da cadeia de valor de uma pequena software house de Campinas/SP*. Unicamp, Tese de Doutorado em Ciências Sociais. 2010.

GEERTZ, C. *Saber Local*. Petrópolis: Vozes. 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. SP: Graal. 2003.

HALL, R. H. *Organizações: Estruturas, processos e resultados*. SP: Pearson. 2004.

KOTLER, P. *Administração de Marketing*. SP: Atlas. 1990.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. *Teoria Geral da Administração*. SP: Cengage. 2006.

PARKIN, R. *Genealogy and category: An Operational View*. L'Homme 139. 1996.

RUBEN, G. *Teoria da Identidade: Uma Crítica*. In. Anuário Antropológico/ 86, RJ: Tempo Brasileiro-UNB. 1988.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. RJ: Zahar. 1990.

SIMON, H. A. *Comportamento Administrativo*. (mimeo) Rio de Janeiro: Editora da FGV. 1979.

SCHEIN, E. *Organizational Culture and Leadership*. San Francisco: Jossey-Bass. 1985.

SCHERER, F.; ROSS. *Industrial Market Structure and Economic Performance*. Boston: Houghton. 1990.

## FACES DO PRÉ-SAL BRASILEIRO: MIGRAÇÃO, TRABALHO E SOCIABILIDADE

*Claudelir Correa Clemente<sup>1</sup>*

**Resumo:** A partir de observações etnográficas o presente trabalho apresenta experiências de trabalhadores migrantes que atuam na exploração e produção petrolífera em mares brasileiros, em específico, trabalhadores offshore estrangeiros envolvidos nas atividades do pré-sal em área marítima denominada bacia de Santos. Essa bacia estende-se do estado do Espírito Santo ao estado de Santa Catarina – é o espaço da exploração petrolífera da camada pré-sal. Em específico, nas cidades de Macaé/RJ, Rio de Janeiro/RJ e Santos/ SP, observa-se um crescente aumento de trabalhadores estrangeiros offshore contratados por empresas transnacionais que atuam no setor. Atraídos pelo trabalho na plataforma em alto mar, pelas promessas de um excelente salário e pelos 15 dias de tempo livre, já que a maioria dos contratos trabalhistas dessas empresas estrangeiras, prevêem 15(quinze) dias de trabalho e 15 (quinze) dias de folga, os trabalhadores estrangeiros acabam desenvolvendo experiências sociais que os colocam entre o mar, a terra e a origem. Para a antropologia, tais experiências apontam para criação de vínculos sociais específicos que permitem compreender algumas das formas de sociabilidade contemporânea, tornando visíveis muitas das faces que compõem a globalização.

**Palavras – chave:** profissionais transnacionais, pré-sal, etnografia.

**Abstract:** From ethnographic observations this paper presents the experiences of migrant workers working in the oil exploration and production in Brazilian seas, in specific, offshore foreign workers involved in the activities of the pre-salt offshore area known as the Santos basin. This basin extends from the state of Espírito Santo to Santa Catarina –is the space of oil exploration in the pre-salt. In specific, in the cities of Macaé / RJ, Rio de Janeiro / RJ and Santos / SP, there is an increasing number of foreign workers employed by offshore transnational corporations operating in the sector. Attracted by work on the platform at sea, by the promises of an excellent salary and the 15 days of free time, since most of the labor contracts of these foreign companies predict fifteen (15) working days and fifteen (15) days off foreign workers eventually develop social experiences that place them between the sea, the earth and the origin. For anthropology, these experiences point to the creation of specific social ties that

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta II de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia.

allow us to understand some of the contemporary forms of sociability, making visible many of the faces that make up globalization.

**Keywords:** transnational work, pré-sal, ethnography.

### **Entre o mar, a terra e a origem: especificidades do trabalho *offshore***

Diariamente circulam nos heliportos de Cabo Frio/RJ, Jacarepaguá/RJ, Itanhaém/SP, Macaé/RJ, Navegantes/SC e Vitória/ES trabalhadores *offshore* que atuam em plataformas ou em navios sonda utilizados na exploração e produção de petróleo em mares brasileiros. Analisarei as relações entre trabalho e sociabilidade urbana no cotidiano desses profissionais em seus momentos de folga.

Para tanto, antes farei uma breve apresentação desse universo do trabalho *offshore*.

*Embarcados* é como são conhecidos os trabalhadores *offshore* no universo petrolífero. É um grupo composto por operários, técnicos, engenheiros, geólogos, geofísicos e outros profissionais da área de energia. Entre eles encontram-se mulheres e homens de várias nacionalidades que, com exceção de alguns pesquisadores universitários, são empregados de empresas transnacionais atuantes no setor petrolífero.

Trabalham em unidades marítimas localizadas entre 200 e 400 km da costa brasileira. Seu deslocamento é feito em helicópteros que os transportam da costa ao local de trabalho.

Nas plataformas e sondas seguem um turno singular de trabalho. Se forem funcionários da empresa petrolífera Petróleo Brasileiro, a Petrobrás, trabalham durante 14 dias *embarcados* e dispõem de 21 dias de folga no continente. Quando são empregados de empresas estrangeiras os períodos podem variar, tanto que, nos outros países que tem atividades de extração de petróleo *offshore*, costuma-se prescrever os tempos de trabalho e de folga conforme o que descrevem Freitas, Souza, Machado e Porto (2001):

Em alguns países possui uma alternância de 14/14 (Reino Unido), 7/7 (Estados Unidos), ou mesmo uma progressão de 14/14 no primeiro ciclo, 14/21 no segundo ciclo e 14/28 no terceiro ciclo (Noruega). Em termos de horas de trabalho durante o período de embarque, o mais comum são 12 de trabalho para 12 de descanso, porém o período de horas efetivamente trabalhadas, incluindo as extras, frequentemente chega a ser de 14 horas. Há alguns postos de trabalho em que a jornada pode chegar a 17 horas. De qualquer modo, independentemente da modalidade de turnos estabelecida, alguns trabalhadores permanecem de prontidão durante todo o tempo em que se encontram na plataforma. Por suas características intrínsecas, o trabalho nas plataformas inclui uma ampla diversidade de atividades tais como partidas de instalações e produção; paradas e redução da produção; manuseio de equipamentos e materiais perigosos; controle manual do processo; monitoramento da produção por sistema supervisório; manutenções preventivas e corretivas; limpeza de máquinas e equipamentos; transporte de materiais; operações manuais e mecânicas de levantamento de cargas; inspeções e testes de equipamentos; transporte marítimo e aéreo; cozinha; limpeza; construção e reforma, entre outras. (Freitas, Souza e machado e Porto, 2001, p. 119).

Em linhas gerais, as pessoas que trabalham em unidades marítimas estão divididas em três áreas de atuação: área de perfuração, área de exploração e manutenção/serviços.

Na área de perfuração, concentram-se profissionais tais como engenheiros geólogos, geofísicos, perfuradores e seus ajudantes, mergulhadores e engenheiros submarinos. Na área de exploração, estão profissionais como biólogos químicos, operadores de máquinas, mecânicos, soldadores, eletricitas, pintores e demais operadores de petróleo. Da manutenção e serviços fazem parte cozinheiros e ajudantes de cozinha, profissionais de hotelaria, enfermeiros, médicos, administrativos, analistas de sistemas,

engenheiros de comunicações. São trabalhadores que vivem entre o mar, a terra e a origem. Origem porque alguns, quando estrangeiros, não são moradores das cidades da costa brasileira e muitos, nem do Brasil, mas são habitantes de vários países. Entre os *embarcados* encontram-se argentinos, norte-americanos, chineses, noruegueses, indianos, paquistaneses, tailandeses, alguns dos quais retornam para seu país após o desembarque da plataforma.

Interessei-me em pesquisar esse grupo devido a minha trajetória antropológica centrada em estudos sobre a constituição de vínculos sociais por pessoas que vivem em deslocamentos constantes por motivo de trabalho.

Desde 2000 pesquisei o que denomino de profissionais transnacionais (Clemente, 2005, 2009), concentrando-me nos empregados de empresas transnacionais com atividades na cidade de São Paulo. O foco eram os trabalhadores estrangeiros contratados para cargos cuja norma era flexibilidade para se deslocar constantemente para diversos países do mundo, podendo ficar no novo país por poucos dias ou durante anos. Esses revelariam à antropologia uma vida de intensa mobilidade, que, no seu dia a dia, cria e recria formas de sociabilidade no e pelo desenvolvimento de suas atividades laborais, que os condiciona ao movimento transnacional.

Muitos trabalhadores *embarcados* são profissionais transnacionais e passaram a fazer parte do meu campo de análise a partir do momento da descoberta de reservas de pré-sal pela Petrobrás entre 2005 e 2006, pois toda a movimentação da imprensa e do setor financeiro levou-me a perceber que nesse processo muitos estrangeiros movimentariam de novo o mercado de trabalho brasileiro.

Em 2010, com apoio do CNPq, resolvi iniciar uma pesquisa sobre as redes sociais formadas por profissionais transnacionais atuantes no desenvolvimento do pré-sal brasileiro, a qual gerou as análises que apresento neste artigo.

### **As primeiras inserções no universo petrolífero: iniciação na linguagem técnica e identificação dos espaços sociais**

A partir da aprovação da pesquisa pelo CNPq, começou meu processo de imersão no universo petrolífero. Como já informado, eu vinha do estudo de profissionais transnacionais e é importante que o leitor saiba que, apesar de eles se deslocarem constantemente, moravam por certo período em locais fixos e trabalhavam em escritórios que ficavam em terra firme, situados, principalmente, na cidade de São Paulo. Mas como os chamados *embarcados* não apresentavam a mesma realidade, eu teria que adequar as estratégias de pesquisa.

As primeiras inserções em campo foram difíceis, pois precisei compreender a geografia dos trabalhadores petroleiros, seus espaços laborais e sociais.

Havia definido que iniciaria a etnografia na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, supondo que, como a reserva de pré-sal localizava-se na Bacia de Santos, aí encontraria formas de sociabilidade desses profissionais. Assim, passei a frequentar a cidade com vistas a identificar os espaços sociais dos transnacionais.

Após algumas tentativas sem sucesso de estabelecer campo, sem ao menos conseguir identificar pontos de frequência dos profissionais transnacionais, tal como havia feito na pesquisa anterior na cidade de São Paulo, achei importante procurar o escritório da Petrobrás em Santos em busca de informações sobre a atuação de trabalhadores estrangeiros na exploração das reservas do pré-sal, já que esses trabalhavam em uma das descobertas da empresa. Os contatos foram realizados, apesar de extremamente difíceis, pois os funcionários com os quais conversei demonstravam-se muito cautelosos no que diziam, denotando certo sigilo empresarial. Mesmo assim consegui obter algumas informações esclarecedoras e que permitiram pelo menos definir os primeiros passos a serem dados na execução da etnografia.

Nessas primeiras conversas com a empresa compreendi que a Bacia de Santos, onde se encontra a reserva de pré-sal, é uma área

que se estende do estado de Santa Catarina ao estado do Espírito Santo e está a quase 400 km da costa brasileira.

O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000m. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros<sup>2</sup>.

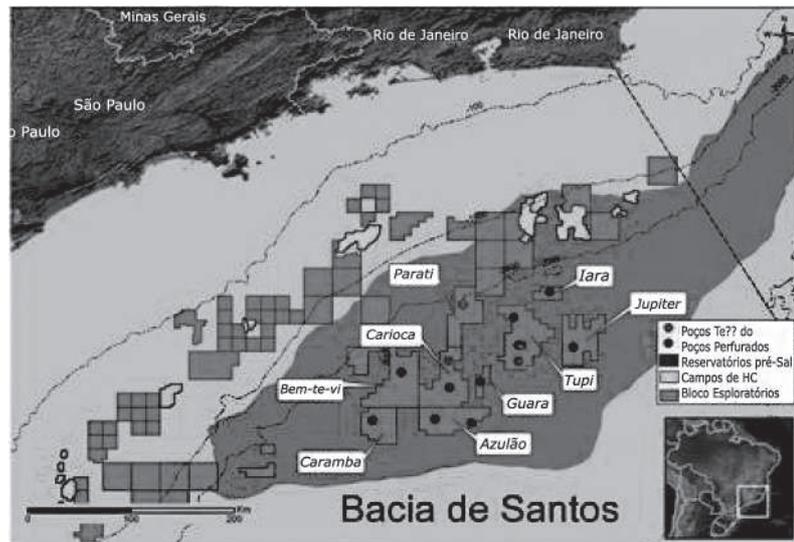
A reserva brasileira é a mais profunda do mundo, representando o maior campo petrolífero em águas ultraprofundas. Outras camadas semelhantes ao pré-sal já foram identificadas em outros locais do mundo (Litoral Atlântico da África, Golfo do México, Mar do Norte e Mar Cáspio) e em algumas dessas regiões foram encontrados indícios de petróleo, mas nada comparado às grandes reservas petrolíferas do litoral brasileiro.

A exploração da reserva brasileira ocorreria em regime de concessão, tendo a empresa petrolífera Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás como sua operadora única, que, em sistema de partilha, unir-se-ia a outras empresas através de consórcios cujos contratos garantissem no mínimo 30% de operações da Petrobrás em cada exploração de campo do pré-sal, estando a Bacia de Santos dividida, até o momento, em nove campos: Tupi, o primeiro a ser descoberto e que atualmente se chama Lula, Azulão, Bem-te-vi, Caramba, Carioca, Guará, Iara, Júpiter e Parati, como demonstra a figura 1.

---

<sup>2</sup> Ver informações do Pré-sal no site [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br).

Figura 1



Fonte: Revista TNPetroleo

Cada campo contém uma empresa consorciada que desenvolve as atividades, a princípio, de pesquisa e exploração do mineral.

Os trabalhadores estrangeiros que compoem a pesquisa são parte desse universo e, na sua grande maioria, são funcionários de empresas estrangeiras consorciadas ou das que fazem parte da cadeia produtiva.

Mesmo com posse dessas informações eu ainda precisava ver e observar a sociabilidade desses trabalhadores. Na cidade de Santos é imperceptível a mão de obra estrangeira atuante no pré-sal. Pouco a pouco constatei que os profissionais estrangeiros transnacionais envolvidos na exploração do pré-sal e *baseados* naquela cidade eram, e ainda são atualmente, poucos e, se eu quisesse realmente me aproximar de uma experiência

social terrestre desses trabalhadores *offshore*, não seria nas cidades da Baixada Santista.

Essa invisibilidade do objeto é algo recorrente nas pesquisas sobre a mão de obra transnacional, o que já havia sido constatado por autores como Tarrius (1992) e Kennedy (2004).

Enquanto dado quantitativo, também são praticamente invisíveis nas estatísticas laborais oficiais e recebem atenção de consultorias especializadas em “expatriados”, termo utilizado pelo mercado para definir esse tipo de trabalhadores. De acordo com uma dessas consultorias, a Mercer, citada pelo jornalista Vanderlei Abreu da revista *Melhor* na versão *online* de agosto de 2009, o número de deles no período de 2008/2009 chegou a 94 mil indivíduos (Abreu, 2008).

Apesar de diminutos em relação a outros números do universo do trabalho e das migrações, os transnacionais atuam em áreas de grande atração financeira e a invisibilidade da qual desfrutam é importante para o desenvolvimento de seu trabalho e manutenção de certos segredos empresariais.

Outro ponto que merece atenção é que a entrada seletiva desses profissionais em diversos países indica que a mobilidade de uma mão de obra de alta qualificação é encorajada como um aspecto importante para o fortalecimento de um mercado e de um tipo de cultura transnacional.

Nesse mapa transnacional, o Brasil figura com um dos países disponíveis à globalização econômica. Efetivamente, observou-se que a onda de privatizações das estatais brasileiras e a abertura do setor de telecomunicações (telecoms), iniciada na metade dos anos 1990, atraiu para o país um significativo segmento da mão de obra estrangeira.

Reportagens daquele período já retratavam a entrada dessa mão de obra qualificada, como a da jornalista Nely Caixeta na revista *Exame* de 9 de agosto 2000, versão on-line:

O Brasil tornou-se o destino de uma nova maré de imigrantes do mundo inteiro. (...) Há neste momento, segundo estimativas do Ministério do Trabalho e

Emprego, um total de 19.000 profissionais estrangeiros com visto temporário para exercer seu ofício no país. Em comparação com os imigrantes que aportaram por aqui, em diferentes levas, no período compreendido entre o final do século passado e o pós-guerra, trata-se de um contingente acanhado. Todos unidos ocupariam apenas a metade do Estádio do Pacaembu, em São Paulo. O que distingue esses estrangeiros de agora é que, em vez da enxada do trabalhador da lavoura do passado, a maioria chega com seus laptops e Palm Pilots, títulos de especialização pelas melhores universidades, experiência profissional apurada em passagens por vários continentes e uma noção clara do que significa operar num cenário de competição global. (Caixeta, 2000, s/p., versão on-line)

Esse processo de encorajamento do deslocamento de trabalhadores qualificados não está dissociado dos interesses mercantis e culturais de empresas transnacionais, como analisa Yves Dezalay (2004):

Les stratégies internationales sont des stratégies de distinction pour un petit groupe de privilèges, auquel s'impose un minimum de discrétion sur ce qui fonde leurs privilèges, afin de pouvoir continuer à pratiquer le double jeu du national et de l'international: investir dans l'international pour renforcer leurs positions dans le champ du pouvoir national et, simultanément, faire valoir leur notoriété nationale pour se faire entendre sur la scène internationale. Pour réussir ce coup double, il doivent cultiver à la fois la proximité et la distance avec leurs concitoyens pour convaincre que non seulement ils partagent les mêmes valeurs, mais aussi qu'ils sont les mieux à même de promouvoir les intérêts nationaux dans la compétition internationale. (Dezalay, 2004, p. 11)

Em busca desse prestígio, referendado pelas elites nacionais, os profissionais transnacionais com cargos executivos dominam

maneiras eficazes de adentrar fronteiras culturais e linguísticas, usando seus conhecimentos e estratégias cosmopolitas na maioria das vezes cultivados na juventude, enquanto alunos das escolas de negócios. Conseguem, assim, acesso a estágios em empresas no exterior, formação cujo custo é altíssimo.

As estratégias de internacionalização dos interesses capitalistas promovem “a unificação do campo mundial da formação dos dirigentes” (Bourdieu apud Dezalay, 2004, p. 8).

Cabe ressaltar que a reprodução dessa mão de obra qualificada não é calcada somente na riqueza material, nos bons negócios. O capital econômico deve ser legitimado e mesclado por competências que permitam ao profissional ter habilidades para lidar com contextos culturais diferenciados, com formas de negociar que são diferentes de país para país.

A literatura para profissionais transnacionais de nível executivo recomenda que, para entender a outra cultura, o transnacional precisa ingressar nela. Para isto, é preciso manter contato com o local, contatos por vezes artificiais, como almoçar em restaurantes cuja clientela é formada por pessoas das elites locais, mas com o objetivo de formar uma competência intercultural que seja útil na relação com um outro que, na maioria das vezes, é aquele que faz parte de um grupo seletivo da sociedade local.

Assim, a elite dos profissionais transnacionais, nas suas relações cotidianas de trabalho, deve pensar em interagir com os segmentos sociais nicho, porque seu trabalho e os produtos que a empresa para a qual trabalha produz não são para todos.

Para domínio dessas competências, os profissionais transnacionais investem grandes fortunas em cursos que os capacitem e os dotem de habilidades que permitam seu reconhecimento no mercado internacional. “O mercado dos especialistas internacionais é um mercado elitista, protegido por barreiras discretas mas eficazes. Para acessá-lo, é necessário dispor de competências culturais”. (Dezalay, 2004, p. 29)

Tanto para aqueles profissionais internacionais que nasceram em grandes famílias empresariais quanto para os de origem média,

o investimento em uma educação para a globalização constitui algo importante.

A empresa transnacional é outro espaço de produção e reprodução desse poder. Nela trabalha e é produzida (ou seja, lapidada) a mão de obra internacional. Entendemos que à empresa transnacional cabe, a partir de sua cultura institucional, modelar o profissional, garantindo que ele mantenha uma criatividade eficaz no atendimento dos interesses empresariais que devem ser concretizados nos diferentes mercados nacionais.

Mesmo nas empresas que põem em movimento transnacional diversos níveis de profissionais – operários, técnicos, gerentes e diretores –, a discrição quanto aos assuntos do trabalho é algo comum a todos os níveis hierárquicos. Não se pode transmitir informações sigilosas a todos do seu meio social. Não é interessante ser reconhecido e indagado das atividades que realiza. Então, manter-se na invisibilidade é algo necessário aos negócios da empresa.

Tal questão é significativa porque, embora muitas análises apontem que esse tipo de comportamento sigiloso é algo compartilhado pelos profissionais com posições mais elevadas na empresa, não é bem essa a realidade, tanto que isso foi o que mais me chamou a atenção no setor petrolífero.

Para driblar a invisibilidade dos profissionais transnacionais *offshore* associada ao seu baixo número na Baixada Santista e a cautela empresarial no fornecimento de dados que possibilitassem meu acesso aos trabalhadores, resolvi deslocar minhas atividades etnográficas para uma região significativa para exploração e produção de petróleo no Brasil, a Bacia de Campos.

De acordo com a Petrobrás, a bacia de Campos é uma área sedimentar que se estende de Vitória/ES a Arraial do Cabo/RJ, numa área de aproximadamente 100 mil km<sup>2</sup>, onde se desenvolve boa parte da produção de petróleo e gás do Brasil, o que a torna a principal bacia produtora nacional.

O primeiro campo com potencial comercial da bacia de Campos foi Garoupa, descoberto em 1974, e de lá para cá ouros

campos foram descobertos e todos batizados com nomes de peixes. O site da Petrobrás ressalta:

Nesse gigantesco laboratório a céu aberto testamos as principais tecnologias offshore experimentadas no desenvolvimento de projetos de produção à profundidade d'água nunca testados anteriormente no mundo.<sup>3</sup> (Bacia de Campos, Site Petrobrás, 2011).

É nesse laboratório que estavam fincadas as bases tecnológicas da camada pós-sal e, além disso, também as parcerias transnacionais para o desenvolvimento do pré-sal. Devido a esse contexto, considerei que a região da Bacia de Campos, em específico a cidade de Macaé, apresentava uma vida social marcada por experiências ligadas ao trabalho com o petróleo, oferecendo um ambiente propício a uma etnografia inicial.

Lá eu não só encontraria a sociabilidade cultivada por esse tipo de trabalhador, como entenderia melhor sua rotina de trabalho.

Macaé também tinha mais um atrativo: todas as empresas estrangeiras ligadas ao pré-sal que atuam no Brasil têm escritório na cidade. Algumas também possuem outro escritório na cidade do Rio de Janeiro.

Enfim, parti para cidade de Macaé para iniciar minhas observações etnográficas.

### **Apreciando o movimento, produzindo etnografia**

Pelo céu de Macaé, movimentado pelo trânsito intenso de helicópteros, já se tem uma noção de estar em uma cidade movida pela exploração offshore do petróleo. É um leva e traz de passageiros às plataformas e navios-sonda instalados no mar. Todo

---

<sup>3</sup> Ver informações da Bacia de Campos no site da Petrobras [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br).

dia é isso, de domingo a domingo, no céu o movimento frenético dessas aeronaves. Lá de vez em quando passa um avião, mas o céu não fica nem uma hora livre.

Pela visão do céu tracei minhas primeiras incursões etnográficas, que foram feitas nas dependências do aeroporto/heliporto de Macaé, de onde partem as aeronaves que transportam os trabalhadores offshore. Lá me deparei com um ambiente que me revelou parte significativa das experiências sociais desse contingente laboral.

Na sala de embarque há sempre muitos homens de idades variadas, desde jovens na faixa dos 21 anos a homens em idade de se aposentar. Poucas mulheres, contam-se nos dedos as representantes do gênero feminino naquelas centenas de figuras masculinas que se reúnem nos vários horários das tabelas de voos.

Eu sempre chegava com ar de que ia buscar alguém no desembarque e depois me deslocava pelo aeroporto, dividindo períodos de tempo entre a sala de embarque e a de desembarque.

O heliporto de Macaé serve tanto ao transporte de trabalhadores da Petrobrás, como das empresas estrangeiras que atuam nas bacias de Campos e Santos. Há outros heliportos que atendem esse público, mas, com já afirmei, escolhi observar o macaense.

A centena de homens que lá passam, nos vários horários do dia, variam na idade e também na nacionalidade. Há muitos estrangeiros e, por meio de minhas abordagens realizadas na primeira visita e nas outras que se seguiram, consegui constatar que os que mais se destacavam eram ingleses, americanos, noruegueses, indianos e demais asiáticos, como filipinos, chineses etc.

A presença escandinava é recorrente e antiga nesse cenário offshore brasileiro, segundo informações de funcionários aposentados da Petrobrás, especialmente os noruegueses, que sempre estiveram presentes nas contribuições técnicas na exploração do mineral na Bacia de Campos. Americanos e ingleses também, e agora, com o pré-sal, mais intensas ficaram as relações com essas nacionalidades. Uma funcionária da Petrobrás

informou-me certa vez que sempre foi comum observar nas plataformas equipes de trabalho formadas por um chefe europeu (norueguês), técnicos qualificados de nacionalidades variadas e operadores asiáticos (indianos, filipinos etc.). Relações que eu constatava naquele heliporto macaense.

Os momentos de embarque também guardam uma riqueza etnográfica, pois se sente uma certa tensão entre os trabalhadores. Telefonemas são dados e atendidos tratando de assuntos de conteúdo afetivo e de questões materiais. Uma vez escutei alguém dizer que estava virado, ou seja, havia dobrado noites de trabalho e não iria dar tempo de descansar e de dormir em casa porque tinha que voltar para a plataforma e fazer hora-extra para pagar um carro usado que havia comprado.

Há muita gente cabisbaixa também, olhares distantes, rostos de fadiga. Uma das vezes conversei com uma geóloga argentina que faria o acompanhamento de uma sonda na perfuração de um poço. Não sabia quanto tempo ficaria no navio-sonda, a princípio 15 dias, mas as notícias eram de que poderia ficar mais. Segundo ela, já estava com saudades dos filhos e da família, que permaneciam na Argentina. Ela tinha passado rapidamente por Macaé, uma noite, só para dormir, e naquele dia embarcaria para o navio-sonda.

No período que estive em Macaé, não consegui autorização para deslocar-me para a plataforma, por isso cabe citar as informações quanto a esse tipo de traslado descritas pela assistente social da Petrobrás, Rose Mery dos Santos Costa Leite, em seu livro *Bandeirantes do Mar*:

O deslocamento entre aeroporto e a plataforma se dá em voos de helicóptero, com duração entre 40 a 90 minutos (...) quando se chega no aeroporto já existe toda uma padronização de procedimentos a serem seguidos. O trabalhador localiza num quadro de avisos o seu voo e dirige-se ao local de pesagem dos passageiros e bagagens. A bagagem está limitada a 15 kg, é pesada e vistoriada, uma vez que é terminantemente proibido o transporte, por exemplo,

de armas, bebidas e drogas. Posteriormente, após a chamada de seu voo, o trabalhador encaminha-se para a área interna de espera, onde é submetido à revista por um segurança. Algum tempo depois, já na aeronave, recebe o colete inflável, a ser colocado imediatamente e assiste ao 'briefing' de segurança do copiloto. (Leite, 2009, p. 97/98).

E assim partem para seus dias de trabalho *offshore*.

O deslocamento para o mar impõe a esses trabalhadores outros deslocamentos nas dimensões subjetiva, temporal e relacional e requer deles arranjos existenciais e sociais que permitam viver no mar na companhia de outros na mesma condição sob as prescrições temporais empresariais.

Segundo Leite, durante o período de trabalho *offshore*,

permanecerão sem contatos pessoais com amigos de terra, familiares etc, sem ingerirem nenhuma bebida alcoólica, folgarem os finais de semana e feriados, comemorem datas importantes, assistirem de perto os seus times jogarem e, muito menos, faltarem ao trabalho, pois estarão isolados envolvidos pelo metal, pelo azul do céu e o azul-marinho do mar. (Leite, 2009, p. 99/100).

Sem esquecer que o mar constitui um espaço que impõe ao ser terrestre um conjunto de desafios: aquosidade, profundidade, enfim, elementos não familiares que, no caso do trabalhador petroleiro, agravam um quadro de riscos impostos pelo próprio desenvolvimento das atividades petrolíferas, expostas a acidentes que infelizmente podem acontecer a qualquer momento.

Esse ambiente marítimo e suas condições de trabalho pode acentuar o que Lociser (1997) denomina *efeito totalizante* que recai sobre os trabalhadores *offshore*. Elemento que, de acordo com Carvalho (2010, p. 42), *é fruto de uma não dissociação do exercício profissional e as atividades fora do trabalho*.

Quando desembarcam, muitos não têm casa e/ou família em Macaé. Nesse caso, alguns ficam em "repúblicas de embarcados"

ou nas pousadas e hotéis da cidade, que se localizam em grande parte nas proximidades da praia de Cavaleiros ou na sua própria orla. Outros partem diretamente para suas cidades de origem, muitas delas fora do Brasil. Esse foi o caso de um jovem americano, amigo de uma das minhas informantes moradora de Macaé. O americano desembarcava e passava algumas horas na cidade, nas quais às vezes até se divertia nos bares e danceteria locais e depois seguia para os EUA, aproveitando para dormir no voo até seu país de origem. Como ele, observei vários outros estrangeiros nessa situação, desembarcados e frequentadores de um café famoso entre os estrangeiros e próximo da orla da praia de Cavaleiros.

São vários os estabelecimentos voltados ao lazer de quem vai passar apenas algumas horas na cidade e mesmo daqueles que resolvem gastar o que ganharam em dias trabalhados. Muitas são as histórias que comerciantes contam de pessoas que gastaram o salário numa noite de alegrias.

Já os que moram nas cidades da região da bacia de Campos passam parte do tempo de folga de 15 ou 21 dias de certa forma driblando as diferenças temporais de seus familiares e amigos, pois a maioria desses trabalha 40 horas semanais e folga em finais de semana ou está trabalhando quando os *offshore* estão de folga.

As idas e vindas do mar são momentos que demarcam, para o trabalhador *offshore*, tempo de despedida e tempo de recomeço. Despedida dos dias de folga, da terra, da família e dos amigos do continente para retorno ao mar, recomeçando o trabalho e os vínculos com colegas de unidade marítima.

Isso requer que tenham uma atitude de artesão com seus afetos, que os reconstruam nas idas e vindas, nas despedidas e recomeços.

Constatarei na observação etnográfica que a superação desses momentos vem através dos vínculos de amizade. Neles é que encontram conforto para superar as condições de um trabalho transnacional *offshore*.

Os vínculos fraternais, as amizades no mar ou na terra oferecem âncoras de sustentação para as suspensões afetivas às

quais estão sujeitos esses trabalhadores, pois ora vivem as tensões pré-embarque, ao se despedir de seus afetos, ora vivem a tensão do desembarque, marcada por euforia, bebedeiras, excessos ou apatia, que expressam um estado fora da estrutura cotidiana.

Em todos os espaços, há amizade, seja aquela dos amigos de plataforma que celebram ou que juntos descarregam seus fardos de trabalho no desembarque, seja a dos amigos da terra, que os apoiam em seus momentos de alegria ou de frustração afetiva, quando o cônjuge se deprime com os afastamentos constantes do companheiro ou companheira.

A amizade não é incompatível do modo de vida dos trabalhadores transnacionais.

Observa-se que, mesmo que esses façam intensas viagens, efetuem contínuas mudanças de moradia e de país, seus vínculos de amizade estão entre os mais duradouros. Na verdade, é porque esse sentimento pressupõe abertura e liberdade. A amizade ama o encontro, mas suporta a partida.

Francesco Alberoni ao analisar a amizade afirma:

Temos plena consciência que o encontro foi significativo. Mas não desejamos prolongá-lo ilimitadamente. Sabemos que sua natureza é descontínua. Não quer dizer que não desejamos tornar a encontrar o amigo. A simpatia de um encontro projeta-se no futuro, quer reencontrar, é uma experiência global, de completeza. Mesmo que aconteça num instante e só dure um instante, abraça a diversidade caótica da nossa vida e lhe impõe ordem, confere-lhe significado. (Alberoni, 1993 p. 17-8)

Sabe-se que muitos dos momentos da vida de um trabalhador transnacional são marcados por discontinuidades: ora está em mares brasileiros, ora em mares tailandeses. Nesses deslocamentos, muitos dos vínculos locais desmaterializam-se, mas algo permanece, e este algo é a amizade que, entre essas pessoas, ganha dimensão transnacional.

A afinidade profunda que sentimos com o outro durante o encontro não resulta do fato de que ele está buscando exatamente as mesmas coisas que nós, que tem os nossos mesmos objetivos e nossos mesmos desejos. O encontro é reconhecer uma identidade ou uma semelhança. É perceber que o outro nos complementa e nós nos complementamos (...). O encontro é percorrer um trecho de estradas juntos no sentido da própria identidade, no sentido da descoberta daquilo que, para cada um, é a coisa mais importante. No encontro nós descobrimos que estamos lado a lado contra uma obscuridade ou um inimigo. (Alberoni, 1993, p. 14).

Contatos e vínculos são reativados nas idas e vindas, para que se realizem esses movimentos.

Há nisso tudo o confortável espaço da amizade, lugar de escuta e de aconselhamento fraternal. Muitas vezes, proporcionam um suporte afetivo.

As expressões dessas experiências afetivas são possíveis de serem observadas no cotidiano de Macaé, na orla da praia de Cavaleiros. Nesse local encontram-se vários equipamentos de lazer e a possibilidade de olhar o mar a partir do continente, criando uma atmosfera propícia aos encontros e caminhadas reflexivas.

### **Trabalho *Offshore* e sociabilidade urbana**

A orla da praia de Cavaleiros é onde se pode observar outras facetas que envolvem o trabalhador *offshore*.

O ambiente da orla continua com a forte presença masculina, tal qual o heliporto, mas há mais mulheres que no heliporto, até porque o lugar constitui-se como uma área de diversão dos habitantes locais e de pouquíssimos turistas. Então é normal ver um número maior de mulheres, mas esse contingente não supera o de homens.

Nos aproximadamente 6 km de orla envolvendo as praias de Cavaleiros e do Pecado, chamam a atenção as várias formas de sociabilidade e as fronteiras que delimitam os territórios sociais de grupos diversos que se diferenciam por poder aquisitivo, idioma e estilos de vida. Essa diversidade cultural e as nuances econômicas do mundo *offshore* são observadas ao ver as escolhas dos transeuntes por bares, restaurantes e hotéis a serem utilizados para seu lazer e descanso.

Em termos de infraestrutura, esse espaço praiano macaense contém uma rede de hotelaria refinada, oferecendo tanto leitos em ambientes de 3 a 5 estrelas, quanto uma rede de pousadas simples, confortáveis, mas com preços médios. Possui também muitos bares e restaurantes caros e alguns botecos de preço mediano que reúnem mais pessoas.

Ao transitar pela orla, pude observar que aqueles que ocupavam cargos mais elevados no trabalho *offshore* frequentavam determinados restaurantes cujos cardápios, apresentados na entrada do local, descreviam pratos de preços altíssimos, inibindo o público de médio poder aquisitivo.

A população pobre da cidade, que se encontra na grande maioria distribuída nos bolsões de pobreza de Macaé, não frequenta esses lugares. Mesmo eu, pesquisadora, tive impedimentos financeiros para frequentar alguns locais daquela orla e, para o desenvolvimento do trabalho etnográfico na região, tive que usar estratégias como caminhar e fazer várias pausas em que me sentava nos bancos e apreciava o movimento das pessoas, sua entrada e saída dos hotéis e restaurantes caros.

Foi ao apreciar o movimento das pessoas que identifiquei a existência de nichos de lazer, diversão e hotelaria que atendiam públicos específicos. Constatei que, após saírem do restaurante caro, alguns se dirigiam a hotéis de 4 a 5 estrelas. Durante o trajeto do restaurante ao hotel ou vice-versa, esses grupos conversavam em inglês, mas também era possível ouvir idiomas escandinavos.

Acompanhei alguns desses trajetos durante os momentos de minhas caminhadas. Praticamente seguia alguns poucos grupos de amigos e o fiz da seguinte forma: ora fazia minha pausa da

caminhada diante de algum dos hotéis e aguardava um indivíduo ou grupo sair, reiniciando então a caminhada, ora ficava nos bancos de frente aos restaurantes e/ou bares e, quando alguém saía, eu reiniciava a caminhada até o local em que ele(a) se hospedava.

Pode soar meio estranha essa estratégia, mas serviu para driblar meus impedimentos financeiros. Fiz algo parecido com as danceterias, frequentando o lado de fora delas, como se estivesse esperando alguém ou fazendo um tipo “esquentar” antes de entrar. E assim escutava algumas conversas e exercitava o diálogo quando era possível.

Nessas inserções etnográficas, às vezes eu contava com a companhia de minhas informantes, mas na maioria das vezes estava sozinha.

Essas práticas sociais exercidas no tempo livre desses trabalhadores ganham mais público em épocas de feiras e fóruns *offshore* que se instalam na cidade de Macaé. É famosa, por exemplo, a feira bienal Brasil Offshore, que reúne gente de todo o mundo. Tive oportunidade de frequentar e participar da feira que aconteceu em junho de 2011.

Os trabalhadores e as populações de cidades construídas em torno do desenvolvimento do petróleo, como é o caso de Macaé, dedicam parte de seu calendário social a esses eventos ligados à produção e à exploração de petróleo e de gás natural.

As feiras, encontros e conferências dedicadas ao universo *offshore* mobilizam quase toda a população dessas cidades petrolíferas, levando famílias, seus jovens, na maioria estudantes do ensino médio e universitário, e também seus adultos a esses eventos cuja duração, na maioria das vezes, é de uma semana.

Para mim, acompanhar a Brasil Offshore foi uma excelente oportunidade para observar a organização da feira, a atuação das empresas estrangeiras e os produtos que são ofertados ao seu variado público.

Destaco que me chamou atenção o valor cobrado pelo ingresso de uma palestra: aproximadamente mil reais. Geralmente elas são dadas por pesquisadores e profissionais contratados das

empresas estrangeiras e muito poucos pesquisadores e professores com vínculos universitários.

Evidentemente, não tive condições de participar de nenhuma palestra e também não era meu objetivo fazê-lo. O que fiz foi acompanhar a movimentação das pessoas, suas conversas nos espaços de pausa e *coffe break*, pois havia áreas livres e de circulação gratuita para pós-graduandos e professores.

As feiras offshore também permitiram iniciar minhas primeiras inserções etnográficas na Baixada Santista no estado de São Paulo, pois foi através da Santos Offshore, ocorrida em outubro de 2011, que me reinseri no campo etnográfico da região.

Por meio dessa feira de Santos, que é um evento de negócios por excelência, percebi haver uma configuração política e social diferente daquela observada em Macaé.

De imediato me chamou a atenção o fato de as palestras serem gratuitas e haver uma forte presença, entre os palestrantes, de representantes do governo do estado paulista, professores universitários e profissionais de escolas técnicas.

Havia também alguns poucos funcionários da Petrobrás. A estrutura do evento era mais simples e com menos expositores que a de Macaé. Santos ou a Baixada Santista revelariam uma outra apropriação dos frutos do petróleo, diferentemente de Macaé e das demais cidades cariocas, que estão envolvidas na produção petrolífera da bacia de Campos.

As cidades paulistas são, e muitas certamente o serão, palco da vida social dos trabalhadores do pré-sal da bacia de Santos, mas apresentam ainda, nesse início de atividades no setor, uma certa distância do universo petrolífero.

Não se respira petróleo no dia a dia da vida social da Baixada Santista, tal como nas cidades que envolvem a Bacia de Campos.

O que se observa nessa região paulista é uma mobilização dos setores imobiliário e educacional. Quanto a esse último, as universidades e escolas locais estão cada vez mais empenhadas na elaboração de cursos que venham a formar mão de obra para o petróleo e também em fornecer serviços educacionais para as famílias transnacionais.

Do meu ponto de vista, os negócios do petróleo nas cidades da Baixada Santista estão ainda no nível do segredo.

O segredo é algo comum nos ambientes de grandes negócios, o que acaba gerando níveis de invisibilidade do que está sendo negociado e das atividades que fomentam o desenvolvimento do negócio.

Não que não existam segredos nas várias frentes que fomentam a produção e exploração *offshore* em Macaé/RJ, mas a vida social daqueles que vivem do trabalho nesse setor atinge aí maior visibilidade que em Santos/SP.

Por fim, voltar-se para a experiência desses trabalhadores de empresas transnacionais *offshore*, que se tornam capazes de estar aqui e de estar lá, de entrar e sair de ambiente de trabalho com experiências totalizantes e adentrar a sociabilidade que flui fora do trabalho permite compreender diferentes configurações sociais e simbólicas que emergem na atualidade.

## Bibliografia

ABREU, V. Pesquisa sobre expatriação Disponível em: <http://www.revistamelhor.com.br/textos/253/artigo223461-1.asp>. Acesso em 12/07/2012.

ALBERONI, F. *A amizade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BACIA DE CAMPOS. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/?category=0>>. Acesso em 03/03/2012.

BIDART, Claire. *L'amitié, un lien social*. Paris, Editions La Decouverte, 1997.

CAIXETA, Nely. Os novos imigrantes. *Exame*, ed. 720, 9/8/2000. Disponível em: <<http://www.exame.com.br>> acesso em 11/12/2011.

- CARVALHO, M. M. *Vida e trabalho marítimos embarcados do setor offshore* (Mestrado) apresentado Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.
- CLEMENTE, Claudelir C. *A vida social transnacional*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Sociabilidades que cruzam fronteiras: profissionais transnacionais. In: *Diásporas, redes e guetos: conceitos e configurações no contexto transnacional*. Bernardo T. e Clemente, C. (orgs). São Paulo, EDUC/CAPES, 2008.
- \_\_\_\_\_. Natifs de la transnationalisation. *Revue Hommes e Migrations*, Paris, France, n. 1281, 2009.
- CLEMENTE, C. C. e GARCIA, T. Perspectivas antropológicas sobre o pré-sal brasileiro: primeiras inserções no universo petrolífero. *Revista Horizonte Científico*, vol. 6, ano 2012.
- DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'internacional: heritiers cosmopolites, mercenaires de l'imperialisme et missionnaires de l'universel. *Sociologie de la mondialisation. Actes de la Recherche*. n. 151-2, mar. 2004.
- FAVELL, A. The human face of global mobility. In: Smith, M. P, and Favell, A. (eds), In. *The Human Face of Global Mobility*. Transaction Publishers: New Brunswick, NJ. 2006.
- FREITAS, CM., Souza CAV, Machado JMH, Porto MFS. Acidentes de trabalho em plataformas de petróleo da Bacia de Campos. *Cad. Saúde Pública*. 17:117- 130. 2001.
- KENNEDY, P. Making global society, In. *Global Networks*, v. 4, 2, Spring 2004.
- LEITE, R. Mery S. C. *Bandeirantes do mar: identidade dos trabalhadores das plataformas*. Niterói: Intertexto, 2009.

|64|

*Faces do pré-sal brasileiro...*

LOSICER, E. A procura da subjetividade: a organização pede análise. In: Davel, E. & Vasconcellos, J. (Orgs.). *Recursos humanos e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PETROBRÁS. [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

PRÉ-SAL Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/minisite/presal/pt/perguntas-respostas/>>. Acesso em 03/03/2012.

TARRIUS, A. *Les fourmis d'Europe*. Paris: L'Harmattan, 1992.

# A GESTÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PELOS CAMPONESES DO CARIRI PARAIBANO ATRAVÉS DO SISTEMA DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS (FRS)

*Maria do Socorro de Lima Oliveira<sup>1</sup>  
Ghislaine Duque<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho expõe a experiência dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) no Cariri Paraibano. Trata-se de uma forma de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a gestão de recursos para a construção de benfeitorias nas comunidades. O resultado deste trabalho é a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de recursos comuns através do exercício da solidariedade. Os grupos se fortalecem e ganham autoconfiança. Descobrem que a união – ação coletiva – permite obter resultados impossíveis de se alcançar pela ação individual. É o fim do assistencialismo e da dependência que ele gere e o início das iniciativas auto-geridas. Este novo olhar descentraliza o conhecimento específico dos agentes mediadores e valoriza as experiências dos camponeses, horizontalizando os saberes. Após apresentarmos a origem da primeira experiência de FRS na Paraíba, apresentaremos o caso da comunidade Mandacaru, que ilustra bem o potencial desse tipo de organização como as dificuldades encontradas na sua gestão.

**Palavras-chave:** Gestão de Finanças solidárias, Camponeses, nordeste.

**Abstract:** This article presents the experience of Solidarity Rotating Funds (SRF) in the region of Cariri in the state of Paraíba in Brazil. It is a form of rotating credit association that enables, through cooperation among its members, funds management to improve welfare in communities. Result of this work is the learning of collective and community management of common resources through the practice of solidarity. Groups are strengthened and gain self-confidence. They discover that collective action lead to results that are impossible to achieve by individual action.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAST de Serra Talhada-PE. socorrololiveira@gmail.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG – Campina Grande/PB, Brasil. Professora visitante sênior na UNIVASF/CCS-Campus de Juazeiro-BA. ghduque@uol.com.br.

It's the end of patron-client relationship that induces dependency, and the beginning of self-managed initiatives. This new approach combines the specific knowledge of mediators with experiences of small-scale farmers. After presenting the origin of the first experience of SRF in Paraíba, we will present the case of the community Mandacaru, which well illustrates the potential of this type of organization and the difficulties encountered in its management.

**Keywords:** Solidarity Rotating Funds, peasants, Nordest.

## **Introdução**

Este trabalho apresenta uma experiência de aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de recursos através do exercício da solidariedade e da reciprocidade entre camponeses. Essa experiência iniciou, no Cariri paraibano, mediante uma organização – os Fundos Rotativos Solidários (FRS) – que permite a comunidades rurais do Nordeste Semiárido o acesso a diversos bens que possibilitam a convivência no semiárido e a experiência da gestão comum desses bens.

Em primeiro lugar será esboçado um breve histórico do surgimento dos FRS no Cariri paraibano, evidenciando como os camponeses de uma comunidade rural deixaram gradativamente de lado o papel passivo que lhes era imposto há várias gerações e passaram a desempenhar a função de protagonistas de suas interações sociais através do sistema de Fundos Rotativos Solidários.

A seguir, chegando ao ponto central de nossa exposição, será demonstrado como os FRS permitem a gestão coletiva e o manejo de finanças solidárias e, como exemplo, será apresentado o caso da comunidade Mandacaru, que ilustra bem ao mesmo tempo o potencial desse tipo de organização e as dificuldades encontradas em sua gestão.

### **A primeira experiência de Fundos Rotativos Solidários no Cariri Paraibano: o exercício da aprendizagem coletiva na Comunidade Caiçara**

O sistema de Fundos Rotativos Solidários surgiu no ano de 1993, no Cariri Paraibano, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. O objetivo era criar uma forma de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas, já que o Município vinha enfrentando problemas no abastecimento de água, relacionados a uma forte seca, e falta de infraestrutura que suportasse um longo período de estiagem.

A comunidade de Caiçara foi escolhida porque tinha grande deficiência em recursos hídricos; era uma comunidade populosa, e o carro pipa abastecia com água um buraco sem cerca, que freqüentemente era invadido por animais. Além do mais, tinha na comunidade um grupo que refletia sobre o trabalho comunitário (Oliveira, 2006, p. 01-02).

O primeiro projeto foi financiado pelo Catholic Relief Service (CRS), em convênio como o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi organizado pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAAC) – organização não-governamental (ONG) que direciona sua ação para o meio rural – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e com a Paróquia local. Inicialmente, os “promotores” dos primeiros FRS pretendiam apenas multiplicar recursos insuficientes para atender a demanda de cisternas das comunidades.

O funcionamento dos primeiros FRS aconteceu da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, era emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometia-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo decididos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada, e o trabalho foi realizado em conjunto,

pelo sistema do mutirão (ajuda mútua). À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo obtiveram suas cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo (OLIVEIRA, 2006).

O treinamento inicial foi dado por um técnico do PATAC na ocasião da construção da primeira cisterna no salão comunitário de Caiçara. Todos que se interessassem podiam aprender, não precisava ser pedreiro. Geralmente, a cada construção de uma cisterna iniciando um novo grupo, havia um treinamento. Logo, surgiu um novo ofício: o de pedreiro de cisternas de placas. Vale ressaltar que não era cobrado (e até hoje não é cobrado) nenhum ônus para ensinar essa profissão; ela é repassada de mestre para aprendiz cada vez que é necessário.

O material de construção das cisternas era comprado em lojas de Soledade ou de Campina Grande; a escolha entre uma ou outra localidade se dava em virtude dos melhores preços. Parte do material, como areia e brita, era conseguida na própria comunidade; isto barateava o custo da cisterna que na época era de aproximadamente R\$ 370,00. O trabalho de construção consistia em cavar o buraco da cisterna, preparar o concreto, bater as placas para então levantar e rebocar as paredes.

Desde o início em Caiçara foram realizadas reuniões com os primeiros grupos de fundos. Nestas ocasiões era decidida a forma de funcionamento e como deveriam ser feitos os pagamentos das parcelas do fundo. Havia a orientação do PATAC para a formação de grupos compostos por 05 famílias. O pagamento era feito inicialmente ao STR e posteriormente ao PATAC; como este se localizava em Campina Grande, foi escolhido pelos grupos um membro da comunidade para receber os pagamentos e repassar ao PATAC. A função desta entidade era explicar o sistema, organizar os grupos, fazer os treinamentos e comprar o material das cisternas com o repasse das parcelas.

Depois, este sistema ampliou-se, passando a subsidiar outras tecnologias e as necessidades estabelecidas pelas comunidades

(como ajudar uma família que estivesse passando por dificuldades financeiras).

A partir daí, os fatos foram acontecendo aleatoriamente por intermédio da experimentação da nova tecnologia e do novo sistema de organização cooperativa. Não havia muita clareza, nem por parte dos técnicos, nem por parte dos camponeses, do que estava sendo construído. Na época, eles não vislumbraram em que suas ações iriam resultar.

A gente não tinha consciência do tamanho que o trabalho com os fundos ia alcançar. O que fizemos foi tentar driblar as dificuldades e a dependência dos pipas dos políticos (Joaquim, líder comunitário de Caiçara).

Hoje, em Caiçara, mais de 80 famílias, praticamente todas, possuem sua cisterna a partir do sistema de fundos rotativos. Estes continuam funcionando na comunidade, fomentando outras iniciativas, tais como: a construção de barragens subterrâneas, palma forrageira para alimentação animal, criação de ovelhas, silos, cercas de tela.

A experiência pioneira de Caiçara, com fluxo ágil de repasse dos fundos e quase nenhuma deserção, foi responsável pela disseminação do sistema de FRS pela Paraíba e inspirou muitas outras experiências por todo o semiárido. No entanto, não é possível dizer que o sistema de fundos é uma obra apenas dos grupos de Caiçara ou dos técnicos que lá atuaram. Ela é fruto da conjuntura que estava sendo construída coletivamente em Soledade e cercanias. Para Elias (1994), os processos sociais podem até ser encabeçados por um grupo social, mas não pertencem a nenhum grupo específico. Isto pode ser verificado a partir dos processos vividos pelo Sistema de Fundos Rotativos com o surgimento do *Coletivo* e da adesão deste e de outras entidades da Paraíba ao trabalho de irradiação dos mesmos.

A invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de bens individuais e comuns a partir do exercício da solidariedade

e da reciprocidade (Oliveira, 2006). Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar idéias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Ao observar a participação dos camponeses em reuniões de FRS, percebemos que a maioria deles tem plena consciência da importância de seu papel para manutenção e funcionamento dos fundos. Essa tomada de consciência às vezes evita as imposições dos técnicos, sendo utilizada como elemento de negociação e obtenção de vantagens: “Nós precisamos da ASA, mas ela também precisa da gente. Nem tudo deve ser do jeito que eles querem, senão nada feito” (Camponês da Comunidade Mandacaru). (OLIVEIRA, 2006, p. 46-47).

Para os técnicos do PATAAC, os Fundos Rotativos Solidários de cisternas iam muito além da simples transferência de recursos para a agricultura, potencializando e reestruturando as pequenas unidades de produção ao nível do desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades. Descobriram que, do ponto de vista econômico, os fundos contribuem para a construção de propostas de crédito compatíveis com a realidade e diversidade dos agricultores; e em nível social, eles são um importante instrumento de organização e gestão coletiva que reforça a participação.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. (...) o termo ‘solidário’ confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às realidades políticas e econômicas excludentes (ROCHA & COSTA, 2006, p. 13)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os autores são técnicos que participaram da organização dos FRS.

As comunidades, ao gerenciarem esses bens comuns, têm consciência de sua origem externa, especialmente quando esses recursos são governamentais. Como afirmam os técnicos mediadores, as comunidades constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação. Ao optarem por gerir esses recursos na forma de fundos rotativos, criando associações de crédito próprias, elaboram regras adaptadas às suas realidades. Por exemplo, discutem as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas (Oliveira, 2006).

Dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Vejamos algumas falas de testemunhas do funcionamento dos FRS nas comunidades rurais:

Quando tem uma reunião, as pessoas dos FRS são as primeiras a chegar. Os FRS mudam o espírito das pessoas. Elas começam a se engajar.

A partir da nossa organização, nós criamos uma associação de pequenos produtores, e todo segundo domingo, temos reuniões. Isso surgiu a partir do trabalho com os Fundos Rotativos.

Facilitou a aproximação entre os membros da comunidade e com os membros das comunidades vizinhas.

Na minha comunidade, o teto da casa de uma pessoa carente caiu num forte inverno. Essa pessoa tinha muitos filhos pequenos que ficaram ao relento. Ai nós, do grupo dos FR, nos reunimos e decidimos que deveríamos pegar o dinheiro em caixa para ajudar essa pessoa a construir seu telhado.

Mudou a maneira das pessoas pensar. Deixaram de ser individualistas, estão se organizando mais.

No meu grupo foi exigido que fosse feita em primeiro lugar uma cisterna para uma pessoa que tinha muita dificuldade.

O que mudou foi o compromisso. É como o embrião da organização na comunidade.

(Testemunhas recolhidas em reuniões de avaliação dos FRS, citadas em DUQUE et al., 2010).

Com a experiência da auto-gestão dos Fundos pela comunidade se fortalecem autonomia e auto-estima. Daí uma relação nova – que não é mais de subordinação, mas de troca de saberes entre iguais – envolvendo os produtores entre si e os produtores com os mediadores. O resgate dos saberes tradicionais permite aos “produtores experimentadores” de adaptar orientações técnicas a seus próprios ecossistemas, respeitando suas tradições (técnicas e culturais). Cria-se um clima de reflexão, alimentado pelos encontros nas comunidades, e um movimento de vai e vem (encontros, debates, boletins, relatórios) que passa dos níveis locais, regionais e estadual ao nacional, e volta do nacional às comunidades.

Resumindo, o sistema de Fundos Rotativos Solidários de cisternas possui vários aspectos. Em primeiro lugar, ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que será

pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto, não cria dependência. O produtor se sente orgulhoso de mostrar o bem construído. Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento.

Hoje na Paraíba, a partir da primeira experiência realizada com FRS em 1993, houve um processo de irradiação para milhares de famílias envolvidas e distribuídas em mais de 1.800 comunidades de 140 municípios em todo o Estado.

Do ponto de vista social, os FRS foram a maior conquista coletiva e, do ponto de vista técnico, a aprendizagem da tecnologia de construção de cisternas deu início a um processo de formação de camponeses nessa especialização e em outras. Pois esses camponeses expandiram seus conhecimentos passando de construtores de cisternas para Agricultores Experimentadores (AE), ampliando suas práticas através do domínio das mais diversas tecnologias de convivência com o semiárido.

### **A experiência dos FRS na comunidade rural de mandacaru: a gestão e o manejo do sistema de fundos rotativos solidários**

A idéia de Fundos Rotativos Solidários chegou a Mandacaru no ano de 1997, correspondendo à fase de disseminação desse sistema pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba)<sup>4</sup> em todo Estado da Paraíba. Esta etapa pode ser caracterizada pela rápida expansão dos trabalhos com os FRS através de várias entidades que compõem a ASA na Paraíba, onde cada entidade,

---

<sup>4</sup> A ASA é uma rede de pessoas e entidades diversas – sindicatos, ONGs, comunidades, paróquias – que atuam em conjunto para a convivência no semiárido e trocam informações e experiências. A rede existe em todos os Estados do semiárido, sob diversos nomes. Em 1999 se formou uma rede nacional: a Articulação Brasileira no Semiárido: ASA-Brasil.

bem como cada localidade imprimia suas características aos Fundos.

Em Soledade<sup>5</sup>, município onde se localiza Mandacaru, o trabalho com os FRS era feito sob a orientação de duas entidades que fazem parte da ASA-Paraíba: o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) em parceria com o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC). Após a formação dos grupos, eram dados os cursos de gerenciamento dos recursos hídricos e o treinamento que servia de base à construção das cisternas, barragens subterrâneas, etc. Outro fator importante era que os repasses das parcelas dos grupos retornavam ao PATAC que se encarregava de reaplicá-lo na comunidade de origem ou noutra comunidade, dependendo da demanda e da necessidade de cada localidade.

É neste contexto que os FRS chegaram a Mandacaru. A comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “comunidade organizada”, por possuir uma associação ativa que desenvolvera várias ações oriundas de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal.

A história da Comunidade Mandacaru teve início com a compra da terra pelo Sr. Antonio José, o qual teve apenas como único herdeiro Manoel (o “Vô Neco”), pessoa que teve 10 filhos. Todas as famílias da comunidade (com exceção de duas) são descendentes dele. Ainda em vida, o “Vô Neco” dividiu a fazenda entre seus filhos, cabendo em torno de 20 ha. para cada um, parcelas que só foram apropriadas após sua morte. Com o falecimento do Vô, em 1979, a fazenda se desfez e a comunidade surgiu. Nessa época, a Igreja Católica tinha como uma de suas metas unir os sítios da

---

<sup>5</sup> Nossa pesquisa de campo foi feita na comunidade rural Mandacaru no município de Soledade. Esse Município ocupa 560 km<sup>2</sup> de extensão e possui uma população estimada em 13.623 hab (IBGE, 2007). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Soledade é um município localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. No entanto, o município encontra-se na fronteira das microrregiões do Cariri, Seridó e Curimataú do Estado, e é considerado como Cariri pela população local.

zona rural, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – com o intuito de facilitar a ação pastoral (Sabourin, 1999). Assim, os vários sítios dos descendentes do Vô formaram a Comunidade de Mandacaru (nome fantasia), antigo nome da fazenda, comunidade formada por descendentes de um mesmo tronco familiar.

A Comunidade Mandacaru é composta por 35 famílias cujos estabelecimentos agrícolas variam muito de tamanho: de 3 a 120 hectares. Destas famílias, apenas duas são de pessoas vindas de forma e que hoje são integradas à Comunidade por laços sociais adquiridos através de casamento dos filhos com descendentes do “Vô”, de compadrio e de trocas econômicas horizontais.

Hoje a maioria da população sobrevive essencialmente de uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, complementada por uma atividade reduzida de criação. Ainda é percebida a persistência de uma economia horizontal baseada na reciprocidade social: troca de excedentes, empréstimos entre parentes e compadres.

Como foi dito anteriormente o Fundo Rotativo Solidário é entendido pela ASA e pelos técnicos do PATAC como uma forma de democratizar as inovações tecnológicas, como as cisternas de placas, a barragem subterrânea e os poços amazonas, integrando isso à lógica de partilha já presente na comunidade. Porém, para que ele possa funcionar, é necessário que os camponeses aceitem a sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação. A princípio, os camponeses de Mandacaru desconfiavam e até rejeitavam essas novas tecnologias, isto por não conhecerem as novidades e por não entenderem como funcionava o sistema de FRS.

Por mais que quisessem ou precisassem das inovações, principalmente das cisternas, os camponeses de Mandacaru não aceitaram imediatamente a proposta de fundo rotativo por temerem que o sistema não funcionasse bem, podendo proporcionar-lhes algum tipo de prejuízo financeiro.

As cisternas eu queria, mas não entendia como era o tal de fundo rotativo. Tive medo de pagar e o outro

não pagar e eu perder tudo e no final não ter o dinheiro nem a cisterna (Maria, membro da comunidade).

Os camponeses acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS.

Para resolver esse dilema e motivar os camponeses a participarem dos FRS, foram realizadas várias reuniões pelos técnicos do PATAC e do STR com o intuito de explicar os princípios de solidariedade e ajuda mútua que norteavam os fundos. Nesta ocasião, alguns camponeses de Caiçara (comunidade pioneira com o trabalho dos FRS) foram dar o depoimento de suas experiências. Outra estratégia foi a realização de visitas de intercâmbio. Dois camponeses de Mandacaru, Benedito e Carlos, foram fazer uma visita em Caiçara, para conhecerem as cisternas de placas e os fundos rotativos. Outra visita foi feita na cidade de Ouricuri-PE para ver o desempenho das barragens subterrâneas. A visita de intercâmbio e o testemunho das pessoas foram muito importantes. A gente começou a acreditar que poderia dar certo. Mesmo assim, alguns ainda desconfiavam. Fomos conhecer as cisternas de Caiçara e as barragens de Ouricuri no Pernambuco. Quando nós voltamos, tivemos a idéia de construir barragens e cisternas nas nossas propriedades, os outro viram que dava certo, ai tudo começou (Benedito, membro da comunidade).

Ao voltarem das visitas de intercâmbio, Benedito, então presidente da Associação, e Carlos organizaram uma reunião da comunidade. O objetivo do encontro era divulgar as experiências que haviam conhecido e tentar convencer os demais camponeses a formarem grupos de FRS. A iniciativa foi bem sucedida. Decidiu-se formar três grupos de FRS de cisternas de placas, cada um composto por 05 famílias, totalizando 15, e na mesma reunião

se encaminhou a construção de uma barragem subterrânea, com o trabalho das Frentes de Emergência. Ulteriormente mais 6 barragens subterrâneas foram construídas.

Nós queríamos a cisterna, mas só participamos desse grupo porque os compadres Benedito e Carlos disseram que era bom e daria muito certo. A gente só pode confiar em quem a gente conhece, não é? (Joana, membro da comunidade).

Após a decisão da comunidade em formar grupos de FRS, o PATAC passou a procurar e repassar recursos para os primeiros grupos. De todas as inovações, a cisterna era a mais requisitada, por ser um reservatório de água potável, e também por tocar um aspecto mais sensível da realidade dos camponeses: a falta de água. Para construir uma cisterna, bastava ter uma casa com espaço ao lado e um telhado em boas condições. Já para fazer uma barragem subterrânea, era preciso que houvesse no estabelecimento uma declividade por onde a água de chuva escorria, infiltrando-se no chão. Daí o porquê de terem sido formados três grupos de fundos rotativos de cisterna e só um de barragem, pois apenas alguns camponeses desfrutavam da estrutura necessária para construir esta última.

Alguns camponeses de Mandacaru tornaram-se exímios construtores de cisternas e barragens subterrâneas. Além de instalar essas inovações em seus estabelecimentos, passaram a divulgar essas novidades tecnológicas e experimentar outras tantas, sendo chamados, a partir de então, de agricultores experimentadores.

O trabalho de construção das primeiras cisternas mobilizou para os mutirões até alguns camponeses que não faziam parte dos primeiros grupos, pois tinham interesse em conhecer de perto a tecnologia para verificar “se dava certo”. Este fato surpreendeu muito a todos, já que após a morte do Vô, o mutirão quase não existia mais em Mandacaru, salvo raras exceções, como no caso da manutenção de bens de uso comum, como o tanque de pedras e as estradas.

Ninguém mais queria participar de mutirão. Até para limpar o tanque tava ficando difícil arranjar gente. Com o fundo rotativo a coisa melhorou. Todo mundo ficou interessado em aprender a fazer cisterna. Também, se eu não participar do mutirão dos outros, eles não irão para o meu! Não é? (Pedro, membro da comunidade).

Logo a ação coletiva da comunidade Mandacaru a transformou na vitrine de demonstração do PATAC, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil e de outros países. A título de exemplo, no ano de 2002, a comunidade afirma que recebeu quase duas mil visitas de camponeses de outras localidades, membros de ONGs, técnicos de diversas instituições governamentais, pesquisadores de órgãos públicos, e até “curiosos de outros países”, políticos etc. Todos queriam conhecer as novas técnicas de infra-estrutura e manejo produtivo e seu funcionamento através dos FRS.

É fantástico ver uma comunidade organizada com seus membros cooperando e realizando iniciativas por conta própria semi-árido. Conviver com a seca através de inovações a baixo custo e a partir de um crédito que requisita a solidariedade é algo fantástico (Técnico da EMBRAPA-PB).

O reconhecimento externo das ações dos camponeses de Mandacaru os enchia de orgulho e satisfação. As constantes visitas os incentivavam a manter um ritmo inexorável de ações conjuntas. Sabourin, Duque et al. (2005) colocam em evidência a importância desse reconhecimento para o fortalecimento da ação coletiva dos camponeses. Mas em Mandacaru, a ação coletiva estava beneficiando uma espécie de grupo de comando, isso devido ao fato de que as inovações estavam chegando à comunidade de forma diferenciada. Não que houvesse vontade de privilegiar ou excluir. Na realidade, os produtores que se destacavam nas reuniões, dispondo-se a experimentar (e cujas propriedades se prestavam às experimentações) acabavam concentrando as ações enquanto

os outros não se manifestavam. Dessa forma, a atenção especial dos técnicos se concentrou nos experimentadores. Em quase dois anos de funcionamento dos FRS, as cisternas não tinham chegado a contemplar nem a metade das famílias dos primeiros grupos.

Para o PATAC, a estratégia de priorizar os experimentadores tinha sido escolhida, pois se acreditava que numa comunidade pequena e coesa, formada por pessoas descendentes de um mesmo tronco familiar, os laços de solidariedade e de reciprocidade garantiriam a rotatividade dos fundos. Porém, o grupo dos experimentadores, formado principalmente por três camponeses que mantinham relações com as instituições que atuavam na região e com políticos locais, passou a destacar-se e a diferenciar-se dos demais habitantes de Mandacaru. A ação coletiva através dos fundos rotativos, proposta pela mediação do PATAC, reforçou a diferenciação social e econômica que já existia na comunidade.

Segundo os técnicos do PATAC, os experimentadores se destacaram em função de algumas qualidades individuais – iniciativa, participação, capacidade cooperativa – e sobretudo de seu interesse, e também pela natureza de seus estabelecimentos agrícolas, tais como capacidade produtiva e condições físicas propícias. É verdade que nem todas as famílias de Mandacaru possuíam capacidade estrutural para construir barragens subterrâneas e poços Amazonas. Mas todos tinham disposição para participarem pelo menos dos FRS de cisternas.

Não escolhemos propositalmente os agricultores experimentadores. As coisas foram acontecendo. Claro que muitas das inovações têm seu limite de aplicação muito evidente. Não se constrói barragens subterrâneas em qualquer lugar. Acreditávamos que após a experiência de experimentação as ações seriam irradiadas. Não contávamos com tantos problemas. Mas as coisas estão se resolvendo, lentamente, mas estão (Técnico do PATAC).

Entre 1999 e 2001, a situação dos experimentadores beirava a deserção, gerando uma certa tensão na comunidade. O valor

estimado de investimento feito pelo PATAC para os FRS tinha sido de aproximadamente 20.130,00 R\$. Em 2002, a dívida dos membros dos FRS ainda era de 17.420,00 R\$ (incluindo as parcelas que ainda estavam dentro do prazo de carência). Considerar as dívidas como perdoadas chegou a ser cogitado pelos experimentadores; o argumento posto discretamente por eles nas reuniões do Coletivo Regional de Educação Solidária<sup>6</sup>; era que já haviam pago o que deviam na forma de treinamentos dados<sup>7</sup> e de demonstrações feitas em seus estabelecimentos.

Esta atitude dos experimentadores não deriva da malevolência, nem mesmo da ausência de solidariedade ou de compromisso recíproco. Muito pelo contrário. Eles não queriam prejudicar os outros ou a si próprios. Desistir naquele momento, embora o endividamento e a pressão social os inclinassem a esse ato, seria quebrar uma cadeia de relações sociais de confiança e reciprocidade baseada na reputação da qual desfrutavam. “Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros” (Gambetta, 1988 apud Putnam, 1996, p. 174). Perder a confiança do PATAC e dos seus amigos, parentes e vizinhos seria o mesmo que determinar o isolamento social. Pois quebrar as regras de reciprocidade é decretar para si próprio a possibilidade de exclusão das relações sociais do grupo (Mauss, 1966; Sahlins, 2003; Ostrom, 1990; Putnam, 1996).

Não houve deserção. Mas diante da situação de endividamento e da perspectiva de alguns anos de pouca chuva e quase nenhuma safra, as devoluções foram lentas e os fundos rotativos andaram, entre os anos de 2001 e 2004, a passos lentos e descontínuos.

---

<sup>6</sup> Entidade criada pelos camponeses, com o estímulo do STR apoiado pelo PATAC, para fazer a gestão dos Fundos Rotativos do município, e ulteriormente dos municípios vizinhos.

<sup>7</sup> Vale dizer que já recebiam por alguns treinamentos.

Em 2001, com o projeto piloto do P1MC<sup>8</sup>, houve uma maior disseminação do sistema de fundos pela Paraíba. Com isso a ASA-PB passou a promover uma maior interação entre lideranças e entidades que trabalhavam com os fundos através de encontros regulares, bem como do intercâmbio entre os camponeses envolvidos com o sistema. Nestas ocasiões começou a ser melhor entendida e disseminada a noção de que os Fundos deveriam proporcionar a criação de uma poupança comunitária e que o repasse das parcelas, que antes era feito à instituição de origem, deveria ficar na comunidade, fato que estava ocorrendo em algumas partes da Paraíba.

A mudança de foco do FRS, ou seja, o fato do PATAC repassar o controle do sistema para as mãos dos camponeses, permitiu que a organização interna da comunidade acionasse os instrumentos necessários à cooperação a partir de uma lógica interna.

O entendimento do PATAC (como também da ASA-Paraíba) de que os FRS deveriam de fato ser da comunidade, passando seu gerenciamento para os camponeses, modificou a forma de intervenção em Mandacaru. Os fundos ficaram nas mãos dos membros dos grupos e o montante financeiro, por eles mobilizado, não retornou mais para o mediador. A comunidade experimentou assim, um novo momento. A sensação de posse em relação aos FRS e ao processo possibilitou o fortalecimento da ação coletiva, isto devido ao interesse direto dos camponeses em administrar o que era deles.

Os sentimentos de solidariedade e de reciprocidade reapareceram e os grupos de fundos voltaram a funcionar. As tensões foram diminuindo ao passo que novas cisternas e barragens eram construídas.

---

<sup>8</sup> O Programa de Mobilização e Formação para convivência no Semiárido: Um milhão de cisternas rurais (P1MC) criado pela ASA/Brasil e adotado/financiado pelo Governo Federal. A seguir, a ASA criou ainda o Programa P1+2: Uma terra e duas águas (uma água para beber e outra para produzir), programa também adotado pelo Governo Federal.

Assim, a partir de 2002, a construção de cisternas e barragens subterrâneas foi retomada aos poucos. A gestão interna dos recursos possibilitou e incrementou a cooperação. Agora não se confundia mais associação, PATAC e STR, nem os atores envolvidos com os FRS. A identificação com os fundos alterou a situação de outrora: “Se o FRS é da comunidade, vamos fazê-lo funcionar” exclamou um membro do grupo de fundos de cisternas.

No final de 2005 chegaram os recursos do P1MC para a construção de 05 cisternas em Mandacaru. Havia, também, o recurso para mais uma cisterna proveniente do repasse do último grupo de FRS. Nesse ano, a Associação estava passando por uma nova administração, a de Pedro – agricultor experimentador. A administração de Pedro estava sendo beneficiada pela fase de revitalização social possibilitada pela retomada do funcionamento dos FRS. Pedro organizou a associação de maneira que os sócios voltaram a contribuir com as mensalidades e a participar das reuniões. A comunidade estava vivenciando um momento no qual a situação conflituosa de outrora havia sido temporariamente apaziguada.

A retomada da confiança e da reputação perdidas pelos experimentadores deu-se pela retomada do trabalho com os FRS e pela boa administração de Pedro. Assim, em novembro de 2005, mais um grupo de fundo rotativo foi formado, ato que dois anos antes não teria sido possível, já que os demais membros da comunidade não acreditavam mais no sistema nem nos seus principais organizadores.

A comunidade Mandacaru, por sua vez, também não era mais a mesma. Pois, passara por uma longa experiência de quase 10 anos com os fundos rotativos, experiência que lhe conferiu certa aprendizagem coletiva, derivada dos conflitos, graças aos arranjos que teve que criar para enfrentar os problemas. O novo grupo formado por 06 famílias recebeu suas cisternas de uma vez. O repasse dos recursos dessas cisternas ia beneficiar as 03 famílias restantes. Esse novo grupo foi formado numa reunião da associação, onde ficou decidido que os últimos três membros do último grupo de FRS e os mais carentes – de água e financeiramente – seriam

os primeiros beneficiados, para com os repasses contemplar as últimas famílias da comunidade que ainda não possuem cisternas.

A mobilização, nessa nova fase, partiu dos membros da comunidade. Desta vez, foram eles que criaram as regras. Como eram eles os responsáveis diretos pela organização e pelo futuro da ação coletiva, advinda do sistema de FRS, esse fato ajudou a acionar os mecanismos de controle sugeridos e aprovados pelo grupo. A clareza de propostas e regras facilitou a ação coletiva e a gestão dos bens comuns de um grupo, mesmo que não houvesse como garantir a plena cooperação de todos até o fim do processo (Ostrom, 1990; Putnam, 1996).

Vale considerar que o sistema tradicional de “mando” se reproduziu. Assim, se o grupo de Agricultores Experimentadores se desfez, os mesmos estão se mantendo numa certa posição de poder através do comando da presidência da Associação da Comunidade, revivendo a fase anterior, quando o “Vô” decidia de tudo. Eles ainda se constituem como “grupo dominante”. Ao longo de oito anos eles vem se alternando no comando da associação, repassando os cargos administrativos a seus parentes próximos: filhos, genros, noras, esposas, afilhados, pessoas que lhes são subalternas. De certa forma, esse grupo dominante constitui um grupo “identitário nômico” (Elias, 2000) que se afirma através de um controle efetivo das instituições comunitárias. Além da Associação eles estão presentes, também, no comando do grupo de mulheres e do grupo de jovens por intermédio de suas mulheres e filhos.

Portanto, apesar do progresso vivido pela comunidade na gestão solidária dos FRS, os velhos esquemas de dominação estão se mantendo. Mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. Os líderes, identificados por todos como os “sabidos” – aqueles que reúnem qualidades especiais – está sempre presente.

No entanto, apesar dessa situação, a comunidade deu sinais de que havia conquistado a autonomia. Ao ser contemplada por um projeto de criação animal a fundo perdido, oriundo do Projeto Dom Helder Câmara, em reunião da Associação (e sem

intervenção do presidente), foi decidido transformar o mesmo em fundo rotativo. Criaram assim o FRS de ovinos e caprinos: receberam 111 animais, e distribuíram os caprinos e ovinos para um grupo de 18 criadores que decidiram estender o benefício às famílias que tinham ficado de fora. Ainda no primeiro ano, 2007, mais 04 famílias foram contempladas, e da mesma forma em 2008 e 2009, totalizando 26 famílias. O rebanho chegou a 310 cabeças sem contar com 148 que foram vendidas, gerando o montante de R\$ 8.800,00. O fundo continuou girando e a perspectiva era de que as demais famílias da comunidade fossem contempladas com o FRS. Segundo o presidente da Associação, quando as últimas famílias devolverem o repasse, o fundo será revertido em obras comunitárias.

Logo nós notamos que com iniciativa comum e organização comunitária é possível caminhar com nossos próprios pés. A comunidade é grata à ASA, pois foi a partir do trabalho dela que aprendemos que não precisamos de favores e sim de projetos que nos permitam crescer. (Presidente da Associação de Mandacaru).

Diante dessa experiência, os camponeses de Mandacaru perceberam que é possível lutar por novas conquistas e administrá-las por conta própria. Dessa forma, no início de 2010, conseguiram um novo projeto, de uma entidade governamental, para o fortalecimento da forragem animal. Assim, eles foram contemplados com 04 máquinas agrícolas, de uso comum, para o beneficiamento de forragem, extraída da vegetação nativa e armazenada em silos de trincheiras (técnica camponesa aperfeiçoada e difundida pela ASA que consiste em armazenar a forragem em valas cavadas no solo).

Hoje, a Comunidade ainda é parceira da ASA e o PATAC continua sendo a entidade mais atuante em seus domínios. Porém, ao longo de mais de 12 anos de experiências de manejo e gestão de bens individuais e comuns, é possível afirmar que houve uma

considerável conquista de autonomia, permitindo o fortalecimento dos laços e da organização do grupo social.

Mesmo diante da especificidade da configuração social apresentada hoje na Comunidade Mandacaru – seus laços de interdependência, sua constituição histórica, seu processo social interno – a ação coletiva lá estabelecida é fruto de um processo social mais amplo que pode ser vislumbrado a partir da inserção da Comunidade num contexto sociopolítico mais amplo: o da ação coletiva que vem sendo construída desde a década de 1980 em Soledade e no Cariri paraibano.

Como foi possível perceber, houve a intercessão das esferas de ação coletiva que se construíram dialeticamente em torno da Comunidade, do Município e do território mais amplo do Cariri. Em virtude da atuação efetiva de diversos atores sociais, a ação coletiva foi sendo construída através da busca incessante dos objetivos elencados por esses atores cujo fim desejado era, a princípio, a convivência com o semiárido, mas que tomou maiores proporções a partir da busca do desenvolvimento territorial e da conquista de políticas públicas mais amplas como os Programas P1MC e P1+2 da ASA-Brasil em parceria com o Governo Federal.

O tipo de ação coletiva desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações, através da luta e da resistência contra as estruturas políticas de dominação que impedem os processos democráticos e a conquista da autonomia camponesa. Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar. Apesar de traços das estruturas tradicionais de dominação permanecerem, os grupos de FRS conseguiram construir sua autonomia.

A ação coletiva, a princípio impulsionada pelos mediadores, foi plenamente absorvida pelos camponeses da Comunidade ao ponto deles assumirem sua gestão, dando continuidade as experiências coletivamente construídas. Assim, é possível extrair do caso da Comunidade Mandacaru, um rico e inquestionável

processo de fortalecimento das práticas sociais, da aprendizagem coletiva e da conquista da autonomia de seus camponeses.

Por fim, um complexo processo de realização da ação coletiva, como o acima exposto é de difícil apreensão empírica. Para engendrar as explicações necessárias à compreensão de todas as vicissitudes que lhes são inerentes foi preciso realizar um longo percurso de profunda inserção no campo pesquisado. Só a pesquisa de longo tempo foi capaz de revelar as nuances indispensáveis à compreensão do caso de Mandacaru.

### **Considerações finais**

O sistema de Fundos Rotativos Solidários, criado a partir da necessidade de manejo e gestão de bens comuns, é sem dúvida uma iniciativa que, além de possibilitar a construção e difusão de tecnologias baratas e adaptadas à região semiárida, permite o fortalecimento da organização comunitária e a conquista da autonomia tão desejada pelos camponeses do Nordeste brasileiro.

No caso de Mandacaru, a experiência de manejo e gestão compartilhada facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento do FRS. Os membros da comunidade aprenderam, a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 12 anos, a criar e seguir suas próprias regras de gestão coletiva.

A influência de agentes externos fortaleceu a forma de cooperação tradicional, baseada na ajuda mútua. Por um lado, a cooperação ganhou novos contornos pela implementação dos FRS. Por outro, o incentivo à ação cooperativa fortaleceu certos laços sociais. Vale salientar que o reforço destes laços pode revigorar certos lugares de poder que suscitem desigualdades e conflitos. Isso pode ser exemplificado com clareza a partir do gerenciamento dos FRS em Mandacaru.

A experiência de Mandacaru mostra essa dimensão comunitária dos FRS, atrelada ao comportamento dos indivíduos em comunidade, onde a reputação e a confiança associadas às

regras de solidariedade e reciprocidade são os principais elementos que possibilitam a cooperação e a gestão comum dos bens. Diante das características históricas e socioculturais de Mandacaru, verifica-se que a maneira como os FRS foram conduzidos e se realizaram, só pode ser encarada como uma realidade *sui generis* própria de lá. Mas de maneira geral pode servir de parâmetro para estudos futuros em outras comunidades. Indica em particular que a organização e gestão comum de bens por uma comunidade é um processo pedagógico que exige tempo, pois tem seus avanços e seus recuos, mas que vale o investimento.

### **Bibliografia**

- ASA-BRASIL (Articulação no Semi-Árido Brasileiro), (1999). Declaração do semi-árido: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. Recife/PE (26/11/1999).
- DUQUE, G; COSTA, J. W. de S; ROCHA, J. C. da. Fundos Rotativos Solidários: Instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba. In *Agriculturas, Experiência em Agroecologia*. Leisa Brasil, Rio de Janeiro: As-Pta, Vol. 7 n. 2, jul. 2010, p. 22-28.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, N & SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MAUSS, M. *Essai sur le don*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- OLIVEIRA, M. S. L., (2006). *Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande.

- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROCHA, J. C. da e COSTA, J. W. de S. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. *Agriculturas*, Rio de Janeiro: AS-PTA, vol. 2, n. 3, p. 12-15, out. 2005.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. In. *Revista Raízes*. Vol. 1, n. 20, pp. 41-49, Campina Grande. Ed. Universitária da UFPB, 1999.
- SABOURIN, E; DUQUE, G; DINIZ, P. C; OLIVEIRA, M. Do S. de L; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *CC&T – Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília-DF: Embrapa, v. 22, n. 2, p. 101-120, 2005.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

## ELITES EMPRESARIAIS E A CONFIGURAÇÃO DE ESPAÇOS TURÍSTICOS NA ILHA DE COZUMEL, MÉXICO\*

*Lea Carvalho Rodrigues<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo trata das relações entre turismo, elites empresariais e território no cenário atual de expansão mundial do turismo, uma das atividades mais importantes da economia mundial contemporânea, indicado por organismos internacionais como solução econômica aos países pobres e em desenvolvimento. Os dados etnográficos colhidos na ilha de Cozumel, México, no ano de 2011, permitem compreender a dimensão político-econômica na configuração dos seus espaços turísticos. A ilha é dominada por grupos empresariais locais com expressividade política, e nesta trama atuam o Estado, as agências internacionais e os interesses privados.

**Palavras chave:** turismo, território, elites empresariais, Cozumel, México.

**Abstract:** The article deals with the relationships between tourism, business elites and territory in the current scenario of the global expansion of tourism, one of the most important activities of the contemporary world economy, as indicated by international economic solution to poor and developing countries. The ethnographic data collected on the island of Cozumel, Mexico, in 2011, allow us to understand the political-economic dimension in shaping their tourism spaces. The island is dominated by local business groups with political expression, and this plot act the state, international agencies and private interests.

**Keywords:** tourism, territory, local business groups, Cozumel, México.

---

\* Os dados apresentados neste artigo resultam de atividades de pesquisa realizadas em Estágio Pós-doutoral no CIESAS/México, que contou com bolsa de pesquisa CAPES

<sup>1</sup> Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará (UFC), na área de Antropologia do departamento de Ciências Sociais.

## **Introdução**

O presente artigo aborda as relações entre turismo e território, e o papel das elites político econômicas na configuração dos espaços turísticos, num cenário de grande expansão desta atividade a nível mundial. De fato, o turismo se tornou, nas últimas décadas do século passado, uma das atividades mais importantes da economia mundial, especialmente atrativa a investimentos em razão do rápido crescimento e diversificação das suas atividades. O volume de negócios é igual ou superior ao das exportações de alimentos ou de automóveis<sup>2</sup>, de forma que se tornou uma verdadeira indústria e, como tal, é considerada uma importante fonte de ingressos de divisas para os países em desenvolvimento (UNWTO, 2010)<sup>3</sup>. Como destaca Marín (2010), esta indústria se erigiu como um sistema que se expande por diversas partes do mundo, manifestando-se como uma força potente global que define pautas de desenvolvimento econômico e formas de reprodução sociocultural em um grande número de regiões e localidades do planeta. Além do mais, o turismo produz profundas transformações socioespaciais e culturais, que geram novas formas de territorialidade.

O México, em particular, é um país que optou pelo turismo como um mecanismo econômico privilegiado para incremento de divisas, geração de empregos e desenvolvimento econômico. Há uma forte participação do Estado mexicano no planejamento do turismo, sobretudo a partir da criação do Fondo Nacional de Promoción del Turismo – FONATUR, nos anos 1970, que conseguiu vultosos recursos para fomentar os investimentos no setor turístico. Tendo Cancún se tornado um dos balneários mais famosos do mundo, o estado de Quintana-Roo, onde ele se situa, adquiriu centralidade nessas políticas.

---

<sup>2</sup> Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, em 2001 o total de recursos gerados para os países visitados, que foi de US\$ 477 milhões, passou a US\$ 852 milhões em 2009.

<sup>3</sup> <http://www.unwto.org/aboutwto/his/en/his.php?op=5>, consulta em 28/06/2010.

Diversas pesquisas científicas sobre esta região apontam consequências tanto positivas como negativas da expansão desenfreada do turismo: impactos físico-ambientais (reconfigurações espaciais e alterações do ecossistema), demográficos (resultado dos processos migratórios para os polos turísticos), socioculturais e econômico-financeiros<sup>4</sup>. Tais processos estimularam a formulação de uma proposta de pesquisa, que foi por mim realizada durante o ano de 2011, no México, com o intuito de compreender as configurações socioespaciais e culturais geradas pelo processo de turistificação em uma região de praia<sup>5</sup>, bem como os efeitos sobre as populações locais. Para atingir este objetivo, procurei compreender: i) a inserção dos distintos agentes locais nesse processo e o grau de participação, autonomia e poder das partes envolvidas; ii) a dinâmica das relações estabelecidas entre as instâncias públicas, empresários, turistas e moradores, no que se refere às disputas e/ou negociações do espaço turístico, e como ocorria o processo de criação de novas espacialidades; e, por fim, iii) os efeitos sobre a população local quanto à posse da terra, aos benefícios econômicos das atividades turísticas e às dimensões social e cultural.

O recorte empírico para a realização da pesquisa no México foi a Ilha de Cozumel, localizada na península de Yucatán, no estado de Quintana-Roo, em pleno Mar do Caribe e a 18 quilômetros do continente, onde está o corredor turístico denominado Riviera Maya, que vai de Cancún (ao Norte) a Tulum (ao Sul).

---

<sup>4</sup> A respeito veja, entre outros: Marín (2008, 2010); López y Marín (2011), Ribeiro e Barros (19), Bringas (1999), Arroyo y Gutiérrez (2007); González y Palafox (2006), Palafox y Zizumbo (2009).

<sup>5</sup> A escolha de um destino turístico de praia se deveu aos objetivos de comparação com os resultados de pesquisas que então eu vinha realizando no Brasil, na costa Cearense, no âmbito do projeto *Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e efeitos sobre populações locais*. Tal projeto contou com o aporte de recursos do CNPq via bolsas de pesquisa.

A princípio esta escolha se deveu a alguns dados instigantes encontrados em trabalhos acadêmicos, que informavam tratar-se de uma ilha dotada tanto de belezas naturais, que a tornaram um destino turístico de bastante importância – seus arrecifes de coral pertencentes ao Sistema Arrecifal Mesoamericano, o mais extenso do hemisfério, com cerca de 900 Km de extensão, costeando México, Guatemala, Belize e Honduras<sup>6</sup> – e a existência de uma rica herança arqueológica, por ter sido habitada pelos maias até o ano 300 de nossa era (Sánchez y Propin, 2003). No passado pré-hispânico foi um porto comercial de importância, bem como um centro cerimonial onde era cultuada a deusa Ixchel, da fertilidade, razão porque seria um importante local de peregrinação para as populações maias habitantes do continente.

**Figura I – localização da Ilha de Cozumel em relação ao território mexicano**



Fonte: [cozumel.world-guides.com](http://cozumel.world-guides.com).

---

<sup>6</sup> Para maiores informações vide SEMANARP (1998).

Outra razão para esta escolha, não mais empírica, dizia respeito às possibilidades de discussão teórica no campo da antropologia contemporânea, uma vez que Cozumel apresenta características particulares quanto ao turismo internacional: é uma ilha, mas tem um aeroporto internacional, portos e estradas, além de uma boa zona hoteleira. Ademais, como a atividade turística concentra-se no ramo de cruzeiros e recebe um número elevado de turistas que sequer chegam a conhecer o continente mexicano, podendo, portanto, ser considerada um *enclave turístico* por excelência que permite discutir teoricamente conceitos como transnacionalidade (Ribeiro, 1997; Schiller, 2007) fluxos, territorialização e desterritorialização (Hannerz, 2001).

Com estas informações e estes anseios quanto à pesquisa foi que aterrissei no México, em janeiro de 2001. O período de três meses passados na sede do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS, Unidade Peninsular, na cidade de Mérida, estado de Yucatán, antes da ida para Cozumel onde eu realizaria as atividades do trabalho de campo, colocaram-me frente a novos dados e questões. Por um lado, intentei-me da existência de uma elite econômica na ilha que detém também o poder político em todo o estado de Quintana-Roo. Por outro, acessando dados do Registro Agrario Nacional (RAN), eu soube que a totalidade da ilha havia sido constituída como *ejido*<sup>7</sup> no ano de 15. Ou seja, suas terras (42,120 hectares, menos o fundo legal do município de 3,717 hectares) haviam sido objeto da Lei Agrária que distribuiu as terras agricultáveis entre os camponeses por meio do sistema de formação de *ejidos*, terras de uso coletivo.

As terras *ejidales* de Cozumel, no entanto, foram expropriadas em 31,658 hectares no ano de 1974, quando o governo mexicano iniciou o forte investimento em turismo com a inauguração de Cancún. Ademais, a bibliografia existente sobre a ilha de Cozumel, sobretudo a referida a historiadores (Ramos, 1999; César y Arnaiz,

---

<sup>7</sup> *Ejidos* são terras resultantes do processo de Reforma Agrária ocorrido no México após a revolução de 1910, com ênfase ao governo de Lázaro Cárdenas (1934-10). A respeito vide Warman (2002).

1998; Antochiw, 1998; Antochiw y César, 1991; Macías Zapata, 2002, 2004) informavam a passagem da ilha por diversos ciclos econômicos, alguns de bastante importância para o então território de Quintana-Roo, tendo Cozumel controlado durante o período áureo da produção do chicle<sup>8</sup> e da copra<sup>9</sup>, bem como da exploração florestal, todo o movimento de exportações destes produtos vindos do continente.

Uma questão que se tornou central à compreensão da configuração socioespacial e da dinâmica atual do turismo na ilha foi entender o processo e as condições sociais, políticas e econômicas que fizeram de Cozumel o segundo destino turístico de cruzeiros no mundo<sup>10</sup> e, ao mesmo tempo, compreender como formou-se e se consolidou essa elite político-econômica na ilha. Os dados que aqui apresento buscam responder a estas questões.

### **Configuração socioespacial: núcleo urbano e infraestrutura turística**

A Cozumel turística, da qual depende em grande medida a população da ilha, se compõe de uma diversidade de equipamentos turísticos distribuídos ao longo da costa – exceto a zona arqueológica de San Gervasio e o povoado de El Cedral, situado este último a quatro quilômetros para o interior da ilha (veja o circuito na figura II abaixo) assim como uma rede de hotéis e serviços distribuída não apenas na zona costeira, mas no núcleo urbano, que experimentou um crescimento vertiginoso, paralelamente ao crescimento populacional.

---

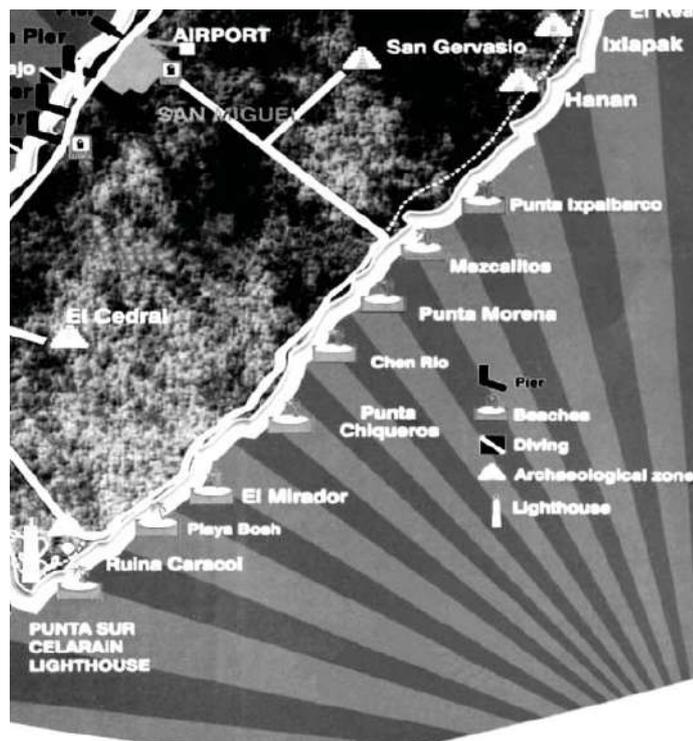
<sup>8</sup> *Tziclit* em maya, o chicle é um látex extraído da árvore do Chicozapote, que ficou conhecido como “árvore do chicle”, encontrada nas selvas dos estados mexicanos de Campeche e Quintana-Roo, a partir do qual se produz a goma de mascar.

<sup>9</sup> Fibras do coqueiro usadas para fabricação de cordames, selaria e outros.

<sup>10</sup> A respeito vide Santander e Ramos Díaz (2011).

Quando se caminha da costa ocidental à costa oriental, atravessando o núcleo urbano, nota-se que houve uma expansão das avenidas paralelas à Rafael Melgar, esta situada a beira-mar). Até os anos 1980 havia cerca de sete avenidas paralelas à beira-mar e em 2011 este número havia quadruplicado (28 avenidas). Na direção Norte-Sul ocorreu o mesmo. Mas uma vez que a parte Norte é limitada pelo Aeroporto, a área urbana cresceu mais em direção ao Sul.

**Figura II – Mapa da ilha de Cozumel (2012): pier, zonas de arrecifes y *diving*; zonas arqueológicas e praias**



Fonte: Elaborado a partir de plano turístico de livre distribuição.

Toda a área que vai dos arrecifes de Palancar, ao Sul, até Playa San Juan, ao Norte, na costa ocidental, é ocupado majoritariamente por hotéis *All inclusive*<sup>11</sup>. O acesso às praias ou arrecifes é, portanto, controlado pelos donos de hotéis e clubes de praia. Estes condicionam o uso da praia e as atividades de *snorkelling*<sup>12</sup> e mergulho ao consumo de alimentos e bebidas pelos visitantes. Além do mais, os hotéis proíbem a passagem dos não hóspedes. Neste sentido é que Martínez (2007, p. 135), ao construir uma tipologia dos espaços costeiros de uso turístico e recreativo em Cozumel, aponta como um dos resultados de sua tese “la disminución de los sitios costeros abiertos”, as praias públicas, “a medida que se avanza desde la ciudad sobre el eje norte-sur de la costa oeste”.

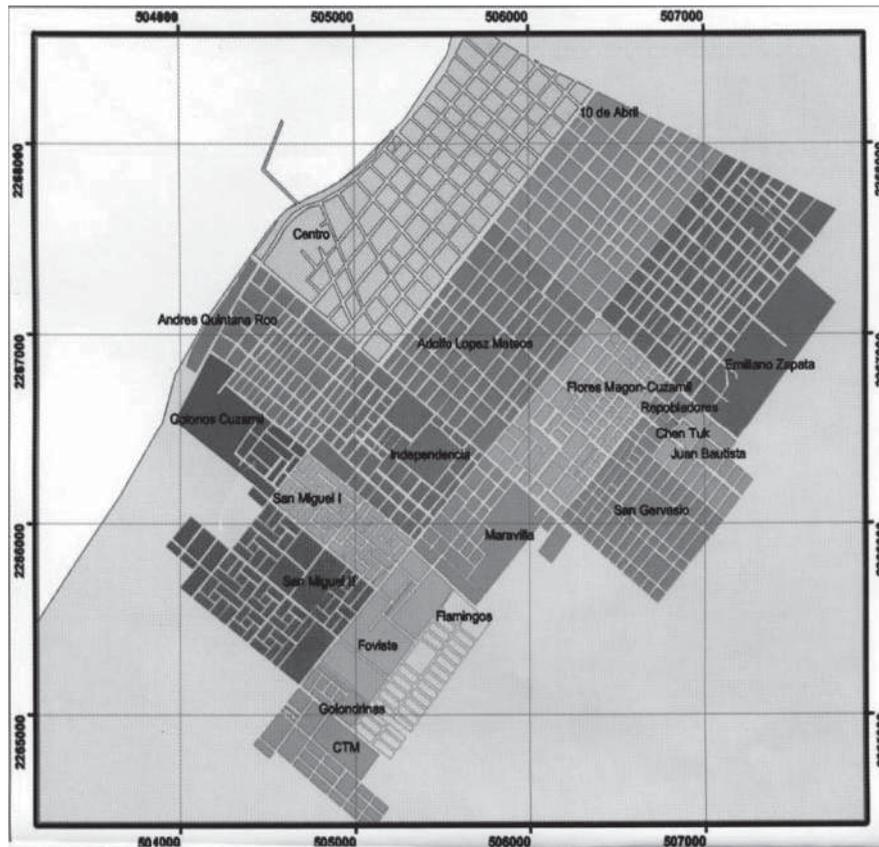
Uma simples caminhada de duas quadras, no sentido beira-mar /centro, em direção à costa Leste da ilha, evidencia a segregação espacial entre a ilha dos turistas e a ilha dos moradores. A estrada circunscreve uma superfície de mais da metade da ilha, no sentido Leste-Oeste e em sua parte Sul. Na área central existe ainda uma cidade não turística, habitada pelos que trabalham para o turismo. Há nesta região um movimento intenso de carros e motos em razão da péssima qualidade do transporte público, questão que será retomada no tópico seguinte, no qual serão abordadas as relações de poder.

---

<sup>11</sup> Hotéis cuja diária inclui alimentação, bebidas e todas as atividades de recreação e lazer.

<sup>12</sup> Forma de nado para apreciação dos arrecifes e fauna marinha, com o corpo à superfície e uso de máscara e tubo para respiração.

Figura III – Plano urbano e principais bairros (2006)



Fonte: FRAUSTO MARTÍNEZ, Oscar (coordinador). Indicadores de desarrollo humano. Cozumel, Quintana-Roo, Reporte 2005. Observatorio Urbano Global de la Riviera Maya. ONU-Hábitat, 2006.

Nesta parte da ilha estão as escolas, as instituições públicas, os bancos, as universidades; também há grande quantidade de lojas de roupas móveis, farmácias, padarias e um dos três únicos postos de gasolina existentes na ilha; também hospitais, centro médico e consultórios médicos e dentários; restaurantes simples, bares, oficinas mecânicas, os edifícios dos sindicatos de taxistas (este o

maior e mais imponente), dos guias turísticos, dos trabalhadores em hotéis, bares e restaurantes; de tal modo que existe uma infraestrutura urbana para atender a todas as necessidades dos moradores.

A mancha urbana se compõe de mais de 18 bairros e novas expansões estavam planejadas em 2011. A composição dos bairros expressa diferenças sociais entre os antigos e os novos moradores. As classes mais abastadas se localizam nas regiões próximas ao centro e na área costeira da parte Norte e Sul. Nos bairros 10 de abril e Emiliano Zapata são mais elevados os índices de pobreza. San Gervasio, Juan Bautista, ChenTuk, os mais periféricos, representam novas ampliações e têm índices mais elevados de desemprego (Frausto Martínez, 2006). São ocupados no geral por novos migrantes que chegam do continente em busca de trabalho e da possibilidade de aquisição de uma casa, em razão das seguidas ampliações da mancha urbana. Abrigam não apenas os novos migrantes; eles também recebem antigos moradores de classe média baixa ou baixa que venderam suas casas, onde suas famílias viveram por décadas, na região central, mais valorizada, e compraram outras casas nas zonas mais distantes.

Também nas áreas periféricas existem bairros habitados por pessoas já estabelecidas na ilha; criados por pressão de grupos de poder locais, como os empregados do setor público, taxistas e outros (CTM, Golondrinas, Foviste, Flamingos). Desta forma, a Cozumel não turística é semelhante a um mosaico social, com agrupamentos por setor de atividade, profissão, condição social; além, é claro, do nível das relações com o poder público e com o poder político.

Martínez (2007) identificou 74 espaços costeiros em Cozumel e construiu uma classificação deles segundo seu uso turístico e recreativo e em acordo a setores territoriais: o centro, a parte Norte da ilha, a área urbana aonde estão residências, condomínios, hotéis, clubes de golf; a parte Sul aonde estão os clubes de praia que recebem os turistas de cruzeiros; hotéis tipo resort e dois parques naturais (Chankanaab e Punta Sur) que são importantes pontos turísticos da ilha. Uma região intermediária entre a mancha

urbana e o início da área de hotéis e clubes de praia, a autora classificou como Centro-Sul.

O setor Este é o trajeto mais extenso e do qual se poder ver o mar em toda a sua extensão; menos povoado, se situa no outro extremo longitudinal da ilha, mas é uma área protegida para desova de tartarugas marinhas. Ali existe apenas um hotel que ninguém soube me explicar como obteve autorização para funcionar. Ao longo desta parte desabitada, sem hotéis e voltada para o mar aberto, perigoso, estão distribuídos alguns espaços turísticos, predominantemente bares/restaurantes com características particulares: “Los rastas” no extremo sul da ilha é um bar que evoca o reggae e a cultura hippie; “Coconuts” e Playa Bonita são bares/restaurantes situados em áreas de encosta, com excelente vista do mar. Há apenas um clube de praia nesta parte da ilha, Punta Morena, frequentado majoritariamente pelos locais, nos finais de semana. Há dois mirantes, Mezcalitos e El mirador, onde descem os turistas que escolhem fazer um passeio pela ilha de carro ou jeep, bugs e outros pequenos veículos, muito coloridos, alguns muito, muito pequenos e arredondados, semelhantes a insetos coloridos com suas antenas na parte dianteira. Nos dias de cruzeiros, os turistas infestam a ilha de pequenos veículos, principalmente na parte Sul y Leste. No entanto, uma vez que a tipologia de Martínez (2007) se restringiu aos espaços costeiros, ficam de fora um grande número de hotéis médios e pequenos localizados no coração do núcleo urbano e atualmente, inclusive, em suas áreas periféricas.

Cozumel conta com cerca de dez agencia de viagem espalhadas pela cidade e 41 *dives*, sendo que o número real é bem maior se englobarmos os existentes acoplados aos hotéis (Chan Ventura, 2006, p. 43)<sup>13</sup>. Os dados de observação mostraram a existência na zona turística urbana de aproximadamente 33 lojas de mergulho, 23 restaurantes de padrão médio a alto; 67 pequenas lojas de artesanato e produtos diversos; 16 grandes lojas

---

<sup>13</sup> Ver também [http://www.scuba-diving-cozumel.com/cozumel\\_dive\\_shops.html](http://www.scuba-diving-cozumel.com/cozumel_dive_shops.html). Consulta em: 05/03/2012.

de artesanato; 16 joalherias grandes de padrão internacional e 42 joalherias médias e pequenas; duas grandes lojas *duty-free* que vendem principalmente perfumes, cremes, e relógios. Há ainda aproximadamente 65 lojas de roupas e 14 pontos de vendas de passeios turísticos situados na saída do atracadouro central de barcos de passageiros vindos do continente, praça central e outros pontos da avenida Rafael Melgar, em sua parte central. Outras lojas são as mercearias, as de aluguel de carros (10), as barracas situadas à margem da praia, com bares, restaurantes; além de três danceterias. Os clubes de praia situados na zona Sul, na parte ocidental da ilha, são 11 e recebem comumente turistas de cruzeiros.

Toda esta infraestrutura está preparada para atender a demanda de até oito cruzeiros aportados na ilha ao mesmo tempo, quando até vinte mil turistas, além da tripulação, podem descer à terra em um só dia. Como ocorreu em fevereiro de 2012, quando a ilha recebeu, na última semana do mês um total de 24 cruzeiros, setenta mil passageiros, com a expectativa de uma entrada de aproximadamente quatro milhões de dólares<sup>14</sup>. Para março esperava-se um aumento do número de embarcações, para 27, com 80 mil passageiros a bordo e expectativa de ingresso de seis milhões de dólares<sup>15</sup>.

### **Os grupos de poder e o desenvolvimento da ilha como destino turístico**

Já nos primeiros dias de estada em Cozumel foi possível notar alguns detalhes quanto às relações sociais e aos grupos de poder na ilha. Os taxistas, por seu número elevado e o conteúdo das informações que ofereciam quando se perguntava algo sobre

---

<sup>14</sup> Ver: [http://www.quequi.com.mx/2104\\_cozumel/1486948-desciende-arribode-cruceros.html](http://www.quequi.com.mx/2104_cozumel/1486948-desciende-arribode-cruceros.html). Consulta em: 10/03/2012.

<sup>15</sup> Ver: <http://www.vocero.qroo.gob.mx>. Consulta em 05/03/2012. "Recibirá Cozumel alrededor de 130 cruceros durante marzo informa la APIQROO".

a ilha, já mostravam sua importância na configuração das relações de poder na ilha.

Nas conversas com comerciantes, prestadores de serviços e moradores, sobre a situação do turismo em Cozumel, ficou evidente a importância de alguns grupos político-econômicos formado por famílias da ilha. A explicação para a dificuldade atual com a sustentabilidade de seus negócios ou atividades era sempre marcada por uma frase: “lo que pasa es que hay algunas familias que dominan todo...todo está en sus manos...”, mas não ficava claro quem eram estas famílias nem porque seriam responsáveis pelas dificuldades dos pequenos empresários e prestadores de serviços.

A única pessoa citada nominalmente (embora muitas vezes a referência não fosse explícita e simplesmente se dizia “¿tu sabes a quien me refiero, no sabes?” é Dom Nassim Joaquín,, um dos filhos de Dom Pedro Joaquín Musa, um imigrante libanês que chegou ao continente em 1916 e com o tempo se tornou um dos mais importantes negociantes da ilha. D. Nassim é o único filho vivo deste primeiro Joaquín, e ainda hoje, aos 94 anos, ele ativamente administra seus negócios e, sobretudo, influi na vida política da ilha e de Quintana Roo, estado responsável por 35% das entradas de divisas no país em razão do turismo. Dizem os moradores que “nada pasa en Cozumel sin el permiso de D. Nassim”, embora para muitos isto não seja nada mais que um mito, uma construção do imaginário social de forte conteúdo simbólico. Há um dito popular que ouvi diversas vezes e que conta mais ou menos o seguinte: “Dizem que se encontraram dois indivíduos, um de Cozumel e outro de fora. O estrangeiro perguntou ao nativo da ilha: É verdade que D. Nassim é de Cozumel? Ao que ele respondeu: “Não, Cozumel sim é de D. Nassim”.

De forma burlesca ou explícita, às vezes balbuciando ou olhando para os lados, a conferir se alguém nos ouvia, os moradores sugeriam que existe um controle por parte desta pessoa e sua família sobre tudo o que ocorre na ilha, razão porque muitos se recusavam a falar, por medo de serem punidas. Ouvi relatos do caso de um jornalista que ao tecer críticas a esses grupos de poder,

em um jornal local, foi ameaçado e teve que abandonar a ilha. Diz-se o mesmo de um parente próximo, gentilmente afastado da ilha e hoje residente na Cidade do México. Ainda que sejam apenas relatos, de difícil comprovação, o fato é que os jornais locais são todos acrícticos, apenas relatam os acontecimentos concernentes à ilha, diferentemente dos jornais publicados no continente que tecem críticas abertas a esses grupos.

De posse dessas primeiras informações e já consciente de que necessitaria muito cuidado com o desenvolvimento de estratégias para obter informações, só pude ter uma dimensão mais exata da dinâmica das relações na ilha quanto tentei estabelecer os primeiros contatos para o início da pesquisa.

Primeiramente houve uma pronta disponibilidade de auxílio por parte de pesquisadores e da coordenação da Universidade de Quintana Roo – UQROO, o que se revelou também como uma sutil forma de controle sobre minhas atividades, dado que eu passei a depender da intermediação desta universidade para obter entrevistas com os que eles denominavam “personalidades de Cozumel”. A princípio isto me causou incômodo, mas os acontecimentos posteriores me fizeram compreender as dificuldades existentes a quem tenta caminhar só na condução da pesquisa. Na tentativa de contato e busca de dados com o presidente da Comisión Ejidal<sup>16</sup>, uma tentativa de caminhar por meus próprios pés, foi bastante desastrosa. Eu buscava compreender o processo pelo qual o *ejido* de Cozumel perdeu 80% das terras que haviam sido concedidas em 1945, e nunca me havia ocorrido, em toda minha experiência como pesquisadora, uma situação como a que tive que enfrentar em Cozumel. O então presidente da Comisión Ejidal, um médico local, o que me causou certa estranheza, disse-me:

---

<sup>16</sup> É próprio do sistema de *ejidos* a eleição de uma comissão que age em nome dos *ejidatários* e a representa perante as instâncias públicas e legais. Esta comissão é também responsável pela realização de assembleias periódicas e decisões quanto ao futuro do *ejido*.

Aquí es un ejido muy particular, nadie trabaja la tierra,...somos todos profesionistas porque nuestros abuelos y nuestros padres nos enviaron a estudiar. Yo salí de Cozumel a los quince años y volví diez años después; hay aquí ejidatarios médicos como yo, también abogados, comerciantes...

Sobre sua negativa em me fornecer os dados de arquivo solicitados me disse apenas ser esta uma questão ética, uma vez que ele representava um coletivo de 124 pessoas. A primeira concordância em me conceder nomes de *ejidatarios* que me pudessem conceder entrevistas tornou-se uma negativa quando de meu regresso a seu consultório na data e horário apazados. Depois de horas de espera eu pude falar com ele rapidamente, quando saia para o almoço. Visivelmente irritado ele me perguntou porquê eu estava ali e me afirmou que não havíamos marcado nenhum encontro nem que havia me prometido fornecer lista de *ejidatários*, isto porque, segundo ele, eu mesma havia decidido colocar fim à pesquisa ao ver que não teria acesso aos dados solicitados. Estava claro que não seria fácil obter dados e entrevistas atuando de forma isolada e que, a princípio, a UQROO seria fundamental para que eu pudesse construir uma rede de relações em campo. O mais importante, entretanto, foi constatar o elevado grau de controle e hierarquização nas relações sociais em Cozumel. Compreendi melhor o medo que transparecia nas conversas com os trabalhadores do ramo turístico, sobretudo quando eu tentava obter deles maiores informações. Com o tempo tive a certeza de que estes grupos de poder, e com certeza D. Nassim, acompanhavam os caminhos de minha pesquisa. Ou melhor, que de alguma forma a minha passagem por certas instâncias, sobretudo nas esferas de poder local – prefeitura e órgãos estaduais – chegava ao seu conhecimento e por sua intervenção procuravam todos controlar e mesmo impedir o meu acesso aos dados.

Os episódios evidenciaram o alto grau de controle exercido pelos detentores de poder na ilha, um controle que abarca todas as dimensões da vida social. Para que se tenha uma ideia, quando regresssei ao CIESAS, em Mérida, fui informada pelo diretor

daquela unidade que de Cozumel haviam telefonado buscando certificar-se de meu vínculo com a instituição. Por outro lado, estes acontecimentos se converteram em importantes indicativos analíticos, inclusive porque outros dados de observação, dados secundários e entrevistas, mostravam que a configuração dos grupos de poder formava um tramado intrincado e de difícil desenlace. Uma entrevista em especial, com uma pessoa que vive há dezessete anos em Cozumel, mas é natural da Cidade do México e atua no ramo de hotelaria, foi de grande contribuição para esclarecer alguns pontos destas redes amplas que conectam quase todos os habitantes da ilha por meio de relações hierárquicas e/ou de dependência. A interpretação da entrevistada era que:

La isla esta conformada por grupos; grupos de poder por tanto. Y luego viene el grueso de la población, que no son grupos de poder salvo que la población en general. Estos grupos han mantenido en la isla, desde que yo la conozco, en un equilibrio é... sano por un lado, porque no ha habido un crecimiento desmedido ni desbordado, pero que hoy por hoy en permanecer así nos está costando ser poco competitivos frente al que esta pasando en el resto del estado y del país.

Das observações acima, é importante reter esta presumida conexão entre a configuração e atuação dos grupos de poder na ilha e a perda de competitividade econômica de Cozumel no mercado turístico. Mas como se daria esta relação de causa e efeito, sendo confirmado o raciocínio da entrevistada?

A partir deste depoimento eu compreendi parte dos dados coletados até então. O primeiro ponto, que em Cozumel a maioria das pessoas, para não dizer a totalidade, de alguma forma mantém relações de interdependência, estava cada vez mais claro. Mas eu não compreendia como, mesmo com o crescimento do município, estas redes de interdependência persistiam e incluíam os novos moradores no mesmo padrão de relações. Como um sistema que funciona com três ou cinco mil pessoas, que era o número de

habitantes de Cozumel até meados do século XX, persiste com 60, 70, 80 mil moradores?

Os principais grupos de poder em Cozumel são: i) os grupos políticos, que se cruzam com os grupos econômicos, sendo que Joaquines y Gonzales são os principais grupos familiares competidores na arena política – poder público municipal, Cozumel e outros municípios do estado de Quintana-Roo, inclusive Cancún, poder público na esfera estadual, câmara de deputados e senado federal. Parte dos Gonzalez tem laços de parentesco com os Joaquines e parte dos Gonzales tem alianças com os Borge, Martín, Ângulo e outras famílias com expressividade na cena política; ii) os sindicatos de taxistas, estivadores, músicos, empregados em hotelaria, bares e restaurantes e de guias de turismo; iii) associações ambientais, de estrangeiros residentes em Cozumel, Ongs, etc.; iv) grupos empresariais externos: hotelaria (grupos empresariais internacionais), operadoras turísticas e empresas de transporte marinho que controlam a conexão da ilha com o continente (passageiros, veículos e abastecimento da ilha). Embora de certa forma eles estejam interconectados, seja por alianças, dependência, ou divisão de atividades, me deterei neste artigo nos grupos familiares de moradores da ilha que detém poder econômico e político sobre ela e seus moradores.

### **Grupos familiares e poder político-econômico na ilha de Cozumel**

É muito forte o respeito dos habitantes da ilha para com os empresários pertencentes a esses grupos familiares, em especial a D. Nassim Joaquín, uma figura já quase mítica em Cozumel. Um dado importante é que uma vez que estas famílias poderosas garantem o controle político sobre a ilha e muitas vezes sobre o estado de Quintana-Roo, ficam em suas mãos as concessões para as atividades de taxistas, restaurantes, vendedores e outros; assim como a concessão de uma parcela de terras do fundo municipal

por ocasião da inauguração de novos assentamentos urbanos. E é assim que os novos habitantes da ilha se veem enredados na mesma trama. Quando chegam à ilha necessitam de moradia e emprego; e para tudo isto dependem deste mesmo pequeno grupo de empresários.

Desta forma é que me deparei muitas vezes com depoimentos aparentemente contraditórios. Um taxista entrevistado, hoje com 52 anos, cuja família vive na ilha desde os princípios do chamado repovoamento conta (ou interpreta) a forma como estes grupos poderosos obtiveram sua fortuna:

Colombia (una vasta región al sur de la isla), era el lugar donde los barcos llegaban...podríamos decir, era como hoy en día se desembarca la droga sí? Contrabando sí. Porque el contrabando en aquel tiempo era whisky, los perfumes franceses, queso de bola y todo era puro contrabando.... Todo lo que aquella época era contrabando depois se tornou duty-free”,

diz o entrevistado em tom de picardia. Com estas referências, ainda que não sejam nomeadas as pessoas, não é difícil concluir a quem ele se refere porque se sabe quem são os donos das lojas de *duty-free* na ilha. Entretanto, ao final da entrevista o taxista conclui que são pessoas vitais para a ilha. Ao mais poderoso, D. Nassim, ele atribui poder quase total no âmbito político:

D. Nassim Joaquin Ibarra, él era quien decía: tú vas a ser gobernador de Quintana-Roo y tú eras. Tú vas a ser presidente municipal de Cozumel le decía D. Nassim y era. Por ahora, D. Nassim tiene una hija que es senadora por la República...mexicana. El que está como presidente municipal ahora, es un nieto de D. Aurelio Joaquín. D. Nassim Joaquin Ibarra, él era quien decía: Tú vas a ser gobernador de Quintana-Roo y tú eras. Tú vas a ser presidente municipal de Cozumel, le decía D. Nassim... y era.

E poder igual ele confere ao mesmo empresário, na esfera econômica:

[...] Si, porque es verdad. D. Nassim no sabe ni lo que tiene. Digo así porque las únicas, las gasolineras que existen acá, que son: la que está en la 30, la que está en Puerta Maya, la que está en la 75, la que está en Guacila... son cuatro, son de él. No dejan entrar, no hay otro concesionario que les ceda Pemex. ¿Por qué? Porque D. Nassim aquí es poderoso. Porque hay otras personas poderosas, hay mucha gente de Cancún, inclusive de otras partes de México, no sé que de otras partes, pero han querido meter su negocio y D. Nassim las frena.

O poderio político da família Joaquin é inquestionável. Um de seus filhos foi governador do estado de Quintana-Roo; sua filha foi senadora, casada com um político que tentou fazer carreira em Cancún. Também é verdade que um filho seu com outra mulher que não sua esposa atua em Playa del Carmen, onde foi prefeito, e que seu sobrinho-neto é hoje o prefeito de Cozumel.

O entrevistado considera os Joaquines e os Gonzalez como do mesmo grupo familiar, já que ocorreram casamentos entre eles, e embora todas as crítica por ele feitas, considera a todos pessoas muito respeitadas, “uma dinastia”, como afirma, mas fundamentais para a sobrevivência da ilha, porque “si no fuera por D. Nassim mucha gente se quedaria desempleada. Mi hermana trabaja con D. Nassim, mi hermano trabaja con D. Nassim”, o que revela a extensão das redes de dependência. Na realidade, por toda a cidade, em conversas informais, diz-se que é elevado o número de pessoas que este poderoso senhor emprega, cerca de 600 pessoas, dizem, apenas em empregos diretos, mas há uma rede muito mais ampla de empregos indiretos e por favores.

Embora o entrevistado tenha conferido um poder de vida e morte a D. Nassim, provavelmente falava com mais desenvoltura na entrevista porque estava desempregado e demonstrou ter um

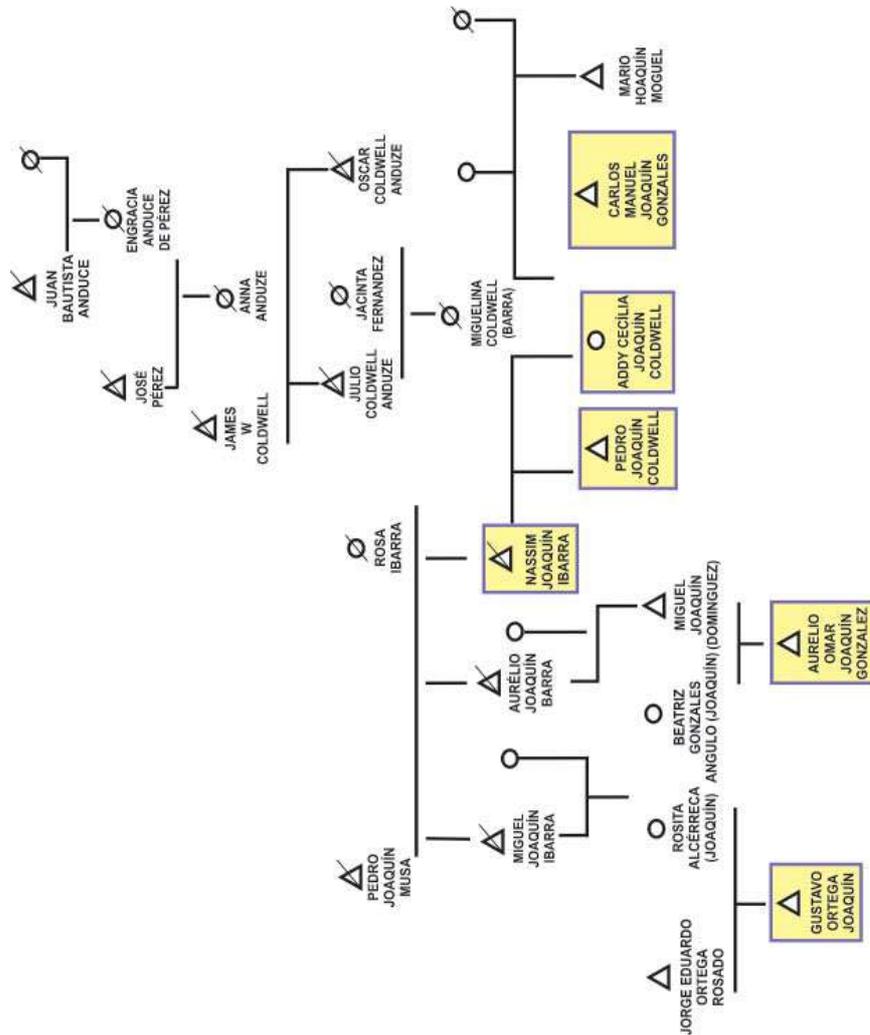
conhecimento e habilidade para se deslocar entre as intrincadas redes que conformam a política na ilha. Ele disse:

Yo aquí le puedo decir quien es quien, yo sé también donde ir acá también, yo sé donde caminar, si, donde puede pasar algo, donde no puede pasar algo, si. Los licenciados acá de los ministerios públicos federales, a ellos reciben dinero toda semana de todos los ... (no nombra quien). Ellos mismos les dan casa, les dan moto, les dan teléfono celular, pero para que quiero ir a la cárcel...

O depoimento faz referência à oferta de compensações para agir de forma ilícita, dada sua condição de desempregado, para que aceite trabalhar dentro do sistema, o que ele afirma ter rechaçado.

No campo político, quanto ao suposto poder total atribuído a D. Nassim, vale sublinhar que nada ocorre com uma simples ordem e sim como fruto de uma luta política muito forte com outros grupos, como os Gonzalez, por exemplo. Embora tenham ocorrido casamentos entre os Gonzales e os Joaquinaes, e a eleição do prefeito municipal em 2011 expresse a subida dos dois grupos ao poder, acontece que a descendência dos Gonzalez é muito ampla uma vez que houve muitas uniões fora do casamento, com filhos que foram reconhecidos e que também atuam na política. Os gráficos de parentesco que apresento abaixo, permitem uma melhor visualização do exposto.

Gráfico 1: Família Joaquín



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de entrevistas, material bibliográfico e midiático.

Neste gráfico de parentesco, eu assinaei apenas as pessoas que exercem poder político e econômico na ilha de forma a demonstrar as alianças pelo matrimônio e suas implicações. Por ele observa-se que:

1. D. Pedro Joaquín Musa e Rosa Ibarra tiveram três filhos que se destacaram na vida econômica e política da ilha. Dos três, apenas D. Nassim Joaquín Ibarra está vivo, com 94 anos, e é a figura de maior prestígio da cidade. D. Nassim é o único representante da segunda geração dos Joaquinaes, desde que estes chegaram à ilha.
2. D. Miguel, irmão de D. Nassim, teve apenas uma filha que se casou com um membro da família Ortega e foi viver em Mérida. Seu neto, Gustavo Ortega de Joaquin, posteriormente se dedicou a política e foi prefeito de Cozumel no período 2005-2008.
3. D. Aurélio, o terceiro irmão de D. Nassim, teve apenas um filho, Miguel Joaquín Domínguez, e este se casou com Beatriz Gonzalez Angulo, duas famílias importantes na ilha, que são competidoras dos Joaquinaes no campo político-econômico, sendo os Angulo descendentes das chamadas famílias originárias<sup>17</sup>.
4. D. Nassim se casou com a filha do principal competidor dos negócios de seu pai: a filha de Oscar Coldwell, D. Miguelina Coldwell (Ibarra). Embora os relatos digam que não houve aceitação deste matrimônio por parte de ambas as famílias, o certo é que esta união agregou duas importantes fortunas, ainda mais que a descendência dos Coldwell também foi restrita. D. Nassim teve dois filhos de seu casamento com D. Miguelina: Pedro Joaquin Coldwell, que foi governador do estado de Quintana-Roo, além de senador da república, diretor geral de

---

<sup>17</sup> Famílias originais são as que chegaram à ilha no ano de 1848, fugindo à guerra entre mayas e espanhóis, também conhecida como guerra de resistência maya (Marín, 2008).

FONATUR e embaixador do México em Cuba; e Addy Cecília Joaquín Coldwell, foi senadora pelo Partido Acción Nacional (PAN) no período 2003-2006, quando renunciou ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), que domina a ilha e o estado, segundo ela por ver frustradas suas pretensões de concorrer ao governo de Quintana-Roo pelo PRI. Embora a imprensa tenha criticado o ocorrido e insinuado uma cisão familiar, outra leitura possível é que se tratou de uma boa estratégia de garantir presença nos dois partidos. Vale notar que Addy foi a coordenadora da campanha no estado de Quintana-Roo, do presidente da república, Felipe Calderón, para o período 2007-2011. Ou seja, sua mudança de partido parece ter sido muito mais providencial e vantajosa para a família Joaquin em suas relações com o novo governo.

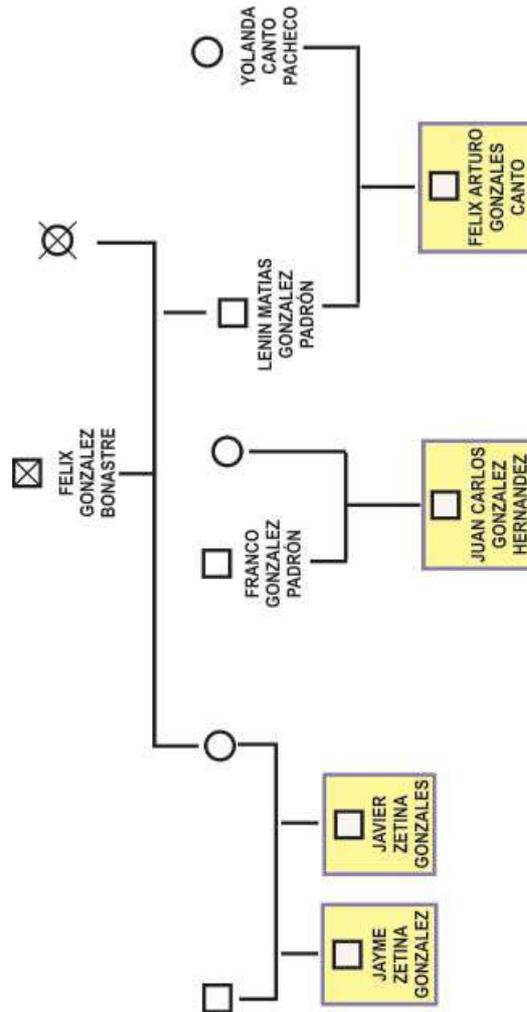
5. Outro filho de D. Nassim, fruto de uma relação extraconjugal, Carlos Manuel Joaquín Gonzalez, iniciou sua carreira política sob os auspícios de seu pai, mas não na ilha de Cozumel e sim no município de Solidaridad, no continente. Iniciou a carreira política como deputado federal, em seguida foi nomeado Tesoureiro Municipal do município de Solidaridad (2002-2005), Secretario Estatal de Turismo do estado de Quintana-Roo (2005-2006) e de imediato concorreu e venceu as eleições para prefeito de Solidaridad (2005-2008). Addy também foi Presidenta do Desarrollo Integral de la Familia (DIF), na gestão de seu esposo como prefeito de Benito Juarez (onde se situa Cancún), o que indica a intenção da família Joaquin de ampliar o poder político para os principais municípios do estado de Quintana-Roo. Aurelio Omar Joaquin Gonzalez, sobrinho neto de D.Nassim, neto de seu irmão Aurélio Joaquin Ibarra, é o jovem prefeito de Cozumel, eleito para o período 2011-2013.
6. Gustavo Ortega Joaquin, neto de D. Miguel Joaquin Ibarra, também já falecido, e sobrinho-neto de D. Nassim,

foi prefeito de Cozumel no período 2005-2008, pelo PAN. Depois de ocupar este cargo foi Secretário de Turismo de Quintana-Roo no governo de Mario Villanueva Madrid e em seguida delegado de FONATUR, o importante órgão de decisões, planejamento e gestão, também responsável pela venda de terras ejidales expropriadas nas áreas turísticas, como ocorreu anos antes em Cozumel.

Todas estas informações são relevantes uma vez que mostram o entrelaçamento do econômico com o político. Todos os empresários citados são, direta ou indiretamente, do ramo turístico: Gustavo Ortega é gerente de hotéis, diretor geral de clubes de praia, hotéis e ranchos; Pedro Joaquin Coldwell é herdeiro dos negócios de seu pai, assim como Addy Joaquín que também é proprietária de agências de turismo e consultoria; Carlos Manuel Joaquín Gonzalez, atuou como empresário antes de se dedicar com mais exclusividade à política. Além do mais, por detrás de todos eles estão os interesses econômicos de D. Nassim, considerado o patriarca do clã pela imprensa e pelas pessoas comuns que em baixa voz o chamam "el tatic", a denominação maya para os seus poderosos chefes, na época pré-hispânica e no período da sublevação maya no continente, no período de 1848-1902.

Exponho a seguir o gráfico das relações de parentesco entre uma descendência dos Gonzalez e sua imbricação com a política atual, na figura do governador do estado de Quintana-Roo, Roberto Borge Angulo:

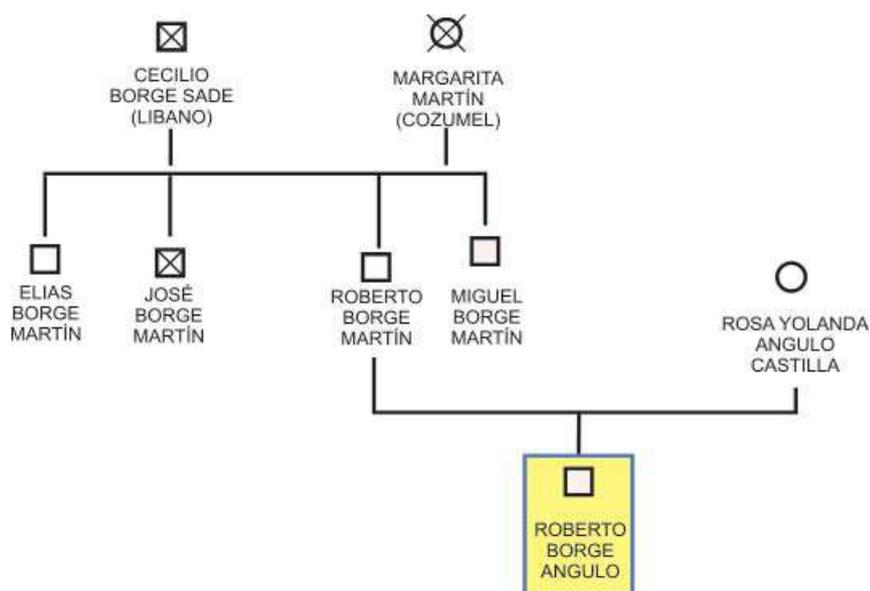
Gráfico 2 – Família do ex-governador Felix Arturo Gonzalez Canto



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de entrevistas, material bibliográfico e midiático. Os indivíduos assinalados são os que exercem poder político e econômico na ilha e/ou no estado de Quintana-Roo, México.

Felix Arturo Gonzalez Canto, neto de Felix Gonzalez Bonastre, o patriarca dos Gonzalez na ilha, foi prefeito de Cozumel (1999-2002) pelo PRI, deputado federal por Quintana-Roo (2003-2005), governador do estado de Quintana-Roo (2005-2011) e candidato do PRI ao senado por Quintana-Roo no pleito de 2012. O atual governador, Roberto Borge Angulo, é seu afilhado político e sobrinho de Miguel Borge Martín, outro natural de Cozumel que ocupou o governo do estado.

**Gráfico 3 – Ascendentes do atual governador Roberto Borge Angulo**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de entrevistas, material bibliográfico e midiático.

Segundo o jornal *Diario de Coahuila* de 27/06/2010<sup>18</sup>:

Cuando González Canto era diputado federal, Borge Angulo fue su secretario privado. Y cuando llegó a la gubernatura, lo incorporó a su administración, primero como tesorero de la Secretaría de Hacienda estatal y luego como oficial mayor del gobierno quintanarroense. Borge Angulo fue dirigente estatal del PRI y diputado federal, y a principios de año su tío lo impuso como candidato a la gubernatura.

Informa o jornal que o que une os Gonzalez Canto aos Borge Angulo são os interesses econômicos: projetos milionários que só podem se realizar sob o controle do poder político. Segundo o jornal, dentre os envolvidos nestes projetos estão os irmãos Lenin Matias Gonzalez Padrón, pai do ex governador; Franco González Padrón, pai do ex-prefeito de Cozumel, Juan Carlos González Hernández, e Roberto Borge Martín, pai do atual governador (ver gráfico 3).

Somado a tudo isto, D. Felix Gonzalez Canto foi objeto de denúncias de corrupção logo após deixar seu cargo e esteve envolvido com o escândalo do financiamento com recursos públicos dos gastos com o casamento de Roberto Borge. A reportagem de Ernesto Villanueva, de 11/11/2011, intitulada “*Quintana Roo: Transparencia e impunidad*”<sup>19</sup>, denuncia que “El ahora exgobernador Félix González Canto ha sido uno de los principales beneficiarios del ejercicio del poder público, donde no dejó ir una sola oportunidad para hacer negocios”.

Fica clara, ainda, a ascendência libanesa do atual governador de Quintana-Roo e o costume, em Cozumel, do casamento não endogâmico dos imigrantes libaneses, diferentemente da cidade de Mérida, capital do estado de Yucatán, no continente, vizinha ao estado de Quintana-Roo, onde uma colônia libanesa mais ampla se

---

<sup>18</sup> Veja <http://www.eldiariodecoahuila.com.mx/notas/2010/6/27/lomejordela-apro-184841.asp>. Consulta em: 30/11/2011.

<sup>19</sup> <http://www.proceso.com.mx/?p=287854>.

constituiu e progrediu economicamente por meio de matrimônios endogâmicos (Ramírez, 1994). Ao contrário, em Cozumel a prática foi a aliança com os grupos locais, detentores de terras e negócios bem sucedidos.

### **Considerações Finais**

Os dados etnográficos mostram que Cozumel é dominada por fortes grupos de poder, representados por poucas famílias que detém o poder econômico na ilha: os Joaquinaes, a mais importante família local, seguidos dos Gonzales, os Borge, os Angulo e os Anduce. Na verdade, há uma rede de interdependências que envolve a todos que vivem na ilha e isto se relaciona à conjunção do domínio do poder econômico e político por parte dessas famílias, assim como por questões estruturais da política mexicana, como o corporativismo, o caciquismo, as relações clientelistas e a corrupção<sup>20</sup>.

Foi esta estrutura que permitiu aos Joaquinaes e aos Gonzales se beneficiarem na compra das terras expropriadas pelo governo em 1974, em especial as situadas na área costeira, as mais valorizadas para o turismo.

Essas famílias dominam ainda as atividades turísticas, deixando pouco espaço para os investidores externos, à exceção de alguns grupos econômicos, também familiares, que gozam de um poder histórico na Península de Yucatán e que têm igual acesso aos centros de poder no México, como os Molina, que é outro caso interessante para estudo da genealogia de parentesco e da trajetória política e econômica de seus membros.

O controle sobre as saídas e entradas de passageiros e mercadorias na ilha, assim como o controle sobre as atividades lúdicas ofertadas aos turistas de cruzeiros está majoritariamente em mão dessas famílias da ilha, como de empresários mexicanos instalados na Península, o que impede alterações na estrutura de

---

<sup>20</sup> A respeito ver Lomnitz (2000).

poder, o que se reflete sobre a atividade econômica e o enfrentamento às crises econômicas, desastres naturais (furacões) e ameaças à manutenção da ecologia da ilha e de seus atrativos naturais.

Com base no exposto, eu gostaria de trazer uma breve reflexão sobre as contribuições que a antropologia vem trazendo aos estudos sobre turismo, que se deslocam dos interesses que primeiro moveram os pesquisadores – pensar a relação entre turistas e moradores ou a experiência do turista –, como os vários artigos na coletânea organizada por Smith (1977), ou a visão do turismo como uma nova forma de imperialismo (Nash, 1977), ou ainda como mercantilização da cultura (Greenwood, 1977). A proposta de López y Marin (2011) eu considero como um avanço, pois reivindica uma abordagem mais aprofundada sobre a atuação do Estado no processo de criação de espaços turísticos e na formulação de políticas públicas articuladas, bem como na dimensão cultural e nos aspectos estruturais que conformam as relações de poder que, como vimos no caso aqui apresentado, permeiam toda a vida na ilha e direcionam as atividades turísticas com efeitos consideráveis sobre populações e natureza.

### **Bibliografia**

- ANTOCHIW, M. *Cozumel, padrones y poblamiento*. Cozumel, Mx: Fundación de Parques y Museos de Cozumel. 1998.
- ANTOCHIW, M. y CÉSAR DACHARY, A. *Historia de Cozumel*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 1991.
- ARROYO ARCOS, L. y GUTIÉRREZ GARCÍA, E. El empleo em el sector hotelero de Cozumel y su impacto en la comunidad. *Teoria y Praxis*, 3, p. 65-76.2007.
- BRINGAS RÁBAGO, Nora L. *Desarrollo turístico y dinámica de evolución de usos de suelo en el Corredor Costero Tijuana-Rosarito-Ensenada (COCOTREN)*. 1999.

- CÉSAR DACHARY, Alfredo y ARNAIZ B., Stella M. Cozumel. *Los años de espera*. Cozumel, Mx: Fundación de Parques y Museos de Cozumel, 159 p. 1998.
- CHAN VENTURA, Gimer Omar. Historia del turismo de cruceros en Cozumel. Trabajo monográfico, UQROO, Cozumel. 2006
- GONZÁLEZ HERRERA, M. y PALAFOX MUÑOZ, A. Producción del espacio turístico em ambientes sensibles. Isla de Cozumel, México y Cayo Lás Brujas, Cuba. *Estúdios y perspectivas em turismo (version on-line)*, v. 16, n. 2, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, abr/jun. 2006.
- GREENWOOD, D. J. Culture by the Pound: an Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization. In: Valene Smith (ed.). *Hosts and Guests: the Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.1989.
- HANNERZ, Ulf. Notes of Global Ecumene. In: *Anthropology of Globalization*, INDA, J. X. e ROSALDO, R. (orgs.). Blacwell Readers in Anthropology. 2001.
- LOMNITZ, C. *Vicios públicos, virtudes privadas: corrupción en México*. Ciudad de México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa. 2000.
- MACÍAS ZAPATA, G. A. *La península fracturada*. Conformación marítima, social y forestal del Territorio Federal de Quintana Roo. 1884-1902. México, DF: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa. 2002.
- \_\_\_\_\_. *El vacío imaginario*. Geopolítica de la ocupación territorial en el Caribe oriental mexicano (coordinador). México, DF: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), 460 p. 2004.
- LÓPEZ SANTILLAN, Á. A. y MARÍN GUARDADO, G. Turismo, globalización y mercantilización del espacio y la cultura en la Riviera Maya: un acercamiento a tres escenarios. *Relaciones*, 123, vol. XXXI. p. 219-259. 2010.

- MARÍN GUARDADO, G. "Territorio de resistencia, integración mercantil y producción del espacio turístico en Quintana Roo: trayectorias y transformaciones del mundo maya" en *Turismo, identidades y Exclusión*, Alicia Castellanos Guerrero y Jesús Antonio Machuca (Coord), Universidad Autónoma Metropolitana I, Casa Juan Pablos, México (p. 97-141). 2008.
- \_\_\_\_\_. *Turismo, globalización y mercantilización del espacio y la cultura en la Riviera Maya: un acercamiento a tres escenarios* en Ricardo López Santillán (ed.), *Etnia, lengua y territorio. El sureste frente a la globalización*, UNAM, México. 2010.
- MARTINEZ, C. I. Tipología de los sitios costeros con usos turístico y recreativo en la isla de Cozumel, México. Tesis de Maestría en Geografía, UNAM. 2007.
- NASH, D. Tourism as a Form of Imperialism (1989). In: SMITH, V. (ed.) *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. (second edition). 1989.
- PALAFIX MUÑOZ; ZIZUMBO VILLARREAL. *Distribución territorial y turismo en Cozumel, estado de Quintana-Roo, México*, Gestión turística (Valdivia) n. 11, p. 69-88.2009.
- RAMÍREZ, L. A. *Secretos de familia. Libaneses y élites empresariales en Yucatán*. México, DF: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 1994.
- RAMOS DÍAZ, Martín. *Cozumel vida porteña, 1920*. México, DF: Universidad de Quintana-Roo/ Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología / H. Ayuntamiento de Cozumel/ Fundación de Parques y Museos de Cozumel, 130 p. 1999.
- RIBEIRO, G. L. e BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade. *Serie Antropologia 171*, Unb. 1994.
- RIBEIRO, G. L. A condição da transnacionalidade. Brasília: *Série Antropologia*, 223. 1997.

- SÁNCHEZ CRISPIN, Á. y PROPIN FREJOMIL, E. Dependências regionales del turismo en la isla de Cozumel, México, *Cuadernos de Turismo*, 11, pp. 169-180. 2003.
- SCHILLER, N. G. Transnationality (chapter 28). In: NUGENT, David and VINCENT, Joan (ed) *A companion to the Anthropology of Politics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. 2007.
- SANTANDER, L. C. y RAMOS DÍAZ, M. El nacimiento de un destino turístico en el Caribe Mexicano. Cozumel, de isla abandonada a puerto de cruceros, *El periplo sustentable*, n. 21, julio a diciembre/2011.
- SEMARNP – Secretaria de Medio Ambiente, Recursos Naturales y Pesca – *Programa de manejo Parque Marino Nacional Arrecifes de Cozumel*. México, 1998.
- SMITH, V. L. *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. University of Pensilvania Press. 1977.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO (UNTWO). Disponible en:  
[http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/unwto\\_barom07\\_2\\_en\\_excerpt.pdf](http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/unwto_barom07_2_en_excerpt.pdf). Consulta:13/07/2011.  
<http://abouttourism.wordpress.com/2011/01/18/unwto-world-tourism-barometer-advance-release-international-tourism-2010-multi-speed-recovery/>.Consulta: 13/07/2011.
- URRY, J. *The tourist gaze*. London: Sage, 2002 (2ª edición). 2002.
- VIVAS VALDÉS, V. *Forjadores. Personalidades sobresalientes en la conformación de La identidad cozumeleña*. Cozumel, Q. Roo, México: TVC Producciones Guadalajara, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Travesía por la historia de Cozumel. Breve monografía histórica*. Cancún, México: Editorial Veras, 2008.
- WARMAN, A. *El campo mexicano en el siglo XX*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica. 2002.

## A PRODUÇÃO DO TURISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O MERCADO DE RESORTS DO MUNICÍPIO DE CONDE (PB)

*Rafaella Soares Espínola<sup>1</sup>*  
*Maristela Oliveira de Andrade<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo objetiva analisar a produção do turismo de massa sob a lógica do capitalismo contemporâneo, apresentando as implicações socioambientais desse modelo no mercado de resorts em expansão na costa de Conde – PB. Adotou-se o método de abordagem qualitativo, com o auxílio da observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas com representantes do setor público, privado e de associações comunitárias locais. Concluiu-se que a produção do turismo de massa está fundamentada na lógica do capitalismo (moderno e contemporâneo), ao obedecer aos princípios de concentração de riqueza e lucro, e ao dirigir-se para o setor de serviços com ênfase no consumo, através da imagem e da subjetividade, em detrimento dos impactos socioambientais.

**Palavras-chave:** Capitalismo contemporâneo, turismo de massa, resorts, impactos socioambientais.

**Abstract:** The article aims to analyze the production of mass tourism in the logic of contemporary capitalism, presenting environmental implications of this model in the resorts market in expansion on the coast of Conde – PB. We adopted the method of qualitative approach, with the aid of direct observation and semi-structured interviews with representatives from the public, private and local community associations. It was concluded that the production of mass tourism is based on the logic of capitalism (modern and contemporary), when obeying the principles of concentration of wealth and income, and when directing itself for the sector of services with emphasis in the consumption, through the image and the subjectivity, in detriment to the social and environmental impacts.

**Keywords:** Contemporary capitalism, mass tourism, resorts, social and environmental impacts.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Prodema (UFPB), Graduada em Turismo (UFPB), Graduada em Relações Internacionais (UEPB). E-mail: rafaellafr@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal da Paraíba (Prodema e PPGA) Doutora em Antropossociologia das religiões (Univ. Paris III-IHEAL). E-mail: andrademaristela@hotmail.com.

## **Introdução**

Compreendendo a atividade turística na complexidade do fenômeno da globalização, fruto da internacionalização financeira e da produção, percebe-se que a produção do turismo seguiu as mesmas tendências econômicas oriundas do sistema capitalista, onde o lucro é, geralmente, o principal objetivo, independentemente dos impactos ocasionados nas esferas ambiental, social ou cultural.

Partindo do princípio de que a globalização “dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos” (Ianni, 2002, p.19), no turismo, este fenômeno se traduz como uma singularidade do capitalismo contemporâneo, responsável pela internacionalização do capital, a exigência de mão de obra mais qualificada em alguns setores, a concentração da riqueza nas mãos de uma pequena elite e a frequente exclusão de grande parte das comunidades locais.

O capitalismo contemporâneo resultou do avanço da globalização da economia e evolução das novas tecnologias de informação e comunicação, observadas desde os anos 60. Daí surge uma nova economia política que valoriza o indivíduo como consumidor, as relações de consumo e a dimensão da subjetividade (Costa e Godoy, 2008).

Entretanto, o turismo é uma atividade que engloba simultaneamente elementos de duas formas de capitalismo. Por um lado, do capitalismo moderno com a produção em massa, de forma a reduzir os custos e baratear o produto, onde cada funcionário possui uma função específica, como as atividades operacionais dos hotéis e resorts (seguindo os moldes do modelo fordista). Por outro, do capitalismo contemporâneo com a exigência de mão de obra mais qualificada (que fale inglês, por exemplo) e a preocupação com a especialização dos produtos de acordo com o público-alvo (segmentos do turismo).

Na atual fase do capitalismo, mais do que vender um produto, vendem-se subjetividades, isto é, valores ideológicos que

no turismo se traduzem por imagens e valores agregados como o status social. Neste contexto, inserem-se os resorts, símbolos de desenvolvimento para muitos destinos e sinônimo de acumulação capitalista contemporânea. Todavia, há, frequentemente, uma transnacionalização dos resorts, onde o mercado é dominado por grandes redes internacionais que atuam em vários países, mas que destinam os lucros às nações de origem. Na Paraíba, este mercado vem se desenvolvendo de forma tardia, uma vez que o primeiro resort da região (de bandeira angolana) foi inaugurado apenas em 2009. Embora este mercado esteja destinado, *a priori*, às classes de alto poder aquisitivo, a facilidade das formas de pagamento pelo sistema financeiro e atuais campanhas de marketing através das compras coletivas, inserem os resorts no contexto de turismo de massa, na medida em que estes grandes empreendimentos estão interessados em atrair cada vez mais turistas pautados na ideia de vender o “paraíso” merecido nas férias. Se antes a ideia era focar em um tipo de público, na atual lógica capitalista, permeia o objetivo de não desperdiçar nenhum quarto disponível e oferecer redes de resorts com características relativamente padronizadas.

Para compreender esta lógica, o artigo objetiva analisar a produção do turismo de massa na lógica do capitalismo contemporâneo, apresentando as implicações socioambientais desse modelo no mercado de resorts, e particularmente, nos municípios litorâneos como o Conde, na Paraíba.

Como procedimentos metodológicos, adotou-se o método de abordagem qualitativo, com o auxílio da revisão bibliográfica, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas com 7 líderes comunitários do município de Conde. Foram entrevistados os representantes das seguintes associações: Associação Comunitária de Pesca de Jacumã, Colônia dos Pescadores de Jacumã, Associação dos Agricultores de Tambaba, Assentamento Dona Antônia de Tabatinga, Associação dos Moradores e Amigos de Tabatinga, Comunidade quilombola do Gurugi e Comunidade quilombola de Ipiranga.

### **Consumindo o lazer: uma crítica ao modelo do turismo de massa**

O conceito de turismo de massa aqui descrito está associado a uma grande quantidade de pessoas que escolhem destinos turísticos tradicionais (sol e mar frequentemente) com características padronizadas, onde o turista compra determinado pacote e se dispõe a usufruir exclusivamente do que foi programado. Neste sentido, de acordo com Cruz (2001, p. 6):

É preciso reconhecer que o “turismo de massa” não significa “turismo das massas” pelo simples fato de que as massas não fazem turismo. O turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje.

No contexto da globalização, o turismo de massa, difundido no pós-guerra, foi responsável pelo enorme fluxo de pessoas em todo o mundo. Com o surgimento da sociedade urbana industrial, e posteriormente com a institucionalização das férias remuneradas, o tempo não produtivo ou de ócio foi se destinando progressivamente ao lazer e às viagens, como uma forma dos trabalhadores se ausentarem da realidade estressante da rotina de trabalho assalariada do sistema capitalista. As férias remuneradas, assim como o desenvolvimento de tecnologias de transporte, permitiram uma maior democratização do turismo e um fluxo maior de informações e pessoas. Alguns autores sugerem que o turismo de massa iniciou-se na Inglaterra durante a revolução industrial com “a ascensão da classe média e o advento de meios de transporte relativamente baratos” (Theobald, 2001, p. 27).

O tempo livre passou a estar bastante associado ao tempo de consumo nas sociedades pós-modernas, pois este tempo livre remunerado adquirido pela classe trabalhadora dos movimentos sindicais, desde o século XIX, se converteu progressivamente “em

ato consumista dos espaços de comércio, de serviços e de lazer, de forma cada vez mais acrílica e cada vez mais intensa” (Rodríguez, 1999a, p. 8).

Na esfera econômica, o turismo seguiu mercadologicamente os mesmos princípios de qualquer atividade econômica do capitalismo, onde o importante é consumir. É quase como um círculo vicioso onde se trabalha para produzir e incentivar o consumo e onde se descansa consumindo e gerando trabalho para outras pessoas, isto quer dizer que estamos sempre consumindo, seja uma passagem aérea, um quarto de hotel, um passeio de barco, uma apresentação artística, um bilhete de cinema, etc. (Carlos, 2002).

Os turistas deste modelo globalizante são chamados de psicocêntricos e, geralmente, “são motivados por campanhas publicitárias” (Ignarra, 2003, p. 18). Esse tipo de turista busca destinos padronizados onde se sintam seguros e familiarizados, isto é, viajam sempre nos mesmos ônibus, mesmas cabines de avião, mesmos hotéis climatizados com semelhantes cafés da manhã com o intuito de reconhecer paisagens pré-concebidas e divulgadas pela mídia especializada (revistas, folders, etc.).

Seguindo este modelo, o turista não é livre para estabelecer seu itinerário e seu tempo, pois são guiados por agências especializadas que controlam todos seus passos e horários, fazendo da viagem um momento tão estressante quanto sua rotina de trabalho. Isto acontece nos pacotes turísticos que programam e controlam o tempo e espaço do turista, que acaba ignorando “a identidade do lugar, sua história, cultura, modo de vida” e produzindo “a não relação, o não conhecimento, o distanciamento dado pelo olhar orientado e vigiado que predetermina, preconcebe” (Carlos, 2002, p. 28).

Desta forma, “o sentido de conhecer um lugar se transforma ou se realiza no testemunho da compra: as camisas e as blusas do Hard Rock Café espalhadas pelo mundo, as inúmeras camisetas, bolsas, chaveiros, etc., estampando o nome de lugares sedutores” (Carlos, 2002, p. 30). No caso dos resorts, este distanciamento entre o turista e o lugar é ainda mais evidente transformando os *souvenirs*

– comprados, geralmente, dentro dos próprios estabelecimentos  
– as únicas provas de visita a um determinado local. Com a globalização, estes objetos tornaram-se homogeneizados, podendo ser encontrados em qualquer lugar do mundo, mudando apenas o nome do destino. Contudo, os turistas ainda sentem a necessidade de acumular testemunhos de compras (*souvenirs*) para provar que vivenciaram um lugar (Augé, 1998a).

Para Carlos (2002, p. 25) o processo de comercialização da cultura, por exemplo, provoca “um sentimento de estranhamento” para os atores locais e ao mesmo tempo transforma tudo em espetáculo onde o turista é apenas um espectador passivo que contempla “cenários ilusórios, vigiados, controlados”. Com tais características, os destinos turísticos se tornam padronizados, criando falsas realidades, fantasias, que muitas vezes não correspondem à identidade local. (Ycarim, 2001; Gastal, 2003).

Partindo desse pressuposto, os espaços turísticos, com tais características, seriam como não-lugares, espaços vazios ou falsos lugares, se opondo a noção sociológica de “lugar”, isto é, à ideia de uma cultura localizada no tempo e no espaço (Augé, 1998b):

O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo, o próprio espetáculo já apreendido nas palavras e nos estereótipos que comentam de antemão na linguagem convencional do folclore, do pitoresco ou da erudição (Augé, 1998b, p. 45).

Na concepção de Carlos (2002, p.3), os não lugares produzem, na atividade turística, simulacros de lugares através da não identidade assim como “comportamentos e modos de apropriação” destes lugares. Tal comportamento se caracteriza pela não relação e distanciamento do turista com a realidade e comunidade receptora local.

Muitas críticas são apontadas a este modelo que valoriza a espetacularização da cultura e banalização da autenticidade. Luchiarri (2000), por exemplo, lembra que este modelo segue

a lógica da descoberta, exploração e destruição, onde a descoberta é, geralmente, feita pelas elites e aventureiros e as duas últimas etapas são conferidas ao turismo de massa.

Desta forma, o turismo de massa segue as mesmas regras do mercado e racionalidade capitalista, onde transporte, cultura, tudo vira mercadoria. Aliado a isto, fragmentam-se os lugares, afastando o turista do que é feio e pobre. Por estas razões, este modelo promove um desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades e contradições sócio-espaciais, chegando a reforçar a hierarquia social por meios de espaços diferenciados, fechados, exclusivos para os turistas (Carlos, 2002) como é o caso dos resorts.

### **A urbanização turística e a segregação espacial**

O espaço se transforma em mercadoria, de um lado pela mercantilização e ressignificação do valor de uso do espaço para o turismo, e de outro pela produção artificializada do espaço para o usufruto exclusivo do lazer (Carlos, 2002; LuchiarI, 2000). A chamada mercadoria-paisagem “é socialmente produzida como a matéria-prima do turismo” e é responsável pela mercantilização da natureza às manifestações culturais (Ouriques, 2005, p. 49).

Aliado a isto, a modernização dos espaços litorâneos imposta pelo turismo de massa é parcial e superficial, porque ela é “social e espacialmente restrita” (Cruz, 2002, p. 147), limitando-se a poucos territórios e a uma camada específica da sociedade. Neste sentido, a urbanização movida e patrocinada pelo turismo, pode ser positiva para uma localidade, mas concomitantemente prejudicial quando se cria espaços alienados de seus contextos através de “bolhas” turísticas que aumentam a segregação espacial e a exclusão das comunidades autóctones do processo, como é o caso dos resorts que se situam afastados/isolados da realidade local.

Esse modelo de urbanização busca padronizar os complexos turísticos implantados no litoral do Nordeste e reordenar os espaços destinados ao turismo, que, muitas vezes, elitiza as vias costeiras com a ocupação dos espaços por grandes empreendimentos, de

alto valor de mercado, e marginaliza a população litorânea local que é, frequentemente, deslocada para outros ambientes por se renderem a especulação imobiliária. Neste caso, “altera-se tanto a “paisagem” física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviços” (Rodrigues, 1999, p. 57), pois o turismo traz consigo oportunidades econômicas que modificam o comportamento e costumes locais; um exemplo disso é a inserção dessa população nos empregos de baixa qualificação, que podem representar atividades complementares de renda ou até mesmo substituir as atividades econômicas tradicionais do destino.

Alguns autores chegam até mesmo a classificar esse modelo de urbanização turística como *apartheid* urbano, no sentido de que o reordenamento do território para fins turísticos promove uma divisão social do território onde as áreas centrais/costeiras são destinadas aos turistas e a população de alto poder aquisitivo, enquanto que as demais áreas são marginalizadas, muitas vezes, abandonadas ou transformadas em favelas que entornam os cartões postais das cidades. Áreas que são maquiadas e escondidas da paisagem turística por não combinarem com os valores estéticos e padrões de consumo do turismo global (Lopes Júnior, 1997).

Mendonça (1999, p. 21) lembra ainda que a paisagem se deteriora de diversas maneiras com a chegada do turismo, e no caso dos resorts, “a transformação dos espaços naturais para implementação de edificações é uma delas”. A paisagem é alterada, muitas vezes, de modo negativo ou contrastando com a realidade local, se tornando privatizada e “muitas vezes, inacessíveis aos transeuntes em geral”. Algumas vezes não existe se quer um saneamento básico que acompanhe o crescimento desses empreendimentos, ou eles são fornecidos unicamente nas proximidades dos resorts, se tornando uma bolha de consumo privada e um fetiche de paisagem que mascara a identidade e problemas locais. Tais impactos se agravam em períodos de alta temporada, com o aumento do lixo e quando “os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas” (Mendonça, 1999, p. 22).

### **Implicações socioambientais do capitalismo contemporâneo no mercado de resorts**

De acordo com Rodrigues (1999, p.31) os resorts correspondem a “modelos de alojamentos produzidos pelo turismo global, em que as pessoas desfrutam de ambientes absolutamente familiares, onde até, e, sobretudo, a alimentação é estandardizada”, ou seja, estes empreendimentos incorporam a tendência da globalização já discutida anteriormente: “um bufê de café da manhã, em qualquer hotel cinco estrelas, das megacadeias hoteleiras mundiais, é exatamente igual em Miami, Bangcoc ou Cancún. Afirma-se, sem exagero que o espaço foi desterritorializado”. (Rodrigues, 1999, p. 31). E por tais motivos estes empreendimentos se enquadram perfeitamente na categoria de “não lugar” de Marc Augé (1998b).

Os resorts funcionam como “ilhas de prosperidade, criando um circuito privilegiado de consumo e produção” (Ouriques 2005, p.95) que reúne no mesmo lugar uma variedade de produtos e serviços para que o turista não necessite deslocar-se de suas instalações internas em busca de atrativos ou entretenimento, mesmo porque tais empreendimentos estão, frequentemente, conectados com espaços externos – praias, lagos e montanhas, etc. – que fazem parte do conjunto arquitetônico que o turista paga para usufruir e tem o privilégio de contemplar por fazer parte do pacote (Ouriques, 2005). Aliás, a estrutura requintada e padronizada dos resorts e sua localização privilegiada não são frutos do acaso, mas obedecem “a uma lógica racional de acumulação capitalista” (Cordeiro et al., 2011, p. 362).

A maior concentração de resorts no Brasil encontra-se no Nordeste, devido às características do clima e paisagem, vista por muitos turistas, sobretudo estrangeiros, como “paraíso tropical”. Limonad (2007, p.4) explica que “a crescente inserção do Brasil no turismo internacional contribuiu para acelerar a ocupação e adensamento de locais na costa antes isolados e quase intocados”, que criam “territórios turísticos isolados do contexto em que se inserem” (Silva e Vieira Filho, 2009, p. 12).

Tais empreendimentos suscitam muitas críticas pelos impactos sociais que causam nas comunidades locais<sup>3</sup>, como a segregação espacial das classes sociais e a exclusão social, uma vez que este tipo de turista, geralmente, não se relaciona com a comunidade local, é privilegiado por praias e áreas privatizadas, não deixa recursos para o comércio local e não traz muitos empregos, já que exigem mão de obra mais qualificada, geralmente, proveniente de fora. Segundo Vieira Filho (2009, p. 5):

Os resorts muitas vezes se encontram desvinculados do entorno e da comunidade (Nicoletti, 2003, p. 62), não geram renda nem emprego, não valorizam a cultura local como um atrativo turístico ou contribuem de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida da população local. Esses empreendimentos são alvos de inúmeras críticas pelo fato de satisfazerem todas as necessidades dos turistas, o que reduz consideravelmente a oportunidade de os comerciantes locais beneficiarem-se com a presença dos turistas, que poderiam adquirir *souvenirs* e utilizar os serviços locais, como restaurantes, lanchonetes e táxis.

Krippendorf (2000, p. 56) utiliza a expressão “férias em guetos” para designar formas artificiais, construídas sob medida, para o descanso e lazer. Esta categoria compreende todos os novos complexos hoteleiros, as cidades, parques e loteamentos de férias “que não nasceram do desenvolvimento de uma aldeia, e que estão situados bem no meio de um prado nos Alpes ou a beira sabe-se lá de que bela praia”. O autor concorda com o fato de que os turistas não sentem necessidade de sair desses espaços, citando

---

<sup>3</sup> O conceito de comunidade suscita muitas controvérsias na antropologia contemporânea, uma vez que a noção clássica proposta por Buber (2008, p. 50) como “a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum”; supõe critérios rígidos como uma unidade fechada e coesa. Contudo, deve-se considerar que as comunidades são permeáveis a influências externas.

o *Club Méditerranée* como “a versão mais perfeita do turismo em guetos” (Krippendorf, 2000, p. 57). Embora ele acredite que este tipo de turismo seja talvez “a maneira de viajar que produza menos efeitos negativos sobre o país visitado e a população local” (Krippendorf, 2000, p. 57) pelo pouco contato entre o turista e a comunidade, o autor apresenta algumas críticas ao modelo, como o fato desses resorts trazerem pouco impacto econômico para economia local, por importarem quase tudo (da comida aos funcionários) e provocarem o sentimento de exploração por parte da comunidade receptora que utilizando sua expressão “tem que se contentar com migalhas” (Krippendorf, 2000, p. 59). Tais empreendimentos se apropriam do território e provocam o sentimento de exclusão social, e contrariamente ao que propõe este autor, os resorts geram impactos ambientais através da quantidade significativa de recursos naturais que utilizam (água, energia etc.) e os resíduos que produzem. Desta maneira, podem constituir uma forma acintosa de turismo que desdenha a comunidade local e se apresenta numa posição de superioridade ao impor um espaço privativo. Ele é reservado para os que desejam apenas desfrutar da paisagem e temperatura locais, chegando a ser classificado por alguns autores mais críticos como uma forma de neocolonialismo.

Os resorts produzem no espaço globalizado, um lugar que nega seu entorno, constituindo-se, portanto, em um não lugar. Contudo, para os gestores públicos, em geral, os resorts são sinônimos de modernidade e de desenvolvimento, predominando sempre o discurso dos benefícios econômicos para a comunidade por meio do emprego e aumento da renda. E, mais ainda, como um grande estímulo ao turismo internacional no modelo globalizante, que demanda empreendimentos turísticos modernos e de alto padrão internacional.

### **Implicações socioambientais na construção de um mercado de resorts no município de Conde (PB)**

O município de Conde possui 172,949 km<sup>2</sup> e situa-se a 16,9 km da capital da Paraíba, João Pessoa. De acordo com o IBGE, através do censo demográfico de 2010, o Conde possui uma população de aproximadamente 21.400 habitantes. O turismo é a principal e mais lucrativa atividade econômica do município em razão da extensa (19,85km<sup>2</sup>) orla marítima do distrito de Jacumã que concentra as 8 praias do município: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Praia Bela ( PREFEITURA DE CONDE, 2012).

O grande potencial turístico da região (diversidade de ecossistemas e praias quase desertas) provocou um acelerado crescimento dos equipamentos turísticos sem o acompanhamento proporcional da infraestrutura de apoio procedente do poder público, o que tem ocasionado uma série de impactos socioambientais negativos tais como o acúmulo de lixo, a poluição visual e sonora, entre outros.

As políticas públicas de turismo do município estão voltadas essencialmente para o segmento “sol e mar”, embora existam outras potencialidades a serem melhor trabalhadas como o turismo rural e o ecoturismo, como modelos que provocam menos impactos. A particularidade em relação às outras cidades litorâneas reside no fato de que o município possui características ainda bastante rurais, contando inclusive com diversas comunidades de perfil tradicional situadas em espaços mais distantes das praias entre as quais: assentamentos rurais, comunidades de pescadores artesanais e comunidades quilombolas. Além disso, destaca-se o problema da falta de sistema público de esgotamento sanitário e tratamento de água, sendo o sistema de fossa séptica e poço os mais utilizados.

Outra particularidade consiste no crescente interesse de investidores estrangeiros na região, traduzida pela presença de diversos empreendimentos turísticos de proprietários estrangeiros, fruto de uma forte política de marketing

internacional desenvolvida pela prefeitura municipal. Desta forma, com base no inventário dos empreendimentos turísticos do município realizado por Guedes (2005) e informações da prefeitura municipal em 2012, dos 47 meios de hospedagem do destino, ao menos 13 eram de proprietários estrangeiros de diferentes nacionalidades (portuguesa, inglesa, angolana, sueca, etc.). Entretanto, a maioria recebe mais turistas brasileiros do que estrangeiros.

Diante deste contexto, surgiu o primeiro resort da região, em 2009, de um grupo angolano, um segundo está em fase de construção (vizinho ao primeiro) e um terceiro projeto com proporções gigantescas tem sido discutido para se instalar na APA da praia de Tambaba. Estes empreendimentos estão marcando uma nova fase do turismo na região, influenciada pela urbanização turística globalizada e que justifica o desenvolvimento da região através dos grandes empreendimentos e investimentos, sobretudo, estrangeiros.

O resort em funcionamento próximo a praia de Tabatinga e o segundo empreendimento em processo de construção também estão localizados dentro da APA de Tambaba, que foi decretada Área de Proteção Ambiental através do Decreto Estadual nº 22.832 / 2002, abrangendo uma área de aproximadamente 3.270 hectares e ampliada, em agosto de 2005, para 11.320 hectares, através do Decreto 26.296 (Brito, 2010, p. 9). A diferença é que as áreas dos dois primeiros resorts são relativamente pequenas (10.000m<sup>2</sup> e 24.500,00m<sup>2</sup>), não se situam a beira mar e antes das instalações já eram consideradas antropizadas.

Por outro lado, o terceiro megaprojeto turístico em questão suscita grande polêmica, por estar situado na área costeira, tendo como pré-requisito o desmatamento de uma área de aproximadamente 190 hectares, que vem ocasionando um incipiente conflito socioambiental, expressados em movimentos comunitários contrários ao empreendimento, como um abaixo-assinado realizado três anos atrás pela Associação Tambaba Nua (naturista e ambientalista).

Na audiência pública, realizada em 14 de janeiro de 2013, para apresentação do relatório de impacto ambiental (RIMA) do empreendimento, a reação da comunidade consultada foi, na sua quase totalidade, contrária a instalação. A participação se deu através de perguntas e debates calorosos com os representantes públicos e do empreendimento em questão. Na ocasião, uma técnica contratada pela empresa que realizou o estudo de impacto ambiental (EIA), obrigatório por lei, apresentou as características do complexo turístico relatando superficialmente os 120 impactos positivos e 115 impactos negativos identificados pela empresa, dos quais a maioria dos negativos não foi considerada grave. A maior ênfase foi dada, obviamente, aos impactos positivos, entre eles: a geração de empregos diretos (382) e indiretos, o aumento do poder de compra da população, o aumento do dinheiro circulante, o aumento na arrecadação de impostos, a valorização imobiliária no entorno e o crescimento do turismo.

Em relação aos impactos negativos foram citados o aumento do tráfego de veículos, a geração de poeiras, a supressão da vegetação, o afugentamento da fauna e o risco de contaminação dos recursos hídricos. Este último item gerou grande repercussão na comunidade presente, que se mostrou indignada com a possibilidade de lançamento de dejetos no rio depois de um suposto tratamento adequado. Muitos líderes comunitários enfatizaram a lógica capitalista presente nestes empreendimentos, se mostrando favoráveis a outros modelos de turismo na região, de menor porte e mais sustentáveis, como a sugestão de chalés ecológicos apresentada pelo líder dos comerciantes da praia de Tambaba.

As críticas aos resorts no município de Conde extraídas desta pesquisa são as mesmas que ocorreram em diversos destinos litorâneos nordestinos, isto é, a exclusão das comunidades locais dos benefícios do turismo, já que estes empreendimentos suscitam uma mão de obra mais qualificada (geralmente de fora da região); não movimentam o comércio local pelo fato do turista de resort ter todas suas necessidades satisfeitas dentro do próprio empreendimento. Com isso, ele não gera oportunidade de circulação de capital, provocando certo *apartheid* urbano, isto é,

impedindo o contato com os turistas e a troca de experiências ou benefícios.

Para o líder da Colônia dos pescadores do município, o isolamento do resort é compreendido como um fator que gera exclusão social para essa categoria, incentivando o preconceito contra a comunidade: “Ficam olhando você como um marginal”, justificou, afirmando ainda que estes empreendimentos “criam revolta, criam marginal”. A comunidade pesqueira afirmou não vender seu produto para o resort construído explicando que os pescadores são desprestigiados pelo trade turístico que compram seus produtos geralmente fora, na capital paraibana. Vale salientar que o líder da associação pesqueira afirmou possuir um projeto artesanal de produtos derivados do peixe como pastéis, “coxinhas” e bolos de macaxeira. Todavia, não conseguiram nenhum tipo de parceria com os resorts ou meios de hospedagem, o que gera insatisfação por parte dessa comunidade:

*Nós fizemos uma degustação com nossos produtos, alguns vieram, mas não prestigiam, para nós é uma ofensa, pessoas de fora que vêm prestigiar, um trabalho todo artesanal. Quando provam, comem, levam pra casa, mas não ofertam aos hóspedes. É muito triste saber que tem um produto que não é valorizado (SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE JACUMÃ, 2012).*

Os agricultores da região também se sentem excluídos dos benefícios econômicos defendidos com a chegada desses empreendimentos, uma vez que não conseguem vender seus produtos para este tipo de empreendimento nem possuem nenhuma perspectiva de parceria. Um grupo de ciranda de uma dessas comunidades foi inclusive apresentado ao resort em funcionamento, mas nunca recebeu nenhum apoio ou espaço para apresentação. O líder do assentamento Dona Antônia mostrou-se ainda preocupado com a crescente aquisição de terras pelos empresários de forma a prejudicar e inviabilizar a agricultura familiar:

*A gente tem que ter cuidado pra eles (empresários) não comprarem tanto lugar (terra) porque se não a gente fica sem lugar (para a agricultura familiar). A gente tem medo desse pessoal que vem construindo, e comprando coisa muita, a gente fica meio alerta (LÍDER DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DONA ANTÔNIA, 2012).*

Para as líderes das comunidades quilombolas pesquisadas, a inserção destes resorts poderia ser positiva se gerassem de fato emprego e renda, afirmando que são destinados para as comunidades locais apenas os empregos de camareira, auxiliar de cozinha, de serviços, etc. A líder da comunidade do Gurugi afirmou conhecer três pessoas de sua comunidade que trabalham no resort em funcionamento. Na comunidade Ipiranga, a líder afirmou conhecer uma; todas trabalham nessas funções citadas anteriormente. Neste aspecto, a quantidade de empregos absorvidas pelas comunidades locais é pouco significativa considerando a oferta do trabalho decente defendida pela Organização Internacional do Trabalho que prevê condições dignas de sobrevivência a partir da remuneração desse emprego. Nas comunidades pesquisadas, o turismo vem como uma atividade complementar a renda oriunda da atividade econômica principal como agricultura e a pesca.

Por fim, para o líder da Associação dos Moradores e Amigos de Tabatinga, com objetivos ambientalistas e sociais de preservar o meio ambiente e trabalhar em prol dos interesses da comunidade, os resorts causam diversos impactos positivos e negativos, mas para que esses empreendimentos possam trazer desenvolvimento e benefícios locais é preciso “envolver a comunidade do entorno”, o que ele acredita que não acontece.

Através de entrevistas semiestruturadas com os sete líderes comunitários foi possível perceber que, apesar da maioria dos líderes comunitários não ser contra os resorts, eles esperam uma contrapartida (econômica e social) que não está sendo realizada pelo empreendimento em funcionamento, e por isso, os impactos negativos citados foram bem maiores do que os impactos positivos. Entre os positivos foram citados: o aumento da capacidade

hoteleira, o emprego, o aumento de divisas, o aumento do fluxo turístico, etc. Em relação aos impactos negativos foram citados a apropriação do espaço, a privatização da praia, a exclusão social, o preconceito com os nativos, o isolamento da comunidade pesqueira, a poluição, o desmatamento, entre outros.

### **Considerações finais**

Desta forma, fica claro que a produção do turismo de massa está direcionada a lógica do capitalismo contemporâneo, na medida em que estimula o consumo, a imagem do produto e a subjetividade. Concomitantemente, a produção do turismo de massa apresenta ainda características do capitalismo moderno – também presentes no modelo atual - como a acumulação de riqueza e prioridade do lucro em detrimento dos impactos socioambientais. Outras características deste modelo são a produção padronizada de *souvenirs* e destinos turísticos (através da urbanização) com características globais e a mercantilização das terras litorâneas, da cultura, entre outros.

No caso do mercado de resorts, esta realidade é ainda mais evidente quando se formam “bolhas” de consumo exclusivas para que os turistas consumam no local, tendo todas as suas necessidades satisfeitas pelo empreendimento, em detrimento do comércio local que não é aquecido e do frágil contato (ou ausência dele) com a realidade ou comunidades locais.

No município de Conde, o mercado que está se formando já aponta alguns impactos socioambientais nas comunidades locais, sendo os negativos os mais citados entre os líderes de comunidades locais. Dentre eles, prevalecem, sobretudo, os sócio-espaciais, que são menos referidos nos estudos de impacto ambiental, como a exclusão social, o preconceito e a apropriação do espaço.

Assim, a construção de espaços ilusórios de turismo do tipo resort, mesmo que promovam aumento do emprego e renda na região onde se insere, orienta-se para um desenvolvimento que reforça a hierarquia social através de espaços totalmente

fechados, exclusivos aos turistas e desconectados do seu entorno, que se transformam em verdadeiros não-lugares. Estes espaços de concentração de riqueza e tecnologia, oriundos da modernização e urbanização turística, estão contribuindo com diversas transformações sociais, espaciais e ambientais, que privilegiam o grande capital.

Entretanto, numa visão pragmática do turismo, como este é o modelo predominante não só no Brasil, mas em todo o mundo, cabe ao poder público e as comunidades locais encontrar modelos alternativos de se inserirem na economia a partir da quebra de alguns paradigmas como a descentralização dos processos decisórios, buscando soluções viáveis e mais sustentáveis. Pois, conforme Oliveira (2007 p. 10) “não há como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local” que “implica, em alguns casos, em alterar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza”.

### **Bibliografia**

- AUGÉ, M. *El Viaje imposible. El turismo y sus imágenes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998a.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Portugal: Betrand Editora, 1998b.
- BORGES, C. e LIMA, M. C. O turismo comunitário na zona costeira do Ceará: a experiência da Rede Tucum. *Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010.
- BRITO, V. Imagens e Representações da Ocupação Turística do Litoral Sul do Estado da Paraíba. *Anais do V Encontro da ANPPAS – outubro de 2010 – Florianópolis – SC*. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-570-534-20100903173217.pdf>>. Acesso: 13/09/2012.
- CARLOS, A. F. A. O Turismo e a Produção do Não Lugar. In: *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. Eduardo Yázigy, Ana

- Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (orgs.), 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 25 -37.
- CORDEIRO, I; BENTO, E.; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 355-369, dez. 2011.
- COSTA, P. H; GODOY, P. R. *O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo*. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Introdução à geografia do turismo*. S.Paulo: Rocca, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASTAL, S. Turismo na Pós-modernidade: agregando imaginários. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. *Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.
- IGNARRA, L. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.
- LIMONAD, E. "Yes, nós temos bananas", praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. *GEOgraphia*, ano IX, nº 17, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/215/207>>. Acesso: 03/06/2011.
- LOPES JÚNIOR, E. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. IN: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997.

- LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 105-129.
- MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- OLIVEIRA, G. C. *Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação*. 2007. Disponível em: [www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao53](http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao53).
- OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE. Conde quer montar roteiro turístico Caminhos do Encanto. Disponível em: <<http://www.condepb.com/site/index.php/turismo/37-eventos/194-conde-que-montar-roteiro-turistico-caminhos-do-encanto>>. Acesso: 10/09/2012.
- RODRIGUES, A. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alesssandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (Orgs). São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, K. M; VIEIRA FILHO, N. Os resorts e seus impactos nas comunidades locais: estudo de caso do Águas do Treme Lake Resort no município de Inhaúma em Minas Gerais. *Revista Observatório de Inovação e Turismo*, vol. 4, nº 3, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/1594/1058>>. Acesso: 15/07/2012.
- THEOBALD, W. *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- YCARIM, M. B. *O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Alpeph, 2001.

## ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: PARADOJAS DE LA “MONEDA SOCIAL”

*Susana R. Presta<sup>1</sup>*  
*Liliana S. Landaburu<sup>2</sup>*

**Resumen:** En el presente artículo nos proponemos discutir sobre los alcances y límites de las iniciativas de la economía social y solidaria, producto de la crisis socioeconómica que se agudiza a partir de la década del 90 consideradas en tanto “alternativas” al sistema capitalista. De hecho, las estructuras de la economía social y solidaria no existen escindidas de las estructuras del sistema económico capitalista. En este sentido, resulta necesario reflexionar en torno a la existencia de una moneda social y sus implicancias socioeconómicas. Asimismo, nos preguntamos si es posible hablar de una racionalidad alternativa a la racionalidad capitalista o se trata de una racionalidad dependiente.

**Palabras claves:** Economía Social y Solidaria, Moneda Social, Racionalidad Económica, Economía Capitalista.

**Abstract:** In this article, we propose to discuss the accomplishments and the limits of the social and solidary economy's initiatives, as a result of the socioeconomic crisis that became worse at the 90<sup>th</sup>, which are considered as an “alternative” to the capitalist system. In fact, the social and solidary economy's structures do not exist separate from the capitalist economic system's structures, therefore it is necessary to reflect on the existence of the social money and its social and economical implications. Also, we inquire if it is possible to talk about an alternative rationality to the capitalist one or it is only a dependent rationality.

**Keywords:** Social and Solidary Economy; Social Currency; Economic Rationality, Capitalist Economy.

---

<sup>1</sup> Doctora en Antropología de la Universidad de Buenos Aires. Especialista en Filosofía Política (UNGS). Investigadora Asistent del CONICET.

<sup>2</sup> Doctora en Antropología de la Universidad de Buenos Aires.

## Introducción

A partir de la década del '70 tuvo lugar una creciente transnacionalización tanto del capital como de la producción, a partir de la cual Argentina sufrió profundas transformaciones que desestructuraron el mercado de trabajo extendiendo distintas formas de precarización laboral. Muchas industrias desaparecieron, aumentaron las prácticas oligopólicas de fijación de precios y la división de mercados.

La profundización de dicha crisis socioeconómica en los 90, ha revitalizado los preceptos de la Economía Social dando lugar a distintos tipos de emprendimientos sociales y cooperativos que intentan construir distintos proyectos de vida colectivos.

Según Coraggio (1992), la *economía solidaria o de la solidaridad* se fundamenta sobre formas de solidaridad ancladas en el trabajo de los beneficiarios, mas también se complementa con donaciones obtenidas a partir de proyectos de promoción de la economía popular. Depende principalmente de las donaciones y de una cultura de valores alejados del consumismo y el lucro. La economía solidaria se vincula con el concepto de empresa social, es decir, "los emprendimientos que no sólo producen mercancías sino que "producen sociedad" o lo social (formas sociales, instituciones y pautas de comportamiento)" (Coraggio, 1992: 114). Las empresas sociales se caracterizan por generar un valor social agregado ya que invierten en las capacidades de las personas. Asimismo, esta corriente realiza una crítica al asistencialismo y perciben al mercado como un posible instrumento de integración y emancipación ante la alternativa asistencialista.

Contrariamente a esto último, consideramos que no podemos ubicar a la economía social y solidaria como una "alternativa" al capitalismo, sino que resulta necesario que sea estudiada desde un enfoque que nos permita analizar las complejas relaciones que se establecen entre las unidades domésticas involucradas y el mercado.

En el presente artículo estudiaremos una iniciativa que comienza con un grupo de familias en Capilla del Monte

(Provincia de Córdoba, Argentina) que se hallaban insatisfechas con la propuesta pedagógica de las escuelas de la zona. Este grupo de familias se basó en la propuesta pedagógica de las hermanas Cossetini y el maestro Luis Fortunato Iglesias. Se trata de una pedagogía que enfatiza en el niño por medio de la educación por el arte, el compromiso social y ambiental. En este sentido, lo esencial es desarrollar la conciencia social del niño y luchar contra el egoísmo y los prejuicios. Por este motivo, los valores fundamentales se basan en la cooperación, la ayuda mutua, el compañerismo y la responsabilidad. El hecho fundacional fue una reunión realizada en Capilla del Monte, a partir de la cual seis familias aceptaron la propuesta. En el año 1997, Ramón Mestre, gobernador de la provincia, comenzó a cerrar todas las escuelas públicas rurales, reducir el número de docentes en cada establecimiento y cerrar los jardines de cuatro años en toda la provincia<sup>3</sup>. En un contexto de descontento social, la escuela se fundó en 1998. Esta última, se conformó como una Cooperativa de Provisión de Servicios Educativos y no otorga títulos oficiales ya que no adhiere al plan oficial de enseñanza. Desde sus comienzos, las relaciones con el pueblo de Capilla del Monte no fueron las mejores ya que los consideraban, entre otras cosas, como una "secta". En consecuencia, trataron de legitimar el emprendimiento por medio de distintas relaciones con otras instituciones.

En los años 1999 y 2000 participaron en el Plan de Desarrollo Integral de Capilla del Monte (organizado por el Municipio y el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación). Todas las organizaciones sociales participaron en talleres de diagnóstico en distintas áreas: economía, educación, grupos vulnerables, ecología, entre otras. Los problemas más graves que azotan a Capilla del Monte son el alcoholismo, desempleo, violencia familiar y medio ambiente. Más del 50% de la población pedía el "bolsón" (bolsa con alimentos) a la Municipalidad. Asimismo, cuenta con un Área de

---

<sup>3</sup> La cuestión central de la noción de racionalidad es la *correspondencia entre lo económico y lo no económico*. Es decir, no existe una racionalidad económica "en sí" ni una forma "definitiva de racionalidad económica" (Godelier, 1974).

Extensión para abarcar al sector social más debilitado (el edificio fue cedido por la Municipalidad). Las actividades de esta última incluyen un convenio de educación a distancia con la Universidad Nacional del Litoral, apoyo escolar, capacitaciones gratuitas para organizaciones sin fines de lucro, espacios de convivencia y aprendizaje. En año 2001, comienzan a vincularse con escuelas de gestión comunitaria o gestión social o cooperativas (escuelas que no son públicas ni privadas) con el fin de hacer visible su forma de hacer escuelas, es decir, democráticas, inclusivas, innovadoras, de la comunidad. Para lograr este tipo de relaciones participaron en un concurso internacional de pequeñas donaciones del Banco Mundial. El proyecto presentado proponía la realización de un Congreso para este tipo de escuelas a nivel nacional (fueron premiados con U\$S 2500). En el Congreso se discutió cuál era la clave de la inclusión, de la innovación y la calidad (asistieron más de 70 instituciones). A fines del 2003, presentaron un proyecto en Universidad Católica de Córdoba para generar una capacitación en comunicación institucional con objetivo de generar una agencia de noticias del Banco de Horas Comunitario (“Chasqui de Noticias Solidarias”).

Después del primer año de la escuela entendieron que no podía superar una cuota de \$20 ya las familias no podían pagar una suma mayor. Entonces, además de los \$20, decidieron producir entre todos dulces, empanadas, entre otras cosas. Mas, comprobaron que esto último no era suficiente. En 1999, surge la propuesta del Banco de Horas, pues se necesitaba disponibilidad y capacidad de trabajo para sostener una organización. De este modo, desarrollan una moneda social a la cual denominan “Soles” (Solidaridad Organizada Libre y Laboriosamente). En el segundo año comprobaron que el sistema funcionaba con una moneda propia respaldada con *trabajo* que apoyaba una causa común.

La Cooperativa Educativa cuenta con 15 personas trabajando. Las familias asociadas sólo hacen “changas” (trabajo en negro, subempleo). El Banco de Horas les ofrece un mercado alternativo donde pueden intercambiar productos y servicios sumados a la posibilidad de enviar a sus hijos a la escuela. De este

modo, según el presidente del Banco de Horas, este capitaliza el valor humano y lo convierte en valor económico a favor de una causa: la escuela. Actualmente la cuota de la escuela es de \$50 y 35 soles (en su equivalente en trabajo). Aproximadamente 50 chicos y 30 familias están asociados a la cooperativa, los cuales reciben servicios de educación formal. En general, las familias que envían a sus hijos a la escuela no son originarias de Capilla del Monte y junto a los asociados al Banco de Horas Local (más de cien) permiten sostener la causa socioeducativa. Asimismo, 120 chicos reciben educación complementaria y 35 jóvenes de entre 15 y 25 años de edad asisten a tres talleres de formación laboral integral (jardinería, producción de hongos comestibles, cerámica artesanal y utilitaria). Se busca una inserción laboral o llevar adelante empresas sociales asociadas al Banco de Horas.

La economía doméstica, la cual se constituye como base de la economía solidaria, plantea otros modelos de racionalidad, producción, intercambio, distribución y consumo. En general, encontramos una escisión entre una racionalidad económica orientada a la maximización de la ganancia, la organización capitalista de la producción, la circulación y consumo de bienes y servicios y aquella orientada a la reproducción de la vida de los integrantes de la unidad doméstica y la reproducción ampliada de sus relaciones interdomésticas y comunitarias. Precisamente, el problema radica en la coexistencia de estas dos formas de racionalidad económica<sup>4</sup> (social) que nos plantea el caso que nos ocupa.

Así, en el presente artículo nos proponemos discutir sobre límites de una concepción de estas iniciativas en tanto “alternativas” al sistema capitalista, pues las estructuras de la economía social y solidaria no existen escindidas de las estructuras del sistema económico capitalista. En este sentido, el análisis de

---

<sup>4</sup> Discutimos aquí con aquellos que retoman a Aristóteles para plantear en la economía social y solidaria la posibilidad de concreción del ideal antiguo de una libertad colectiva positiva fundada sobre la satisfacción de necesidades limitadas (crematística limitada) (Caillé, 2003).

la moneda social constituye un elemento clave para dar cuenta de esto último, como así también, nos permitirá dar cuenta de las relaciones sociales en las cuales se enmarca su existencia.

### **Las dos caras de la moneda**

En 1930, se implementaron miles de iniciativas de monedas complementarias en Estados Unidos, Canadá, Europa occidental y otras regiones afectadas por la crisis. Durante la década del '90, en la Argentina se extendieron notablemente las redes del trueque, sustentadas en la existencia de monedas sociales.

Según Lietaer, las monedas complementarias benefician a todos, tanto a las empresas locales como a la sociedad en general. En este sentido, el autor propone la conformación de lo que denomina una *Economía Integral* "... la cual consiste en la convergencia de la economía competitiva tradicional, por un lado, y la economía cooperativa local, por el otro. La primera produce capital financiero; la segunda, capital social." (Lietaer, 2005:260)

Por su parte, Peixoto de Albuquerque (2004) sostiene que es preciso que la moneda social sea considerada como acciones que buscan construir relaciones más generales y universales con la vida de las personas, se trata de calificar la cooperación y la confianza existente en los grupos construyendo un instrumento de mediación que permita que las actividades económicas se diferencien y sean capaces de crear sociedades más justas y libres.

Por moneda social, en sentido lato, se entiende el instrumento fiduciario (de confianza), utilizado por una o más personas y/o grupos(s) que ejerce(n) las funciones de unidad valorativa, que puede circular libremente en una comunidad y es aceptada como forma de pago; su valor nominal no es igual al valor intrínseco, sino que depende de la confianza de los que la reciben o utilizan, por ello no puede ser usada como instrumento de acumulación de las riquezas producidas por los individuos o la comunidad. (Peixoto de Albuquerque, 2004, p. 319) Por su parte, Orzi quien también analiza el caso en cuestión, menciona lo siguiente:

El Banco de Horas intenta forjar la implementación de un *sistema económico alternativo* administrado por las organizaciones con fines sociales, que produzca un efecto multiplicador del compromiso de los voluntarios dentro de la institución y la sociedad en su conjunto, que mejore los ciclos de consumo y producción local de recursos. (Orzi, 2008: 10)

Ambos autores, entienden por *otra economía*, una economía diferente a la capitalista, en la cual el trabajo y no el capital, es quien comanda el proceso de producción, distribución y consumo, es decir, lo económico conforma un tipo de relación social anclada al orden social. En este sentido, su preocupación estriba en la posibilidad de transitar, a partir de la creación de monedas sociales, hacia un camino que permita la desfeticización de la moneda. Ahora bien, encontramos que la moneda social, en tanto equivalente general que mide el valor de otras mercancías, se construye en referencia a la moneda oficial. Así, se pierden de vista las relaciones sociales de producción específicas en las que participa la fuerza de trabajo de los “socios”, mas también, tanto el tiempo de trabajo como el producto de los trabajos particulares es medido según el sistema de precios del mercado formal. La convención por la cual es creada la moneda social sigue supeditada a las formas de fetichización que rigen en el sistema capitalista. No alcanzan los valores, por distintos que sean respecto de aquellos con los cuales funcionan los intercambios bajo la lógica capitalista, pues sería necesaria una auténtica autonomía en relación con esta última, lo cual resulta improbable. Por consiguiente, la economía social alberga en su seno las contradicciones del sistema capitalista sin lograr resolverlas. Se halla atravesada por distintas racionalidades de gobierno que contribuyen a perpetuar y reproducir dichas contradicciones. La utopía como salvación y la salvación como esperanza, se apropia y resemantiza las resistencias y conflictos. Si bien, Plasencia sostiene que “... si la función de medida de valor la ejerce la moneda de curso legal, los precios relativos de los bienes, dentro de los mercados solidarios, no se diferenciarán significativamente de los de la economía formal” (Plasencia, 2008,

p. 46); parece que aquí subyace la idea de que los valores, propios de la gestión colectiva de la moneda social, podrían plantear una superación del problema. Contrariamente a esto último, pensamos que los valores resultan insuficientes cuando las prácticas concretas se anclan en la relación entre la economía social y solidaria con el mercado formal, los organismos de financiamiento nacional e internacional, público y privado.

Frente a las posturas mencionadas, trataremos de dar cuenta, entre otras cuestiones sobre este punto, que la retribución del trabajo de los “socios” con moneda social, permite su permanencia en tanto productores y consumidores dentro del mercado formal, prescindiendo de los costos de una relación salarial. De este modo, se garantiza la continuidad del mercado capitalista.

El Banco de Horas creó su propia moneda social (Soles), la cual media en todos los intercambios realizados en él. Sin embargo, en el marco de una organización económica que pretende alejarse de los principios mercantiles, pues al parecer no existe acumulación o búsqueda de beneficios, los precios de las mercancías se rigen, paradójicamente, por el mercado formal. Asimismo, encontramos que las relaciones sociales de producción son diferentes en el marco de la economía solidaria. Por consiguiente, podemos pensar que es posible la existencia de desigualdad en los intercambios puesto que si el respaldo de la moneda social es el trabajo humano, entonces, ninguna mercancía o servicio ofrecido es intercambiado por una mercancía (moneda) equivalente a las materias primas y/o al trabajo desembolsadas por el productor. De este modo, estaría siempre recibiendo menos de lo que da, lo cual a su vez, propicia posibilidades desiguales de consumo. En este sentido, la existencia de una moneda propia sigue albergando las desigualdades que impone el mercado capitalista, pues éste continúa siendo el principal condicionante a la hora de establecer formas de producción, intercambio y consumo. Sumado a esto último, la moneda nacional es usada como valor de referencia (un Sol igual un Peso). El camino hacia la desfetichización de la moneda, en tanto mercancía, se torna difícil de transitar si tenemos en cuenta que ambas persisten bajo la lógica del capital.

Ahora bien, respecto del respaldo de la moneda social en el Banco de Horas, encontramos el siguiente planteo:

(...) Se podría pensar que la existencia de ciertas monedas con respaldos “fuertes” (como el oro o las divisas extranjeras) señala la poca confianza que cada integrante de la comunidad emisora tiene acerca de su reproducción. Señalan, en definitiva, el grado de injusticia y violencia sobre el que se basa el orden establecido. (Plasencia, 2008, p. 54)

Esta cita se refiere al respaldo que poseen los soles (el trabajo de los “socios”, las donaciones en especie, los productos de las micro-empresas<sup>5</sup> asociadas al Banco, la capacidad productiva de los “socios” y los servicios educativos). Sin embargo, pensamos que, en este caso, el respaldo precisamente actúa generando un sentido de obligación que sostiene la continuidad del compromiso y lo refuerza, pues se trata de sus propias capacidades de trabajo y del producto que resulta de las mismas, las que permiten la existencia de la moneda social. En cambio, las desigualdades del orden social dominante se expresan en lo que planteábamos más arriba.

Precisamente, la existencia de una moneda social y la doble participación de los “socios” tanto en el mercado formal como en el “mercado solidario”, propicia lo que entendemos por *doble racionalidad económica* (Landaburu y Presta, 2007). Con esta noción nos referimos a la coexistencia contradictoria, en determinados grupos sociales, de dos formas distintas de racionalidad. En el caso del Banco de Horas, una racionalidad del “don” y una racionalidad empresaria (capitalista), las cuales suponen modos de pensar y actuar radicalmente diferentes. Uno de los puntos más importantes es que ambas racionalidades tienen como eje central

---

<sup>5</sup> Discutimos aquí con aquellos que retoman a Aristóteles para plantear en la economía social y solidaria la posibilidad de concreción del ideal antiguo de una libertad colectiva positiva fundada sobre la satisfacción de necesidades limitadas (crematística limitada) (Caillé, 2003).

una lógica de intercambio que se distingue por los fines que se propone. Pero el problema surge cuando los medios que sirven a una, son utilizados para alcanzar los fines de la otra. Aquí, las prácticas se definen por su carácter tanto intencional como no intencional, siendo que la racionalidad del don es dependiente de la racionalidad capitalista, lo cual complejiza aún más el análisis. Asimismo, es importante tener en cuenta que la pluralidad de bases económicas (Comas D' Argemir, 1998) presente en las unidades domésticas contempladas, sirve de sustento a la existencia de esta doble racionalidad económica. Al estar vinculados con diferentes relaciones de producción, los miembros de estas unidades desarrollan diferentes prácticas que se articulan entre sí y que, asimismo, implican construcciones específicas respecto de la realidad. Ahora bien ¿Cómo es posible la existencia de dicha doble racionalidad económica? Podemos decir que, en los "socios", prima el deseo vinculado a la necesidad de desarrollar sus capacidades de trabajo, acompañada por una representación del mercado capitalista signada por sus aspectos negativos y disgregadores. Dicha necesidad aparece, asimismo, debida a que los integrantes del Banco de Horas no han logrado poseer un empleo estable hace largo tiempo. Las transformaciones en el mercado formal de trabajo en la zona, ha dejado sin oportunidades concretas de inserción laboral a una parte considerable de la población. Sin embargo, se expresa una contradicción, pues este trabajo humano que pretende emanciparse de la hegemonía del mercado, busca incrementar constantemente el modo de participar en el mismo. Paradójicamente, en tanto espacio de mayores oportunidades de acrecentar el alcance de dichas capacidades de trabajo y la inserción de sus productos<sup>6</sup>, más también, como fuente de reconocimiento social más amplio. Los "socios" conciben su trabajo como emancipado, incorporándolo a una lógica del don y lo que ello implica (así niegan al trabajo asalariado como única

---

<sup>6</sup> En esta instancia, actúan como "pequeños empresarios", elaborando estrategias de negocios, captando posibles clientes, lo cual se desarrolla aún más en el marco de los emprendimientos en el marco del Banco de Horas.

forma posible del trabajo humano) pero, al mismo tiempo, dicho trabajo se extiende en sus relaciones y participación en el mercado formal (así, también, niegan el carácter de su concepción de trabajo emancipado de las relaciones de mercado). De esta manera, los sujetos se recrean a sí mismos, finalmente, a partir de un proceso de negación de sí mismos, pues es en dicha contradicción que nace la doble racionalidad económica como síntesis de los procesos de construcción de subjetividades. Síntesis sin superación, pues la contradicción permanece e implica una relación de subordinación que se manifiesta en la existencia de una doble racionalidad económica. De modo tal que se niegan a sí mismos en tanto contradicen, constantemente, los principios sobre los cuales se afirman su discurso y sus prácticas. Más también, a partir de lo antedicho, vemos cómo las formas ideológicas dominantes, con sus concepciones de trabajo y sujetos “productivos y dignos” para la sociedad, atraviesa los deseos, ya que estos son construidos siempre sobre los cimientos de los procesos históricos que abarcan a sujetos concretos a lo largo de sus vidas.

El carácter ambiguo, omnipotente y alienante de la moneda en el contexto del capitalismo moderno, advierte la cosificación de las relaciones sociales como consecuencia de una existencia regida por el afán de lucro. No obstante, en el ámbito de la economía social y solidaria, consideramos que no es necesario analizar si la moneda es algo negativo o positivo ya que eso no nos llevaría muy lejos. Mas sí creemos importante referirnos a la construcción de las relaciones sociales que avalan su existencia, para lo cual es necesario centrarnos en las percepciones de los “socios” sobre la moneda social. No obstante, debemos tener siempre presente la contradicción que constituye el hecho de que el valor de dicha moneda se halla establecido por la moneda oficial y los precios que rigen el mercado formal. Aún así, ésta puede adquirir un sentido diferente, según los entrevistados, “... *nadie trata de embromar a nadie, ni de venderle más caro una cosa a otro y se generan muchos lazos de solidaridad, que pasan más allá del intercambio puramente comercial.*” (Socia Área de Extensión del Banco de Horas Local).

Contrariamente a la racionalidad económica capitalista, la moneda social no se invierte con el fin de sacar provecho para maximizar beneficios sino que se corresponde a una racionalidad enmarcada en una ética propia de la institución en la cual circula. Consideremos el siguiente testimonio:

Yo creo que son muchas las ventajas [de la moneda social] porque es una manera de que la gente pueda acceder a cubrir sus necesidades directamente con sus capacidades. Porque en una sociedad donde si vos no tenes dinero, no existís y no podes acceder a un montón de cosas, digamos, este sistema económico te da la posibilidad de poder acceder dignamente a tus cosas, a lo que vos necesitás. (Socio, tallerista)

Contra cualquier forma de asistencialismo, se enfatiza la revalorización de las capacidades de trabajo que excluye el mercado formal. El significado del trabajo se construye en relación con su carácter participativo, creativo y orientado a una causa común. Sin embargo, en el marco del Banco de Horas, según sean las capacidades y necesidades de un "socio", este puede generar más soles que otros. Si un producto / servicio no logra venderse, los "socios" tienen que cambiar sus productos / servicios hasta que las posibilidades de venta se concreten. Si tenemos esto en cuenta, podríamos pensar que la valorización de las capacidades de trabajo no es homogénea, por lo tanto, podría existir un desfase entre las oportunidades de consumo de unos "socios" y otros. Cada dos meses se realiza una observación al "socio" para saber si su certificado no salió al mercado con el propósito de que lo renueve por otro producto o servicio. Pasados cuatro meses, aquellos "socios", cuyos productos / servicios no son valorados por la demanda del mercado solidario, deben realizar una inversión mucho mayor que el resto, la cual podría o no ser compensada por los intercambios futuros.

Asimismo, para que las relaciones sociales basadas en la solidaridad en tanto, como dicen los "socios", "hacer propia la

causa del otro”, mantengan su continuidad, es preciso que las representaciones que las constituyen se comuniquen de generación en generación, de los “socios” viejos a los “socios” nuevos. En este sentido, el Banco de Horas posee capacitaciones para los “nuevos” en las cuales se transmiten las ideas que legitiman las prácticas llevadas a cabo, las cuales son interpretadas para construir el sentido de las mismas. Aquí, la importancia de la moneda social no se refiere a la posibilidad de su acumulación sino a la posibilidad de mantener determinadas relaciones sociales que permiten la reproducción del grupo y su vínculo con la comunidad a la cual pertenecen.

Si bien, la mayor parte de los “socios” compra una parte de las materias primas necesarias para elaborar sus productos en el mercado formal, varios de ellos obtiene lo necesario en el Banco de Horas a través de los llamados “insumos estratégicos” adquiridos por el Banco (harina, huevos, verduras, etc.) con el dinero (pesos) que algunos “socios” pagan por productos / servicios en lugar de hacerlo con “soles”. Algunas “socias” nos comentaron que no se rigen por los precios del mercado sino que el precio de sus productos lo establecen basándose en el gasto de materias primas para su producción. Una de ellas, dijo que muchos “socios” calculan los precios sumándole al costo de las materias primas un 200% más. Además de ofrecer sus productos en el Banco de Horas, varios “socios” los venden en el mercado local a cambio de pesos. Sin embargo, la Coordinación del Banco de Horas reafirma que los precios tienen como única referencia los valores del mercado. Uno de los “socios” comentaba que los precios de sus productos (y también del resto de los “socios”) son iguales o menores a los del mercado y agrega que guiarse por éste genera estabilidad en los precios en la institución: *“el Banco de Horas provee herramientas para que, de alguna manera, haya una estabilidad, aunque sea mínima...”* (Socia del Banco de Horas)

Durante una de las entrevistas, una de las “socias” (B – socia de la comunidad) habló de una falta de circulante (moneda social). Ella ofrece budines y ropa reciclada y es capaz de generar muchos “soles” debido a que sus productos poseen una demanda

importante. No obstante, se queja de la limitación que encuentra pues, según su criterio, no emiten suficiente moneda. Nos aclaró que aún no lo había hablado con la coordinadora. Frente a esta inquietud, preguntamos en la Coordinación del Banco de Horas si había algún problema con la falta de circulante. La coordinadora nos respondió que justamente la pregunta apuntaba a un “tema complicado”. Según ella, se quejan sólo quienes no venden sus certificados de trabajo y no se ocupan por cambiarlos por otros. Curiosamente, tomó a “B” como ejemplo de una socia que, al generar muchos “soles”, no se queja. Ahora bien, existe un problema que subyace a esta “falta de circulante”, es decir, existe una importante deuda en “soles” por parte de los “socios” que no se preocupan por renovar sus certificados de trabajo que no son intercambiados y, así, producir “soles” que mantengan el dinamismo de los circuitos de intercambio. Por tanto, si escasean los soles, es debido al debilitamiento del trabajo de los “socios” en determinados períodos lo cual, a su vez, merma el respaldo de la moneda social. Precisamente, el presidente del Banco de Horas, mencionó en una de las entrevistas, que una de las dificultades es que “hay buenas cosas pero no están saliendo tanto o tan rápido”. Esto último, genera preocupación en los “socios” ya que si no venden, se vencen los certificados de trabajo. Sin embargo, también consideró que, debido a la incorporación de los nuevos “socios”, hay más demanda y, por lo tanto, más circulación. Si el respaldo de la moneda es, principalmente, el trabajo de los “socios”, entonces, el crecimiento de esta deuda podría estar provocando una relativa falta de moneda circulante. Es por tal razón, también, que la Coordinación enfatiza en la necesidad de no “estancar” la moneda, es decir, mantenerla siempre en circulación y no acumularla con el propósito de no “trabar” los intercambios. Asimismo, esto último expresa otro aspecto importante, a saber: el posible debilitamiento del compromiso social de los “socios”. En este sentido, comentaban que si bien existe un proceso de cambio de mentalidad, aún no está completo. A la vez que resaltan las distintas formas de solidaridad, también se mencionan que todavía falta tiempo para consumir dicho proceso.

Las dificultades que acá hay muy buenas cosas pero no están saliendo tanto o tan rápido. Los socios dicen "Uy!" Se ve en la problemática de tener que vender sus productos porque sino se les vence el cheque y entonces las rupturas en los compromisos son más fáciles. (Presidente Banco de Horas)

No basta decir que la racionalidad económica de los "socios" del Banco de Horas apunta a la satisfacción de las necesidades materiales según los requerimientos institucionales basados en la reciprocidad y no sobre la maximización de los beneficios individuales, pues puede suceder también que, a veces, ambas instancias no se excluyan mutuamente. En Godelier (1974) encontramos que en los sistemas de precios debe existir una coincidencia entre el valor de las mercancías y la necesidad social solvente. Si la oferta se planifica en función de la demanda, se logrará una optimización de las capacidades sociales. En este sentido, es importante conocer la jerarquía de las necesidades sociales, es decir, dar cuenta de las características de la demanda social. Probablemente, podríamos pensar que los precios del Banco de Horas tendrían que establecerse en relación inversa a la necesidad social (mayor necesidad social de determinadas mercancías igual a un menor precio/ menor necesidad social de determinadas mercancías igual a un mayor precio). La lógica instrumental del sistema de precios del mercado capitalista se rige por un criterio de escasez, a partir del cual esto sucede al contrario de esto último, pues el aumento de la demanda implica la posibilidad de incrementar los precios de las mercancías. Ahora bien, si el Banco de Horas, el cual se sustenta sobre la base el requerimiento de distintas formas de reciprocidad, retoma, como hemos dicho anteriormente, la lógica de oferta/demanda del mercado formal, entonces, las desigualdades propias de éste último tienen más posibilidades de trasladarse al primero.

En este sentido, tenemos que:

La moneda no es de ningún modo un hecho material y físico, sino que es, esencialmente un hecho social, su valor reside en su poder de compra, y en la medida de la confianza que se ha depositado en ella. Estamos hablando del origen de una noción, del origen de una institución, en una palabra, de una fe. (Mauss, 1971, p. 87)

¿Podemos afirmar que por el simple hecho de ser una moneda paralela o social su poder es nulo o inexistente? Aún, Mauss, al referirse a la moneda en la economía del don, menciona su capacidad para dirigir a los demás. Luego, se pregunta respecto de la confianza en el dinero “¿Acaso no reside en la creencia de que, gracias a él, podremos obtener de nuestros contemporáneos las prestaciones – en materia o en servicios – que nos permita exigirles la situación del mercado?” (Op. cit.: 91-92).

En Mauss, podemos encontrar que la moneda es parte del don. Una “socio” nos comentaba que “estas todo el tiempo confundiéndote, sobretodo acá porque decís pesos todo el tiempo y son soles”. De este modo, podríamos concluir que se trata de distintos usos de moneda, complementarios y coexistentes. Sin embargo, a nuestro entender, la contradicción prevalece. El Banco de Horas existe a partir de una relación dialéctica con el sistema capitalista. Ahora bien, una explicación sobre los diferentes usos de la moneda no alcanzaría ya que las relaciones de poder que se construyen a partir de las distintas lógicas de intercambio (mercantil / don), se encuentran en constante tensión. De hecho, como hemos mencionado anteriormente, las relaciones de poder del mercado formal condicionan el funcionamiento de los intercambios dentro del Banco de Horas. Podemos pensar que la doble racionalidad de los sujetos coexiste pero siempre en contradicción debido a que la construcción de una racionalidad (don) depende de la otra (empresarial).

La invención de la moneda alberga las contradicciones que plantean las relaciones sociales que se entablan a partir de las distintas lógicas de intercambio. Coexisten en ella y se convierten en su símbolo. Al externalizarse de los sujetos, quedan aliviados

de toda responsabilidad, la cual se traslada y se deposita en la moneda. Así, ésta se transforma en culpable de todos los pesares y alegrías. Es este tipo de fe o creencia – volviendo a la cita anterior de Mauss (1979) – en la moneda, la que termina por contribuir, al menos en parte, a la existencia de una doble racionalidad.

### **Consideraciones finales**

La creación de una moneda social constituye una actualización y reinterpretación de prácticas y significados que ha acompañado a los “socios” a lo largo de sus vidas, los cuales se inscriben ahora en la doble estructuración de su racionalidad económica (social). La importancia de la moneda social radica, entonces, en la posibilidad de construir y reconstruir determinadas relaciones sociales que permiten la reproducción del grupo social y su vínculo con la comunidad. Asimismo, al ser su respaldo, principalmente, el trabajo de los “socios”, contribuye a sostener el compromiso que los une.

La función económica de la moneda social es indisoluble de su función social y cultural. En el Banco de Horas, la moneda produce / reproduce las relaciones sociales basadas en la donación de tiempo de trabajo (racionalidad del don). Sin embargo, al mismo tiempo que hace esto último, su existencia reproduce la violencia que encierra la moneda en el mercado formal, pues la moneda que han creado se halla supeditada al sistema de precios del mercado capitalista y oscurece las relaciones de producción específicas de la economía solidaria. Podemos decir que dichas desigualdades quedan resignificadas por la categoría de don como eje central de los intercambios en el Banco de Horas. Por consiguiente, la moneda social, en tanto valor de medida homogéneo, omite la heterogeneidad tanto de los productos como de los procesos de trabajo.

Lo que se plantea es la existencia de una racionalidad dominante (capitalista) y distintas racionalidades subordinadas contrapuestas que se desarrollan dentro de los límites cambiantes

que le impone la primera, por lo cual su potencial va a ser reducido por no tener la posibilidad de socavar por completo los condicionantes estructurales. Asimismo, esto conduce al intento de remediar la incertidumbre y el conflicto con un orden ficticio y naturalizado de las cosas. En el caso de las instituciones de la economía social y solidaria, la creencia en la autodeterminación es crucial para la persistencia de una doble racionalidad económica. Al permitir y apoyar la existencia de racionalidades, consideradas “alternativas” por los propios sujetos, éstas terminan por convertirse en parte de las estrategias disciplinadoras del capital.

Promulgando un discurso no consumista y contrario a la racionalidad instrumental del capitalismo, los sujetos que construyen estas iniciativas, paradójicamente, continúan vinculándose como consumidores en el mercado capitalista. Por consiguiente, los deseos y aspiraciones de una clase trabajadora cuyas capacidades trabajo ya no eran requeridas formalmente por el sector empresarial, concentraba un potencial social que no tardaría en ser reincorporado en la agenda del Estado y el sector privado. Las alianzas entre sectores se consolidaron y, pronto, aquello que había surgido como un posible foco de resistencias y conflictos fue resignificado en función de nuevas relaciones de poder. La organización del Estado se ajustó a la lógica empresarial y su discurso, iniciando la supuesta “modernización” del mismo, para facilitar la implementación de las políticas de desarrollo económico previstas para la economía social y solidaria. Políticas que encierran una nueva forma de extender los intereses de los agentes del capital hacia todos los ámbitos de la sociedad.

### **Bibliografía**

- CAILLÉ, A. Sobre los conceptos de economía en general y de economía solidaria en particular. *L' alter-économie. Quelle "autre mondialiation?* In. *Revue MAUSS*, nº 21, 2003

- COMAS D' ARGEMIR, Dolors. *Antropología Económica*. Barcelona: Ariel, 1998.
- CORAGGIO, J. L. *La Economía Social como vía para otro desarrollo social*. <http://www.urbared.ungs.edu.ar>, 1992.
- GODELIER, M. *Racionalidad e irracionalidad en economía*. México: Siglo XXI, 1974.
- LANDABURU, L y PRESTA, S. Elementos para la reflexión en torno al concepto de unidad doméstica en el contexto neoliberal. In. *Revista Papeles de Trabajo* N° 14 Universidad Nacional de Rosario, 2007
- LIETAER, B. *El futuro del dinero. Cómo crear nueva riqueza, trabajo y un mundo más sensato*. Buenos Aires: Errepar / Longseller, 2005.
- MAUSS, M. *Institución y cultos. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones*. In. *Obras II*. Barral Editores: Barcelona, pp. 87-127, 1971.
- MAUSS, M. *Sobre los dones y sobre la obligación de hacer regalos*. En: *Sociología y Antropología*. Madrid: Editorial Tecnos, 1979.
- PEIXOTO DE ALBUQUERQUE, P. *Moneda social 2*. En: Cattani, A. D. (Org.) *La Otra Economía*. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- PLASENCIA, A. y ORZI, R. *Moneda social y mercados solidarios*. Buenos Aires: Editorial Ciccus, 2007
- PRIMAVERA, H. *Moneda Social 1*. En: Cattani, A. D. (Org.) *La Otra Economía*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

## PROCESOS TRANSNACIONALES EN LAS REGIONES DE FRONTERA: LA TRIPLE FRONTERA EN EL SISTEMA MUNDO

*Roberto Carlos Abínzano<sup>1</sup>*

**Resumén:** Las reflexiones que siguen son el resultado de una selección y abarcan temas diversos dentro de una única problemática general: los procesos transnacionales y la región de frontera. Desde hace dos décadas investigamos las regiones de frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. Definimos las regiones de frontera, diferenciándolas de las líneas de frontera, como un espacio transnacional que se estructura dinámicamente a partir de las relaciones de todo orden que tienen lugar, desde tiempos históricos de larga duración, entre agentes y colectivos de las tres naciones/estado. En este sentido nos apoyamos en la definición de Milton Santos sobre formación socio-espacial, pero, la aplicamos a una realidad transnacional espacialmente continua donde lo que interesaba era la determinación de un núcleo central constituido por una secuencia de formaciones sucesivas, integradas diacrónicamente y sincrónicamente y caracterizada por la existencia de redes complejas de relaciones muy antiguas y a la vez completamente nuevas.

**Palabras-clave:** transnacionalidad; fronteras, sistema mundo.

**Abstract:** The following reflections are the result of a selection and cover various topics within a single general problem: transnational processes and the frontier region. For two decades investigated border regions between Argentina, Brazil and Paraguay. We define the border regions, differentiating lines border as a transnational space that dynamically structure from relationships of all kinds that occur from long-term historical times between agents and groups from the three nations / State . In this regard we rely on the definition of Milton Santos on socio-spatial formation, but apply it to a transnational reality spatially continuous where we were interested in determining a core consisting of a sequence of successive formations, integrated diachronically and synchronically and characterized by the existence of complex networks of relationships completely new very old yet.

**Keywords:** transnationality; borders; world-system.

---

<sup>1</sup> Profesor Emérito Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales Universidad Nacional de Misiones – Argentina.

Desde hace dos décadas investigamos las regiones de frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. Definimos las regiones de frontera, diferenciándolas de las líneas de frontera, como un espacio transnacional que se estructura dinámicamente a partir de las relaciones de todo orden que tienen lugar, desde tiempos históricos de larga duración, entre agentes y colectivos de las tres naciones/estado. Hemos trabajado en dos épocas diferentes que se caracterizaron por la emergencia de procesos inéditos regionales. Son etapas que se corresponden con los tiempos de la expansión y modalidades del capitalismo imperial y las redes financieras globalizadas.

El primero, a partir de mediados de los años ochenta que tuvo como marco la creación del MERCOSUR y su impacto local. Y el segundo, luego de los atentados a la AMIA y la embajada de Israel, potenciado luego por el "11/9", en el que la triple frontera pasa a integrar, para la ideología hegemónica imperial, "el eje del mal", soportando una ofensiva mediática internacional de gran envergadura y persistencia. Ambos procesos se articulan en una secuencia lógica y cronológica que reconoce etapas vinculadas a los megaprosesos de globalización, integración, formación de bloques, y durante la cual fue posible estudiar etnográficamente algunos procesos emergentes como : actividades económicas, mercado de trabajo, redes de movimientos sociales; redes de campesinos sin tierra; redes universitarias; movimientos ecologistas; organizaciones de pueblos originarios y foros en defensa de la región ante los embates imperiales.

Hasta ahora, la producción de nuestros proyectos de investigación se difundió a través de, libros, de artículos en revistas científicas del país y el extranjero, en ponencias y comunicaciones, en conferencias, paneles, actividades académicas y en medios de comunicación masiva: artículos periodísticos, entrevistas, charlas, mesas redondas, etcétera.

Hoy queremos sintetizar en esta ponencia los aspectos centrales de un ciclo de investigaciones cuyos resultados todavía no fueron publicados en su totalidad y que constituyen el contenido de un libro que estamos concluyendo en estos momentos. Creemos

que la importancia de los congresos consiste en hacer lo mas pública posible la producción universitaria, académica y profesional. Las reflexiones que siguen son el resultado de una selección y abarcan temas diversos dentro de una única problemática general: los procesos transnacionales y la región de frontera.

Cumplimos en cierto modo con lo aconsejado por Foucault en sus cursos:

“... puesto que nos pagan para investigar, ¿quién puede controlar las investigaciones que hacemos? ¿de qué manera podemos tener al corriente a quienes pueden interesarse en ellas y a los que tienen algún motivo de conectarse con ellas? ¿cómo se puede hacer, como no sea en definitiva, por la enseñanza, vale decir por la declaración pública, el informe público y mas o menos regular del trabajo que estamos realizando?” (Foucault, 2001: 15)

En este mismo sentido, cabe señalar que los avances de nuestras investigaciones se transmitieron en forma regular en el dictado de asignaturas de grado y postgrado en Antropología Social.

Comenzaremos con un breve racconto de los proyectos realizados hasta ahora y trataremos, en primer lugar de cuestiones teóricas y metodológicas. Nuestros proyectos estuvieron siempre vinculados a los movimientos sociales y organizaciones no gubernamentales de la región. Partimos desde Misiones hacia la región de frontera para alcanzar una visión superadora de las perspectivas particulares.

Hemos aspirado, y seguiremos haciéndolo, a contribuir al desarrollo de una conciencia sociopolítica y cultural que se oriente a la construcción de la integración de América Latina en una zona específica, en una época precisa y en un contexto internacional plagado de acechanzas, incertidumbres y guerras de opresión y saqueo.

Hay, en muchos de los procesos actuales de movilización popular, espontáneos o débilmente organizados, una búsqueda de participación no habitual dentro del sistema formal de nuestras débiles democracias formales carentes de un sólido contenido. Instituciones republicanas que habitan en un mar de contradicciones y arbitrariedades. Es cierto que muchos de estos fenómenos poseen un alto grado de espontaneísmo y utopismo. Pero las utopías pueden alimentarse con las ciencias para no ser inevitablemente la ratificación de su etimología: "en ninguna parte". Las ciencias sociales deben contribuir a la construcción de proyectos de inspiración utópica desde su praxis crítica y transformadora sin dejar, por eso, de incrementar el conocimiento. No alcanza con estudiar las fronteras con los modelos existentes, precisamente porque, como veremos mas adelante, las fronteras actuales implican la emergencia de lo nuevo, de los eventos inéditos, de nuevos sistemas y estructuras. Son esas emergencias las que suscitan nuestro máximo interés. Es decir, aquellos procesos que resultan de la interacción de las sociedades en contacto ante el impacto de la integración y el MERCOSUR. Se trata de cambios socioculturales, políticos y económicos de gran profundidad y, simultáneamente, de una intensa aceleración histórica. Para nosotros la frontera, como trazado liminar o línea de frontera, es solo un aspecto de las interacciones múltiples entre sociedades para cuyo estudio es imprescindible definir algunas categorías fundamentalmente relacionales y otras relativas a las dimensiones espaciales de las formaciones sociales, tan descuidadas por ciertas escuelas socio-antropológicas. Por eso, siguiendo a Milton Santos, hablamos de "formaciones socioeconómicas y espaciales". Su carácter histórico está comprendido en la categoría FSEE. Los sistemas socioculturales son impensables sin las dimensiones tiempo y espacio. Y el espacio es un factor de anclaje material de los procesos sociales por mas que las tendencias globalizantes hagan sentir su fuerza centrífuga incontenible. Lo local, el territorio, el lugar, el escenario físico, no pueden ser expulsados del análisis antropológico.

Nuestra intención en este ciclo de investigaciones fue tratar las fronteras entre sociedades complejas y, por lo tanto, situarnos en los estudios de esta escala. Aunque debemos decir que el estudio de las sociedades complejas está muy lejos de ser -en la actualidad- una especialidad de contornos definidos, ya que, toda la antropología moderna estudia sociedades complejas, se practica en sociedades complejas y a lo sumo focaliza su interés en fragmentos o segmentos de sociedades complejas a cuya totalidad debe necesariamente apelar. Y, además, debemos consignar, que no es lo mismo antropología de las sociedades complejas que “en las Sociedades complejas”. Un estudio de las regiones de frontera debe combinar la etnografía de las situaciones de frontera concretas con una visión macro de la región tal como la definiremos en el presente texto y de las relaciones extra-regionales.

### **La región de fronteras como objeto de estudio**

“Entonces dos reinos vecinos podrían estar tan cercanos que se oiría el ladrido de los perros y el canto de los gallos, de uno y otro. Sin embargo, la gente de estos pequeños reinos moriría anciana sin viajar de un lugar a otro” Lao-Tse (Tao Te King, 2500 A. C.).

Nuestra experiencia en otras fronteras de América Latina y del mundo fue el antecedente y el camino que nos llevó a las actuales investigaciones fronterizas y a una cierta especialización después de nuestra radicación en Misiones en 1978, durante la dictadura militar, hecho que consignamos porque las fronteras estaban vedadas para la curiosidad científica. Entonces existía en Misiones la filosofía de las fronteras defensivas bajo el marco de la doctrina de la seguridad nacional y la convicción que los amplios escenarios selváticos podían convertirse en ámbitos propicios para las guerrillas insurgentes, que en ese momento ya habían sido prácticamente diezmadas.

La preocupación mayor era el supuesto expansionismo de Brasil por medio del control de los ríos mediante la construcción de grandes represas hidroeléctricas y la presencia de población campesina intrusa. Se manejaban cifras como la relación de "20 a 1" de brasileños sobre argentinos en las zonas fronterizas. Se observaban con temor las migraciones riograndenses y la existencia de campesinos desplazados, sin tierras, que debían migrar por las buenas o por las malas ante el avance incontenible de la expansión sojera y la mecanización y modernización del agro.

La estrategia consistía entonces en fortalecer y poblar las áreas de frontera mediante algunos planes que nunca llegaron a concretarse. Veamos algunos ejemplos: a) Diagnóstico socioeconómico del "Área de Fronteras Bernardo de Irigoyen". b) "Plan de desarrollo para el área de frontera Bernardo de Irigoyen" que no tuvo ninguna concreción. c) "Proyecto para el desarrollo Integrado de la Provincia de Misiones" (1977/79). Todos proyectos y planes incumplidos en su mayor parte.

En 1979, y alejados de los equipos oficiales que realizaron los estudios mencionados, formulamos desde la universidad un proyecto destinado a conocer las fronteras desde una perspectiva antropológica comenzando con una tipología de diferentes situaciones: rural-rural, urbana-urbana y rural-urbana. Solo pretendíamos saber como funcionaban las fronteras realmente desde el punto de vista de sus pobladores.

La negativa a subsidiar estos estudios fue críptica, concluyente y obviamente negativa. La respuesta fue algo así como: el tema de las fronteras es para las instituciones de seguridad. Entre 1981 y 1985 redactamos una tesis doctoral consistente en un estudio sobre la formación de la sociedad provincial de Misiones que nos enfrentó, en primer lugar, a muchos vacíos historiográficos y a la convicción de que la comprensión de esta sociedad era imposible analizar ciertos ciclos históricos en forma conjunta con lo ocurrido en el sur de Brasil y Paraguay. Fue entonces que debimos reflexionar sobre el concepto de Formación Social y su aplicación ampliada a una región internacional o espacio compartido por tres naciones desde tiempos remotos. Este enfoque estaba plagado de

dificultades ya que cuando se hablaba de Formaciones Sociales los autores mas conspicuos se referían a etapas de naciones o imperios, pero no a regiones transnacionales de relaciones sistemáticas que generaban configuraciones sui generis. Tampoco nos servía la problemática de la etapa imperialista correspondiente a ese momento. Fue necesario, por lo tanto reflexionar sobre el concepto de región, tan trajinado en las ciencias sociales, para darle una nueva significación en el marco de la teoría de las formaciones socioeconómicas. En este sentido nos apoyamos en la definición de Milton Santos sobre formación socio-espacial, pero, la aplicamos a una realidad transnacional espacialmente continua donde lo que interesaba era la determinación de un núcleo central constituido por una secuencia de formaciones sucesivas, integradas diacrónica y sincrónicamente y caracterizada por la existencia de redes complejas de relaciones muy antiguas y a la vez completamente nuevas.

Se trataba de algo exploratorio que ofreció mejores resultados en algunas relaciones transfronterizas históricas o actuales que en otras. Por ejemplo, las tierras pobladas por aborígenes de la población Mbya de la familia Tupí-Guarani, que habitaban estas zonas en tiempos prehispánicos, constituyen una capa uniforme que es transnacional por naturaleza. Las aldeas Mbya existen en los tres países en numerosas parcialidades dispersas que están en contacto entre si y que suman aproximadamente unas 15.000 personas. Subjetivamente son los grupos mas transnacionales de la frontera y su adscripción a uno u otro estado nación siempre es muy problemática y depende de sus estrategias adaptativas.

Al entrar en la órbita inglesa del capitalismo industrial y el liberalismo, en esta región se instaló en las tres naciones el sistema extractivista o Frente Extractivo en el área de fronteras, utilizando mecanismos y relaciones de producción precapitalistas por la ausencia de hecho de un salario real y la supervivencia de prácticas esclavistas. En pleno auge del sistema extractivista se constituyó, en toda la región compartida con Brasil y Paraguay, la colonización agrícola extranjera de origen europeo, que dio a toda la región transnacional “un aire de familia” que perdura. Este fue

un proceso que se produjo en varias etapas, no solo cronológicas sino cualitativas y que hemos descrito detalladamente en otra parte (ABÍNZANO, 1985). Uno tras otro, estos sistemas socioculturales, sin desaparecer totalmente, salvo las reducciones jesuíticas (pero no sus improntas y secuelas) se articularon en el espacio y en el tiempo conformando un ciclo de formaciones sociales espaciales de carácter transnacional. Desde el Centro de Estudios para la Integración Latinoamericana (CEPIL), del cual fui director, se comenzó por fin abordar en forma ordenada y sin trabas políticas la cuestión de las fronteras en el marco del tratado de integración de Argentina con Brasil y el MERCOSUR, después. Tampoco puedo en este espacio resumir la obra de este centro porque prefiero centrarme en los estudios con mayor énfasis en lo etnográfico. Pero luego de realizar numerosas tareas vinculadas a la integración elegimos investigar las redes transfronterizas de movimientos sociales de los tres países y prestar nuestra cooperación y asistencia a dichas iniciativas espontáneas o semi-espontáneas surgidas ante la incertidumbre del impacto de la integración. Todo comenzó cuando el Movimiento Agrario Misionero, nos invitó a contribuir con información y capacitación en una serie de actividades que venían realizando con movimientos similares de Brasil y Paraguay. La concurrencia al primer encuentro que tuvo lugar en Santo Cristo en Río Grande Do Sul fue la piedra de toque de los proyectos que resumiremos más adelante. Se llamó: Primer encuentro de trabajadores fronteirizos rurales. A partir de ahí encontramos el centro de gravedad de toda indagación posterior. Estos grupos de las tres naciones más Uruguay, eran de origen popular, compuesto por pequeños productores rurales y peones, por grupos ecologistas y militantes de organizaciones de base, cooperativas, etc. y, con el apoyo de profesionales y asesores, demostró a lo largo de tres días de deliberaciones que la integración reconocía muchos caminos posibles, muchos modelos, y que frente a los proyectos cupulares se podía contraponer una alternativa diferente en lo ideológico, lo político y lo cultural. Era posible vislumbrar una integración basada en múltiples aspectos, protagonizada por todos los sectores de la comunidad y convertida en un campo de lucha de modelos

y formas de vida enfrentados. Cabe señalar que nuestro interés no consistía en hacer una investigación de campesinado o productores rurales, sino de observar un fenómeno emergente. Una respuesta a las determinaciones extrarregionales en forma de contrapropuestas *sui generis*. Y, en lo posible, seguir paso a paso, etnográficamente, las acciones de esta red que se estaba conformando. ¿Qué es esto de la integración y el MERCOSUR? ¿En que puede afectarnos y en que beneficiarnos? Estas preguntas se hacían desde una posición de clase y en estas deliberaciones y durante los días de convivencia, las diferencias de idioma y nacionalidad quedaron en un plano secundario que, solo afloró como era obvio en la realización de un partido de fútbol entre los brasileños, que eran locales en Santo Cristo, y el resto. Por suerte el partido terminó en un empate.

Entonces, una cosa era la integración en general o el Mercosur, y otra diferente las fronteras como realidades específicas en las que tenían lugar los sucesos estudiados. Debíamos avanzar todavía para elaborar un modelo de análisis y acotar mejor nuestro interés. Paralelamente se produjo un acercamiento entre los profesionales brasileños y paraguayos y esa circunstancia nos permitió crear *una segunda red* de universidades que hasta hoy esta dando sus frutos.

Pensando la frontera. No podemos resumir aquí las largas discusiones que sostuvimos para arribar a la selección de un número de categorías que nos sirvieran para delimitar los grandes campos de interés. Pero deseamos incluir a continuación una definición de los principales conceptos teóricos utilizados luego de una ardua búsqueda para compartir con el lector las herramientas utilizadas en nuestra concepción de las fronteras y la aplicabilidad de estos esquemas conceptuales a los estudios empíricos.

El término frontera a recibido una infinidad de definiciones de diversa índole. Es por eso que su redefinición y adecuación para nuestros estudios ha sido fundamental. Las sociedades humanas no poseen límites precisos como la piel del cuerpo humano. Los sistemas socioculturales son sistemas abiertos de inmensa complejidad.

Las formaciones sociales son en realidad –como dijimos– socio-espaciales. Las fronteras entre pueblos son esencialmente

simbólicas salvo en el caso de las líneas de frontera políticas y jurídicas donde es necesario al menos establecer un conjunto de referencias materiales concretas. Las fronteras antropológicas suponen la posibilidad de áreas de "mezcla sociocultural" entre diferentes sistemas en contacto. Y estas relaciones se producen traspasando las líneas de frontera. Podemos imaginar las aguas de un gran río que desemboca en el mar. Allí se mezclan las aguas dulces y saladas sin límites muy precisos porque se trata de fenómenos dinámicos. Vemos entonces que el concepto de frontera se proyecta sobre espacios-escenarios, modificados y modificantes, dinámicos y, por lo tanto, históricos, que conviene llamar, desde nuestra perspectiva, regiones de frontera. La línea de frontera es el límite político y jurídico concreto donde están situadas las instituciones dedicadas a controlar y regular los flujos transfronterizos. Estas instituciones trabajan sobre diferentes aspectos y constituyen una compleja red de prácticas muchas veces superpuestas y contradictorias que responden a diferentes intereses de la estructura burocrática. Del lado argentino encontramos, por ejemplo, gendarmería, prefectura, área de frontera, migraciones, aduana, sanidad, bromatología, etcétera. Cuanto mas rudimentaria es la integración entre dos países, mas instituciones existen en la línea de frontera, mas difíciles son sus relaciones y mas obsoletos parecen sus objetivos. Siempre sostuvimos que existe una relación dialéctica entre las fronteras de los mapas que marcan la soberanía territorial de la nación oficialmente objetivada en las instituciones mencionadas y lo que los pueblos hacen realmente en estas regiones. Obviamente, el interés socio-antropológico debe centrarse en este ultimo termino de la relación, pero sin desconocer su relación con respecto al primer término. Tampoco hemos substancializado el concepto de frontera ni ninguna de las nociones conexas que complementan nuestras definiciones centrales. Nos quedan dudas respecto al valor relativo de trabajos que se realizan sin partir de una mínima definición de sus categorías para analizar un tema tan complejo partiendo de nociones de uso vulgar, metafórico, confusas y endebles. Y también nos produce cierto rechazo la pretensión de proyectar hacia las fronteras en general algunas

conclusiones pertenecientes a trabajos empíricos muy localizados y restringidos a un tema en particular.

A veces, el razonable y justificado miedo a la reificación (cosificación, substancialización, etc.) desconoce la materialidad de los fenómenos a los que aluden las ideas con lo cual se cae en la adoración del ídolo del discurso per. se y en su inevitable consecuencia: el idealismo.

Denominamos región de frontera, a una noción socioantropológica que implica la presencia del factor espacial. Una región de frontera es un conjunto de sistemas socioculturales que se hallan localizados a ambos lados de una línea de frontera y que interactúan de múltiples formas. Al utilizar el término región sabemos que nos internamos en el debate sobre esta noción tan controvertida. Solamente queremos precisar que nuestra definición de región se basa en factores socio- antropológicos espacializados y en el concepto de formación socio-espacial. Lo que interesa de las regiones es el núcleo central del complejo sistema de interacciones de las praxis y no tanto sus límites precisos, como sostuvo alguna vez Pierre Georges.

Hay fenómenos que son nacionales y estructurales, como la inflación, pero que en una región particular tienen un comportamiento singular. La combinación específica de factores generales y locales otorga a la región su perfil, su singularidad. Todos los fenómenos macro-estructurales, nacionales y aun internacionales poseen una forma de ser específica, localizada. Nuestra región como ámbito “construido” incluye: a) la provincia de Misiones, el noreste de Corrientes, b) el borde occidental de Rio Grande Do Sul, Santa Catarina y Paraná , en Brasil y c) el este de Paraguay (desde el río homónimo).

Es decir que, aquello que intenta limitar la línea de frontera escapa en buena medida a su control. La línea de frontera es, por lo tanto un atributo interior a la region de fronteras, es un predicado incluido en el sujeto, es parte de la propia definición, muy importante, pero no el decisivo. La región de frontera es un espacio arbitrariamente establecido – un modelo heurístico hecho

de hipótesis a ser contrastadas – y los fenómenos que ocurren en su interior están protagonizados por agentes sociales organizados en sistemas socioculturales abiertos, entrópicos, dinámicos. Estamos desechando todo uso metafórico del concepto frontera. Hablamos de fronteras entre naciones estado. Y, por lo tanto, de fronteras que señalan como cicatrices cartográficas la obra del colonialismo y la geopolítica de la hegemonía mundial que tuteló el surgimiento de nuestros estados. La región como proyecto es el gran laboratorio de la integración con los pueblos en contacto muy diferente a la integración abstracta de los tratados y los flujos comerciales. Tiene la potencialidad de generar proyectos propios y de rechazar imposiciones indeseables. Nunca en la capacidad de generar un polo contra-hegemónico desde la región pero si, creímos y creemos en las prácticas contra-hegemónicas múltiples algunas de las cuales provienen de enclaves regionales.

Dentro de la región denominamos área de frontera, al espacio de la región de frontera, perteneciente a uno de los dos países involucrados y en cuyo perímetro un segmento se corresponde con la línea de frontera . La dimensión total del área de frontera está a veces establecida oficial y arbitrariamente en kilómetros. Con el nombre de Área de Frontera fue creada una repartición burocrática oficial en Argentina destinada a coordinar a las instituciones específicas y realizar estudios y proyectos had hoc. Esta concepto corresponde al utilizado en Brasil como Faixa de Fronteira.

En cuanto al empleo del término patrones de asentamiento debemos consignar que el término fue usado primero en arqueología para referirse a la distribución regular y característica de los pueblos y sus actividades en el espacio. Tuvo valor en nuestros estudios históricos de la región, ya que las fronteras jurídicas se establecieron sobre una realidad caracterizada por la convergencia de diversos frentes que poseían distintos patrones de asentamiento. Este concepto nos ha servido para analizar muchos aspectos relativos a las formas de ocupación del espacio en áreas y regiones de frontera y está directamente vinculado a la noción de frentes de expansión y ocupación de espacio. El interés de esta noción y sus derivaciones metodológicas radica no solo en la inteligibilidad de procesos

históricos sino en la expansión actual de muchos frentes hacia las fronteras.

El concepto de frente (frontis) alude a la máxima expansión territorial de una actividad humana como: frente agrícola, comercial, minero, extractivista y otros. En las situaciones de complejidad los frentes se dan generalmente combinados y articulados. Algunos autores denominan fronteras a lo que nosotros llamamos frentes.

Existen numerosos ejemplos históricos en los cuales varios frentes diferentes actuaron en forma combinada y complementaria ocupando los mismos espacios y estableciendo relaciones de competencia, articulación, colaboración o indiferencia. Por ejemplo, avanzadas militares combinadas con colonización, ocupación espontánea de tierras liberadas o baldías, colonización, extracción, etcétera. La relación entre frentes y fronteras es de la mayor importancia debido a que muchas fronteras, sobre todo en países nuevos, fueron establecidas en mesas de negociación diplomática y los territorios involucrados en la distribución fueron posteriormente ocupados en forma sistemática y dirigida o bien espontánea. En algunos casos, los frentes fueron posteriores a la demarcación jurídica de las líneas de frontera y, en otros, ocurrió lo contrario: primero avanzaron las sociedades sobre los espacios libres u ocupados por otras sociedades y después se procedió a consagrar los límites o líneas de fronteras. En América Latina se dieron ambos casos. Algunos pueblos del mismo origen, muy antiguo fueron separados por las convenciones entre estados naciones y otras regiones en cambio fueron repartidas sin que hubiera ninguna presencia de población de esos estados. Una vez trazados los mapas de soberanía se procedió a ocuparlos mediante campañas militares, generalmente genocidas o formas de colonización diversas. Todas las actividades que atraviesan las líneas de fronteras pueden ser considerados *flujos*. Denominamos flujos a las corrientes de desplazamiento de ciertos entes por el espacio que cruzan las líneas de frontera en ambas direcciones. En el caso de las fronteras internacionales interesan los desplazamientos de personas, de objetos (vehículos, mercancías, etcétera) y de mensajes simbólicos (radiales, televisivos, gráficos, de transmisión

oral, etcétera, y de cualquier otra forma de información) Estos flujos pueden ser regulares, esporádicos o excepcionales. Técnicamente pueden ser descriptos, analizados, interpretados y ponderados mediante procedimientos cualitativos y cuantitativos. Por debajo de la definición abstracta de frontera se encuentra una cantidad infinita de realidades fronterizas diferentes que pueden agruparse en tipos de frontera o de situaciones de frontera. La diferencia entre estas nociones radica en que el tipo es más estático y la situación más dinámica y cambiante. Una frontera puede ser tipológicamente definible como urbana-urbana, por ejemplo, y al mismo tiempo atravesar diferentes etapas de cambio. Una tipología de las fronteras nos llevaría necesariamente a realizar en primer término, una distinción entre fronteras rurales, urbanas, mixtas, desérticas, superpobladas, infranqueables, permeables o impermeables, etc. Son categorías clasificatorias de rangos distintos. Lo ideal sería establecer tipos con fines heurísticos que combinaran todas estas categorías. La historia muestra numerosos intentos de construir barreras infranqueables que una a una fueron cayendo. En América Latina observamos que existen extensas fronteras donde no hay población ni controles y donde todavía hoy se circula con total libertad. Una mínima inspección a un mapa detallado muestra los inmensos vacíos que acompañan -por ejemplo- a la dilatada línea de frontera de Brasil con sus vecinos Paraguay, Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela, Surinam, Guyana, etc. Hay fronteras, como dijimos en otro lugar, que “existen en los mapas” y donde es necesario investigar y descubrir la verdadera frontera entre las sociedades. Pero en algunos casos están en los mapas y no hay poblaciones en contacto porque no hay poblaciones de ningún tipo.

Fue así como diferenciamos la línea de frontera convencional entre estados naciones de las fronteras humanas concretas constituidas por las relaciones e interacciones que tenían lugar en una vasta región que denominamos “de frontera” y en cuyo interior se sitúa la línea de frontera, al solo efecto de reintegrar luego la totalidad de los fenómenos estudiados mediante modelos

explicativos, descriptivos e interpretativos complejos. Las fronteras son las personas.

La frontera sociocultural es un entramado abierto de límites siempre imprecisos determinada por las cambiantes actividades humanas. Es el sistema de relaciones transfronterizas que tienen características sui generis porque están determinadas por su posición territorial. Se trata de procesos espacializados y arraigados en la materialidad de esas localizaciones. De manera que esta segunda concepción de frontera está muy lejos de ser substancialista, ya que solo un idealista a ultranza podría atribuir a una definición que posee anclaje en la materialidad ese carácter que se le asigna.

Los flujos transfronterizos pueden ser de diversos tipos generales, a su vez divisibles en categorías desagregadas. Hay relaciones sistemáticas y permanentes; relaciones esporádicas y ocasionales; flujos de comunicación y mensajes; flujos erráticos y no recurrentes; flujos extrarregionales que utilizan región en tránsito;

Todos estos flujos pueden ser observados, descriptos, analizados, ponderados cualitativamente y cuantitativamente. Cuando los flujos son recíprocos y permanentes y constituyen interacciones basadas en ciertos objetivos o propósitos forman parte de nuestro interés, sobre todo cuando estas interacciones conforman fenómenos emergentes. Y muchos más, obviamente, cuando alcanzan la complejidad de conformar redes de agentes

El concepto de red utilizado no reemplaza otras aproximaciones teóricas y metodológicas sino que las complementa. Por ejemplo, un estudio de conflicto de clases puede verse perturbado por la aplicación de análisis de redes pero también enriquecido.

Nuestro interés ha sido investigar ciertas redes de movimientos sociales y de organizaciones en la medida en que estas expresaban instancias sociales y políticas emergentes que en sí mismas eran movimientos sociales y políticos, heterogéneos y complejos. Pero no el único interés, ya que, debemos insistir en eso:

la puerta de entrada a un objeto complejo debe serlo a la complejidad y no solamente a los recortes arbitrarios por bien fundados que estén. De manera que, cuando iniciamos un segundo ciclo de estudios destinados a conocer los nuevos fenómenos emergentes del impacto de la integración y el MERCOSUR partimos de la situación privilegiada de conocer la región transfronteriza, o transnacional, y de haber logrado aventurarnos en las realidades del sur de Brasil y el este de Paraguay potenciando ese conocimiento con ayuda, en muchos casos, de los investigadores de esos países a partir de una cooperación científica que fue también una consecuencia inmediata de la misma corriente integradora pero en el nivel del conocimiento, especialmente desde las universidades de la misma región de fronteras. Las demandas comunitarias al centro provenían de sectores muy disímiles: cámaras de comercio, instituciones oficiales, medios de comunicación, investigadores, docentes, estudiantes, industriales, funcionarios municipales, gremios, asociaciones culturales y deportivas, etcétera.

Los estudios realizados sobre los movimientos sociales y sus redes transfronterizas nos llevaron a un nuevo estudio que titulamos "Integración regional fronteriza. Sectores vulnerables frente al impacto global. Políticas y acciones alternativas", que intentó establecer la heterogeneidad del impacto y la detección de diferentes sectores por su grado de vulnerabilidad; las acciones llevadas adelante por estos segmentos a través de sus organizaciones, movimientos o representantes; la evaluación de sus estrategias; y fundamentalmente, *la sociogénesis de nuevas redes, sus acciones y estrategias, sus éxitos y fracasos*. El escenario de estos procesos fue siempre la región de fronteras, ámbito cuya definición nos obligó a numerosos esfuerzos metodológicos y teóricos, y la red mencionada fue el núcleo de nuestro enfoque. Pudimos establecer en grandes líneas los factores que actuaban a favor o en contra de la consolidación y desarrollo de las redes.

El diagnóstico al que arribamos en relación a los factores señalados fue en síntesis:

A) Factores de cohesión: que contribuyen al desarrollo de la RED: 1) Preocupación por los problemas medioambientales.

2) Interés por la difusión de información y cooperación en relación a las redes de agricultura orgánica ya existentes, así como el deseo de su ampliación. 3) Desarrollo de programas conjuntos de agricultura integral con la inclusión de temas como: agroindustrias, comercialización directa, utilización de técnicas no agresivas para los ecosistemas, ferias francas, etc. 4) Planes de créditos rotativos bajo la cobertura de sistemas mutuales o cooperativos. 5) Creación de empresas, instituciones u Ongs binacionales o trinacionales. 6) Lucha contra la construcción de nuevas empresas hidroeléctricas. 7) Defensa de los derechos humanos, de la mujer. De la infancia, etcétera 8) Defensa del modo de vida campesino, del acceso a la tierra y la titularidad de la tierra. 9) Búsqueda de fuentes de información, capacitación y organización más eficaces. 10) Confianza creciente en las ONG e instituciones de apoyo, como las universidades en procura de fortalecer sus prácticas. 11) Demanda de ayuda al estado (nacional, provincial o municipal o sus equivalentes de Brasil y Paraguay) 12) Rechazo total o parcial del modelo neoconservador y los ajustes económicos.

B) *Factores de conflicto*: o que no contribuyen al desarrollo de la red. 1) Procesos políticos internos (nacionales) que absorbieron las prácticas de los principales militantes de las ONG, sindicatos, etc. De mayor relevancia, sobre todo en los procesos electorales. 2) Diferentes visiones de los problemas en cuanto a los contextos mayores que los determinan. 3) Diferentes grados de formación y compromiso de los militantes, líderes o delegados. 4) Problemas surgidos de las desconfianzas, temores y sospechas tradicionales. 5) Asimetrías económicas que perturban las relaciones en tanto involucran a sectores – como el comercio – que ejercen presiones de muy diferentes maneras. 6) Caos en el mercado laboral regional que genera conflictos ante migraciones no reguladas y que se producen por asimetrías salariales. Esto lleva en algunos casos a manifestaciones de xenofobia y racismo, que si bien son solo incipientes, por ahora, representan un peligro a considerar con preocupación. 7) La identificación de agricultores intrusos como extranjeros (zona argentina del Río Uruguay). 8) La indiferencia de capas de la población campesina por causas muy específicas

(el caso de las “brasiguayos” en el oriente de Paraguay). En este ejemplo debemos matizar diciendo que los comportamientos sociales de esta población inmigrante han variado notablemente frente a la crisis y que ahora sus contactos y relaciones con las organizaciones de agricultores paraguayos han cambiado a favor de su incorporación.

Nuestro seguimiento de las acciones de los movimientos nos llevo a la conclusión que los temas mas convocantes eran los relacionados a la tierra, la agricultura, la agroecológica, los campesinos sin tierra y sin títulos, etc. Así surgió “Los movimientos sociales en la integración regional: relaciones transfronterizas de solidaridad y lucha. La cuestión agraria integral. (Argentina- Brasil y Paraguay), 1999-2000”, que surgió como un corolario de los factores detectados, y focalizó su interés en una cuestión central que aparecía – nítidamente – como dominante en las propuestas y acciones de los propios movimientos: la cuestión agraria integral y en particular las luchas por la tierra.

Al hablar de la cuestión agraria integral me estoy refiriendo a las luchas destinadas, no solo a obtener el acceso y control de la tierra, sino a otras cuestiones directamente vinculadas, como : la resistencia contra las represas hidroeléctricas, la defensa de los ecosistemas, la recuperación de técnicas tradicionales (sobre todo de agricultura orgánica) la incorporación de nuevas tecnologías apropiadas, la facilitación del acceso a los mercados, la instalación de ferias francas, y muchos otros temas vinculados a la vida y la producción rural en el ámbito de los pequeños productores y campesinos. Y, sobre todo a la defensa de una forma de vida con un rechazo explícito a las emigraciones. Los agricultores saben que ya no pueden migrar a las ciudades en busca de una vida mejor porque hay desempleo y el riesgo cierto de terminar en “villas miseria” o “favelas”.

Debo aclarar que nuestro interés principal no fue realizar un estudio sobre la problemática agraria como tal sino efectuar una investigación sobre la manera en que la cuestión agraria regional se convirtió en un centro atractor de luchas sociales por sobre las divisiones nacionales fronterizas. En otras palabras, el foco de

atención siguió siendo la integración regional y fronteriza en sus formas emergentes. Debo aquí hacer un salto para pasar al último ciclo de investigaciones que comenzaron a realizarse bajo el título de “Procesos transfronterizos complejos: el caso de la Triple Frontera. Movimientos sociales, “grupos bajo sospecha, control y políticas públicas” y se extiende desde el 2003 al 2005”.

Este proyecto se propuso conocer la enorme complejidad de la llamada Triple Frontera, que, por razones obvias, ha alcanzado un lugar de relieve en los medios de comunicación mundiales. Nos propusimos, en este caso, denunciar la simplificación grosera que se hace de esta realidad multiforme, la distorsión de la información que se “vende” como seria y fidedigna y la manipulación imperial de los poderes nacionales y locales con el fin de militarizar la zona con excusas pueriles y objetivos espurios.

Llegamos así a la nuestras investigaciones actuales en las que tratamos de dilucidar, después del 11 de setiembre, que lugar ocupa la Triple Frontera en el sistema mundo; en el sistema imperial y en esa búsqueda trabajamos en la organización del Foro de la Triple Frontera destinado a generar una conciencia local sobre las acechanzas que una zona tan estratégica y tan rica. La Triple Frontera posee la represa mas grande del mundo; reservas de biosfera de valor incalculable, el segundo acuífero mas grande del planeta, recursos turísticos de primer magnitud; un comercio de miles de millones en divisas anualmente, una población que creció de manera exponencial, universidades y centros tecnológicos de gran nivel; y sobre todo, algo que preocupa a quienes no ven con buenos ojos la integración de America Latina: tres sociedades que coexisten en paz a pesar de las estigmatizaciones permanentes. Es cierto que hay actividades ilícitas y posiblemente en un volumen preocupante – que deben ser investigadas antropológicamente – pero no es menos cierto que eso no es la triple frontera, es solo una parte menor de una zona en expansión y desarrollo.

En síntesis, podemos afirmar que la región de fronteras, denominada triple frontera, es imposible de ser conocida mediante modelos simplificadores que desconozcan la gran complejidad de ese universo en el cual se producen fenómenos emergentes

producto de la integración y de la respuesta local a las presiones internacionales ejercidas por el sistema imperial, las redes financieras globalizadas, las amenazas intervencionistas, y la voracidad del poder hegemónico mundial ante las riquezas incommensurables de la zona, que además, posee un carácter geopolítico estratégico.

### **Bibliografía**

- ABÍNZANO, R. C. Regiones de frontera y procesos transfronterizos. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*. Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, octubre del 2003.
- \_\_\_\_\_. Mercosur: Un Modelo de Integración. Crítica y Compilación Documental. Editorial de la Universidad Nacional de Misiones. *Serie Contemporánea*. Tercera edición, actualizada con nuevo prefacio, 2001.
- \_\_\_\_\_. Las instituciones en el proceso de integración. In: *Primer Encuentro Rural Fronterizo*. Central Única de Trabajadores de Brasil, (CUT), Porto Alegre, 1990.
- \_\_\_\_\_. Integración regional en áreas de frontera: Argentina, Brasil y Paraguay. Los movimientos sociales. In: *Revista del Centro de Estudios Latinoamericanos*. Universidad de Varsovia, Warszawa, 2001.
- \_\_\_\_\_. Integración regional fronteriza "desde abajo". Nuevos sujetos colectivos, ¿nuevos poderes?. *Estudios Regionales*, año 9, num.17, nov. de 2001. Posadas. Sec. De Inv, y Postgrado. FHYCS, UNaM. Sevilla, 2000.
- \_\_\_\_\_. Los estudios antropológicos en los espacios transfronterizos. *Publicación en CD con las Actas de la reunión de la Asociación de Estudios de Poblacion de Argentina (AEPA)*, 2002.

- \_\_\_\_\_. Integración regional fronteriza: sectores vulnerables frente al impacto global. Políticas y acciones alternativas. Comunicación. En: *ACTAS del III Encuentro de Científicos Sociales*. op. cit., 1995.
- AMIR, S. *Mas allá del capitalismo senil. Por un siglo XXI no norteamericano*. Buenos Aires, Paidós, 2005.
- BAGGIO, L. La integración cultural entre ciudades fronterizas desde los municipios y las universidades. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*. Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, octubre del 2003.
- BECKER, B. K. Geografía política e gestão do território no liminar do Século XXI. In: *Revista brasileira de geografia*. Vol. 53 N. 3, jul-set. IBGE Rio de Janeiro, 1991.
- BELATO, D., ABÍNZANO, R.C., TREVISOL, J. V., y MOREIRA, S. C., Os impactos da Globalização na nossa region. Mesa redonda de abertura. In: *Anais do IV Encontro de Cientistas Socias*, op. cit., 1996.
- BOISER, S. *Las regiones como espacios socialmente construidos*. Revista de Naciones Unidas, CEPAL, N. 35, 1988.
- BOX, LOUK y DE LA RIVE, B. ¿Sociedad fronteriza o frontera social?). In: *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Nro. 46, junio 1989.
- CHOMSKY, N. *La conquista continúa. 500 años de genocidio imperialista*. Terramar, Caronte Ensayos, La Plata, 2007.
- \_\_\_\_\_. *El miedo a la democracia*. Barcelona, Grijalbo, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Hegemonía y supervivencia. La estrategia imperialista de los Estados Unidos*. Barcelona, Liberduplex, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Piratas y emperadores. Terrorismo internacional en el mundo de hoy*. 2004.

- CLAVAL, P. *Espacio y poder*. México, FCE, 1982.
- ELIAS, N. *Sociología fundamental*. Barcelona, Gedisa, 1997.
- FLECHA, A. O. *Paraguay en la coyuntura económica actual*. Asunción, E.T.I., s/f.
- FOGEL, R. *La ciencia y la tecnología en Paraguay. Su impacto socioambiental*. Asunción, CERI, 1994.
- FOGEL, R. *Los campesinos sin tierra en la frontera*. Asunción. Comité de Iglesias, 1990.
- \_\_\_\_\_. Desintegración social e integración en regiones fronterizas. In. *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*. Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, octubre del 2003.
- FOUCAULT, M. *Defender la sociedad. Curso en el College de France (1975-1976)* Bs.As., FCE, 2001.
- GALEANO, L (Comp.) *Mujer y trabajo en el Paraguay*. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1982.
- GODELIER, M. *Lo ideal y lo material. Pensamiento, economía, sociedades*. Madrid, Taurus, 1989.
- GOHN, M. da G. *Os Sem-terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. *História dos movimentos e lutas sociais. Construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo, Loyola, 1995.
- HEISFELD, A. O pensamento geopolítico no Brasil e na Argentina: um estudo analítico a partir do Barão do Rio Branco e de Estanislao Zeballos. En: *IBIDEM*.
- HOBSBAWM, E. *Naciones y nacionalismo*. Barcelona, Crítica, 1995.
- LATIN AMERICAN NEWSLETTERS. *Servicio de Cartas informativas. Cincuenta anuales. Colección de los años 1989 a 1998*. Londres, Inglaterra.

- IBARRA, P y TEJERINA, B. Comp. *Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural*. Valladolid, Trotta, 1998.
- ITURRIZA, J. y otros *La integración y cooperación fronteriza en el programa Argentina-Brasil*. Buenos Aires, BID-INTAL, 1991.
- JIMENEZ NUÑES, A. *El fenómeno de frontera y sus variables. Notas para una tipología*. California, Universidad de Baja California, 1998.
- JIMENEZ NUÑES, A. *La frontera en América: observaciones, críticas y sugerencias*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos y Univ. De Sevilla, 1997.
- MACHADO DE OLIVEIRA, T. C. Comp. *Territorios sin límites. Estudios sobre fronteras*. Campo Grande, UFMS Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. Tipología de las relaciones relaciones transfronterizas. Elementos para un debate teórico práctico. In: Machado de Oliveira, Tito C. Comp. In: *Territorios sin límites. Estudios sobre fronteras*. Campo Grande, UFMS Editora, 2005.
- MAEDER, E. Breve historia del nordeste argentino en su relación con el Paraguay y Rio Grande Do Sul. In: *Revista de Estudios Regionales, A; o 1, num. 2, Corrientes, dic.1977*.
- MAM (Movimiento Agrario Misionero). *Encuentro regional de pequeños y medianos productores del N.E.A.*, Oberá, agosto de 1990.
- MARINI, R. M. El experimento neo-liberal en Brasil. In: *Nueva Sociedad*, nov. de 1993.
- OLIVEIRA DE, A. *A geografia das lutas no campo. Conflitos e violência, movimentos sociais e resistência a "nova república" e a reforma agrária*. Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, N. Áreas de fronteira na perspectiva da integração latinoamericana. In: *Análise Coyuntural*. N. 3, 3º trimestre, vol. 20, Porto Alegre, 1992.

- OVIEDO, A y, J. Misiones en el intercambio económico regional y en el contexto del Mercosur. *Estudios Regionales*. N.10. Sec. de Investigación y Postgrado, FHCS-UNaM, Poadas, 1997.
- PASTORE, C. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo, Antequera, 1972.
- PETRAS, J. *Clase, estado y poder en el tercer mundo. Casos de conflictos de clases en América Latina*. Buenos Aires, FCE, 1993.
- REYNOSO, C. *Redes sociales y complejidad. Modelos interdisciplinarios en la gestión sostenible de la sociedad y la cultura*. Buenos Aires, Colección Complejidad Humana, 2011.
- ROFMAN, A. Estrategias alternativas frente al desafío del MERCOSUR. In: Pablo CICOLLELA y otros. *Modelos de Integración en América Latina. Desafíos y alternativas en la construcción de un nuevo territorio latinoamericano*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993.
- ROJAS A, F. y otros. Integración regional y globalización. (Dossier) In: *Nueva Sociedad*, nº 125, Caracas, mayo-junio de 1993.
- SADER, E y GENTILI, P (comp.) *La trama del liberalismo. Mercado Crisis y exclusión social*. Buenos Aires, EUDEBA, 2001.
- SANTOS, B. de S. *Para descolonizar occidente. Mas Allá Del pensamiento abismal*. Buenos Aires, CLACSO, UBA, Prometeo, FFYL, 2010.
- SANTOS, M. *De la totalidad al lugar*. Barcelona, Oikos-Tau, 1996.
- SASSEN, S. *Sociología de la globalización*. Buenos Aires, Katz, 2007.
- SCHIAVONI, L. *Pesadas cargas, fragiles pasos*. Posadas, Edit. Universitaria, 1993.
- SCHIAVONI, L. Pobreza y fronteras. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur. Mercociudades, Municipalidad de Asunción*. Asunción, octubre del 2003. Tercer Encuentro Internacional de Organizaciones Rurales Argentina-Brasil y Paraguay. Campinas das Missões, Rio Grande Do Sul, 15 al 17 de febrero de 1991 (actas).

THOMPSON, E. P. *Historia Social y Antropología*. Mexico, Instituto Mora, 1994.

VITALE, L. *Introducción a una teoría de la historia para America Latina*. Buenos Aires, Planeta, 1992.

WALLERSTEIN, I. *Despues del liberalismo*, Mexico, Siglo XXI, 1996.

\_\_\_\_\_. Análisis de los sistemas mundiales. En: Giddens, A. *La teoría social hoy*. Alianza, Madrid, 1990.

\_\_\_\_\_. *La de decadencia del imperio. EEUU en un mundo caótico*. Tafalla, Txalaparta, 2005.

## GÊNERO E TRABALHO: AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES DE UMA EMPRESA TRANSNACIONAL, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE SEUS EMPREGADOS

*Cátia Regina Muniz<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo propõe-se a analisar as relações entre trabalhadores e trabalhadoras de uma empresa transnacional, a partir das narrativas de um casal que trabalhou na mesma nas décadas de 40 e 50. O relato do referido casal permitiu a realização de comparações com dados obtidos em pesquisa anterior (2001) em uma fábrica pertencente à empresa em questão. Nas relações destacam-se a divisão sexual do trabalho e o caráter sexual como mecanismos simbólicos de exclusão das mulheres, principalmente as operárias, das fábricas pesquisadas, cujo intuito era o de manter a “supremacia masculina” na área produtiva.

**Palavras-chave:** Gênero, trabalho, narrativas, relações, divisão sexual do trabalho, exclusão

**Abstract:** This article considers analyzing it the relations between workers and workers of a transnational company, from the narratives of a couple that worked in the same one in the decades of 40 and 50. The story of the related couple allowed the accomplishment of comparisons with data gotten in previous research (2001) in a pertaining plant to the company in question. In the relations they are distinguished it sexual division of the work and the sexual character as symbolic mechanisms of exclusion of the women, mainly the laborers, of the searched plants, whose intention was to keep the “masculine supremacy” in the productive area.

**Keywords:** Gender, work, narratives, relations, sexual division of the work, exclusion

---

<sup>1</sup> Pesquisadora de Pós-Doutorado do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual Campinas, Unicamp, financiada pela FAPESP.

## **Introdução**

O intuito deste artigo é discutir as relações, especificamente nas décadas de 40 e 50, entre trabalhadores e trabalhadoras de uma empresa<sup>2</sup>, pertencente a um grupo anglo-holandês, que se estabeleceu no Brasil, na capital do Estado de São Paulo, em 1929. A escolha do período analisado se deu durante as entrevistas a um casal<sup>3</sup> (Sr. José e D. Maria) que havia trabalhado na fábrica deste grupo localizada na cidade de Valinhos-SP. As narrativas deste casal evidenciaram situações que se aproximaram do que observei em outra pesquisa (Muniz, 2001a) na fábrica do mesmo grupo situada na cidade de Vinhedo – SP, acerca do caráter sexual, que caracterizava o relacionamento entre operários e operárias, de ambas as fábricas.

A empresa em questão surge de uma fusão entre uma empresa anglo-holandesa e a sua principal concorrente no ramo de produtos de limpeza e higiene, nos segmentos de sabões, sabonetes e creme dental, localizada na cidade de Valinhos no interior de São Paulo, em 1960. A integração entre estas empresas, segundo texto elaborado pela companhia, necessitou de alguns anos, devido à rivalidade entre ambas. Superados os problemas iniciais, a empresa efetuou uma série de investimentos, os quais contribuíram para consolidar sua posição no mercado, diversificando seus produtos (inserindo a produção de alimentos, por exemplo. Esta diversificação fez com que a fábrica de Valinhos, na década de 70, se dividisse em três áreas: de sabonetes, sabões e saponáceos (Divisão de Sabonetes e Detergentes com fábricas localizadas em Valinhos e Indaiatuba, ambas em São Paulo; Igarassu em

---

<sup>2</sup> Manterei o nome da empresa em sigilo, devido ao pedido da mesma.

<sup>3</sup> Utilizarei nomes fictícios para não revelar a identidade dos sujeitos da pesquisa, os quais foram entrevistados para a elaboração da minha tese de doutorado, intitulada “As representações sobre o trabalho a partir das narrativas de uma família de operários”, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, em dezembro de 2006.

Pernambuco); de creme dental, talco, perfumaria, xampu, creme hidratante e de cabelo (Divisão de Produtos Pessoais com fábricas localizadas em Vinhedo – SP e Recife- PE) e de margarinas e outros produtos alimentícios (Divisão de Alimentos, com fábricas em São Paulo e Minas Gerais).

No ano de 2001 realizei uma pesquisa de dissertação de mestrado sobre questões de gênero, na fábrica em Vinhedo – SP, na qual verifiquei que no período da década de 70, data da inauguração desta fábrica, até os anos 90 nunca houvera separações entre as relações pessoais e profissionais na empresa. Este fato chamou minha atenção, me instigando a investigar melhor o assunto. As entrevistas e observações mostraram que em 1994, devido a resultados negativos no faturamento da empresa, que teve como uma de suas justificativas os relacionamentos pessoais entre os trabalhadores, fizeram com que a administração desta fábrica fosse substituída. Conforme Barbosa (1996/97), quando a fábrica apresentava maus resultados no negócio este era atribuído, pelas outras divisões, à existência das festas: “A existência da festa funcionava como pólo contrastivo negativo e englobava quaisquer aspectos positivos do negócio”. (Barbosa, 1996/97, p. 20).

Desse modo, com a finalidade de desconstruir esta imagem negativa, o novo administrador resolveu tomar algumas medidas, tais como; proibição de namoro entre trabalhadores e trabalhadoras, e, particularmente, as festas – com exceção daquelas destinadas à confraternização no final do ano e festas juninas.

No passado, período anterior ao ano de 1994, esta fábrica era caracterizada como festeira, famosa por suas festas, informal, divertida, superficial, elitista, glamorosa, cheia de nomes famosos e de pessoas interessantes (Sadia, Matarazzo, etc.), que sabiam se divertir, e que mantinham pouca distinção entre o profissional e o pessoal, de acordo com dados em relatório elaborado por Lívia Barbosa (1996/97), e confirmado por trabalhadores e trabalhadoras entrevistados. A divisão de Produtos Pessoais era denominada e ainda continuava sendo, de acordo com alguns relatos, o “barco do amor”, ou seja, “todo mundo tinha caso com todo mundo”. (Barbosa, 1996/97, p. 17). Em um dos relatos mencionados por

Barbosa (1996/97) uma trabalhadora comenta que havia ensaios de peças de teatro, realizadas por trabalhadores e trabalhadoras, que acabavam conduzindo os participantes a outras coisas. Conforme esta empregada da fábrica, “loucuras aconteciam depois do teatro. Aí você acordava na cama de não sabe quem...” (Barbosa, 1996/97, p. 17).

Para Barbosa (1996/97), a Divisão de Produtos Pessoais no passado aparece, metaforicamente falando, como uma figura feminina ambígua:

A ambigüidade nasce da combinação dos aspectos positivos associados a uma mulher- divertida, glamorosa, sensual, festeira- com aspectos negativos, que tornam uma mulher vulnerável no seu caráter: pouco séria (muitos casos, misturando vida privada com o trabalho); caprichosa (decisões paternalistas); pouca efetividade (trabalho, investimento com pouco retorno); instável e superficial nos seus procedimentos. (Barbosa, 1996/97, p. 19).

É muito interessante a metáfora da mulher utilizada por Barbosa para definir esta Divisão no passado, porque apesar de todas as mudanças realizadas a partir de 1994, ainda pôde-se perceber, em 2001, que havia alguns elementos desse passado, citados por esta pesquisadora, que poderiam explicar o incomodo das trabalhadoras da fábrica estudada, quanto ao que elas chamaram de “cantadas<sup>4</sup>”. As festas deixaram de existir, a empresa passou a prosperar, mas permaneceu a questão da “mistura” entre o profissional com o pessoal, por meio das “cantadas”, que é o que tentarei relacionar com os dados narrados na fábrica em Valinhos em décadas anteriores.

---

<sup>4</sup> As “cantadas” foram descritas pelas operárias desta fábrica, como um comportamento típico de seus colegas de trabalho de elogios aos seus atributos físicos, que as incomodavam e acreditavam que tais atitudes eram utilizadas para inferiorizá-las na área produtiva.

Embora tenha havido a tentativa em desmistificar a figura de “festeira” da fábrica, a representação que ainda se fazia era de uma empresa não profissional. Na concepção de uma trabalhadora da área administrativa, se alguém perguntasse a um gerente da divisão de Produtos Pessoais (Vinhedo) como foi encaminhada uma determinada reunião, este respondia: “Foi uma festa!” No entanto, se fizessem a mesma pergunta para um gerente da divisão de Sabonetes e Detergentes (Valinhos), por exemplo, este respondia que a reunião foi realizada a contento, atingindo os objetivos propostos, marcando a diferença entre uma empresa séria e outra não tão séria.

Uma coordenadora da área de Recursos Humanos, que trabalhou na divisão de Sabonetes e Detergentes, considerava o trabalho, na divisão de Produtos Pessoais, mais informal, pois podiam falar com qualquer nível hierárquico. Esta coordenadora comentou que havia um lado bom e um lado ruim de toda essa informalidade. A boa era facilitar a aproximação entre as pessoas; a ruim era que alguns trabalhadores acabam cometendo certos abusos no que se refere às “coisas” que necessitavam serem documentadas, já que estas ficavam apenas nas palavras, sem registros. Com essa informalidade alguns trabalhadores – aqui a entrevistada quis dizer apenas os homens - achavam que podiam “brincar mais”. Muitos trabalhadores interpretavam estes tipos de brincadeiras, tais como “cantar” as colegas de trabalho, como uma maneira de serem aceitos no grupo, ficavam com medo de serem excluídos se não agissem da mesma forma, como afirmou um dos entrevistados da área administrativa. Esta necessidade de pertencer a um grupo que obrigam seus membros a aderirem aos mesmos ideais sociais se assemelha ao que Norbert Elias (1987) comenta sobre os nobres franceses que tinham o intuito de se diferenciar, distinguindo-se dos que não faziam parte do seu grupo, assim como, a conduta, dos estabelecidos em relação aos *outsiders*, descrito por este mesmo autor em sua pesquisa em uma comunidade de periferia urbana denominada Winston Parva, na Inglaterra. Elias (2000) observou que havia, nessa comunidade, uma povoação de classe trabalhadora, “estabelecida desde longa

data”, que tratava “todos os recém-chegados” como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora”. O relato deste trabalhador mostra certo receio por parte dos trabalhadores recém-chegados em serem excluídos deste grupo, por isso reproduziam seus comportamentos em relação às trabalhadoras.

De posse dessas informações, com o intuito de elaborar uma comparação entre os dados obtidos em ambas as fábricas (Valinhos e Vinhedo), as quais pertencem ao mesmo grupo, questionei D. Maria e o Sr. José, durante entrevistas para minha tese de doutorado, sobre as relações entre homens e mulheres na fábrica, à época em que trabalharam em Valinhos, como será descrito a seguir.

### **1. As relações entre operários e operárias nas décadas de 40, 50, 70 e os anos 2000: as inter-relações entre passado e presente**

A metodologia utilizada, na tese de doutorado, baseou-se nos recursos metodológicos de história de vida e narrativas destacados tanto por Gagnebin (1994), como por Kofes (1994 e 2000) e Piscitelli (1993), visto que, partiu-se do pressuposto, de que a idéia de narrar as reestruturações produtivas implementadas, pela empresa em questão, a partir de seus trabalhadores, possibilitaria entender melhor as transformações atuais pelas quais a empresa estava passando. As narrativas destes trabalhadores, já aposentados, possibilitaram compreender o comportamento observado, na pesquisa de mestrado, que não se restringia a uma fábrica, mas refletia a imagem que a sociedade construiu sobre a mulher trabalhadora.

Um dos meus entrevistados, o Sr. José, nasceu na cidade de Valinhos, estava como 83 anos, à época da entrevista, em 2006, e descendia de uma família italiana, entretanto, não se recordava de qual região eles vieram. Começou suas atividades na fábrica localizada em Valinhos em 1943, na produção de sabões, saindo em 1974, permanecendo nesta por trinta e um anos.

Ao longo das entrevistas, o Sr. José comentou que ouvia muitas histórias de namoro na fábrica, porém nunca presenciou

nada que pudesse narrar, todavia, sua esposa vivenciou algumas situações enquanto operária da fábrica, na década de 60, que merecessem destaque:

*Eu trabalhei só cinco meses, eu trabalhei no creme dental. No creme dental, e no creme dental também era aquela pilhas de caixinha, que a gente tinha que apertar elas e fechar tudo, daí o creme dental vinha tudo junto, um encostado no outro, às vezes tinha três, eu pegava um e... Punha na caixinha e fechava a caixinha, soltava na correia que ia andando. Para subir no creme dental tinha que subir escadas, era no segundo andar, para cima, então e também tinha, para por o creme dental dentro do... A coisa lá para mexer o sugo, a moça tinha que subir na escada, eles ficavam tudo embaixo olhando.*

De acordo com a narrativa de D. Maria, era costume dos trabalhadores ficarem olhando por debaixo das saias de suas colegas de trabalho, enquanto estas subiam as escadas para preparem os produtos a serem misturados para a fabricação de creme dental. Lembra-se que, certa vez, seu marido, o Sr, José, contou a ela que o seu chefe o chamou para ver as trabalhadoras: “O seu Zé, venha, venha ver as meninas bonitas, vamos ver”. Era chefe, mas até chamava para ir em turma espiar; ele falava espiar, a gente falava: ele vem olhar para me espiar.

Esta questão também é abordada por Silva (1996), ao pesquisar a construção da memória e as lembranças de moradores da cidade de Belo Horizonte. Esta pesquisadora mostra que esta imagem da mulher, como algo cujos atributos sexuais não só podem como devem ser “apreciados”, não se limitava aos moradores e trabalhadores da cidade de Vinhedo e Valinhos. Em um dos depoimentos coletados por esta pesquisadora, há o relato de uma senhora sobre uma das praças da cidade de Belo Horizonte, na qual no final dos anos 40, mulheres casadas não podiam passear, pois nesta praça localizava-se um bar, cujos freqüentadores ficavam naquele local apenas para observar as pernas das moças

que entravam nos bondes. Atitude muito semelhante à relatada por D. Maria e Sr. José sobre o comportamento dos trabalhadores e seus respectivos chefes em relação às operárias.

Ao questionar D. Maria sobre a reação dela e de suas colegas a este tipo de conduta por parte dos trabalhadores, esta conta que elas acabavam se acostumando com a situação a tal ponto de não mais se importarem.

Tanto no depoimento coletado por Silva, como nas narrativas acima, este procedimento aparece como comum à época e, portanto, não criticado ou mesmo discutido. Conforme Besse (1999), a submissão das classes trabalhadoras e a submissão das mulheres de todas as classes sociais constituíram-se como metas corporativas do Estado, o qual propagava a educação destas para aceitarem a dominação masculina e sua subordinação a essa dominação que sobreviveu por várias décadas, “até que a entrada maciça das mulheres de classe média na força de trabalho remunerada e o acesso às pílulas contraceptivas solapassem as coerções materiais sobre o que se apoiava”. (Besse, 1999, p. 12).

Esta propaganda produzida pelo Estado, citada por esta autora, bem como, as campanhas políticas utilizadas para silenciar os protestos das mulheres, podem ser as explicações para as mulheres “aceitarem” o comportamento de seus colegas de trabalho.

As narrativas do casal entrevistado foram extremamente importantes por evidenciarem que, já nas décadas de 40 e 50, havia atitudes na empresa, que refletiam a visão da sociedade sobre as mulheres, não as considerando como trabalhadoras, mas sim objeto sexual, imagem esta, bem evidente na pesquisa que realizei em 2001. Contudo, a postura de “se acostumarem” com tal comportamento se observou, em 2001, apenas nas áreas gerenciais e administrativas, na área produtiva as mulheres estavam muito insatisfeitas pelo tratamento recebido por seus colegas. Neste setor, os operários, com o intuito de estabelecer hierarquias, visto que o salário era o mesmo, se utilizavam de “cantadas” e exclusões destas nos processos seletivos internos, pois estes trabalhadores tinham autonomia de escolher com quem trabalhar.

Ao realizar as entrevistas com trabalhadoras da área produtiva da fábrica em Vinhedo, verifiquei que havia uma séria inquietação por parte destas operárias no que se referia ao processo de seleção interno. A área produtiva, das fábricas do grupo anglo holandês, era constituída por núcleos de trabalho semi-autônomos, ou seja, estes grupos possuíam autonomia na escolha dos integrantes de seus núcleos. No início da formação destes núcleos, as escolhas foram realizadas pelos coordenadores de produção e, de acordo com relatos, havia pelo menos uma mulher em cada núcleo. Em um segundo momento, os próprios trabalhadores passaram a fazer estas escolhas e começaram a excluir todos aqueles que não faziam parte do círculo de amizade daquele núcleo que estava realizando o processo de seleção. Fazer parte do círculo de amizade significava, para os trabalhadores da fábrica estudada, saírem juntos para beber depois do trabalho, jogarem futebol juntos, isto é, possuir uma relação pessoal entre eles. Não estavam privilegiando, neste caso, a competência do trabalhador ou da trabalhadora, mas sim a “amizade” estabelecida entre o grupo e o candidato à vaga. A situação das trabalhadoras, nesta área, se tornava mais crítica, porque dificilmente fariam este tipo de programa com seus colegas homens, já que qualquer conversar entre os sexos opostos na fábrica era considerado, pelos operários, relacionamento pessoal. Por este motivo, os núcleos estavam preferindo, na maioria dos processos de seleção, trabalhadores homens para integrar o seu grupo de trabalho.

Muitas foram às justificativas dadas para a exclusão das mulheres dos núcleos. As mulheres eram excluídas, na opinião dos gerentes da produção, porque os homens consideram o trabalho muito “pesado” e argumentam que as mulheres “não dariam conta de executá-lo”. Por isso, estavam optando, conforme comentários dos próprios trabalhadores da produção, por homens que trabalhassem bem – no sentido de darem conta das funções a serem executadas – e, que possuísem certa afinidade, para que não ocorressem problemas de relacionamento no futuro. Como afirmou um dos entrevistados: *Não vou trabalhar com quem eu não conheço e não sei se vou me dar bem com ele*. Com isto acabava-se não

dando oportunidade para muitas mulheres que queriam e eram capazes de “dar conta” das funções a serem exercidas, e aos outros operários que eram competentes, contudo, não eram “conhecidos”.

Diante de tais relatos chegou-se à conclusão, ao término da pesquisa realizada na fábrica em Vinhedo, que as denominadas “cantadas” foram utilizadas como um recurso, construído pelos operários, para excluírem simbolicamente suas colegas de trabalho, pois tal comportamento fazia com que estas se sentissem inferiorizadas, marcando uma diferenciação hierárquica entre eles. Como esta fábrica e sua filial em Pernambuco eram as únicas que possuíam mulheres na área produtiva, os operários encontraram uma maneira de igualarem-se às outras fábricas do grupo. As trabalhadoras realizaram uma excelente interpretação da situação vivenciada por elas: as exclusões e as “cantadas” eram instrumentos utilizados pelos trabalhadores para estigmatizá-las e assim manterem a “predominância masculina” na área produtiva da fábrica.

Na fábrica localizada em Valinhos, segundo narrativas de D. Maria e do Sr. José, comportamentos como “cantadas” recebiam punições exemplares. No entanto, as penalidades nesta fábrica, restringiam-se aos relacionamentos pessoais entre trabalhadores, não atingindo comportamentos, tais como os citados por D. Maria, nos quais o próprio chefe “convidava” os operários para observarem as peças íntimas de suas subordinadas.

Stolcke (1993), em uma pesquisa com famílias de camponeses, mostra que os homens não aceitavam muito bem que suas mulheres e filhas trabalhassem em espaços nos quais não estavam sob sua supervisão, principalmente em turmas de trabalhadores, visto que consideravam como “lugares de moral duvidosa, impróprias para mulheres respeitáveis” (Stolcke, 1993: 100). Na interpretação desta autora, os “turmeiros” – aqueles encarregados de contratarem mão-de-obra para a agricultura – tinham fama, que não era infundada, de se aproveitarem de sua posição para seduzir as trabalhadoras. Esta suspeita era ainda reforçada, pela crença generalizada de que as mulheres que não têm proteção/supervisão de seus homens

facilmente sucumbiriam às investidas de outros homens. Esta desconfiança era fruto da moralidade tradicional, que garantia aos homens direitos exclusivos à sexualidade de suas mulheres (o que requeria o controle destas), e do temor muito concreto das conseqüências que poderia ter o contato das mulheres com homens não-pertencentes à família, “homens de fora”, para a sobrevivência desta. (STOLCKE, 1993, p. 100).

Pode-se perceber, a partir da citação de Stolcke, que o comportamento observado nas fábricas pesquisadas era uma maneira de manter a divisão sexual do trabalho, no qual o espaço público, do trabalho, era reservado apenas aos homens, às mulheres restava à esfera doméstica. Neste caso, aquelas que “ousassem” transgredir tais “regras”, deveriam sofrer “punições”, isto é, “cantadas” e “seduções”. Assim, estas condutas se apresentavam como mais uma estratégia para “expulsar” as mulheres de um lugar ao qual “não pertencem”, ou seja, o trabalho “fora de casa”. Por isso, era comum à época, o incentivo para que as mulheres, ao se casarem, se demitirem de seus empregos, como será destacado adiante. Além disto, no momento em que há uma inserção maior destas no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1970, momento da inauguração da fábrica em Vinhedo, o comportamento “sedutor” surge como inerente à administração da mesma, justificando até mesmo seus maus resultados no negócio, como evidenciou Barbosa (1996).

Desse modo, a questão sexual ao ser utilizada como exclusão simbólica, refletia, de certa maneira, a própria estrutura de divisão do trabalho estabelecida nas fábricas pesquisadas. É o que será exposto abaixo.

## **2. A questão sexual e seus reflexos na divisão sexual do trabalho**

Durante a pesquisa na fábrica em Valinhos, todos os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que até meados dos anos 80, do século passado, as mulheres eram maioria na área

produtiva, fato este que muda drasticamente com a introdução de máquinas automatizadas. O argumento dado por esta empresa, e também por outras, seria que as mulheres eram mais aptas ao trabalho manual. O professor J. P. Porto-Carreiro (1930 *apud* Besse, 1999) ofereceu uma justificativa considerada por ele mais científica para a divisão entre trabalhos masculinos e femininos, cujo conteúdo é muito interessante para refletirmos, acerca dessa imagem das mulheres como objetos sexuais:

A atitude psíquica do homem e da mulher são apenas o reflexo da sua atitude física na conjunção amorosa: um procura, estreita, penetra, possui; a outra atrai, abre-se, entrega-se, recebe. O trabalho, pura sublimação de impulsos da vida, será sempre distribuído pelos sexos, de acordo com aquelas atitudes. (PORTO-CARREIRO, 1930 *apud* BESSE, 1999: 361).

Este professor ao dar suas explicações “científicas” para a divisão sexual do trabalho o faz, por meio de conotações sexuais: o homem “procura, possui”, a mulher “atrai, recebe, entrega-se”, aquele domina, este recebe, submete-se ao outro. Esta analogia é muito curiosa, pois põe em evidência a relação percebida em ambas as pesquisas entre a estrutura construída pela empresa na contratação de trabalhadores, privilegiando a divisão sexual do trabalho e, condutas dos trabalhadores, permeadas de insinuações e ações de caráter sexual.

Ao longo de sua narrativa, o Sr. José recordou-se de um fato, que demonstrava que houve situações em que se presenciou relações sexuais dentro da própria fábrica em Valinhos:

Posso contar em off isso, é uma figura, uma figura impávida. Também ele pagou pelo que ele fez. Mudou, lembra? Os produtos ia direto para o depósito onde... Retirava tudo lá na expedição 74. Depois, eles passaram a retirar o sabonete embaixo, no porão, aí inventaram o tal de porão no sabonete um da fábrica. Embaixo tinha o sabonete um... Acho que não tinha

nem o sabonete dois, estava construindo. Inventaram o porão embaixo e de lá retiravam o produto direto e lá que cataram um monte de gente fazendo coisa que não devia lá embaixo, do dito porão lá do... Foram oito ou nove pessoas na época que estavam envolvidos nesse... Mudaram a retirada do produto, inventaram o porão lá do sabonete um, aí a turma tinha ojeriza de passar lá: Deus me livre ir nesse porão aí. Ninguém queria mais passar pelo porão.

Após este episódio todos os envolvidos foram demitidos, segundo o Sr. José. O filho deste entrevistado e, também alguns outros entrevistados atribuíram este tipo de conduta por haver, àquela época, um número de trabalhadoras superior ao de trabalhadores e acreditavam que esta situação deixou de ocorrer em Valinhos em função do número reduzido de mulheres na fábrica. Pelo mesmo motivo acreditam que ainda existam situações deste tipo em Vinhedo, isto é, por causa do grande número de mulheres naquela fábrica. Neste sentido, as explicações apresentadas, pelos entrevistados, como causa de comportamentos sexuais nas fábricas foram à quantidade de mulheres nas mesmas. Este fato nos conduz novamente à questão do caráter excludente de tais atitudes de cunho sexual, que tinham por finalidade “retirar” as mulheres do “lugar” que era considerado exclusivamente masculino. Os relatos de D. Maria e do Sr. José esclarecem que esse tipo de atitude não era algo recente e não ficou restrita a uma de suas fábricas, já que aparecem em ambas, em diferentes momentos e contextos.

Para embasar tal argumento, isto é, que as condutas adotadas pelos operários da empresa em questão objetivavam a exclusão das trabalhadoras da área da manufatura, quando realizei minha pesquisa em 2001, verifiquei que o número de mulheres na fábrica em Vinhedo não era mais do que 20% do total de trabalhadores. Em Valinhos a situação era ainda mais contundente, pois não havia mais mulheres na produção, embora no início das atividades da fábrica estas tenham sido maioria. Por este motivo, também questionei ao que atribuíam a diminuição do contingente feminino das fábricas e o Sr. José destacou sua opinião: *Antigamente as moças*

*casavam e paravam de trabalhar, daí só trabalhava o marido, a mulher ficava em casa.*

Sobre esta questão Besse (1999) esclarece que muitos críticos sociais consideravam o trabalho das mulheres um mal necessário, imposto pelas contingências da vida moderna, por isso se as mulheres deveriam trabalhar por salário, “isso devia ser temporário e incidental, e não central em sua vida e em seu pensamento”. (BESSE, 1999, p. 147). Assim, a mulher ter um emprego ou possuir aspirações a constituir uma carreira merecia elogios apenas enquanto ela fosse solteira, ou “enquanto sua família estivesse necessitada, mas não como um sucedâneo de longo prazo das obrigações familiares”. (Besse, 1999, p. 151). Desse modo, a expectativa era de que as mulheres se demitissem do emprego e desistissem de quaisquer aspirações de constituição de carreira ao garantirem o sustento com o casamento, como mostra o relato do Sr. José citado acima.

Este estímulo à desistência da carreira pelas mulheres era também criado por meio de estereótipos – o que é denominado por Stolcke (1980) de “ideologia burguesa” – dados às mulheres profissionais independentes, tais como, “mulheres-homem”, “anomalias” e “erros da natureza”. Rótulos como estes tinham como finalidade manter a dicotomia produção/reprodução, na qual a primeira seria “destinada” aos homens e a segunda, às mulheres. Colbari (1995) cita um trecho extraído da imprensa operária que exemplifica esta discussão: (...) “o papel da mulher não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina conseqüências lamentáveis” (...) (A RAZÃO, 20/7/1917, *apud* Colbari, 1995, p. 30).

Além destes estereótipos, a própria segregação das mulheres em funções consideradas enfadonhas, sem atrativos e mal pagas, conforme esta autora contribuía para mantê-las econômica e emocionalmente dependentes de seus maridos e famílias.

Ao realizar um banco de dados sobre o trabalho das mulheres, Bruschini e Lombardi (1998) constatam que até a década de 1970, em sua maioria, as trabalhadoras eram jovens, solteiras e sem filhos. Nos anos 80, esse perfil é alterado e há uma crescente

introdução de mulheres mais velhas, casadas e mães. A justificativa para tal mudança, de acordo com estas autoras, estaria,

de um lado, como um indício da pressão econômica, que estava forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento. (Bruschini e Lombardi, 1998, p. 165).

Estas autoras destacaram que, por outro lado, houve a expansão da escolaridade, à qual as mulheres começaram a ter cada vez mais, como outro fator que explicaria o aumento do número de mulheres casadas e mães no mercado de trabalho.

No caso de D. Maria, esta entrou para o mercado de trabalho quando era solteira por meio da indicação de uma colega que era encarregada da área produtiva da fábrica em Valinhos, no cargo de supervisora do trabalho das mulheres. Segundo seu relato, havia uma divisão sexual bem nítida no que se referia ao trabalho, isto é, os trabalhadores tinham como chefe um homem e as mulheres eram chefiadas também por uma mulher. Atualmente ainda há uma divisão sexual do trabalho na empresa, porém os cargos são distribuídos por características consideradas “mais femininas” ou “mais masculinas”, os quais atribuem a homens e mulheres comportamentos ditos “naturais”. No entanto, sabe-se que estes são construções sociais, tema discutido por vários autores, na área de gênero. Scott (1987), por exemplo, considera o conceito uma categoria analítica, que “possibilita a busca de significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos culturais e históricos” (Scott, 1987, 1069). Na concepção da autora, a análise das questões de gênero também implica a análise das relações de poder. Nesse sentido, salienta que essa relação permite a apreensão de duas dimensões:

o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. (Scott, 1987, p. 1069).

Para Scott (1987), diferentemente de sexo, o gênero é um produto socialmente elaborado e representado, sendo que as diferenças entre os sexos seriam fundamentalmente culturais, estas entendidas como produções de indivíduos e coletividades. Esta autora ressalta ainda, que o desafio analítico proposto passa a ser o de identificar, em cada prática e relação social concreta, a produção tanto das subordinações como das formas de resistência nas questões de gênero. Ao observar as relações de poder estabelecidas, a partir de questões sexuais, que tinham o intuito de inferiorizar e excluir as operárias, foi adotado este conceito de gênero em ambas as pesquisas.

O comportamento dos operários destas fábricas refletia, segundo as narrativas do Sr. José, as próprias atitudes masculinas da nossa sociedade. Este senhor comenta que a porta da fábrica em questão era considerada, à época, ideal para encontrar uma namorada, pois só havia “moças bonitas e muito perfumadas”, este último por causa do trabalho de embalagem de sabonetes realizados pelas operárias da fábrica. Esta narrativa, além de evidenciar a imagem que se tinha destas mulheres, destaca também que, naquele momento, a maioria dos trabalhadores da fábrica era composta por mulheres. Na concepção de Besse (1999), ao analisar a reestruturação da ideologia de gênero no Brasil nos anos de 1914 a 1940, as indústrias preferiam empregar as mulheres na fabricação de objetos que exigiam “fino tato” – características “naturais” das mulheres-, cujo argumento dos empregadores era a economia de somas consideráveis de dinheiro “contratando mulheres bem-qualificadas por menos de dois terços do salário que teriam que pagar aos homens”. (BESSE, 1999, p. 149).

Esta autora enfatiza ainda que, além da contratação de mulheres para trabalhos nos quais estas tivessem habilidades

“naturais” tais como paciência, alegria, retidão moral, delicadeza, discrição, piedade, dedicação aos outros, destreza manual, atenção a detalhes mínimos, obediência às diretrizes dadas por chefes, entre outros, havia uma grande vantagem econômica para os empregadores.

As representações sobre as mulheres, descritas por Besse (1999), pode ter influenciado a contratação das mulheres na empresa pesquisada, naquele período histórico, mas também por ser esta uma empresa de sabonetes, na qual a diferenciação no mercado se dava, conforme dados da mesma, por suas “delicadas” embalagens, habilidades consideradas “naturais” às mulheres. Além disso, a escolha das trabalhadoras se dava também, de acordo com esta autora, segundo a idealização que os empresários e sociedade construía sobre estas, ou seja, como “fiadoras da vida familiar estável e principais socializadoras das gerações futuras”. (BESSE, 1999, p. 07). Desse modo, a inserção da mão-de-obra feminina era extremamente vantajosa, já que além de eficiente era mais barata. O que se propagava era que as mulheres poderiam trabalhar desde que não comprometessem sua “feminilidade” (pureza, doçura, abnegação, espírito maternal, entre outros), nem ameaçasse a estabilidade do lar chefiada pelo homem, por isso, estimulavam a divisão sexual do trabalho. A segmentação por sexo no mercado de trabalho era encarada de modo geral, para Besse (1999), como o meio essencial para conciliarem necessidades econômicas e interesses sociais:

Na medida em que as mulheres fossem mantidas separadas em ocupações “femininas apropriadas”, os empregadores, os parentes e os trabalhadores do sexo masculino poderiam esperar que a honestidade e a dignidade das mulheres não estaria comprometida, seus encantos femininos peculiares não seriam maculados e elas continuariam a ser complementares e dependentes dos homens, ao invés de alcançar sua independência. Obviamente, neste caso, não ameaçariam nem o ego nem os salários dos homens. (Besse, 1999, p. 154).

Nesse sentido, os homens continuariam provedores de suas famílias e não seriam ameaçados por suas mulheres, permanecendo assim a hierarquia entre os sexos.

Na interpretação de Stolcke (1980), as instituições que estão nas raízes da subordinação das mulheres na sociedade de classe são o casamento e a família, fato este que aparece nas narrativas do Sr. José e de D. Maria ao comentarem que as mulheres na década de 1940 e 50 tinham que optar entre trabalhar e construir uma carreira ou casar e desempenhar o papel que lhe era “natural”, isto é, o trabalho doméstico.

Esta autora também sublinha que a crescente profissionalização das mulheres, na sociedade atual, não ameaçou a família nem as relações de propriedade existentes, visto que as mulheres continuam a ser definidas socialmente, em primeiro lugar, como mães, ou seja, “sua incorporação na ‘produção’ é determinada, em grande parte, pelas necessidades oscilantes do mercado de trabalho e não vista como um direito inerente”. (Stolcke, 1980, p. 102).

A partir dos dados coletados nas narrativas apresentadas evidenciou-se que, mesmo após a reestruturação produtiva implantada pela empresa estudada, com máquinas mais automatizadas, continuou a se privilegiar as mulheres em áreas que ainda necessitavam do trabalho manual, as quais requeriam “delicadeza”, por considerarem um atributo feminino, algo que também foi observado em pesquisa anterior (Muniz, 2001a) e por Amorim (2003), em sua pesquisa sobre o trabalho feminino em indústrias de confecção. Características como “meticulosidade”, “delicadeza”, “diligência” eram consideradas habilidades tipicamente femininas, as quais eram aprendidas no espaço familiar.

A pesquisa realizada em 2001 revelou também, após leituras de Hirata (2002), que esta empresa utilizava e reforçava a divisão sexual existente tanto na sociedade quanto nos espaços das fábricas, mesmo depois das mudanças na administração em Vinhedo.

As transformações no mundo do trabalho provocadas pela denominada reestruturação produtiva<sup>5</sup>, conforme Segnini (1998) tem como uma de suas características a “feminização” do trabalho, sobretudo no setor terciário da economia. Segundo esta autora, baseada em algumas pesquisas realizadas sobre o assunto, principalmente a de Anne Lerrolle Doniol-Shaw, o motivo da ocorrência deste fato se deve às mulheres serem, no contexto de trabalho polivalente, ‘campeãs de adaptabilidade’. Destaca que as novas exigências para este tipo de trabalho encontram nas mulheres disposição não negligenciável para aquisição de competências como o nível de escolaridade mais elevado que os dos homens em postos de trabalho semelhantes (conforme também observado nas pesquisas aqui apresentadas) e o fato ‘das competências adquiridas na vida doméstica serem facilmente transferidas para estas novas situações de trabalho’. A autora salienta que a experiência cotidiana vivenciada, particularmente, pelas mulheres, da reconversão frente a diferentes papéis que se modificam sucessiva ou concomitantemente, vivenciados na vida privada, tendem a fortalecer a capacidade de adaptação a mudanças. (Segnini, 1998, p. 173).

Dessa forma, as tarefas executadas pelas mulheres, no espaço privado, ao contrário de ser algo limitador para a mulher aparece como um elemento qualificador frente à possibilidade de ter adquirido socialmente habilidades requeridas para a realização do trabalho flexível, afirma Segnini (1998). Numa época na qual se dá, no mundo do trabalho, uma grande importância a polivalência, esta “habilidade” adquirida pela mulher no âmbito social, passa a ser também “apropriada”, neste caso pelos empresários, na indústria, que passa a explorar mais esta “habilidade” das mulheres. Um “guru” empresarial americano em entrevista a Revista Exame confirma este fato: “Elas (as mulheres) são craques em fazer um monte de coisas ao mesmo tempo”, explicitando a

---

<sup>5</sup> Antunes (1997) destaca que processo de reestruturação produtiva no Brasil, especialmente nos anos 90, caracterizou-se pela redução de custos por meio da diminuição da força de trabalho em vários setores industriais.

polivalência como característica feminina. (REVISTA EXAME, 24/01/2001, p. 01).

O Sr. Ernani, um trabalhador aposentado da fábrica localizada em Valinhos, relatou que, na área produtiva desta fábrica, também havia muitas mulheres trabalhando, enquanto as máquinas eram manuais, porém, com a automação, este número foi se reduzindo, assim como em Vinhedo. Algo semelhante é discutido por Amorim (2003), ao afirmar que mesmo no ramo de confecção, que tem sido tradicionalmente composto por mulheres, “quando se trata da modernização de postos de trabalho que implique no aumento da qualificação dos seus ocupantes, em geral, são os homens que passam a ocupá-lo”. (Amorim, 2003, p. 03).

Pollert (1996), ao pesquisar a fábrica Choc-Co, tradicional na Inglaterra na área de alimentos, esta também observa uma distinção entre áreas baseadas no sexo do trabalhador (a). Nas áreas de capital intensivo, no qual há um maior rigor tecnológico, predominam os homens e nas áreas de trabalho intensivo, que exige um maior trabalho “vivo” predominam as mulheres. Esta divisão de áreas foi considerada de certa forma irônica por esta pesquisadora, já que a área “nobre” da empresa, que possuía máquinas computadorizadas, embora ainda permanecessem algumas máquinas manuais, era freqüentemente chamada de “cozinha”, local construído socialmente como pertencente às mulheres. As mulheres estariam concentradas fora da “cozinha”, na embalagem, nas áreas de trabalho intensivo e repetitivo, reforçando as argumentações de que a polivalência das mulheres no trabalho doméstico, foi traço distintivo da inserção da força humana feminina na “era” da reestruturação produtiva. Essa divisão sexual do trabalho fica evidente, na fábrica pesquisada por Pollert conforme mostram seus dados, nas próprias máquinas que não são assexuadas, foram construídas para serem manuseadas por pessoas com estaturas mais altas, que se encaixa na maioria dos casos, aos homens. Outro fator distintivo relatado pelos trabalhadores desta fábrica, de acordo com a autora, que justificariam a exclusão das mulheres na área, são os banheiros que

também são masculinos, mostrando que a área foi idealizada para que apenas homens a ocupassem.

Os dados coletados por Pollert (1996) legitimam a concepção de Bruschini (1998) sobre as conquistas de espaços pelas mulheres no mercado de trabalho não terem extinguido as discriminações sofridas por estas neste mercado. Como Bruschini (1998) destaca as oportunidades para as mulheres, em comparação aos homens, são mais limitadas e as barreiras são maiores para ocupar cargos de chefia.

Estas questões ficam evidentes ao comparar-se o número de mulheres no início das atividades da fábrica em Valinhos, as quais eram maioria, com sua total ausência atualmente, em função da automação, segundo informações obtidas.

As únicas fábricas do grupo que ainda possuíam mulheres na produção eram as localizadas em Vinhedo- SP e Recife- PE, por esse motivo na pesquisada realizada em 2001, pôde-se observar que os operários estavam sentindo-se ameaçados por suas colegas de trabalho, pois consideravam a área produtiva como exclusivamente masculina. Desse modo, construíram mecanismos de exclusão destas mulheres da produção que foram denominadas de “cantadas” e, como podiam escolher os integrantes do grupo de trabalho na área, acabavam por dar preferência aos seus amigos do sexo masculino.

Pode-se aproximar essa necessidade dos operários da fábrica em Vinhedo de se destacarem das operárias, como o que Elias afirma ser, talvez, a necessidade humana, “nunca serenada, de elevar a auto-estima, de melhorar o valor da própria pessoa ou do próprio grupo”, ao sentirem-se ameaçados a perderem espaço em uma área que é considerada “masculina”. (Elias, 2000, p. 209).

Já na área administrativa da fábrica em Vinhedo, a questão das “cantadas” possuía uma conotação diferenciada. Durante a análise dos dados coletados pôde-se perceber que havia ainda representações sobre o passado de festas nesta área, sob uma forma de “brincadeira”, cujo caráter sexual encontrava-se mais implícito. Neste caso, era “comum” os trabalhadores “elogiarem” os atributos sexuais de suas colegas de trabalho, sempre destacados como

“brincadeiras”, por isso não estas mulheres não consideravam este fato um problema, pois estavam “acostumadas” com este tipo comportamento de seus colegas, algo muito semelhante ao relatado por D. Maria anteriormente.

Em ambos os casos, a estratégia utilizada pelos trabalhadores apresentou-se como uma maneira de “expulsar” as mulheres de um lugar ao qual não pertenciam, ou seja, o trabalho “fora de casa”. O intuito era preservar uma hierarquia entre os sexos, visto que os salários e funções eram iguais em todos os cargos da empresa. Dessa maneira, para adquirir certa superioridade em relação às trabalhadoras, os trabalhadores procuravam inferiorizá-las excluindo-as dos núcleos e tratando-as como objetos sexuais e não como profissionais. Aqui há uma explícita relação de poder, na qual as mulheres eram consideradas invasoras de um espaço que não lhes pertenciam. No caso das décadas anteriores, como era esperado que as mulheres se demitissem ao contrair matrimônio, o caráter sexual do relacionamento na fábrica poderia mostrar a superioridade dos homens e submissão das mulheres. Os contextos relatados eram diferentes, porém o intuito era muito semelhante.

### **Considerações finais**

Comparando com a pesquisa anterior (Muniz, 2001a), percebeu-se, em alguns relatos, o discurso da própria empresa, o qual afirmava que havia um excelente diálogo entre todos os níveis hierárquicos, aquela “comunhão quase mágica entre todos, patrões e empregados”, da qual comenta Aktouf (1993). Entretanto, na prática, o que se observou foi uma exclusão enorme das mulheres no setor da produção, considerada uma área “masculina”. Este fato proporcionou a “extinção” das operárias na fábrica em Valinhos e a exclusão das mesmas do processo de seleção interno na fábrica em Vinhedo. Embora tenha havido mudanças administrativas, na fábrica em Vinhedo – SP, esta não conseguiu “apagar” resquícios de um passado que estava interferindo na imagem desta junto

ao grupo anglo-holandês: a questão do olhar sobre a mulher caracterizado pelos atributos sexuais e os critérios subjetivos de seleção.

A introdução de “novas” tecnologias de automação também contribuiu para a diminuição das mulheres, na área produtiva, da fábrica em Vinhedo, e sua total supressão em Valinhos, por ainda se privilegiar características consideradas “naturais” a ambos os sexos como fator de divisão dos cargos na empresa, ou seja, as mulheres são consideradas mais “aptas” a desenvolverem trabalhos manuais.

As narrativas do Sr. José e de D. Maria foram de suma importância, porque permitiram evidenciar como eram as relações entre homens e mulheres na empresa em questão e a própria condição da mulher, na década de 50 do século passado. As mulheres, naquele momento, por sua educação para serem obedientes e subservientes eram uma mão-de-obra valorizada pelos empresários, além dos baixos salários. Para não ameaçarem os postos ocupados pelos homens, as mulheres deveriam demitir-se ao contraírem o matrimônio, caso contrário, seriam ridicularizadas pela sociedade, a partir da construção de estereótipos e estigmatizações. Além disto, eram vistas como objetos sexuais, as quais poderiam ser “apreciadas” sem qualquer tipo de reclamação, mantendo-as, deste modo, em condições de inferioridade. Algo também encontrado em pesquisa anterior (2001), mesmo passado tanto tempo e com todas as mudanças provocadas por lutas sociais feministas.

É importante destacar que há estudos que mostram como os de Cockburn (1985) no setor de radiologia computadorizada na Inglaterra e os de Sonia Laranjeira (1992) no setor de programação de um banco estatal no Rio Grande do Sul, citados por Lorena Holzmann (2000), que registram melhores oportunidades de ascensão a posições mais qualificadas e socialmente mais valorizadas na integração da mulher no mercado de trabalho. Alguns trabalhos considerados “masculinos” começam a serem desempenhados por mulheres em algumas empresas, como no caso

da empresa CSN que, em 2006, tinha uma mulher na presidência, e, atualmente temos uma mulher na presidência da República.

Esse pequeno avanço das mulheres no mundo do trabalho pode estar fazendo com que os trabalhadores se sintam ainda mais ameaçados, aqui a referência é especificamente sobre a empresa em questão, e tentem manter seu *status quo* se comportando de maneira com que as trabalhadoras se sintam objetos sexuais, para, desta forma, estabelecer uma hierarquia entre os sexos. Anteriormente este tipo de comportamento não era reprimido, porém com a necessidade de construção de uma nova imagem para a empresa, fez com que proibissem relacionamentos pessoais entre os trabalhadores e trabalhadoras de suas fábricas, mas as “cantadas” e “brincadeiras” vieram substituir as atitudes anteriormente praticadas em relação às trabalhadoras, com a diferença de que antes muitas não se “importavam” com tais condutas.

O que se concluiu foi que, tanto no passado, como no presente, as trabalhadoras das fábricas pesquisadas eram tratadas por meio de estereótipos pelos mesmos motivos: reproduzir a divisão sexual do trabalho construída para manter as mulheres no espaço doméstico.

### **Bibliografia**

- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas In. Chanlat, J. F. (coord.). *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2 v. 1993.
- AMORIM, E. R. A. A. No limite da Precarização? Terceirização e Trabalho Feminino na Indústria de Confecções. *Dissertação de Mestrado*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2003.
- ANTUNES, R. Fordismo, toyotismo e a cumulação flexível. In. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade*

- do Mundo do Trabalho*. 4ª edição, São Paulo: Cortez, Ed. da UNICAMP, 1997.
- BARBOSA, L. Análise Cultural: Elida Gibbs. In. *Relatório de análise cultural realizado na fábrica e centro empresarial Elida Gibbs*. 1996/97.
- BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP.1999.
- BRUSCHINI e LOMBARDI, M. R. Trabalho feminino no final do século XX In. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 157-196. 2001/02.
- COCKBURN, C. Play of power: women, men and equality initiatives in a trade union In. WRIGHT, Susan. *Anthropology of Organizations*, London: Rutledge.1994.
- COLBARI, A. L. *Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras & Letras/ Ed. da FCAA/UFES. 1994, 1995.
- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- \_\_\_\_\_. e SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.
- GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em Walter Benjamin*. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo. 2002.
- HOLZMANN, L. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez.2000.
- KOFES, S. 1994. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: História de vida, suas possibilidades e limites In. *Cadernos Pagu*, Campinas, (3). 1994.

\_\_\_\_\_. *Uma Trajetória, em Narrativas*. Campinas: Mercado de Letras. 2001.

MUNIZ, C. R. a. As representações nativas do universo fabril: um estudo etnográfico. *Dissertação de Mestrado*, IFCH, UNICAMP. 2001.

\_\_\_\_\_. As Construções Simbólicas de Exclusão em uma fábrica no interior do Estado de São Paulo. *Humanitas*, Campinas, v. 4, n. 2, ago./dez. 2001b.

\_\_\_\_\_. As representações sobre o trabalho a partir das narrativas de uma família de operários. *Tese de Doutorado*, IFCH, UNICAMP. 2006.

PISCITELLI, A. G. Tradição Oral, Memória e Gênero: Um comentário metodológico In. *Cadernos Pagu*, Campinas, n 1.1993.

POLLERT, A. Team Work' on the Assembly Line In. ACKERS, P. et all. *The New Workplace and Trade Unionism*, Rutledge, Londres. 1996.

REVISTA EXAME, 24/01/2001.

SCOTT, Joan. Women's history and the rewriting of history, in history. In. Farnham Christi, *The impact of feminist research in Academy*, Indiana University Press/Bloomington/Indianapolis, 1987.

SEGNINI, L. *Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, R. H. A. da. A Construção da Memória e as Lembranças de Moradores In SIMSON, O. R. de M. V. (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas:CMU/Unicamp. 1996.

STOLCKE, V. Mulheres e Trabalho In. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP/Vozes, n. 26.1980.

\_\_\_\_\_. A Família que não é Sagrada In. ARANTES, A. A. (et al.). *Colcha de Retalhos: estudo sobre família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

### **Outras fontes**

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS. Mulher e Trabalho. Campinas, 18/10/1999. PROPÓSITO CORPORATIVO DO GRUPO ANGLO-HOLANDÊS. Inglaterra: Corporative Relations Department, 18/junho, 1997.

## PARA ALÉM DA POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES EM TORNO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>1</sup>

*Keila Lúcio de Carvalho*<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho versa sobre a economia solidária no contexto de relações capitalistas de produção, consumo e apropriação do trabalho. Em particular, centra-se no estudo dos limites e possibilidades da articulação da economia solidária no sentido de promover práticas de sociabilidade diferenciadas das relações sociais predominantes. Para viabilizar tal análise, foi realizado um estudo em uma cooperativa de trabalhadores rurais, localizada no estado do Rio de Janeiro. O estudo abordou essas questões, bem como o fenômeno da precarização das condições de vida em geral.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Cooperativa de Trabalhadores Rurais. Precarização do Trabalho.

**Abstract:** This paper is about the solidary economy in the context of capitalist relations of production, consumption and work appropriation. In particular, it focus on the study of the limits and possibilities of articulation of the solidary economy to promote practices of sociability differentiated of the social relations prevailing. To make such analysis possible, a study was realized in the rural workers cooperative, located in the state of Rio de Janeiro. The study approaches these questions, as well as the phenomenon of precariousness of the living conditions in general.

**Keywords:** Solidary Economy. Rural Workers Cooperative. Precariousness of Work.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação do trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

Em linhas gerais, o presente artigo versa sobre a economia solidária no contexto das relações sociais capitalistas. Mais especificamente, o objetivo proposto consiste em analisar os limites e possibilidades das experiências de economia solidária no sentido de promoverem práticas de sociabilidade que sejam diferenciadas em relação às relações capitalistas predominantes. Sugere, assim, uma reflexão sobre a realidade da economia solidária em três níveis reivindicados por este movimento: a economia solidária como geração de trabalho e renda, como promoção de solidariedade entre os indivíduos e, por fim, como protótipo de implante socialista (Singer, 2002). Além de uma discussão de ordem mais teórica, o artigo apresenta um estudo de caso em uma cooperativa organizada em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, este estudo apresenta algumas reflexões a propósito da investigação realizada em uma experiência cooperativa – a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentados de Ilha Grande e Che Guevara (Cooperprocic) – que, apesar de não se reivindicar como “economia solidária”, apresenta alguns aspectos que a aproximam deste movimento<sup>3</sup>. De todo modo, contudo, as cooperativas populares são hoje “conduzidas” pelo movimento da economia solidária e as políticas para este segmento integram a economia solidária no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ou seja, as políticas públicas da economia solidária

---

<sup>3</sup> Opta-se, neste estudo, por não incluir o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) porque, neste caso, existe um grau maior de complexidade que talvez não permita afirmar que este movimento, em seu conjunto, reivindica a economia solidária. No próprio sítio do MST, a economia solidária não aparece dentre as bandeiras do movimento. Ainda que em existam algumas aproximações pontuais que dependem, em certa medida, da região de incidência e das referências políticas locais, não existe uma identificação de fato. Por outro lado, os organizadores do Atlas da Economia Solidária identificam o MST/CONCRAB como um dos articuladores da Economia Solidária, ao lado de entidades como ANTEAG e UNISOL.

incidem direta e indiretamente sobre as diferentes modalidades de cooperativismo e associativismo, mesmo sobre aquelas que não se autodenominam “economia solidária”. Desta forma, a cooperativa estudada, ainda que não reivindique o projeto da economia solidária, é direta e indiretamente afetada pela própria economia solidária como política pública, seja por seu movimento, seja por sua institucionalidade. Assim, a pesquisa aqui proposta buscou compreender os limites e possibilidades de articulação dessa experiência no sentido de constituir práticas de sociabilidade distintas das relações sociais capitalistas predominantes.

O interesse em desenvolver uma investigação dessa natureza se relacionou a uma motivação de ordem empírica, na tentativa de buscar, na realidade cotidiana de uma experiência concreta, alguns elementos a serem acrescentados à análise dos processos cooperativos e da economia solidária na sociedade contemporânea<sup>4</sup>.

O trabalho de campo foi realizado no mês de junho de 2008. Naquela época, a cooperativa ainda era embrionária: encontrava-se legalizada, possuía alguns instrumentos para produção adquiridos coletivamente e um pequeno fundo de capital, oriundo de quotas pagas por seus membros. A produção estava voltada para as transformações industriais sobre a cana de açúcar – cachaça e açúcar mascavo.

O interesse em retornar a este objeto se deve a algumas razões que, embora distintas, se complementam. Primeiramente, se deve a uma avaliação de que muito do material acumulado pelo trabalho de campo não foi trabalhado naquele momento. Em segundo lugar, a ideia de retomar a este estudo se sustenta na possibilidade de acrescentar a estas reflexões uma análise que permita enfatizar ângulos pouco ou não explorados<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A ideia de realizar um estudo na Cooperprocic emergiu em ocasião da realização do trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais.

<sup>5</sup> Estas observações se tornaram mais claras após a conclusão da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa buscou compreender

É evidente que hoje a Cooperproci vive outro momento. Entretanto, mais importante que “atualizar” as informações recolhidas e analisadas em campo, é compreender, à luz de novos elementos teóricos, os significados em torno daquele empreendimento coletivo. Ou seja, para além dos desenvolvimentos da cooperativa daquela época até hoje, o interesse deste artigo consiste em resgatar elementos pouco explorados e aprofundados, com as devidas precauções para não cristalizar os dados de análise ou, até mesmo, a experiência em si.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram realizadas entrevistas e utilizado o método da observação participante. O fato de ser uma universitária, com certa experiência em cooperativas populares, foram elementos que favoreceram a expectativa, por parte dos membros da cooperativa, de uma postura ativa de minha parte. Era esperado que a pesquisa desenvolvida exercesse uma função útil e positiva à cooperativa. A observação participante incluiu encontros e discussões sobre a cooperativa no assentamento. Também foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com os trabalhadores.

Antes de analisar os resultados da pesquisa, serão apresentadas algumas referências teórico-conceituais como forma de refletir tanto sobre a economia solidária como política pública quanto sobre as contribuições de Paul Singer no que se refere à possibilidade das experiências de economia solidária se constituírem como “implantes socialistas”.

### **A economia solidária no Brasil**

A economia solidária se desenvolveu no país a partir da articulação de diversos sujeitos sociais – tradicionalmente relacionados à “esquerda” brasileira – em atividades reunidas no

---

como o conceito de autogestão vem sendo caracterizado na atualidade e, em especial, sua atual conformação como fundamento para o movimento da economia solidária. Cf. Carvalho, 2011a.

I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A criação da SENAES, “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva”<sup>6</sup>, foi um marco importante para o movimento. A secretaria é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possui o objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”<sup>7</sup>.

Segundo a base conceitual apresentada pelo MTE, a economia solidária se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho. Estas respostas são caracterizadas por iniciativas econômicas (organizações coletivas sob a forma de autogestão, a partir da produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário) e solidárias (empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de insumos, comercialização

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 12 mar. 2010.

<sup>7</sup> Poucos meses após o início do governo Dilma Roussef (PT), foi encaminhado, como iniciativa do próprio governo federal, o Projeto de Lei (PL) n. 865 de 31 de março de 2011. Esse PL altera a Lei nº 10.683/2003 – que criou a SENAES – e, especialmente, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Isso implicaria na extinção da SENAES e, a princípio, transferiria o Conselho Nacional de Economia Solidária para o interior desta nova Secretaria. O lançamento deste PL caiu como um “balde de água fria” no movimento da economia solidária no país. Em finais de agosto do referido ano (2011), foram retiradas as atribuições da economia solidária do PL 865. Por ocasião do lançamento do PL, foi criado um Grupo de Trabalho da Economia Solidária, com o objetivo de se constituir como um canal de diálogo permanente sobre as políticas públicas do setor.

ou processamento dos produtos). Como se pode perceber, dada a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos, o projeto da economia solidária é caracterizado tanto por teoricamente abranger uma ampla gama de experiências quanto por, na prática, incorporar experiências pontuais pragmáticas, que vão além do leque apresentado em suas concepções, na tentativa de delimitar seu corpo teórico e prático (Carvalho, 2011b)<sup>8</sup>.

Enquanto política pública, a economia solidária se insere no MTE através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Segundo sítio próprio<sup>9</sup>, a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Considera ainda que, “ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda”.

Ainda segundo o referido sítio, a economia solidária deve se configurar como uma estratégia de desenvolvimento, alternativa ao modo de produção capitalista. Ainda que seja o resultado – direto e indireto – das conseqüências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a economia solidária deve ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. Ou seja, parte-se

---

<sup>8</sup> Segundo o mapeamento da economia solidária, realizado em 2005 e 2007, foram cadastrados quase 22 mil “Empreendimentos Econômicos Solidários”, que envolvem aproximadamente um milhão e setecentos mil trabalhadores. Estima-se ainda que estes indicadores não deem conta do número real desses empreendimentos, pois afirma-se que, por terem mapeado pouco mais da metade dos municípios, o número de empreendimentos estimado seria ainda maior. (Carvalho, 2011b).

<sup>9</sup> Retirado de: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>. Acesso em 25 mai. 2011.

do princípio de que a economia solidária deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico (a finalidade econômica) com a ideia de desenvolvimento humano. A perspectiva da economia solidária como estratégia de desenvolvimento também está presente nos escritos do professor Paul Singer, principal teórico e militante, além de ser Secretário Nacional de Economia Solidária.

Uma questão central abordada por Singer se refere à transformação da economia solidária em um modo de produção intersticial, ou seja, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo”, mas, ainda assim, como uma forma abrangente de organização da economia e da sociedade. Demonstra a necessidade de que a economia solidária deve se agregar “num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejarem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (Singer, 2002, p. 116).

Partindo de sua defesa dos “implantes socialistas”, o autor afirma que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002, p. 112). Esses seriam, segundo o pensamento de Singer, os fundamentos para a constituição de um novo projeto de desenvolvimento.

Nesse sentido, a economia solidária teria como importante tarefa, no interior do capitalismo, a de realizar um desenvolvimento humano, constituindo-se, assim, como uma alternativa *moralmente superior* ao capitalismo. Assim, são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. A economia solidária se configura como uma dessas organizações que, segundo Singer, possui um *caráter essencialmente anticapitalista*.

Por meio da solidariedade, as organizações da economia solidária dispõem de qualidades *subjetivas* que representam vantagens – até mesmo para competição no mercado – em detrimento das empresas tipicamente capitalistas. As qualidades *subjetivas* de desenvolvimento humano através da autorrealização,

autoconfiança e autosssegurança pessoais estão, na esfera coletiva, relacionadas a uma concepção de uma sociedade mais humana, baseadas em valores solidários de cooperação e ajuda mútua.

### **“Pessimismo da razão, otimismo da vontade”<sup>10</sup>: A Cooperprocic**

A Cooperprocic foi formada por famílias de dois assentamentos rurais vizinhos, Ilha Grande e Che Guevara, que resultaram no nome da cooperativa. Cabe destacar que, das 132 famílias que compunham os dois assentamentos, somente 20 estavam na cooperativa. As primeiras discussões para a criação da cooperativa tiveram início desde o acampamento, momento da luta pela reforma agrária. Uma das propostas discutidas na época do parcelamento das terras foi a criação de agrovilas, pois possibilitaria um maior contato entre as famílias por construírem suas casas próximas umas das outras. Segundo uma das lideranças desde a época do acampamento, “a formação de agrovilas possibilitaria uma construção política coletiva entre os assentados, o que propiciaria melhores condições para a formação de uma cooperativa nos assentamentos”. Sobre as razões para a criação da cooperativa, foram destacados os seguintes motivos:

A gente aqui não tem comprador para cana, então na cooperativa a gente vai usar a cana para fazer os produtos e tem melhor mercado. Em busca do mercado. A cooperativa surgiu devido a uma necessidade nossa de escoar nossos produtos. (Trabalhadora rural, membro da Cooperprocic).  
Eu e (o atual coordenador geral<sup>11</sup> da Cooperprocic) fundamos a cooperativa porque a gente quer agregar valor naquilo que a gente tem. Mas aí a gente chama o povo, fica para lá... às vezes as outras pessoas dão

---

<sup>10</sup> Antonio Gramsci.

<sup>11</sup> O termo “coordenador geral” foi a denominação adotada para evitar a ideia de verticalização presente no termo “presidente”.

uma ideia diferente... que não chega a lugar nenhum. O mais importante numa cooperativa, pelo amor de Deus, é a gente agregar valor em tudo o que a gente tem. Os atravessadores chegam aqui e “apanham” tudo por baixo valor. (Trabalhador rural, membro da Cooperprocic).

A questão da produção é um problema enfrentado por todo o assentamento. Mesmo depois dos parcelamentos de terra para os assentados, a cultura da cana de açúcar ainda é predominante e a agricultura familiar pouco desenvolvida.

Muitos dos entrevistados afirmaram que uma das dificuldades pelas quais passavam naquele momento era o esforço de convencimento, perante outros trabalhadores rurais, de que a cooperativa pode ser a saída para os problemas que enfrentam individualmente.

Então, resolvemos criar um grupo de cooperação, pois a única saída para nós é nos unirmos enquanto podemos nos unir. E começou a discussão, muitas pessoas falaram que não, que não sabemos nada de cooperativas, que vamos arrumar um problema, que vamos ser perseguidos... até que todo mundo concordou. A criação da cooperativa se deu nesse momento, criamos uma quota, e consegui 22 famílias para entrar, entraram comigo, compramos uma caldeira, uma moenda, um alambique, e resolvemos montar uma unidade demonstrativa aqui com o grupo. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

As dificuldades acerca das condições de trabalho e emprego e de vida, de uma forma mais ampla, e o consequente entendimento da cooperativa como um desafio individual e coletivo foram questões apontadas, com maior ou menor intensidade, em todas as entrevistas realizadas. Os trabalhadores viveram momentos distintos desde 1998, quando se deu início a luta pela terra: da união na época do acampamento e do movimento de ocupação, passando

pela individualização através dos parcelamentos dos terrenos e o retorno à experiência coletiva, dado o fracasso individual.

Como nós “vemos” que estávamos ficando para trás, tentamos montar uma cooperativa. O nosso objetivo é o mesmo. Só o modo de nos expressarmos que é diferente. (Trabalhadora rural, membro da Cooperprocic).

Dentre as motivações para a organização coletiva, as dificuldades que enfrentavam sobressaíram nas entrevistas. Apesar de, para a maioria dos cooperados, a motivação ter sido inicialmente dar uma resposta às dificuldades, para o coordenador geral da cooperativa, que tem experiência de militância em movimentos sociais, percebemos que as motivações são menos “defensivas”:

Então é um grupo de experiência. É como um grupo de cooperação, nós estamos retomando a discussão do grupo de experiência para ver se conseguimos pôr em prática. Se é um grupo pequeno, é. Mas é uma iniciativa aqui dentro do assentamento.

Meu sonho é criar cooperativas para contrapor a essa política econômica e tornar sustentável, não ficar amarrado a projetos e sim ter autonomia. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

Embora exista esta diferença, acreditamos que o processo cooperativo vem desenvolvendo, pelo menos na experiência aqui analisada, um exercício de conscientização e que, mesmo não sendo, a princípio, o motor do processo de criação da cooperativa, vai se revelando gradualmente.

Nós estamos abandonados à própria sorte e nós estamos apostando em “consumir a nossa produção”, pois a cooperativa vai agregar mais valores. Nós estamos esquecidos no meio do nada. (Trabalhador rural, futuro membro da Cooperprocic). A cooperativa

vai ajudar muito o Assentamento. Aqui não tem nada.  
(Trabalhadora rural, futura membro da Cooperproic).



Figura 1 – Estrada principal do Assentamento Che Guevara

A sensação de estarem “esquecidos” parece também estar presente em outros trabalhadores entrevistados. Um momento interessante é quando ressaltam a solidariedade, entendida como valor a ser desenvolvido junto a outros trabalhadores que se encontram na mesma situação de precarização das condições de vida:

Sempre ficamos para trás, então temos que mostrar que não somos tão “por baixo” quanto pensam. Para nós não ficarmos tão esquecidos, montamos a cooperativa, que para mim é um avanço. Quando você “tá” lá no fundo do poço ninguém te dá a mão, mas eu quero ver que todo mundo é uma só família, e por achamos que somos uma só família, que nós abrimos as portas a todos que quiserem se associar. Não é porque somos “jogados fora”, que vamos “jogar os

outros fora” também não, nós queremos todos juntos.  
(Trabalhadora rural, membro da Cooperprocioc).

Interessante também é a relação que o coordenador geral estabelece entre a situação em que vêm enfrentando e o sistema capitalista:

A verdade é que uma coisa “é” *eu* pensar, como *eu* penso para sobreviver nesse sistema capitalista. Se eu compro um trator, tenho que fazer manutenção. Mas eu vou comprar de quem? Eu vou comprar do meu vizinho? Eu vou dar lucro a quem? Então eu fico questionando muito isso. É muito mais fácil usar um burrinho, um aradinho... é estar por fora desse ciclo vicioso do capital que quer só lucro. As pessoas se vendem de uma maneira... fico angustiado porque só se vê isso... “essa coisa de burrinho, de aradinho, está ultrapassado” e você fica sozinho batendo nessa tecla, e não consegue superar essa visão. E também eu não posso chegar para uma pessoa e dizer: “olha você tem que fazer isso”. A gente lida com o povo que não tem essa clareza, acham que é difícil fazer alguma coisa, que está longe da realidade daqui e na verdade não está. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocioc).

Outra análise bastante interessante é feita por ele, em relação à conjuntura e os limites:

A conjuntura fez com que eu recuasse para poder avançar mais à frente. Existe uma preocupação em ocupar latifúndios, mas temos que ter experiências práticas, a sociedade cobra isso da gente. As políticas públicas não têm priorizado as experiências. Tem que dar o peixe pronto ou ajudar a pescar? Eu sou comunista, mas as pessoas do Assentamento não são. O governo Lula nada mais fez que manter as elites. Consegui neutralizar os movimentos. É isso

que vêm acontecendo. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocioc).

Como a cooperativa ainda não havia se inserido nos “circuitos do mercado”, a esperança depositada nela, após anos de lutas, é a grande motivação que não os deixou desistir. Segundo um associado:

Eu já disse, eu, por exemplo, tanto que eu queria, que eu quero, que essa cooperativa ande, que eu tenho outra pessoa aí, que a mulher deu câncer, mas graças a Deus ela melhorou, e ele lá, “tá” lá na Bahia agora, “tá” garimpando, eu paguei a parte dele. Eu paguei a minha e paguei a dele, para poder ele... [o coordenador geral da Cooperprocioc] também pagou parte de alguém aí... Porque estava descapitalizado. Ele pagou parte alguém também. Nós estamos querendo que esta cooperativa resolva, quer dizer, saia do papel, parte para a realidade. É isso que nós estamos querendo. (Trabalhador rural, membro da Cooperprocioc).



Figura 2: Sede administrativa da Cooperprocioc.

Sobre as dificuldades que enfrentam e esperam enfrentar, afirmam:

A gente tem que entender que as realidades são diferentes. Nas cooperativas do Sul, eles faturam milhões, podem liberar militantes. Temos que trabalhar com realidades diferentes. A própria história de Campos mostra dificuldades, como a questão dos escravos, tem a história dos quilombos, mas as pessoas de Campos não gostam de contar essa história.

Lá fora as dificuldades vão ser muito maiores. E o projeto de cooperação não aconteceu também da maneira que eu imaginava, como poderia acontecer. Alguns momentos, algumas vezes, a cooperação foi feita, mas não de uma maneira constante. É uma outra questão que o pessoal tá tendo muita dificuldade, dificuldade de produzir e de cooperação, ainda tem esse PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]... Muitas pessoas que poderiam estar trabalhando assim "tá" procurando emprego. Está esvaziando o assentamento, sem um objetivo comum, é mais difícil de trabalhar. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

A especificidade de se tratar de um contexto agrário, de luta pela terra, de falta de acesso aos recursos mais elementares, tais como hospital, transporte, iluminação pública, escolas, trazem para essa cooperativa dificuldades somadas ao enfrentamento ao mercado. Entretanto, a dificuldade em escoar a produção de seus lotes e a percepção da impotência da individualidade trouxeram a possibilidade da coletividade para essas pessoas. Mesmo a maioria dos associados não trazendo consigo conceitos como "capitalismo", "mercado", "exploração", devemos considerar que, na prática, eles carregam elementos valiosos para a análise desta sociedade.

A motivação inicial para criação da cooperativa, apontada, de uma forma geral, pela dificuldade de produzir e vender as mercadorias de forma "autônoma", nos faz pensar na "exclusão

social” e em que medida estes trabalhadores são realmente supérfluos ao sistema capitalista. A sensação, como nos relatou uma cooperada, de serem “jogados fora”, traz à tona a evidência do abandono social mediante as consequências da recente reestruturação produtiva, que não se resumiu à esfera produtiva urbana. Entretanto, acreditamos que se trata de indivíduos e grupos que, mesmo diante da dificuldade de serem vistos como uma força de pressão com potencial de luta, são cada vez mais numerosos e presentes na sociedade contemporânea.

### **A construção de novas práticas de sociabilidade e a realidade da precarização do trabalho: dilemas das experiências de economia solidária**

O projeto da economia solidária, de forma geral, emerge do conjunto das transformações societárias que se desenvolveram a partir da crise capitalista dos anos 1970. O trabalho foi um importante alvo relacionado a esta série de transformações. A garantia de emprego, através da retórica do “pleno emprego”, foi substituída pela retórica do “emprego flexível” que, por trás da aparente flexibilidade e autonomia, mascara a hegemonização de formas cada vez mais precarizadas: o trabalho temporário, em tempo parcial, informal, a terceirização, que, na realidade, reduzem e até mesmo suprimem garantias e direitos em lei sob o pretexto de reduzir custos ou ainda, reduzir a massa de desempregados, que cresce em níveis alarmantes (Carvalho, 2011b).

A partir da década de 1980 até os dias atuais, a precarização das relações de trabalho, evidenciada em grande parte pelo alargamento da informalidade do trabalho, configurou uma realidade de perdas, precarização e insegurança da existência ainda maior para os trabalhadores. Em alguns casos, novas formas de trabalho foram engendradas com o objetivo de assegurar a sobrevivência e mesclaram a continuidade do trabalho assalariado no país (que não chegou a ser superado) com formas informais e “autônomas” do chamado *subemprego*.

Por outro lado, há concepções que, vislumbrando esta realidade, enxergam, ao invés de precarização e insegurança da existência, formas diversas de opções para os trabalhadores se inserirem em um mercado que oferece alternativas mais “flexíveis” e dinâmicas de trabalho – polivalência, práticas participativas etc. (Tauile, 2009).

Já outras perspectivas veem diversas formas de iniciativas alternativas como uma resposta à insegurança da existência e mesmo à precarização. Embora algumas destas perspectivas apostem que tais iniciativas representam e devam representar uma alternativa ao modelo capitalista, acreditam também que os “modelos alternativos” devem ser compatíveis com o modo de produção capitalista, seja por estarem inseridos neste, seja por conviverem com o mesmo (Singer, 1998, 2000, 2002).

A despeito das teses apresentadas acima, o que se pretende demonstrar é que, mesmo que as práticas e os discursos políticos e ideológicos conformem um “modo de ser” não capitalista, ou seja, novas práticas de sociabilidade, essas experiências são subsumidas à lógica do capital, assim como o são as demais práxis sociais. Por outro lado, a tese apresentada neste artigo não descarta o fato de que, se experiências que apontam a possibilidade de superação da parcialidade da divisão do trabalho se organizarem em um amplo movimento de massas, estas experiências poderiam conformar, sob essas condições, germes em potencial de novas relações sociais.

Assim, a economia solidária apesar de seu caráter bastante heterogêneo – pode ser, resumidamente, relacionada ao seguinte pressuposto: em face às desigualdades sociais, é possível produzir e vender produtos para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade atual é plural e permite a convivência de modelos econômicos (e políticos) diversos. A dificuldade de uma demarcação política e ideológica mais precisa do campo da economia solidária traz consigo uma segunda dificuldade. Nos dias de hoje, com a difusão terminológica progressiva, a economia solidária vem representando uma espécie de “fetiche” ideológico, que advém tanto de seu uso indiscriminado quanto da amplitude de sua abrangência para experiências extremamente

frágeis, em que está ausente até mesmo o princípio elementar da solidariedade. Entretanto, tais questões serão, neste trabalho, deixadas de lado e será tomado como pressuposto a existência da economia solidária enquanto movimento que mantém estreita relação com a institucionalidade – tanto por ser compreendida no modelo governamental inaugurado em 2003 quanto por estar inserida na legalidade da economia capitalista.

Uma segunda consideração refere-se ao fato de que deve ser reconhecida a existência de formas de trabalho baseadas em experiências coletivas populares que, entretanto, não podem ser rotuladas como *economia solidária*. Em outras palavras, não se pode ignorar a existência de movimentos que têm como base o trabalho associado, mas, ainda que não pertençam à lógica da economia solidária, também se encontram no dilema de sua inserção inevitável no mercado capitalista – ainda que sua relação, tanto política quanto econômica acerca desse dilema seja também variável, podendo ir desde a plena integração ao capital até a mobilização e resistência ao mesmo.

Não atentar para as especificidades e potencialidades dessas experiências significa cair numa espécie de “fetichismo” da economia solidária, lógica em que incorrem tanto os adeptos da economia solidária quanto aqueles que pretendem refutá-la “pela esquerda”. Especificamente neste último caso, alguns pesquisadores, equivocadamente, identificam o trabalho associado – instrumento histórico de luta e resistência dos trabalhadores contra a exploração de seu trabalho como mercadoria – com a economia solidária. Tal concepção tem inevitavelmente como consequência uma espécie de fetichização do alcance que a economia solidária tem nos dias atuais, tratando quaisquer iniciativas de trabalho associado, independentemente de sua prática social bem como de sua matriz ideológica, em conformidade aos pressupostos da economia solidária. Sobretudo porque a economia solidária se trata mais de uma modalidade de política social impulsionada pela SENAES do que por experiências concretas com uma base social expressiva.

### Considerações finais

No decorrer deste trabalho pretendemos demonstrar o abismo que, desde 2003, vem se colocando entre as pautas políticas e econômicas de governo – em especial, da Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – e a realidade concreta dos trabalhadores no ambiente de trabalho “cooperativo”, neste caso, a partir da experiência da Cooperprocioc.

Primeiramente, convém lembrar que contribui para a consolidação da *precarização do trabalho*, através da exaltação da cultura do autoemprego (Barbosa, 2007). Esse processo envolve a desobrigação do Estado na oferta de empregos, o incentivo às atividades informais que reduzem os custos do capital com o trabalho e a incorporação de distintas práticas de trabalho até então consideradas não propriamente capitalistas, por meio de uma diversidade de contratação da mão de obra. Ou seja, a forma do trabalho assalariado amparado por meio da legislação trabalhista, de onde são previstos os direitos sociais, vem sendo substituída por contratos e formas de emprego cada vez mais precarizados (como os trabalhos temporários, a subcontratação de mão de obra e a chamada “terceirização”, a informalidade em geral e, de certa forma, o cooperativismo, em especial, as cooperativas de trabalho). Esse processo de precarização geral do trabalho se relaciona ao fato de que o capital dispõe da tão elogiada *flexibilidade*. Contratos de trabalho e modalidades de emprego mais flexíveis permitem uma ampla gama de opções: facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos. Enquanto isso, por parte do trabalhador, a flexibilidade não garante opções mais “dinâmicas” de inserção no mercado de trabalho, mas significa um enrijecimento de sua condição por meio do aumento da exploração e vulnerabilidade social.

Em segundo lugar, está presente na economia solidária um forte *componente ideológico*. Ao se apresentar como uma alternativa, capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, a economia solidária se apresenta como uma política

pública (mas também como movimento, identificado a diversos movimentos sociais) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento. Tão importante quanto o primeiro aspecto, este segundo componente é o que torna o cumprimento da funcionalidade da economia solidária mais suave e que “dialoga”, de uma forma mais humana, com as necessidades dos mais pobres dentre todos os trabalhadores. Os valores humanistas e morais envolvidos seduzem a tal ponto que a crítica da realidade na qual está inserido o projeto da economia solidária é plenamente prejudicada. Dessa forma, prejudicar a análise crítica da realidade significa comprometer também uma leitura adequada sobre o significado do projeto da economia solidária, concebido no interior do capitalismo e que só tem sentido se inserido nesta realidade.

Entretanto, experiências de trabalho como cooperativas, fábricas recuperadas, associações de produtores etc., sobretudo quando ultrapassam determinada magnitude, não podem ser tomadas *a priori*. O que define tais experiências como algo diferente de simples mecanismo de parte da lógica da acumulação capitalista é justamente seu referencial político e ideológico e sua inserção em um movimento político anticapitalista mais amplo. Pois, se o capitalismo, no início, precisou negar todas as formas não industriais de produção, hoje, ao contrário, necessita se apropriar de tais formas não industriais, como o trabalho escravo, doméstico, cooperativo... Ainda assim, formas de trabalho com um viés anticapitalista ainda dependem, estando no interior da sociedade capitalista, do mercado capitalista.

Assim, apesar de tais experiências participarem do circuito da acumulação capitalista e, com isso, da divisão social do trabalho, da extração de mais valia, da alienação da mercadoria etc., o determinante nesse processo é, ainda que nas atuais condições adversas, a capacidade de resistência e mobilização dos trabalhadores em torno de novas práticas de sociabilidade.

## **Bibliografia**

- BARBOSA, R. 2007. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, K. 2011a. *Autogestão: do conceito alternativo à economia solidária em tempos de “fim das alternativas”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 2011b. “Economia Solidária: entre a economia plural e o humanismo político”. In: *O Social em Questão*. Revista do Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ano XIV, n. 25 e 26.
- SINGER, P. 2000. “Economia Socialista”. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. 1998. “Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo”. In: HADDAD, F. (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes.
- TAUILE, J. R. 2009. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: Escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

# CAPITAL, TRABAJO Y POLÍTICAS SOCIALES DE DESARROLLO EN PROGRAMAS DE ECONOMÍA SOCIAL: CONSIDERACIONES ACERCA DEL MICROCRÉDITO

*Daiana Ciancio<sup>1</sup>*

**Resumen:** En este trabajo propongo problematizar desde una perspectiva antropológica la forma en la cual las políticas de desarrollo socioeconómico son significadas y re-significadas por los actores sociales que las reciben, diferenciando su experiencia del discurso sostenido desde el ámbito estatal. Para abordar la temática, retomo resultados preliminares de una investigación en curso acerca de un programa de microcréditos implementado desde el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. El grupo seleccionado para el estudio propuesto, es una Asociación Civil de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Pretendo indagar la relación capital/trabajo a la luz de formas de asalariamiento características de las últimas décadas, que implican una particular configuración de las economías domésticas.

**Palabras-claves:** microcréditos, relación capital/trabajo, economías domésticas.

**Abstract:** In this paper we propose to problematize from an anthropological perspective the way in which economic development policies are re-signified and signified by the social actors who receive them, distinguishing their experience from State's discourse. To address the issue, I return to preliminary results of an ongoing investigation about a microcredit's program implemented by the Ministry of Social Development of the Argentine Nation. The group selected for the proposed study is a Civil Association of the Ciudad Autónoma Buenos Aires. I intend to explore the relation between capital / labor ratio in the light of forms of employee characteristics in the last decades that involves a particular configuration of the domestic economy.

**Keywords:** microcredits, ratio capital/work, home economics.

---

<sup>1</sup> Licenciatura en Ciencias Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires (daiana.ciancio@hotmail.com).

## **Introducción**

Como consecuencia de la crisis del Estado de Bienestar hacia la mitad del siglo XX, se generaron amplios debates acerca de cómo resolver la pérdida de confianza en el modelo neoliberal, el cual mostraba signos de debilitamiento imposibles de soslayar. Hacia los años '70, y ante una nueva oleada de crisis del capitalismo que se hizo sentir en diversas partes del mundo, surgió la Economía Social y Solidaria. La confianza depositada en el Estado comenzó a ser canalizada hacia la Sociedad Civil, adquiriendo considerable protagonismo ciertas formas cooperativas de producción -que se pretenden alternativas al comercio tradicional- como lo son el Comercio Justo, los Bancos de horas, los Clubes de trueque, etc.

En la mayoría de los casos, la denuncia de una ausencia total o parcial del Estado respecto de la implementación de medidas para contrarrestar la pobreza y la marginación que significa la realidad del desempleo, es sostenida por algunas instituciones de la sociedad civil, como por ejemplo las ONG'S. Éstas, estimulan la Economía Social mediante un sustento económico que normalmente proviene de fondos donados por entes multilaterales internacionales (los cuales *donan* fondos a fundaciones, instituciones religiosas, etc).

En Argentina, la Economía Social se aplica mediante toda una serie de políticas públicas que diseña el Gobierno desde el año 2003, entre las cuales el microcrédito merece una consideración especial. En el presente artículo, se espera poder dar cuenta de algunas implicancias del Programa de Microcréditos "Padre Cajade" a partir del trabajo de campo en una institución receptora de microcréditos de la Ciudad de Buenos Aires (de ahora en adelante, "SCA"), pero no sólo en su faceta económica sino también respecto de sus implicancias políticas. Asimismo, se pretende exponer algunas consideraciones acerca de las unidades domésticas en tanto sostenedoras de mano de obra que ha sido excluida del mercado de trabajo formal.

## I – Economía Social, microcréditos e inclusión social: Perspectivas

Si bien no existe una definición unánime acerca de lo que es la Economía Social o Solidaria, sí existen algunos elementos constantes en las diversas perspectivas que definen a este gran campo. Se alude a su carácter alternativo planteándola como “otra economía”, aludiendo al componente humano del trabajo, a formas de cooperación, solidaridad, igualdad; también se habla de trabajo autogestionado o autoempleo, entre otras nociones.

Hay básicamente dos tendencias-que discuten entre sí-, desde las que se piensa la Economía Social: una consiste en entenderla como un conjunto de políticas sociales o proyectos que contando con el respaldo de la sociedad civil, funciona  *cubriendo* (de alguna manera) lo que se creen son falencias en el rol que corresponde desempeñar al Estado. Esta perspectiva confía en que la solidaridad, la voluntad y el amor por el prójimo pueden constituir el punto de partida para un mundo distinto, sin injusticia, pobreza y exclusión. Ejemplos de estos postulados son las teorías de J. L. Coraggio (1992), H. Primavera (2004) y Holloway (2006).

La otra perspectiva desde la cual se analiza a la Economía Social, tiene que ver en principio con considerar central el carácter histórico de los procesos económicos y sociales inherentes al desarrollo capitalista, así como también las transformaciones ocurridas desde los años '70 en sus patrones de acumulación y sus consecuencias a nivel global. Desde esta premisa, se entienden los límites de la Economía Social en tanto  *alternativa* a la economía formal. Por su parte, el hecho de que coexista con el capitalismo es comprendido como una cuestión nodal, ya que se parte de la consideración de que para sostenerse a sí mismo, el capitalismo reconfigura (incorporando a su lógica) el funcionamiento de las unidades domésticas, recreando así modalidades preexistentes de comercio, de racionalidad, y también de subjetividad. Ejemplos de estos postulados son las teorías de Presta (2009), Trincherro (1995), Gutierrez Pérez y Trápaga Delfín (1986).

Los distintos proyectos de Economía Social han surgido por lo general alineados con políticas de organismos multilaterales

de crédito (FMI, BID, CEPAL); los cuales, ante las crisis -y en consecuencia- el crecimiento en los índices de desempleo a escala mundial, han planteado un modelo teórico que pretendió fundamentar una salida a las crisis descomprometiendo al capital de las mismas, no cuestionando el hecho de que el desarrollo de la acumulación capitalista, implica como contrapartida a su expansión un creciente proceso de exclusión y empobrecimiento de sectores sociales en todas partes del mundo. De allí surge la premisa de que el compromiso de la sociedad civil con los "sectores excluidos" podrá combatir la pobreza en donde sea que esta exista.

Históricamente, los microcréditos surgen como un modo de lograr - mediante políticas públicas - que los sectores más empobrecidos de las sociedades obtengan ingresos monetarios insertos en una finalidad productiva, y no meramente asistencialista. Conocido es el caso de Muhammad Yunus (2000), quien en la India implementó un sistema de pequeños créditos para los sectores más empobrecidos, el cual benefició a unos doce millones de personas (un sexto del país en ese momento).

Pensando en el microcrédito como una herramienta de la Economía Social, éste es postulado como la vía para lograr que los sectores excluidos del sistema financiero formal puedan acceder a un crédito, como se supone pueden acceder el resto de los trabajadores. Debe tenerse en cuenta en este punto, que en su mayoría los denominados "sectores excluidos" están desempleados, dado que su exclusión del circuito financiero de crédito formal se deriva de no tener un empleo en el mercado de trabajo formal. En contraposición a esta realidad, se postula que la Economía Social lucha por una sociedad más inclusiva, es decir, por una *sociedad diferente* donde el componente humano del trabajo sea realmente valorizado, dejando de lado la lógica competitiva del mercado. Por su parte, el acceso al microcrédito se presenta como una fuente de trabajo, generada por la propia persona.

Un aspecto muy particular del caso argentino, es que aquí es el mismo Estado quien desde los primeros años de la década del 2000 ha impulsado distintos proyectos enmarcados en lo que se define como "Economía Social". Se destaca lo distintivo de esta

situación, dado que, como se mencionara más arriba, en general la Economía Social es promovida desde la sociedad civil, en contra de las políticas *injustas* del Estado.

## II – SCA y la dinámica de funcionamiento de los microcréditos

SCA funciona en un barrio del sur de la Ciudad de Buenos Aires, como sede del Banco de la Buena Fe<sup>2</sup>, en el marco del Programa de Microcréditos “Padre Cajade”, implementado por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. La institución es una Asociación Civil que se formó hace 28 años, pero en los últimos 4 funciona como un “*banquito*”, es decir, una sede del Banco de la Buena Fe.

El programa “Padre Cajade” es el que promueve y financia el acceso al crédito para aquellos sectores que están excluidos del sistema bancario. Lo hace a través de sus dos instrumentos: los Consorcios de Gestión, que tienen un trato indirecto con las organizaciones beneficiarias del microcrédito; el más importante es CONAMI<sup>3</sup>. Por otro lado, existen las Redes de Gestión, que tienen un trato directo con las organizaciones beneficiarias, las cuales se nuclean principalmente en el “Banco de la Buena Fe”.

En SCA se reúnen actualmente unos 600 emprendedores, que son las personas que llevan adelante los proyectos productivos sostenidos por el Programa de Microcréditos en cuestión. Realizan trabajos en los más variados rubros: producción de miel, cueros, costurería, telar, bijouterie, cocina, entre otros. En todos los casos la condición que impone el Programa Padre Cajade es que el emprendimiento consista en proyectos productivos, de servicios o reventa.

---

<sup>2</sup> El “Banco de la Buena Fe”, es el gestor y coordinador del Programa de Microcréditos Padre Cajade a nivel nacional. Funciona como un órgano descentrado del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación.

<sup>3</sup> Comisión Nacional de Microcréditos.

En segundo lugar, se encuentra la gente que coordina los proyectos de microcrédito, quienes son denominados "promotores". Por último, también participan de SCA los promotores territoriales<sup>4</sup>, encargados de llevar adelante la "parte política", fundamental en las actividades de la institución. Sobre éste último rol se considerarán algunas cuestiones más adelante.

Respecto de quiénes pueden beneficiarse con la política del Microcrédito, el Ministerio de Desarrollo Social sostiene que "El programa está destinado a emprendedores individuales o asociados, que necesitan dinero para adquirir insumos, maquinaria o para hacer crecer sus emprendimientos productivos pero que, debido a su situación patrimonial, no reúnen las condiciones para acceder a créditos bancarios tradicionales"<sup>5</sup>. Por su parte, se explicita reiteradamente que el Microcrédito no es ni un subsidio ni un pequeño crédito, sino que es definido como "una herramienta más de la Economía Social y Solidaria implementada a partir de la última década, y no un fin en sí mismo"<sup>6</sup>.

Los integrantes de SCA tienen acceso al Microcrédito gracias a una metodología de "garantías solidarias" y también gracias al "seguimiento-acompañamiento continuo al emprendedor por parte de promotores o asesores de crédito". Desde el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación, se sostiene que "(...) el acceso al microcrédito es respaldado por el valor de la palabra, la confianza mutua, la solidaridad entre los emprendedores y los resultados del proyecto. Así, funciona como

---

<sup>4</sup> Las expresiones subrayadas figuran con esa identificación en el relato, debido a que son categorías propias de SCA, y fueron detectadas a partir del discurso de los integrantes del lugar. Para conservar su significación en la mayor medida posible, se las destaca en el presente artículo.

<sup>5</sup> Extraído del Cuaderno de Trabajo N°1 de CO.NA.MI (Comisión Nacional de Microcrédito): "Delimitación de la Población Meta del Programa Nacional de Microcrédito".

<sup>6</sup> Extraído del Cuaderno de Trabajo N°1 de CO.NA.MI (Comisión Nacional de Microcrédito): "Delimitación de la Población Meta del Programa Nacional de Microcrédito".

*un instrumento de inclusión activa de personas y familias en situación de vulnerabilidad al desarrollo económico<sup>7</sup>".*

El formato de entrega de los microcréditos consiste en un monto inicial pequeño – entre \$700 y \$1000 – que se devuelve semanalmente, implicando desde el 0% de interés hasta un máximo del 6% anual, en función del monto recibido. En la medida en que se efectúan las devoluciones en tiempo y forma, los solicitantes pueden llegar a recibir otro crédito de mayor monto, siempre de modo escalonado.

Respecto de las ganancias que genera un emprendimiento de microcrédito, las personas de SCA referían en las conversaciones que teníamos a la potencialidad de incrementarlas en función del trabajo y tiempo que cada emprendedor le dedique a la comercialización de su producto.

Quienes reciben un microcrédito no obtienen un salario a cambio de su trabajo, sino que al postularse su emprendimiento como una *forma de autoempleo*, lo que cada cual gane depende de sí mismo. Las personas ganan según las cantidades que vendan. En el caso de SCA, las ventas de todos los emprendedores se realizan en ferias que tienen lugar una vez a la semana en la institución. Una situación frecuente, es que los emprendedores vendan sus productos también de modo particular, a clientes conocidos o familiares, en contextos que trascienden la formalidad de la feria semanal, como modo de poder obtener una ganancia complementaria a la feria.

### **III – Destinatarios del microcrédito en el marco de las unidades domésticas**

Si bien el microcrédito se recibe individualmente (respaldado por la garantía solidaria grupal antes mencionada), según el discurso estatal se espera que esa sea una manera de incluir

---

<sup>7</sup> Fragmentos de la presentación del Programa “Padre Cajade” en la página web del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación.

familias enteras en situación de *vulnerabilidad social*. Quiénes son dichas familias y por qué se encuentran en esa situación, no es algo que se explicita desde el Estado. La condición de vulnerabilidad y exclusión de los sectores empobrecidos no es historizada, sino que aparece como un elemento dado dentro de la realidad social en la que viven los potenciales destinatarios del microcrédito. El Estado se posiciona como externo a la situación de pobreza que se quiere erradicar, culpabilizando al Mercado Económico como si fuera un ente abstracto que excluye continuamente a las personas de su círculo productivo, proceso del cual el Estado aparece desligado. A partir de estos postulados se erige el microcrédito como solución ante la condición de vulnerabilidad social de las familias.

Respecto de este punto, la Antropología Económica se ha servido históricamente de la noción de *unidad doméstica* para teorizar en diversos sentidos cómo la familia en tanto núcleo social y primordial, constituye por lo menos un importante punto de apoyo o sustento para la actividad económica y social de los individuos que la conforman. ¿Qué ocurre con las unidades domésticas cuando algunos de sus integrantes reciben un microcrédito que "beneficia a todos"? Dado que el microcrédito se presenta como un préstamo *solidario*, ¿Qué es lo que las unidades domésticas devuelven a cambio de lo recibido? Algunas consideraciones teóricas nos servirán para aclarar este punto.

Tal como sostienen Presta y Landaburu (2008), el hecho de que sea justamente el Gobierno quien impulse la Economía Social, debe entenderse en el marco de los procesos económicos actuales. Las autoras plantean que no es casual que con estas políticas públicas la estrecha relación existente entre los niveles productivo y reproductivo de la unidad doméstica, tienda a desaparecer. Un aspecto recurrente, es que el financiamiento de los microcréditos mantiene los procesos de trabajo de la economía doméstica (por ejemplo trabajar desde la casa, como hacen muchas personas que concurren a SCA), porque aquellos son capaces de solventar la reproducción de sus miembros. Por el contrario, cuando se trata de un empleo en el mercado formal, los trabajadores perciben lo que

se denomina “salario indirecto”, que es la proporción del salario en la cual el empleador costea los gastos de restitución, manutención y reproducción de la mano de obra [(Meillasoux, 1987 y Trincherro (1995)]. Al ser el monto de los microcréditos tan bajo, no cubrir cargas sociales, seguro de vida del trabajador, ni nada de lo que se contempla en un salario convencional, para que un microcrédito resulte viable, es necesario que éste sea parte de un conjunto de ingresos que perciba la familia o entorno doméstico de quien lo solicita, complemento sin el cual se vuelve muy difícil que el microcrédito alcance para reemplazar el salario de un trabajador formal.

La mayoría de los emprendedores que gestionaron su microcrédito a través de SCA, aludieron a que si recibieran el monto del Programa “Padre Cajade” como único ingreso, no podrían sostener ni el emprendimiento ni la devolución monetaria que se pide semanalmente.

*“A algunos no les funciona, no les sirve (el microcrédito), pero a mi sí me funciona porque tengo la ayuda de mi marido, si yo tuviera que mantenerme sola y.... no, no me alcanzaría la plata. Todo suma”. (Elsa, 56 años, emprendedora de SCA).*

Comentarios como el anterior, eran una constante en los relatos que hacían los emprendedores sobre su experiencia con el microcrédito. Y ocurre que no sólo el monto de los créditos es muy pequeño, sino que en el mejor de los casos las ganancias recibidas por el proyecto (a las que se les deben descontar los gastos que implican la compra de materias primas, pagos a terceros que intervengan en la producción del servicio, etc.) no exceden demasiado el monto que se tiene que devolver. Además, el microcrédito se constituye como viable, como se refirió anteriormente, sólo en los casos en los cuales las personas que lo solicitan cuentan con algún tipo de proyecto productivo *en marcha*. Si quieren empezar un emprendimiento sin base material alguna, les resulta muy difícil hacer rendir el monto recibido como

microcrédito para la inversión que implica cualquier compra de cantidades iniciales de insumos, materias primas, máquinas, etc.

La noción “*pluralidad de bases económicas*” propuesta por Comas D’Argemir (1998), es empleada para definir la articulación en una misma persona, o grupo doméstico, de diferentes tipos de actividades económicas fundadas en relaciones de producción de distinta naturaleza. Ello se debe a que en el proceso de desarrollo y expansión del capitalismo, éste ha subsumido a su propia lógica otras formas sociales y económicas anteriores, integrándolas a sus parámetros de acumulación.

En el caso de SCA es posible observar no sólo la diversificación de actividades en pos de la subsistencia del grupo doméstico sino especialmente la coexistencia de relaciones de producción que pertenecen a lógicas aparentemente contradictorias: la de la solidaridad por un lado, y la de la competencia capitalista por otro. En este sentido, la principal condición para posibilitar la situación anterior, es la pluralidad de bases económicas como el pilar de organización sociocultural y al mismo término económica que hallamos al interior de las familias de los emprendedores del microcrédito. De hecho, los integrantes de SCA entrevistados referían a muchos casos en los cuales las personas toman el microcrédito y lo sostienen hasta tanto consiguen un trabajo formal o bien alguno de sus familiares lo hace. Un ejemplo, es el de Betina, quien renovó el microcrédito por un par de años, hasta que consiguió un empleo en el servicio doméstico como mucama,

*“(...) y pidió disculpas a su grupo pero dijo que se retiraba del microcrédito porque le rendía más el otro trabajo de empleada doméstica”.* (Comentario de María, promotora de SCA).

En el Programa “Padre Cajade”<sup>8</sup>, que se postula como inclusivo y el cual se ofrece a todos aquellos que tengan *la voluntad*

---

<sup>8</sup> [www.microcredito.org.ar](http://www.microcredito.org.ar).

de generar autoempleo<sup>9</sup>, se observan algunas contradicciones dignas de ser consideradas. Por ejemplo, en la “Carpeta de Proyecto”<sup>10</sup> en la cual los aspirantes al microcrédito piden su aprobación, se advierte el comportamiento que el emprendedor debe tener y los antecedentes con los que debe contar, con la finalidad de que *no se desilusione* se el proyecto no le resulta. Existe el supuesto de que llevar a cabo un emprendimiento de manera exitosa, requiere que el sujeto que lo solicita posea no sólo un conocimiento previo suficiente para sostener el proyecto, sino además, y fundamentalmente, una base económica que le permita utilizar el microcrédito como un aporte complementario a sus ingresos. Como se refirió anteriormente, ningún emprendedor de SCA se sustenta exclusivamente con el microcrédito que recibe.

En contraposición a las condiciones, ideales, que se postulan en los lineamientos del Programa de microcréditos, la situación más común por la que las personas que llegan a SCA llegan a convertirse en emprendedores, es que se acercan al lugar a pedir un microcrédito con una intención que no es la que el Programa “Padre Cajade” propone como finalidad. Por ejemplo, para pagar sus impuestos, o para conseguir cierto monto de dinero en efectivo, sin querer continuar el emprendimiento por el que lo reciben.

#### **IV – La lógica del *don* y la participación política como contraprestación**

Al postularse la Economía Social, e inserto en ella al microcrédito, se propone una alternativa a la lógica del mercado que deshumaniza a los individuos, que los hace competir, que los condena a la exclusión. La solidaridad y la buena voluntad del gobierno a la hora de diseñar políticas públicas para todos (para

---

<sup>9</sup> Extraído del folleto de promoción del Programa “Padre Cajade”.

<sup>10</sup> Material que me fue cedido en SCA, el cual es parte de las formalidades con las cuales los potenciales beneficiarios del microcrédito se inscriben en el “Banco de la Buena Fe”.

todos los que puedan sostener un emprendimiento productivo y su devolución complementándolo con otros ingresos), se proponen como contrapartida del acto meramente económico del intercambio.

Sin embargo, no todo es pura solidaridad: la devolución del dinero no es lo único que se pide a cambio del financiamiento de un proyecto productivo. Esa solidaridad desde la cual se proclama el microcrédito como herramienta social de inclusión, implica como contraprestación nada más ni nada menos que la participación política de los emprendedores. Cuando desde la Antropología Económica se habla de intercambio y de contraprestación, se hace referencia al *don*. Godelier (1996) propone que considerar el acto del don en su faceta de *dar-donar* algo, conduce a una comprensión incompleta de las implicancias del don, ya que *todo acto de dar* conlleva una contraprestación. Es decir, en tanto constitutivo de los lazos sociales, el *don* debe ser *devuelto*.

Sin embargo, para los posicionamientos teóricos que avalan la Economía Social y Solidaria, la peculiaridad del *don* radica en que

A diferencia del intercambio, en que los sujetos participantes son movidos por el propio interés, la motivación del donante es en muchos casos altruista, manifestándose en ella gratuidad y generosidad. Ambas persiguen maximizar la utilidad y beneficio con recursos escasos, pero mientras en una se trata de utilidad para sí mismo, en la otra se busca la utilidad para terceros. (...) A su vez, las donaciones refuerzan los vínculos de pertenencia y los lazos comunitarios, (...) promueven al beneficiario y favorecen la expansión de sus propias capacidades para satisfacer en el futuro de manera crecientemente autónoma sus necesidades. (Razeto, 2004, p. 3).

Si retomando la perspectiva de Godelier, pensamos en el microcrédito como *donación solidaria*, debemos entonces preguntarnos por aquello que se espera a cambio en el comportamiento de los emprendedores. En el caso de SCA, la devolución del *don* trasciende la esfera económica (es decir, no

basta con devolver el monto prestado en tiempo y forma); se trata también de una contraprestación de tinte político, que compromete a los individuos con la actual gestión gubernamental.

Al principio de este artículo, se destacaban las particularidades del caso argentino, en el cual es el propio Estado quien gestiona políticas públicas con la Economía Social como principio. Pues bien, la inclusión social ha sido una de las premisas con las cuales desde el año 2003 el kirchnerismo ha enarbolado su proyecto “Nacional y Popular”. En SCA, hay un tercer rol que ocupan algunas personas, sobre el cual es momento de destacar algunas cuestiones. Se trata de los promotores territoriales (que a veces también desarrollan las funciones de promotores, y otras no, dedicándose exclusivamente a la *parte política*). Su tarea, es distribuirse dos o tres barrios por persona, y el promotor territorial se compromete a recorrerlos cotidianamente, con el propósito de hacerle comprender a la gente por qué tiene que apoyar el modelo económico de la gestión actual, y lograr

“(…) que los vecinos hagan su aporte entre su gente, que le pongan el alma, (…) no sólo que den su voto y nada más...que le pongan el cuerpo al proyecto de Cristina, como hacemos nosotros con nuestra militancia”.

Estas palabras en boca de una promotora territorial, Ana M., describieron el rol de los promotores territoriales en ocasión de una reunión que se organiza mensualmente en SCA, para evaluar cómo se están desarrollando sus objetivos. A cambio de esta tarea, quienes la llevan adelante reciben “una ayuda” (así le llaman ellos mismos) que es monetariamente equivalente al microcrédito. Algunas personas en SCA, me comentaron que es muy frecuente que se empiece como emprendedor del microcrédito, y luego terminen dedicándose de lleno a las *actividades de compromiso, de ponerle el cuerpo al proyecto nacional y popular*<sup>11</sup> dejando de pedir

---

<sup>11</sup> Expresión de María, Promotora Territorial de SCA.

los microcréditos, cediéndoles su lugar a otros. Casualmente las personas que dentro de SCA dejaron de renovar sus microcréditos, son las que más ganancias obtenían de ellos. Claro que la participación política no es una obligación dentro de la institución, pero resulta paradójico que quienes se abren camino mediante la participación política, puedan sostener su emprendimiento por los contactos que el Ministerio de Desarrollo Social puede generarles para percibir montos de crédito más altos, por ejemplo, para destinarlos a la compra de maquinarias.

### Consideraciones finales

A partir de la experiencia de distintas personas que son parte de SCA, hemos visto que en general el microcrédito no es para ellos -como apunta el discurso sostenido por el Estado- un ingreso económico estable, ni principal. En la mayoría de los casos, las personas sostienen sus emprendimientos temporalmente hasta tanto consigan un empleo en el mercado formal, o bien como un ingreso complementario. Esta situación no se condice con las expectativas que el Gobierno tiene sobre la implementación del Programa de Microcréditos "Padre Cajade", al sostener que

*"Con el acceso al microcrédito, el sujeto de la Economía Social se posesiona como una fuerza social amplia, heterogénea, diversa, que debe agruparse para consolidar y profundizar el proyecto nacional y popular que lo reconoce como sujeto de cambio".*

Podemos leer entrelíneas este fragmento, y ver cómo se devela el secreto que el gobierno propone a los sectores excluidos para salir de su condición. *Los sujetos de cambio* son compelidos a militar, a participar del *proyecto nacional y popular*, para expandir un modelo económico que se supone que los salvará.

El microcrédito en este punto se vuelve una más de las tantas políticas sociales que benefician ciertamente a muchos sectores, aunque su implementación dista -según la perspectiva

que se ha sostenido en el presente artículo-, de ser una fuente de autoempleo para dichos sectores. El problema estructural de la relación explotadora entre capital y trabajo continúa siendo una cuestión a resolver.

Por último, si bien no se pretende desarrollar el debate aquí, es oportuno repensar la idea de los microcréditos como fuente de trabajo y su relación con la precarización laboral característica del último siglo<sup>12</sup>. Al respecto, Eskenazi y Marticorena (2010) proponen un análisis de las transformaciones en el mundo del trabajo en tanto éste es una relación social de producción. Retomando esta perspectiva junto a la de Presta y Landaburu (2007), podemos afirmar que en las últimas décadas la dirección que siguieron los procesos de subsunción del trabajo en el capital, ha derivado en que cada vez sean más frecuentes ciertas formas de trabajo que antes eran consideradas “informales” o “precarias”. Tal es el caso de los trabajadores del microcrédito.

Cuando se estimula, y no por casualidad desde el Estado, la idea de *empleos alternativos* que benefician grupos domésticos enteros -como es el caso del auto-emplearse pidiendo un microcrédito del que se beneficia toda la familia del solicitante-, estamos ni más ni menos que ante formas emergentes de asalariamiento del trabajo antes consideradas como trabajo “en negro” o incluso ilegal.

A lo largo del presente artículo, se trató de demostrar a partir de un caso concreto (SCA), cómo es que la idea del microcrédito como sinónimo de empleo está en estrecha conexión con la participación política de los sectores económicamente vulnerables en el modelo de la actual gestión gubernamental, considerando críticamente el carácter *solidario* y *desinteresado* que se plantea tienen las políticas de desarrollo como solución de la pobreza y exclusión social.

---

<sup>12</sup> Para un análisis histórico de esta cuestión, ver Presta (2009).

**Bibliografía**

- COMAS D' ARGEMIR, D. *Antropología Económica*. Barcelona: Ariel, 1988.
- CORAGGIO, J. L. "Experiencias de Desarrollo Local con diferentes énfasis: político, institucional, sostenibilidad, cultural". In: *Seminario Internacional sobre Desarrollo Económico Local*, 25 al 27 de julio de 2007, Bogotá D.C., Colombia. Página Web: [www.ungs.edu.ar](http://www.ungs.edu.ar), 2008.
- CORAGGIO, J. L. La Economía Social como vía para otro desarrollo social. <http://www.urbared.ungs.edu.ar>, 1992.
- ESKENAZI, M. y MARTICORENA, C. "Reflexiones críticas acerca de la relación entre precariedad laboral y trabajo asalariado". En: *Revista Herramienta Web* n° 6, Versión online.. <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-6/reflexiones-criticas-acerca-de-la-relacion-entre-precariedad-laboral-y-trabajo-asa>, 2010.
- FUKUYAMA, F. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: Atria Raúl, Siles M, Arraigada, I, Robinson L y Whiteford S. (comp.). *Capital social y reducción de la pobreza en y el Caribe; en busca de un nuevo paradigma*. CEPAL. Universidad del Estado de Michigan, ISBN, Santiago de Chile, 2003.
- GODELIER, M. *El enigma del don*. España: Paidós, 1996.
- GUTIÉRREZ PÉREZ, A. y TRÁPAGA DELFÍN, Y. *Capital, renta de la tierra y campesinos*. México: Editorial Quinto Sol, 1986.
- HOLLOWAY, J. *Contra y más allá del capital*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2006.
- LANDABURU, L. y PRESTA, S. Elementos para la reflexión en torno al concepto de unidad doméstica en el contexto neoliberal. In: *Revista Papeles de Trabajo* n° 14, Universidad Nacional de Rosario, 2007.

- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. Madrid: Siglo XXI, 1985.
- PRESTA, S. y LANDABURU, L. Consideraciones críticas sobre Desarrollo Económico Local y Economía Social. In: *Revista Avaliação de Políticas Públicas/ MAPP*, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2008.
- PRESTA, S y LANDABURU, L. ¿Totalidad y fragmentación? Consideraciones en torno al concepto de unidad doméstica en el contexto neoliberal. In: *VIII Congreso Argentino de Antropología Social*, Universidad Nacional de Salta, Facultad de Humanidades, Escuela de Antropología, del 19 al 22 de septiembre de 2006.
- PRESTA, S. Cap. II: La Economía Social y Solidaria en el marco de los procesos de transformación socioeconómicos. *Tesis (Doctorado)*, Facultad de Filosofía y Letras – UBA-, Buenos Aires: Mimeo.2009.
- RAZETO, L. Centralidad del trabajo y economía solidaria. In: *Economía & Trabajo*, Año 2, N. 3, PET, Santiago de Chile: 1994.
- RAZETO, L. La teoría de la economía de donaciones: su contribución al desarrollo de la filantropía y responsabilidad social. Página Web: [www.urbared.ungs.edu.ar](http://www.urbared.ungs.edu.ar), 2004.
- TRINCHERO, H. *Economía doméstica y capital*. Buenos Aires: Biblos, 1995.
- FUENTES, proporcionadas por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación/ Secretaría de Políticas Sociales y Desarrollo Humano/ Subsecretaría de Economía Social.
- “*Capital Social para el Desarrollo*”. Material de trabajo de los Consejos Consultivos. – Documentos de Trabajo del 1º Congreso Latinoamericano de Microcrédito.
  - Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social “*Manos a la obra*”
  - Plan Nacional de Microcrédito “*Padre Cajade*”
  - Serie de Cuadernos de Trabajo nº 1. CONAMI.



**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROJETO  
CULTURAL E POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA  
DO BANCO PALMAS, DE ANTONIO  
GEORGE LOPES PAULINO**

*Fernanda Rodrigues<sup>1</sup>*

O livro “Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas”, é resultado de uma pesquisa realizada pelo Professor Antônio George Lopes Paulino no Conjunto Palmeiras, bairro localizado ao sul da cidade de Fortaleza, por ocasião do doutorado em sociologia no Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, no período de 2003 a 2007.

A questão relevante e fundamental do livro consiste no recorte teórico metodológico que o autor realiza por meio de uma atualização acerca da temática da economia solidária. O autor afasta-se da análise assentada na economia solidária como uma alternativa ao capitalismo e opta por uma pesquisa etnográfica voltada à compreensão e interpretação da economia solidária como projeto político. Para tanto, o autor lança mão da teoria antropológica presente na obra de autores como Marcel Mauss, Victor Turner, Roberto DaMatta, Lea Rodrigues, Mariza Peirano, dentre outros.

O livro, prefaciado pela orientadora do autor, Elza Braga, é um convite a uma leitura instigante acerca da temática da economia solidária. O autor desenvolve nos seis capítulos sua questão central de investigação: interpretar a economia solidária como projeto político cultural e sua dimensão simbólica observada nas práticas

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia e Consultora na área social.

cotidianas. O autor escolheu como campo empírico a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e o Banco Palmas, escolhidos, conforme o autor, por serem emblemáticos à compreensão da experiência solidária desenvolvida ao longo dos últimos anos no Conjunto Palmeiras, e porque sedimentam os valores socioculturais em torno do bairro.

No primeiro capítulo, o autor nos mostra a construção e o desenvolvimento do percurso investigativo do seu trabalho: problematização do objeto, caminho metodológico, alcançado, segundo o autor, por um olhar etnográfico e uma perspectiva interpretativa.

No segundo capítulo, intitulado Um bairro, uma história: contexto local e gênese do Banco Palmas, o autor, por meio das falas das lideranças locais, apresenta ao leitor a história da construção do bairro Conjunto Palmeiras, iniciada na década de 1974, consequência de uma política de remanejamento levada a termo pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. O autor ainda discute, nesse capítulo, questões urbanas relativas à cidade de Fortaleza, como, por exemplo, a especulação imobiliária, a organização dos moradores e os embates ocorridos no bairro do Conjunto Palmeiras em sua interface com os movimentos sociais.

No terceiro capítulo, Economia Solidária: significações históricas, teóricas e nativas, o autor nos atualiza com uma vasta digressão teórica acerca da construção da temática da economia solidária, que vai desde teóricos do socialismo utópico à literatura atual. A ideia é possibilitar ao leitor uma compreensão do processo de desenvolvimento de categorias e conceitos em torno da economia solidária. Assim, sem abandonar as representações relativas aos significados da economia solidária na perspectiva do morador, George nos apresenta uma vasta bibliografia sobre a temática da economia solidária, elucidando diversas abordagens teóricas acerca do tema.

“Aceitamos palmas”: construção simbólica e prática da economia solidária no espaço local constitui o quarto capítulo. Nele, o autor apresenta de maneira substancial o trabalho etnográfico. Com rigor epistemológico, interpreta o significado

conceitual da economia solidária a partir do cotidiano do Banco Palmas. Para tanto, o autor detém sua atenção sobre os eventos e cerimoniais realizados pelo sistema Banco Palmas /ASMOCONP, assim como volta seu olhar analítico para os símbolos em torno aos empreendimentos atrelados ao Banco Palmas.

Destaco um dos trechos do livro que se encontra no quarto capítulo (p.233). Nele, o autor analisa o ambiente da associação de moradores, à época também sede do Banco Palmas, como um dos expoentes desse campo simbólico. Diz George, referindo-se ao salão principal da associação: “Assim, o ambiente interno (da ASMOCONP) parece assumir ares de um espaço sagrado”, “um templo onde se reverencia a memória local”, “a decoração da ASMOCONP parece configurá-lo quase como um santuário”.

Desse modo, o autor nos mostra que o sistema ASMOCONP /BANCO PALMAS (expressão cunhada pelo autor) retratam simbolicamente a constituição do bairro do Conjunto Palmeiras, seja por meios dos embates cotidianos observados nas falas e mensagens dos moradores presentes no decurso do livro, seja através das estratégias utilizadas pelas lideranças, e interpretadas pelo autor. É como se a história do bairro, contada pelas lideranças locais ao longo da construção do Conjunto Palmeiras, encontrasse no Banco Palmas e na ASMOCONP seus maiores expoentes.

Outro aspecto relevante tratado no livro é a articulação da temática da economia solidária no âmbito local e global, mostrando como estas duas dimensões se articulam tecendo uma rede de difusão e legitimidade do sistema Banco Palmas e ASMOCONP. É possível observar isto quando o autor descreve uma carreata por ocasião do lançamento da moeda social, o Palmas. Este cenário em que se misturam solenidade, festas e cerimoniais, é visto pelo autor como uma estratégia das lideranças locais para publicizar a ideia da solidariedade para dentro e fora do bairro.

No capítulo seguinte, Banco Palmas: as categorias público e privado na experiência local, o autor descreve as redes de solidariedades (relações de vizinhança, o sistema de microcrédito, a moeda social circulante, dentre outros) que permeiam o cotidiano do Conjunto Palmeiras, de forma que as fronteiras nas relações

da vida privada e pública tornam-se quase imperceptíveis. O autor também realiza, nesse capítulo, uma leitura dos espaços interinstitucionais, atentando para a forma como estão inseridos neste contexto a ASMOCONP e o Banco Palmas.

O percurso investigativo escolhido pelo autor possibilita ao leitor observar, ao mesmo tempo, a dimensão comunitária e as tessituras da reciprocidade construídas nos diferentes momentos de estruturação dos empreendimentos no Conjunto Palmeiras e seus desdobramentos simbólicos dentro e fora da comunidade.

No sexto e último capítulo, *Metáfora da rede: a economia solidária como movimento cultural e político*, o autor avança na discussão realizada no capítulo anterior e analisa questões pertinentes à dimensão local e global na perspectiva dos movimentos sociais, assim como, também, as tensões presentes em torno da temática da economia solidária frente a sociedade em crise. Além do aporte teórico como ferramenta de compreensão em torno da temática acima, o autor considerou as percepções nativas acerca do alcance da economia solidária.

A atenção à leitura interpretativa do autor torna possível vislumbrar, ainda, o modo como ocorrem as relações interinstitucionais, seja com as entidades da sociedade civil, seja com as instituições governamentais.

Esta perspicácia do autor torna o seu trabalho fundamental em se tratando dos estudos em torno da temática da economia solidária, e, nesse sentido, eu diria que seu livro torna-se uma fonte bibliográfica imprescindível à análise e compreensão da economia solidária, como uma ferramenta política cultural que opera tanto na perspectiva local como global.

Por fim, o livro, para além de ser uma obra inédita, em se tratando do sistema Banco Palmas/ASMOCONP, é um trabalho de fôlego e extremamente bem escrito, e traz tanto para a sociologia como para a antropologia aportes teóricos, lentes interpretativas de um fenômeno social, como bem dito pelo autor, em gestação.

**ENTREVISTA AO PROF. DR. ALCIDES  
FERNANDO GUSSI<sup>1</sup> CONCEDIDA A CARLOS  
FREDERICO LUCIO<sup>2</sup> EM DEZEMBRO 2014**

**Fred:** *O que eu começaria perguntando para você discorrer é sobre a importância deste campo de estudos [Antropologia do Capitalismo] para antropologia e para antropólogos. Como que esse grupo de que estamos falando Etnografias [do Capitalismo], na minha opinião, foi abrindo campos pra antropólogos que, na década de 1980 e 1990, eram impensáveis – a não ser nos Estados Unidos que era comum.*

**Alcides:** É verdade. Eu acho que esse campo, cada vez mais eu o vejo como interdisciplinar. Sempre foi a característica do nosso grupo: envolver pessoas de várias áreas do conhecimento. Eu acredito, cada vez mais eu vejo [assim]... Claro, a gente não sai do pensamento disciplinar da antropologia, mas a gente está tráfegando em fronteiras outras para levar a antropologia e constituir um campo novo. Entre a economia, como no teu caso. Entre a ciência política. Por exemplo, no nosso caso - aqui no Ceará, na Universidade Federal do Ceará (UFC), entre as políticas públicas, que temos atuado, a convite de Léa Carvalho Rodrigues, que assumiu a coordenação do Mestrado Profissional

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto III da Universidade Federal do Ceará – Universidade Federal do Ceará e coordenador do Programa Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Antropologia Social pela Unicamp. Bacharel licenciado em Filosofia pela PUC-MG. Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Etnografias do Capitalismo, do Departamento de Antropologia da Unicamp. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP).

em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC) em 2007. No caso do Pedro Jaime [Coelho Junior] e do Maurício Serva da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que abre a interface entre a antropologia a administração. Eu penso que esse campo se abriu com Professor Guilherme Raul Ruben a partir do Programa “Estilos de Antropologia” coordenado por ele e pelo Professor Roberto Cardoso de Oliveira, que deu total apoio à formação do referido Grupo. E eu acredito que, também porque sempre teve uma perspectiva – é claro que foi bastante debatido e tal – de uma “antropologia aplicada”. Se a gente falava de antropologia aplicada, até eu me lembro que tinha, se não me engano era o Evans Pritchard que falava sobre isso e Claude Lévi-Strauss. Lembra que havia toda uma discussão se [O Grupo] reconstruía a ideia da antropologia para fins do colonialismo? E aí toda aquela ideologia colonial que pesava na (história) de uma antropologia aplicada. Eu acho que, vinte anos depois, esse campo da antropologia aplicada está mais aceitável. Ele está interdisciplinar e ele está congregando uma possibilidade de profissionalização do antropólogo em outras áreas, que não a academia também. Eu me lembro que a gente discutia muito o que é a antropologia nos Estados Unidos, porque os antropólogos estão em todos os cantos lá, inclusive no Pentágono. Nas empresas, nas ONGs, na saúde, na educação. Porque lá tem outra ideia de profissionalização. Quando a gente discutia aqui, há vinte anos, o espaço do antropólogo no Brasil era a academia.

**Fred:** *Quando muito uma autarquia, como no caso do pessoal que trabalha com índio.*

**Alcides:** Sim, a FUNAI... Que mais?

**Fred:** *Alguns órgãos do governo que trabalhavam com comunidades tradicionais, alguma coisa assim.*

**Alcides:** Isso. Mas eu acredito que o campo mudou favorável à profissionalização. Primeiro, por uma demanda maior, porque a

academia também não absorve todos os antropólogos. Segundo, porque o próprio contexto político mudou. No meu caso, eu estou trabalhando com políticas públicas. Você não tinha toda essa implementação de políticas públicas como teve a partir dos anos dois mil. No caso dos quilombos, políticas afirmativas, porque elas ficam numa interface entre governo e terceiro setor. Acredito que dá margem pra gente recuperar os estudos que a gente fez e fazia. De antropologia das organizações, de antropologia econômica, de antropologia política. São várias interfaces. Antropologia e instituições. Eu acho que agora, mais do que nunca, dá pra se repensar [o campo de estudos] não apenas do ponto de vista de uma reflexão teórica ou metodológica, mas, inclusive, como prática profissional do antropólogo.

**Fred:** *Emendando um pouco isso, você pode falar um pouco sobre a própria mudança do nome do grupo de pesquisa da Unicamp, de Cultura Empresarial para Etnografias do Capitalismo. Se você percebe que isso tem a ver um pouco com essa dinâmica que você acabou de descrever aí também a ver com a globalização, com a alteração dos campos de pesquisa do antropólogo de maneira geral. Não só mais o antropólogo que estuda comunidades tradicionais, mas o antropólogo que se volta para a própria sociedade- a Antropologia Urbana.*

**Alcides:** Eu acredito que a ideia de Culturas Empresariais foi o início de tudo, foi quando começou. E ela estava muito ancorada nos estudos de identidade que o próprio Guilherme, e também o Roberto Cardoso, fazia na época. Eu lembro que a pergunta que se colocava era “Existe uma cultura empresarial brasileira?”.

**Fred:** *Era o tal “fator Brasil”?*

**Alcides:** Era o tal fator Brasil. Na verdade, essa era uma pergunta onde a gente já sabia a resposta. A resposta é que é evidente que não. A ideia era pensar que as etnografias pudessem discutir realmente que não existe mesmo esse fator Brasil. Existe uma referência a ele e as etnografias iam implodindo mesmo esse fator

Brasil. De fato, as próprias pesquisas que se realizaram na primeira fase do projeto Fapesp<sup>3</sup>... Eu me lembro que era o Banco do Brasil, a Odebrecht, o Banco América do Sul, que faliu e o Guilherme fez, a Zetax e o CPQD da Telebrás. Foram etnografias que acabaram por demonstrar, que implodiam a própria ideia do fator Brasil. Demonstrar que não existe uma identidade nacional reveladora de uma cultura empresarial brasileira. Eu acho que, diante disso, o projeto foi caminhando para pensar a ideia de etnografias do capitalismo para dar conta das interfaces das organizações – eu estou falando com a sociedade, de uma forma mais ampla – porque a gente viu, também, que a fronteira de uma organização é muito tênue para você pensar a cultura organizacional, que é outro tema que a gente implodiu. Há uma cultura organizacional, que vinha da organização? O que é uma organização? Será que dá pra pensar ela fechada em si mesmo, com elementos de uma cultura e identidade bastante essencializadas? E eu lembro que, no final, a gente discutia que não. Para entender identidades e cultura em organizações, era necessário ver como as organizações transitavam entre fronteiras. Entre a sociedade, entre grupos sociais, entre comunidades. E aí começaram a aparecer outros temas, que, de fato, a gente não tinha muita familiaridade, a princípio. No nosso caso, falando do Ceará, a própria ideia de políticas públicas e organizações, a Alicia Ferreira Gonçalves, que vem trabalhando com economia solidária, microfinanças solidárias. Você, Fred, vem trabalhando com quilombos. Estou pensando, assim, mesmo que você tenha recuperado identidades e culturas, você teve que transitar. Você não trabalhou com quilombos como uma organização fechada em si mesmo.

**Fred:** *Não foi uma etnografia tradicional sobre quilombos.*

**Alcides:** Não foi. E aí, eu acredito que a gente tem experimentado, a partir da pesquisa etnográfica, essas etnografias

---

<sup>3</sup> Referência ao projeto.

que eu chamo de mais amplas, que trabalham na interface da organização “nas” fronteiras.

**Fred:** *Acho que esse é o ponto importante dessa trajetória. Abertura para “novas fronteiras”. E aí eu queria que você emendasse um pouco na tua fala como é que você projeta perspectivas futuras para essas linhas de pesquisa que derivaram desse grupo originário lá da Unicamp há quase trinta anos? Como você vê o futuro dessas pesquisas, o desdobramento delas, um pouco do que você falou agora.*

**Alcides:** Tem duas marcas... Eu estou lembrando da última ABA<sup>4</sup>. Tem duas marcas que são muito importantes, que eu acho que a gente deve preservar: primeira, é a perspectiva de se construir etnografias, que foi a marca do grupo. Mesmo que sejam essas etnografias que a gente comentou, entre fronteiras, etc. Eu acho que a grande marca [do Grupo] ... Eu acho que a gente faz discussões teóricas sobre organizações, sobre o próprio capitalismo e organizações no capitalismo, mas eu acredito que descrições etnográficas são muito bem-vindas. Acho que a gente não deve abrir mão [disso]. Temos que recuperar etnografias que foram feitas. Em que medida elas foram, realmente, etnografias densas? Elas podem contribuir para novas etnografias que possam surgir. Segundo, eu vi na última ABA, que a gente sempre pensou contextos. Eu fiquei bastante impressionado porque tivemos [ no GT da ABA] um microcosmos de trabalho de várias regiões do país. É como se a gente pensasse que, para pensar etnografias do capitalismo, elas devem ser inseridas dentro de contextos locais. Não pensando o local pelo local. Isso a gente já discutia muito na época. Mas é pensar que, a partir do local, como o capitalismo se forma. Existe uma formação aí, mesmo que seja em referência a um global. Isso a gente sempre trabalhou, Guilherme trabalhava muito a relação nacional e transnacional<sup>5</sup>. Eu acho que esse é o

---

<sup>4</sup> Nota do GT.

<sup>5</sup> Ver Ruben “Empresários e Globalização. Prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. Disponível em: < <http://www.anpocs>

segundo ponto. Eu estou me lembrando da ABA, que é o que me chamou bastante atenção. Digamos assim, a pesquisa etnográfica e, segundo, a contextualização. Até pra gente pensar que capitalismo é esse. São diversos capitalismos operando.

**Fred:** *Eu acho que esse ponto é um ponto interessante, porque você falou da pluralidade de perspectivas de pesquisa e também da pluralidade regional. Eu acho que mostra um pouco a expansão conceitual e geográfica daquilo que se iniciou há trinta anos.*

**Alcides:** De qualquer forma, era algo restrito ao Sul, ao Centro-Sul.

**Fred:** *Na verdade, mais ao centro. Porque depois acabou indo para o sul com a Lúcia [Helena] Muller, a própria Ana [Maria] Chiarinni.*

**Alcides:** Você tem razão, porque o grupo teve um itinerário. Um itinerário tanto conceitual, mas um itinerário geográfico. Do Sul, para o Rio Grande do Sul, depois para o Espírito Santo, com a Cíntia Ávila de Carvalho. Depois para o Ceará (UFC), agora a Alicia Ferreira Gonçalves na Paraíba (UFPB).

**Fred:** *Outras pesquisas de outros estados. Lembro-me que teve uma época de Minas Gerais, o próprio interior do estado de São Paulo. Quando a Livia Barbosa estava no grupo, lá no Rio de Janeiro, também na Universidade Federal Fluminense (UFF) – foi a nossa primeira ABA como Grupo.*

**Alcides:** Houve uma itinerância geográfica e conceitual.

**Fred:** *Você podia emendar e falar um pouco da sua trajetória? Não só a saída de lá de Campinas (UNICAMP) para o Ceará, para Fortaleza, mas essa passagem pela Espanha- Sevilha e esse diálogo que acabou*

*acontecendo também, possibilitado pela própria liderança do Guilherme [Raul Ruben].*

**Alcides:** Sem falar que houve também um itinerário internacional. Eu me lembro, antes de falar um pouco da minha trajetória, teve com o Canadá uma época com o Jean- François Chanlat da Universidade de Montreal e o Marco [Luiz de Castro]. Mais recentemente, teve Espanha-Sevilha com o pessoal do Pablo Palenzuela. E, também, mais recentemente, com o Pedro Jaime Coelho Júnior, em Lyon.

**Fred:** *E teve o Guilherme na Argentina.*

**Alcides:** Sim. Eu lembro que a gente fez um grupo de trabalho, um GT lá em Posadas na ABA Mercosul com Roberto Abínzano. A gente internacionalizou [O Grupo], também, em um dado momento. Mesmo eu e Alicia, trabalhamos no 54º Congresso Internacional de Americanistas em Viena com Laura Collin do México<sup>6</sup>. E, estaremos novamente no 55º Congresso Internacional de Americanistas em San salvador em 2015. Fomos para Cuba na CONVENCION INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGIA en La Habana, em 2011.

Sobre minha trajetória. A minha trajetória é representativa desse itinerário do grupo, tanto conceitual quanto geográfico. Eu comecei a minha trajetória nos estudos de identidade, que era uma marca, uma linha de pesquisa do Guilherme [Raúl Ruben] na Unicamp. Você lembra. Tanto eu quanto a Ana Maria Chiarini, o Marco [Luiz de Castro]. A gente compunha uma época trabalhos para discutir nacionalidades e identidades. De uma forma ou de outra, nós começamos a inserir discussões do grupo, trabalhando interfaces entre identidade, cultura e economia nas nossas pesquisas. Posteriormente, eu fui trabalhando, ainda no âmbito

---

<sup>6</sup> [https://ica2012.univie.ac.at/index.php?id=117149&no\\_cache=1&L=20'&tx\\_univietablebrowser\\_pi1\[backpid\]=117148&tx\\_univietablebrowser\\_pi1\[fkey\]=521](https://ica2012.univie.ac.at/index.php?id=117149&no_cache=1&L=20'&tx_univietablebrowser_pi1[backpid]=117148&tx_univietablebrowser_pi1[fkey]=521).

do grupo, com organizações. Eu trabalhei com bancos, trabalhei com cultura no trabalho, trabalhei sempre com identidades, com memória. Quando eu fui para Espanha, houve toda uma aproximação de pensar o que se chama de “culturas do trabalho”, mais do que culturas empresariais. Eu lembro que era uma ideia de pensar, também galgada num conceito de identidade, mas um pouco diferente do que a gente fazia. Na Espanha, eles tinham uma discussão muito ligada a um conceito de identidade mais essencialista. Aí, eu culminei com minha tese de doutorado onde eu implodia conceitualmente a própria ideia de organização. Porque eu trabalhei muito com trajetórias, histórias de vida, trabalhei com Banespa, transição do Banespa no contexto de privatização, trabalhei com trajetórias dos bancários. Foi uma metodologia bastante específica para construir a minha etnografia. Mas que, de certa forma, já dava uma fluidez à própria ideia de organização, do que é organização, de um pensamento e de uma cultura organizacional. Nessa trajetória de itinerância, eu fui para o Ceará (UFC) e fiz um traslado geográfico. E lá [no Ceará], eu comecei a trabalhar com políticas públicas. Mais especificamente, trabalhando com avaliação de políticas públicas, numa tentativa de trazer para o campo de análise e avaliação de políticas públicas o que a gente vinha fazendo com etnografias nas organizações. Hoje, por exemplo, não consigo conceber uma avaliação de políticas públicas sem se fazer uma etnografia das organizações e, sobretudo, das instituições por onde essas políticas públicas transitam. Principalmente, as instituições governamentais. Há que se entender que as políticas públicas, para gente fazer uma análise delas, tem que se pensar nas trajetórias das políticas nas instituições. De fato, são os mesmos pressupostos metodológicos e etnográficos que a gente pensava no grupo alguns anos atrás. De construir etnografias das instituições. Mas agora seriam etnografias das políticas públicas nas instituições. Isso muda um pouco o foco, mas também põe em fronteira a ideia das instituições, que é o que a gente trabalhava. E politiza um pouco o campo, porque traz a ideia de como as instituições mudam com as políticas públicas e, vice-versa, como as políticas públicas também são alteradas nos

contextos institucionais. É mais ou menos por aí que estou parando as minhas discussões. Estou avalizando essas minhas discussões aí, um pouco para pensar uma antropologia das políticas [públicas], [em interfaces entre] uma antropologia das organizações, que, de certa forma, também veio com toda a discussão do grupo.

**Alcides:** Eu me senti muito contemplado na ABA, porque eu estou fazendo isso. Continuo fazendo etnografia nas e das organizações, ao mesmo tempo trazendo interfaces, fronteiras, com outros campos da ciência política, da administração pública e pensando um contexto geográfico. Outro contexto geográfico. Um contexto geográfico do Nordeste. Quando eu falo de políticas públicas, eu estou falando de políticas públicas do e no Ceará. É como se eu tivesse, também, com uma agenda regional. Trazendo uma agenda regional para o grupo, assim como a Alicia lá na Paraíba – na UFPB<sup>7</sup>.

Transcrito por Hector Abdal – Graduando em Ciências Sociais – UFPB.

---

<sup>7</sup> Júnior (2011), *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez.

## PAISAGEM CRIATIVA: POR QUE PERMANECEMOS NA PROVÍNCIA?

*Martin Heidegger, 1933*

### **Preliminares**

*Por Maria Assumpção Rodrigues<sup>1</sup>*

O texto apresentado abaixo, “Paisagem Criativa: por que permanecemos na província? ”, de Martin Heidegger (1889-1976), foi escrito em 1934, ano em que o filósofo recusou o segundo convite para ocupar a prestigiosa cadeira de Filosofia em Berlim. A vida na província foi central para a polêmica justificativa oficial desta recusa.

O texto descreve o “mundo de trabalho” de Heidegger na sua cabana em Todtnauberg, há 25 km ao sul de Freiburg, na Floresta Negra. Foi apresentado pela primeira vez num programa de rádio e, logo em seguida, publicado como um artigo do jornal *Der Alemanne*, em 7 de março de 1934 – um mês após sua demissão da reitoria na Universidade de Freiburg. A primeira tradução deste texto para o inglês é de autoria de Thomas Sheehan, publicada em Chicago após quase 50 anos da sua primeira publicação (em 1981<sup>2</sup>).

---

<sup>1</sup> O primeiro convite foi feito em 1931; após a recusa de Heidegger, Nicolai Hartmann aceitou ocupar essa cadeira.

<sup>2</sup> Sheehan, T., ed., *Heidegger: The Man and the Thinker*. (Chicago: Precedent Press, 1981) 27-29.

Esta tradução para a língua portuguesa foi realizada por Marta Maria Assumpção Rodrigues, a partir do texto de Thomas Sheehan; mas, da versão publicada numa coletânea de escritos do filósofo alemão, em 2006, editada por Manfred Stassen<sup>3</sup>. O texto contou com a revisão técnica de Gabriele Ella Elisabeth Lipkau, a partir do original em alemão<sup>4</sup>.

O “velho amigo” de Heidegger, “um camponês de 75 anos” mencionado no texto é Johann Brender. Foi na casa da fazenda deste amigo que Heidegger escreveu sua obra prima incompleta *Ser e Tempo*, publicada pela primeira vez em 1926.

## **PAISAGEM CRIATIVA: POR QUE PERMANECEMOS NA PROVÍNCIA?**

*Martin Heidegger, 1933.*

Na escarpa de um vale ao sul da Floresta Negra, à altitude de 1.150m, está uma pequena cabana de esqui, cuja base mede 6 por 7 metros. O telhado baixo cobre três cômodos: a cozinha, que também é sala de estar, o dormitório e um estúdio. As casas das fazendas, com seus grandes telhados sobressalientes, encontram-se em ampla disposição espalhadas pela base estreita do vale e na encosta oposta, igualmente íngreme. Acima da ladeira, os prados e pastagens levam à floresta com seus pinheiros antigos, altos e escuros. Por cima de tudo isso, um céu claro de verão em cuja vastidão radiante dois falcões deslizam à volta em largos círculos.

Esse é o meu mundo de trabalho – visto pelo olhar *contemplativo* dos hóspedes e dos recém-chegados para o verão. Na realidade, eu mesmo nunca observo a paisagem. Experimento

---

<sup>3</sup> Stassen, M., ed., *Martin Heidegger: Philosophical and Political Writings* (The German Library; v. 76) (New York: The Continuum International Publishing Group Inc., 2006) 16-18.

<sup>4</sup> Heidegger, M. *Aus Der Erfahrung Des Denkens, 1910-1976* (Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1983) 9-13.

a sua transformação de hora em hora, do dia para a noite, nas grandes idas e vindas das estações. A gravidade das montanhas e a dureza de suas rochas primitivas, o lento crescimento dos pinheiros, o brilho, o esplendor simples dos prados em flor, o murmúrio do riacho da montanha em uma longa noite de outono, a severa simplicidade das áreas cobertas com neve, tudo isso se insere e penetra e se lança no ser-aí [ *Dasein* ] cotidiano lá em cima.

E isso, por sua vez, não ocorre em momentos propositados de uma imersão prazerosa e empatia artificial, mas só quando o próprio ser-aí [ *Dasein* ] mergulha em seu *trabalho*. O trabalho abre o primeiro espaço para a realidade dessas montanhas. O desenvolvimento do trabalho fica encravado na história da paisagem.

Quando, em plena noite de inverno, uma nevasca furiosa empurra o repouso da cabana e com seus golpes tudo cobre e vela, *então*, é o tempo da filosofia. Suas perguntas ficam, *então*, simples e essenciais. O estudo de cada pensamento só pode ser duro e rigoroso. O esforço da expressão linguística é como a resistência dos enormes pinheiros contra a tempestade.

E o trabalho filosófico não acontece como uma ocupação isolada de um excêntrico. Ele é o centro do trabalho dos camponeses. Quando o jovem camponês, carregado com uma pilha de toras de faia, arrasta montanha acima o pesado trenó em forma de chifre para, em seguida, trazê-lo de volta por uma perigosa decida, quando o vaqueiro toca o seu rebanho para cima da ladeira com passo lento e perdido em pensamento, quando o camponês prepara incontáveis telhas de madeira para o telhado de sua sala, *então*, o meu trabalho é *do mesmo modo*. Nisto está enraizada a imediata correspondência com os camponeses. O habitante da cidade acha que “se mistura com o povo” assim que se digna a ter uma longa conversa com um camponês. À noite, num intervalo de trabalho, quando me sento junto à lareira com os camponeses, ou à mesa no Herrgottswinkel<sup>5</sup>, *então*, na maioria das vezes, não falamos nada. Fumamos nossos cachimbos *em silêncio*.

---

<sup>5</sup> Herrgottswinkel: nome de estabelecimento. Tradução: Recanto do Senhor.

Talvez alguém até diga alguma coisa enquanto isso, que o trabalho com a lenha nas florestas está terminando, que na noite anterior a mata invadiu o galinheiro, que amanhã uma vaca provavelmente irá parir, que o camponês Oehmi sofreu um derrame cerebral, que logo o tempo “vai virar”. O domínio íntimo do próprio trabalho com a Floresta Negra e sua gente vem de um insubstituível enraizamento centenário no solo alemânico-suábico.

Quando muito, a chamada estadia no campo deixa o habitante da cidade “inspirado”. O conjunto de meu trabalho, porém, é sustentado e conduzido pelo universo dessas montanhas e seus camponeses. Ultimamente, de tempo em tempo, meu trabalho lá em cima é interrompido por longos períodos por causa de negociações, viagens para conferências, reuniões e pelo meu trabalho docente aqui em baixo. Mas assim que subo novamente para lá, já nas primeiras horas de estada na cabana, todo o mundo de questões anteriores se aproxima de mim, inclusive, exatamente como o havia gravado quando o deixei. Eu sou simplesmente deslocado para dentro da própria vibração do trabalho e, na realidade, não tenho nenhum poder sobre suas leis ocultas. Frequentemente os habitantes da cidade ficam admirados com o longo e monótono isolamento dos camponeses entre as montanhas. Mas não é isolamento, é *solidão*. Nas grandes cidades, o Homem pode com facilidade ser tão *só* como *difícilmente* estaria em qualquer outro lugar. Mas lá ele nunca é solitário. Pois, a *solidão* tem o poder específico não de nos *isolar*, mas o de *projetar* todo ser-á [ Dasein ] na proximidade da ampla essência de todas as coisas.

Lá fora é possível, por meio de jornais e revistas, tornar-se uma “celebridade” da noite para o dia. Esse ainda é o meio mais garantido de ter suas próprias intenções *mal interpretadas* e rápida e completamente esquecidas.

*Em compensação*, a memória camponesa tem sua *fidelidade* simples, certa e constante. Recentemente, uma senhora camponesa de lá veio a falecer. Ela proseava comigo com frequência e com prazer e com isso esquadrinhava antigas histórias do vilarejo. Na sua linguagem vigorosa, plástica, ela ainda preservava muitas palavras e vários ditados antigos que, hoje, se tornaram

ininteligíveis para os jovens do vilarejo e, por isso, se perderam à língua falada. No ano passado –enquanto eu vivia sozinho na cabana, semanas a fio – esta camponesa com seus 83 anos, às vezes, subia a ladeira íngreme para me visitar. Toda vez ela dizia que queria se certificar se eu ainda estava lá ou se “alguém” havia, repentinamente, me roubado. Ela passou a noite de sua morte conversando com seus familiares. Uma hora e meia antes de seu fim, ela ainda mandou que enviassem uma saudação para o “Senhor Professor”. – Tal lembrança vale incomparavelmente mais do que a mais habilidosa “reportagem” de qualquer jornal internacional sobre minha pretensa filosofia.

O mundo urbano corre o perigo de sucumbir a um *contra-senso* destrutivo. Parece que uma impertinência *muito* estridente, *muito* ativa e *muito* na moda quer se preocupar com o mundo camponês e seu ser-aí [ Dasein ]. Mas *assim* está se negando exatamente aquilo que *agora* é a única coisa necessária: manter *distância* do ser-aí [ Dasein ] do camponês, *mais* do que nunca deixá-lo à sua própria lei; *tirar as mãos* – para não arrastá-las à uma tagarelice mentirosa dos literatos sobre índole nacional e território permanente. O camponês não precisa e não quer esse pieguismo urbano. No entanto, o que ele precisa e quer é o *compasso reservado* em relação à sua própria natureza e sua independência. Hoje em dia, porém, muitas pessoas da cidade que chegam e passam por aqui – inclusive os esquiadores – se comportam no vilarejo ou na fazenda *como se* estivessem se “divertindo” em um parque de diversões na cidade. *Tal atividade* destroça em *uma* noite mais do que jamais pode décadas de ensinamento acadêmico sobre nacionalidade e folclore promover.

*Deixemos de lado* toda essa bajulação condescendente e falso populismo – aprendamos a levar *a sério* a simplicidade e dureza do ser-aí [ Dasein ] de lá de cima. Somente *então*, ele falará conosco novamente.

Recentemente a *Universidade de Berlim* me convidou pela segunda vez. Numa ocasião dessas eu me retiro da cidade e vou para a cabana. Ouço o que as montanhas e as florestas e as fazendas dizem. Vou até o meu velho amigo, um camponês de 75 anos de

|280|

*Paisagem Criativa: por que....*

idade. Ele havia lido sobre o chamado de Berlim nos jornais. O que ele dirá? Lentamente dirige o olhar firme de seus olhos claros para os meus, mantém a boca rigorosamente fechada, coloca a sua mão fiel-pensativa no meu ombro e – *sacode* a cabeça de maneira quase imperceptível. Isso quer dizer: implacável *Não!*

HEIDEGGER, Martin, *GERSAMTAUSGABE. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1910-1976. Band 13. Aus Der Erfahrung Des Denkens* (Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann GmbH, 1983) p. 9-13

Tradução de Maria Assumpção Rodrigues  
Revisão técnica de Gabrielle Lipkau



### LISTA DE PARECERISTAS – v.5 - n.1 e 2 - 2014

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adair de Aguiar Neitzel (Univali)  
 Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros (USP)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lucia de Godoy Pinheiro (UFPB)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Dantas Soares (UFRRJ)  
 Prof. Dr. Anderson Roberti dos Reis (UFMT)  
 Prof. Dr. Andres Del Río (IESP - UERJ)  
 Prof. Dr. Antonio Edmilson Rodrigues (Puc-Rio)  
 Prof. Dr. Antonio Rufino Vieira (UFPB)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Berenice Bento (UFRN)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Brígida Reinoldi  
 Prof. Dr. Canrobert Penn Lopes Costa Neto (UFRRJ)  
 Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP)  
 Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia (UFMG)  
 Profa. Dra. Cláudia Regina Bovo (UFTM)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Maria Marinho (UECE)  
 Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata (UFF)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Magalhães da Silveira (UFU)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielly Silva Ramos Becard (UnB)  
 Prof. Dr. Eduardo Garcia (FUNDACENTRO)  
 Prof. Dr. Emmanoel de Oliveira Boff  
 Dr.<sup>a</sup> Erica Aparecida Kawakami Mattioli  
 Prof. Dr. Felipe Gonçalves Silva (UFRGS)  
 Profa. Dra. Fernanda Graziella Cardoso (UFABC)  
 Prof. Dr. Fernando Lourenço (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Flamarion Caldeira Ramos (UFABC)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca Verônica Cavalcante (UFPI)  
 Prof. Dr. Frederic Vandenberghe (IESP – UERJ)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geisa Cunha Franco (UFG)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giulia Crippa (USP)  
 Prof. Dr. Gustavo Levy Martinez (UFABC)  
 Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Vigo de Lima (UFPR)  
 Prof. Dr. Isaías Batista de Lima (UFC)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izabel Cristina Ferreira Borsoi (UFES)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Denise Martins (UFV)  
 Prof. Dr. Jair Lopes Barboza (UFSC)  
 Dr. João Gomes  
 Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez (FGV)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS)  
 Prof. Dr. Karl Heinz Efken (UNICAP)  
 Prof. Dr. Konrad Christoph Utz (UFC)  
 Prof. Dr. Leandro Pinheiro Chevitaese (UFRRJ)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Mezan Algranti (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira (USP)  
 Prof. Dr. Leonel Ribeiro dos Santos (Universidade de Lisboa)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Barros de Freitas (UFSCar)  
 Prof. Dr. Lorenzo Bordonaro  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Maria Machado Bógus (PUC-SP)  
 Prof. Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho (UFSJ)  
 Profa. Dra. Maisa Cunha (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho (UNIFESP)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Regina Tosta Dias (UNIFESP)  
 Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)  
 Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Araújo Pinheiro (UFRJ)  
 Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl (UERJ)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Chaves Abdala (UFU)  
 Dr.<sup>a</sup> Nathalie de Almeida Bressiani  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia Vargas Lopes de Araujo (UFV)  
 Prof. Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira (Unemat)  
 Prof. Dr. Paulo Renato da Silva (UNILA)  
 Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro (UFPB)  
 Prof. Dr. Rafael Evangelista (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo (UFRGS)  
 Prof. Dr. Roberto Duarte Santana Nascimento (UNESP)  
 Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes (UnB)  
 Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)  
 Prof. Dr. Rui Luis Rodrigues (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Rúrion Soares Melo (USP)  
 Prof. Dr. Samir Haddad (Unirio)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selva Lopéz Chirico  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Nunes de Queiroz (URCa)  
 Prof. Dr. Simeão Donizeti Sass (UFMG)  
 Profa. Dra. Sonia Regina da Cal Seixas (UNICAMP)  
 Prof. Dr. Stefan Vasilev Krastanov (UFMS)  
 Profa. Dra. Suzana Pasternak (USP)  
 Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (UFPB)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vania Noeli Ferreira de Assunção (UFF)  
 Prof.<sup>a</sup> Dra. Vânia Zikán Cardoso (UFSC)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviana Mónica Vermes (UFES)  
 Prof. Dr. Vladimir Fernandes  
 Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner (UnC)  
 Prof. Walter Omar Kohan (UERJ)  
 Profa. Dra. Wanessa Asfora Nadler (UNICAMP)  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zelia Monteiro Bora (UFPB)